

Allan Thomas Tadashi Kato

RETRATO URBANO

Estudo da distribuição socioespacial dos moradores de
Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX

Curitiba
2011

Allan Thomas Tadashi Kato

RETRATO URBANO

Estudo da distribuição socioespacial dos moradores de
Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX

Dissertação apresentada como requisito
parcial do grau de Mestre, ao Colegiado
dos Cursos de Pós-Graduação do
Departamento de História da Universidade
Federal do Paraná, sob orientação do Prof.º
Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira.

Curitiba
2011

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Kato, Allan Thomas Tadashi

Retrato urbano: estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX / Allan Thomas Tadashi Kato. – Curitiba, 2011.
256 f.

Orientador: Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira
Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Paranaguá – História social – Urbanização – Séc.XIX.
2. Antonina – História social – Urbanização – Séc.XIX. 3 Curitiba - História social – Urbanização – Séc.XIX. 4. Paraná – Organização social e política – Séc..XIX. I. Título.

CDD 981.62



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Allan Thomas Tadashi Kato, intitulada: **Retrato urbano: Estudos da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá: Antonina e Curitiba no início do século XIX**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua... *aprovação*..., completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, treze de junho de dois mil e onze.


Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira
Presidente da Banca Examinadora


Profª Drª Ana Sílvia Volpi Scott (UNISINOS)
1º Examinador


Profª Drª Martha Daisson Hameister (UFPR)
2º Examinador

À Rosa,
Uma flor, minha mãe

AGRADECIMENTOS

Para mim, esta é a parte mais importante da dissertação. É o momento de reconhecer, e agradecer. Ao Magnus Pereira, o orientador deste trabalho. Nosso relacionamento ultrapassou o profissionalismo, tornou-se uma amizade. Poucos fariam por seus orientandos, o que ele fez por mim: conselhos, críticas, e compreensão. Foi uma honra tê-lo conhecido, e um prazer ter trabalhado com ele desde a graduação (ele não sabia do problema que estava aceitando). Muito obrigado, Magnus.

Ao Antonio César de Almeida Santos. Sem a ajuda dele esta dissertação não seria possível. Não foi uma ajuda direta, vez por outra uma bibliografia ou uma merecida cobrança, mas trabalhou nos bastidores como soube tempos depois. Acreditou em mim, me defendeu no Colegiado do Curso, e também, por ele, chego ao final dessa longa etapa. Muito obrigado, César.

Aos outros professores do Departamento. Por diversas razões quero dizer meu obrigado a Carlos Alberto Medeiros Lima (pelas conversas e piadas), a Maria Luiza Andreazza (pelas aulas de História), Martha Hameister (pelo apoio moral e ajuda na qualificação), Sérgio Nadalin (pelas palavras de suporte e conselhos também na qualificação).

Aos professores de outras universidades, que de uma forma ou outra, me auxiliaram nessa empreitada (sem eles saberem disso): Ana Silvia Volpi Scott (UNISINOS), Cacilda Machado (UFRJ), Iris Kantor (USP) – elas estiveram fazendo perguntas na minha primeira comunicação em um evento, Teresa Cristina de Novaes Marques (UNB) e Tiago Gil (UNB). Como professores de outros departamentos de História, mas que conheci como colegas de pós-graduação: Fabio Pontarolo (UNICENTRO), Milton Stanczyk Filho (UNICENTRO) e Loiva Canova (UFMT), o meu obrigado.

Aos colegas e amigos que estiveram na minha vida enquanto fazia o mestrado: Ana Emilia Staben, André Ribas, Edson Pagani, Elizabeth Castro, Fernando Souza, Hilton Costa, Leandro de Paula, Leonardo Barleta, Natally Nobre, Priscila de Lima, Rosangela Maria Ferreira dos Santos e Felipe Barbieri (meu amigo desde a infância) e a secretária da Pós-graduação, Maria Cristina Parzowski. Agradeço a todos pelas palavras de incentivo, dicas e por terem me ajudado.

Por último, mas não menos importante, à minha família. Foram essenciais no suporte psicológico. Obrigado aos meus tios e tias, em especial Darcilia, Eliza, Fernando e José Roberto que estiveram mais próximos de mim. Aos meus primos e primas, em especial Andre Cavazzani e Débora. Aos meus pais, Gilberto e Rosa, e aos meus irmãos, William, Ana e Ellen, que sem o apoio deles não teria chegado até aqui. Sou grato pela família que tenho.

Este trabalho contou com o apoio do CNPQ e CAPES e com o suporte do CEDOPE/DEHIS-UFPR (Centro de Documentação e Pesquisa da História dos Domínios Portugueses, séculos XV-XIX).

SUMÁRIO

Resumo	VIII
Abstract	VIII
Lista de plantas	IX
Lista de tabelas	X
Lista de figuras	XI
Introdução.....	1
Capítulo 1 – Organização socioespacial	5
A Décima Urbana	15
Noções de urbano na tradição portuguesa	19
Acidentes da topografia urbana	25
Capítulo 2 – Lotes, ruas e chefes	32
Caminhos das plantas hipotéticas	32
Plantas base e outras representações	33
Localização dos acidentes topográficos urbanos.....	41
Localização dos logradouros	51
Sentido e os lados dos logradouros	75
Quem é quem? Qualificando os chefes.....	84
Capítulo 3 – Paranaguá	89
A vila no início do século XIX	89
Análise socioespacial	92
Valor das casas	92
Comerciantes	97
Agricultores	101
Artesãos	104
Origens	107
Cargos na Câmara.....	110
Patentes milicianas ou das ordenanças	113
Cores sociais	116

Irmãos espirituais.....	119
Escravidão	122
Demais possibilidades	125
Conclusão parcial.....	126
Capítulo 4 – Antonina	130
A vila no início do século XIX	130
Análise socioespacial	131
Valor das casas	132
Coberturas.....	135
Agricultores e comerciantes	138
Origens	141
Cores sociais	143
Patentes milicianas	146
Cargos na Câmara.....	149
Escravidão	152
Demais possibilidades	155
Conclusão parcial.....	156
Capítulo 5 – Curitiba	160
A Vila no início do século XIX	160
Análise socioespacial	162
Valor das casas	162
Comerciantes	168
Agricultores	174
Escravidão	179
Patentes milicianas ou das ordenanças	184
Cargos na Câmara e os eleitores.....	188
Irmãos espirituais e os parentes temporais	195
Demais possibilidades	198
Conclusão parcial.....	199
Conclusão Geral	205
Fontes	211
Manuscritas	211

Publicadas	212
Referências Bibliográficas	214
Anexos.....	221
Planta hipotética de Paranaguá (1808).....	221
Planta hipotética de Antonina (1808)	223
Planta hipotética de Curitiba (1810)	224
Planta hipotética de Paranaguá (1808) – Valor do aluguel.....	225
Planta hipotética de Antonina (1808) – Valor do aluguel	226
Planta hipotética de Curitiba (1810) – Valor do aluguel	227
Planta hipotética de Paranaguá (1808) – Ocupação	228
Planta hipotética de Antonina (1808) – Ocupação	229
Planta hipotética de Curitiba (1810) – Ocupação	230
Planta hipotética de Paranaguá (1808) – Origem	231
Planta hipotética de Antonina (1808) – Origem	232
Planta hipotética de Curitiba (1810) – Origem.....	233
Planta hipotética de Paranaguá (1808) – Cargo na Câmara	234
Planta hipotética de Antonina (1808) – Cargo na Câmara	235
Planta hipotética de Curitiba (1810) – Cargo na Câmara (Maiores)	236
Planta hipotética de Curitiba (1810) – Cargo na Câmara (Menores)	237
Planta hipotética de Paranaguá (1808) – Patente miliciana.....	238
Planta hipotética de Antonina (1808) – Patente miliciana.....	239
Planta hipotética de Curitiba (1810) – Patente miliciana	240
Planta hipotética de Paranaguá (1808) – Cor social	241
Planta hipotética de Antonina (1808) – Cor social	242
Planta hipotética de Curitiba (1810) – Cor social.....	243

RESUMO

Durante o século XX, a historiografia dedicou-se com insistência a analisar a cidade de matriz portuguesa no Brasil. Essa profusão de estudos, contudo, não é reflexo de uma gama de perspectivas. Pelo contrário, o objeto é, quase sempre, o mesmo: a forma citadina – ou seja, a discussão da regularidade ou não do traçado viário. Propomos um novo olhar sobre o tema, com o desenvolvimento de uma metodologia voltada a reconstituir a distribuição espacial dos moradores nas vilas e cidades coloniais brasileiras a partir do cruzamento de múltiplas fontes, em especial os livros de cobrança da Décima Urbana e as Listas Nominativas. Como estudo teste, foi realizada a análise da maneira que os moradores de três vilas do Brasil colonial – Paranaguá, Antonina e Curitiba – produziam sua própria lógica de organização espacial no início do século XIX. Em suma, buscou-se entender quais eram as relações entre o local de habitação urbana e a condição dos moradores, tomando como parâmetro variáveis sócio-econômicas que os caracterizavam (cor, profissão, escravaria, cargos na Câmara, patentes milicianas, etc.).

Palavras-chave: História Urbana, Décima Urbana, Distribuição Socioespacial

ABSTRACT

During the 20th century, historiography devoted himself earnestly to examine the brazilian city constructed by portuguese people. This profusion of studies, however, not reflects a range of perspectives. Rather, the object is almost always the same: the way city – the discussion of the regularity or otherwise of the road layout. We propose a new perspective on the issue, with the development of a methodology aimed to reconstruct the spatial distribution of residents in colonial towns in Brazil from crossing multiple sources, especially *Décima Urbana* e as *Listas Nominativas*. As a test study, we analyzed the way the inhabitants of three towns of colonial Brazil – Paranaguá, Antonina Curitiba – produced its own logic of spatial organization in the early nineteenth century. In short, we sought to understand what were the relations between the local urban housing and the condition of the residents, taking as parameter socio-economic that characterized them (color, occupation, number of slaves, the Board positions, position in militia, etc.).

Keywords: Urban History, *Décima Urbana*, Distribution sociospatial

LISTA DE PLANTAS

1 – Planta da Vila de Desterro (Florianópolis, SC), 1774	21
2 – Planta da Vila de Fortaleza (CE), ca. 1730	21
3 – Excertos das atuais plantas cadastrais de Curitiba, Antonina e Paranaguá	35
4 – Planta da Vila de Paranaguá, 1815	36
5 – Plantas de Curitiba, 1830-1850 e 1857	38
6 - Planta da cidade de Curitiba, 1900	39
7 – Localização hipotética das Igrejas de Paranaguá, em 1808	41
8 – Localização hipotética da Capela do Bom Jesus, de Paranaguá, em 1808	42
9 – Localização hipotética das Igrejas de Curitiba, em 1810	43
10 – Localização hipotética da antiga Igreja Matriz de Curitiba no século XIX	43
11 – Localização hipotética da Igreja Matriz de Antonina, em 1808	44
12 – Localização aproximada do pelourinho de Curitiba por diversos estudos	45
13 – Localização hipotética do pelourinho de Paranaguá	46
14 – Localização hipotética do concelho de Paranaguá, em 1808	47
15 – Localização hipotética do concelho de Curitiba, em 1810	48
16 – Localização hipotética do concelho de Antonina, em 1808	48
17 – Localização hipotética das cariocas de Curitiba, em 1810	49
18 – Localização hipotética da carioca de Paranaguá, em 1808	50
19 – Localização hipotética da carioca de Antonina, em 1808	50
20 – Arruamento parnanguara em meados do século XIX, segundo C. Westphalen	52
21 – Localização hipotética das Ruas da Praia, Terço e Baixa, de Paranaguá, em 1808	55
22 – Localização hipotética das Ruas Direita e do Campo, de Paranaguá, em 1808	56
23 – Localização hipotética das Ruas da Gamboa e do Fogo, de Paranaguá, em 1808	57
24 – Localização hipotética da Travessa do Funil, de Paranaguá, em 1808	58
25 – Localização hipotética da Travessa do Funil, na planta de 1815	59
26 – Localização hipotética da Rua do Cargo, de Paranaguá, em 1808	59
27 – Localização hipotética da Tv. da Matriz e Rua do P. da Matriz, de Paranaguá, em 1808	60
28 – Destaque no atual loteamento urbano de Antonina	61
29 – Localização hipotética dos logradouros da zona da praia e do campo de Antonina, em 1808	63
30 – Localização hipotética da Rua Nova da Entrada, de Curitiba, em 1810	65
31 – Localização hipotética da Rua do Jogo da Bola, de Curitiba, em 1810	66
32 – Localização hipotética das Ruas do Rosário e Fechada, de Curitiba, em 1810	68
33 – Localização hipotética das Ruas do Fogo e do Lisboa, de Curitiba, em 1810	69
34 – Provável região da localização do lote requerido em Curitiba, 1841	70
35 – Loteamento da Rua XV de novembro, de Curitiba, século XIX, segundo R. Boschilia	71
36 – Localização hipotética das Ruas N. Flores e da Carioca de Baixo, de Curitiba, em 1810	72
37 – Localização hipotética da Rua da Carioca de cima, de Curitiba, em 1810	73
38 – Localização hipotética das Ruas de S. F. de Paula e N. Sra. do Terço, de Curitiba, em 1810	74
39 – Localização hipotética do Pátio e do Largo da Matriz, de Curitiba, em 1810	75
40 – Planta hipotética de Paranaguá (1808) indicando os sentidos dos topônimos	77
41 – Planta hipotética de Antonina (1808) indicando o sentido dos logradouros	78
42 – Planta hipotética de Curitiba (1810) indicando o sentido dos logradouros	79
43 – Planta indicando o início e a direção hipotética no Pátio e Largo de Curitiba, 1810	80
44 – Localização provável dos lotes de Curitiba acima mencionados	82
45 – Logradouros com as casas, em média, mais caras de Paranaguá, 1808	94
46 – Logradouros de concentração dos pequenos comerciantes em Paranaguá, 1808	98
47 – Logradouro de concentração dos negociantes em Paranaguá, 1808	99
48 – Logradouros de concentração dos fazendeiros em Paranaguá, 1808	102
49 – Logradouros de concentração dos artesãos em Paranaguá, 1808	105
50 – Logradouro de concentração dos chefes que foram camarários em Paranaguá, 1808	111

51 – Logradouros de concentração dos chefes de patentes mais elevadas em Paranaguá, 1808	114
52 – Logradouros de concentração dos chefes brancos em Paranaguá, 1808	117
53 – Logradouros de concentração dos chefes confrades em Paranaguá, 1808	121
54 – Logradouros de concentração da nobreza da terra em Paranaguá, 1808	127
55 – Logradouros de concentração dos “pobres” de Paranaguá, 1808	128
56 – Logradouros com as casas, em média, mais caras de Antonina, 1808	134
57 – Logradouros com mais de 80% dos imóveis cobertos de telha em Antonina, 1808	137
58 – Logradouros onde os agricultores eram mais de 50% das ocupações em Antonina, 1808	141
59 – Logradouros onde os chefes brancos eram maioria absoluta em Antonina, 1808	145
60 – Logradouros onde os chefes de altas patentes eram (...) em Antonina, 1808	148
61 – Logradouros de concentração dos chefes que foram camarários em Antonina, 1808	149
62 – Logradouros de concentração dos chefes com dez ou mais escravos em Antonina, 1808	154
63 – Logradouros da nobreza e dos “pobres” em Antonina, 1808	157
64 – Logradouros com as casas, em média, mais caras em Curitiba, 1810	165
65 – Setores do Pátio da Matriz de Curitiba, 1810	166
66 – Logradouros de concentração das casas, em média, mais baratas em Curitiba, 1810	167
67 – Logradouros de concentração dos negociantes em Curitiba, 1810	170
68 – Logradouros de concentração dos pequenos comerciantes em Curitiba, 1810	172
69 – Logradouros de concentração dos agricultores de subsistência em Curitiba, 1810	175
70 – Logradouros de concentração dos fazendeiros em Curitiba, 1810	176
71 – Logradouros de concentração dos chefes com nove ou mais escravos em Curitiba, 1810	179
72 – Logradouros de concentração dos chefes com 4 a 8 escravos em Curitiba, 1810	180
73 – Logradouros de concentração dos chefes com 1 a 3 escravos em Curitiba, 1810	181
74 – Logradouros de concentração dos chefes com nenhum escravo em Curitiba, 1810	182
75 – Logradouros de concentração dos chefes de patentes mais elevadas em Curitiba, 1810	185
76 – Logradouros de concentração dos chefes de baixas patentes em Curitiba, 1810	186
77 – Logradouros de concentração da elite camarária em Curitiba, 1810	190
78 – Logradouros de concentração dos chefes de cargos menores da Câmara em Curitiba, 1810	192
79 – Logradouros de concentração dos eleitores em Curitiba, 1810	193
80 – Logradouros de concentração dos confrades de Nossa Senhora em Curitiba, 1810	196
81 – Logradouros de concentração da nobreza da terra em Curitiba, 1810	201
82 – Logradouros de concentração dos “pobres” em Curitiba, 1810	203

LISTA DE TABELAS

1 – Comparação das nomenclaturas das ruas de Paranaguá, em diversas épocas	53
2 – Comparação das nomenclaturas das ruas, de Antonina, em duas épocas	63
3 – Comparação das nomenclaturas das ruas de Curitiba, em diversas épocas	64
4 – Lado hipotético em que se iniciou o arrolamento das casas de Curitiba, em 1810	83
5 – Número de casas urbanas por logradouros de Paranaguá em 1808	90
6 – Preço médio de aluguel por logradouro de Paranaguá em 1808	95
7 – Distribuição dos comerciantes pelos logradouros de Paranaguá, 1808	100
8 – Distribuição dos comerciantes nos logradouros de Paranaguá, 1808	101
9 – Distribuição dos fazendeiros pelos logradouros de Paranaguá, 1808	103
10 – Distribuição dos fazendeiros nos logradouros de Paranaguá, 1808	104
11 – Distribuição dos artesãos pelos logradouros de Paranaguá, 1808	106
12 – Distribuição dos artesãos nos logradouros de Paranaguá, 1808	106
13 – Distribuição dos chefes por origem pelos logradouros de Paranaguá, 1808	108
14 – Distribuição dos chefes por origem nos logradouros em Paranaguá, 1808	110
15 – Distribuição dos camarários pelos logradouros em Paranaguá, 1808	112
16 – Distribuição dos camarários nos logradouros de Paranaguá, 1808	112
17 – Distribuição dos chefes milicianos pelos logradouros de Paranaguá, 1808	115
18 – Distribuição dos chefes milicianos nos logradouros de Paranaguá, 1808	116
19 – Distribuição dos chefes por cor pelos logradouros de Paranaguá, 1808	118

20 – Distribuição das cores dos chefes nos logradouros de Paranaguá, 1808	119
21 - Distribuição dos confrades pelos logradouros de Paranaguá, 1808	120
22 – Distribuição dos confrades nos logradouros de Paranaguá, 1808	122
23 – Distribuição dos chefes escravistas pelos logradouros em Paranaguá, 1808	123
24 – Distribuição dos chefes escravistas nos logradouros em Paranaguá, 1808	124
25 – Número de casas por logradouro de Antonina, em 1808	131
26 – Preço médio de aluguel por logradouro em Antonina, 1808	135
27 – Distribuição da cobertura dos imóveis pelos logradouros em Antonina, 1808	136
28 – Distribuição da cobertura dos imóveis nos logradouros de Antonina, 1808	136
29 – Distribuição das ocupações dos chefes pelos logradouros em Antonina, 1808	140
30 – Distribuição dos chefes por ocupação nos logradouros de Antonina, 1808	140
31 – Distribuição dos chefes por origem pelos logradouros em Antonina, 1808	142
32 – Distribuição dos chefes por origem nos logradouros de Antonina, 1808	143
33 – Distribuição dos chefes por cor pelos logradouros em Paranaguá, 1808	144
34 – Distribuição dos chefes por cores nos logradouros de Paranaguá, 1808	145
35 – Distribuição dos chefes por patentes milicianas pelos logradouros em Antonina, 1808	147
36 – Distribuição dos chefes por patentes milicianas nos logradouros de Antonina, 1808	148
37 – Distribuição dos chefes oficiais maiores da Câmara pelos logradouros em Antonina, 1808	149
38 – Distribuição dos chefes vereadores pelos logradouros em Antonina, 1808	150
39 – Distribuição dos chefes juizes pelos logradouros em Antonina, 1808	151
40 – Distribuição dos chefes procuradores pelos logradouros em Antonina, 1808	151
41 – Distribuição dos chefes com cargos maiores na Câmara nos logradouros em Antonina, 1808	152
42 – Distribuição dos chefes escravistas pelos logradouros em Antonina, 1808	153
43 – Distribuição dos chefes escravistas nos logradouros de Antonina, 1808	155
44 – Número de casas urbanas por logradouro de Curitiba em 1810	162
45 – Preço médio de aluguel por logradouro em Curitiba, 1810	168
46 – Distribuição dos chefes comerciantes pelos logradouros de Curitiba, 1810	172
47 – Distribuição dos chefes comerciantes nos logradouros de Curitiba, 1810	173
48 – Distribuição dos chefes agricultores pelos logradouros de Curitiba, 1810	177
49 – Distribuição dos chefes agricultores nos logradouros de Curitiba, 1810	178
50 – Distribuição dos chefes por faixas de escravos pelos logradouros de Curitiba, 1810	183
51 – Distribuição dos chefes por faixas de escravos nos logradouros de Curitiba, 1810	184
52 – Distribuição dos chefes milicianos pelos logradouros de Curitiba, 1810	187
53 – Distribuição dos chefes milicianos nos logradouros de Curitiba, 1810	188
54 – Distribuição dos chefes que exerceram cargos maiores pelos logradouros de Curitiba, 1810	190
55 – Distribuição dos chefes que exerceram cargos menores pelos logradouros de Curitiba, 1810	192
56 – Distribuição dos chefes que foram eleitores pelos logradouros de Curitiba, 1810	194
57 – Distribuição dos chefes que foram eleitores nos logradouros de Curitiba, 1810	194
58 – Distribuição dos chefes confrades de Nossa Senhora pelos logradouros de Curitiba, 1810	196
59 – Distribuição dos chefes confrades de Nossa Senhora nos logradouros de Curitiba, 1810	197

LISTA DE FIGURAS

1 – Comparação das cidades islâmica e cristã	2
2 – Mapa do Brasil com destaque para o estado do Paraná, e as cidades examinadas	9
3 – Vila de Paranaguá por Debret, 1827	35
4 – Vila de Curitiba por Debret, 1827	37
5 – Maquete da cidade de Curitiba, 1876	40
6 – Vila de Antonina por W. Llyod, 1872	40

INTRODUÇÃO

A cidade é produto da ação dos homens, não da natureza. Tal afirmação é uma obviedade, mas alguns estudiosos do ambiente citadino parecem não se darem conta disso. Nem todos os povos construíram cidades, e quando o fizeram o modo não foi único. As cidades da antiguidade clássica, apesar de algumas semelhanças, não são as mesmas que construímos hoje. Não se trata apenas da diferença quanto ao porte, mas do modo como se entende o que é cidade. Essa compreensão depende dos seus construtores, ou seja dos moradores. Mesmo que concebida por um engenheiro militar, a cidade só existia efetivamente quando era habitada. Se antes era só uma idéia, um projeto, com os moradores passava a ser, de fato, uma cidade.

Cada povo ordena seu espaço citadino segundo sua cultura. A compreensão do que é ou era entendido como “rua” ajuda a entender o que diferentes culturas pensam sobre a cidade. No caso da tradição européia medieval, percebe-se que a rua era construída anonimamente por um contínuo de fachadas na disputa pelo acesso do ar, a água e por mais espaço. Era essa a rua a que a documentação se refere. Uma rua que os reinóis portugueses trouxeram consigo e a reproduziram indefinidamente nos espaços coloniais. Apesar das aparentes diferenças, tanto os tratados renascentistas (como o de Leon Battista Alberti¹), quanto à atuação das autoridades administrativas e também a prática quotidiana dos habitantes das cidades ocidentais confluem para esse modelo de implantação urbana que tem na rua o seu modelo definidor.

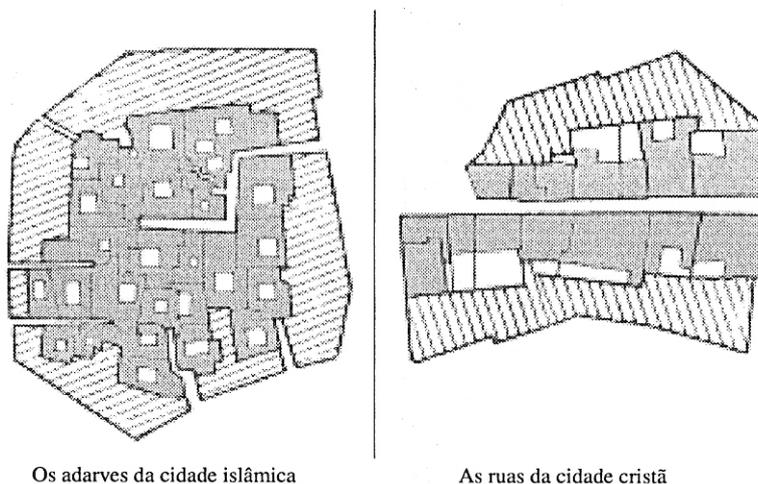
Note-se que estas ruas, que servem de ponto de partida a Alberti, não são representativas de um caos a ser ordenado. Há muito, estão submetidas a princípios de ordem ditados pelas posturas municipais. No entanto, essa ordem não é criada nem pelas posturas e muito menos pelo tratado. As ruas nascem, como veremos, de algo mais profundo, o compartilhamento do acesso ao espaço exterior, ao ar e à luz. São um modo de ocupar o espaço, uma forma específica de segmentá-lo, uma arquitetura, e simultaneamente uma ordem de comportamentos cabíveis e sua prática, uma dada sociabilidade, portanto. Essa rua não é instaurada por autores individuais ou institucionais, mas pelas pessoas detentoras de uma dada tradição cultural.

¹ Leon Battista Alberti (1404-1472) foi um arquiteto italiano autor de um dos mais célebres tratados renascentistas *De re aedificatoria*. Não era somente um teórico da arquitetura, suas obras estão em Rimini, Mantua e Florença – cidades da Itália.

Referindo-se à modelação dos comportamentos pelo viver cortesão, Elias afirmou que a interdependência entre as pessoas “surge uma ordem sui generis, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem”. Não seria abuso dizer o mesmo sobre a produção da rua. Ela é o resultado de um fazer corrente, anônimo.²

Entretanto, esse modo de organizar o desenho urbano não foi a única opção histórica. Outra modalidade de ordem foi, por exemplo, construída no mundo muçulmano. Do mesmo modo era fruto de relações sociais que moldaram a maneira de se construir cidades. Para tal cultura, as ruas residências eram simples locais de passagem que levavam as suas moradas. Chamavam-se “adarves” (se aproximariam do que chamamos de becos, mas não pela má fama), produto de outra concepção de cidade que se diferenciava da cristã no seu aspecto físico, aparentando desordem – uma falsa ilusão.³ As áreas residenciais islâmicas eram formadas por blocos de casas que iam se justapondo de modo a criar um conjunto mais ou menos compacto, somente quebrado por ruas estreitas (como em uma vascularização) que davam acesso às portas das casas.⁴ Segundo o historiador, Magnus Pereira, o que melhor explica essa diferença é a posição da mulher naquelas sociedades (cristã e muçulmana).

Figura 1 – Comparação das cidades islâmica e cristã



PEREIRA, M. R. M. **A forma e o podre**: duas agendas de cidade na época medieval e moderna. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998, p. 174.

No caso cristão, a vida das mulheres era exteriorizada. Elas circulavam na cidade, muitas vezes comercializando produtos. Viviam parte de suas vidas nas ruas, cozinhando,

² PEREIRA, M. R. M. Cortesia, civilidade, urbanidade: conversando com Norbert Elias sobre a conformação do espaço e das sociabilidades na cidade medieval portuguesa. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 30, p. 126, 1999. O trecho citado: ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v. 2, p. 194.

³ Essa noção de caos se delineou, nos últimos séculos, de modo generalizado por se acreditar que a ordem urbana é conquistada somente pelo traçado regular das cidades.

⁴ PEREIRA, M. R. M. **A forma e o podre**: duas agendas de cidade na época medieval e moderna. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998, p. 174-175.

fazendo artesanato em frente às suas moradas, conversando com os vizinhos e realizando diversas outras atividades do cotidiano.⁵ Isso se refletia na casa dessa cultura, que era exteriorizada, e também na rua. A disputa por espaço e a exígua testada das construções – necessidade de ver – apontam nesse sentido. O ar e a luz adentravam na casa pelas janelas, geralmente, pela fachada e pelos fundos. Era, portanto, necessário não permitir o bloqueio delas.⁶ Para tal, as casas tinham que ser construídas – e eram – umas ao lado das outras, formando o contínuo a que chamamos rua.

De modo distinto, a vida das mulheres mulçumana era interiorizada. Elas pouco circulavam na cidade, já que sua função era servir o marido (ou o pai quando solteiras). O que reflete do mesmo modo na sua casa e rua.⁷ A necessidade de ar e sol também existia, mas ela era apropriada através do pátio interno das casas. Não eram necessárias janelas exteriores, a única preocupação era manter a porta desbloqueada. Não havia impedimento de um morador construir sua casa encostada à frente da do outro, bastava que deixasse livre um corredor de acesso e circulação. É essa a origem do traçado dos adarves, que por sua vez geram o traçado aparentemente labiríntico das cidades islâmicas.

Diferentes modalidades de relações sociais produziam diversas formas de ocupação urbana, impondo determinados tipos de traçado. Se a análise fosse – outro exemplo – sobre a cidade japonesa teríamos outra ordem que poderia aparentar ser caótica para outras culturas, mas que de fato não era. No Japão, até hoje, o modo de se numerar das casas (que não é crescente) e de nomear os logradouros confundem o visitante menos avisado.⁸

Tendo em mente que relações sociais específicas geram formas distintas de ocupar o chão urbano, propomos no presente trabalho um olhar mais detalhado sobre determinadas práticas sociais que são princípios de organização espacial da cidade luso-brasileira: a distribuição socioespacial dos moradores. A questão básica colocada é a de tentar desvendar a maneira como se agrupavam os moradores de nossas vilas e cidades, estabelecendo vizinhanças. Esta é outra modalidade de “ordem” urbana, cujo foco está na seleção dos vizinhos. Perguntamo-nos, então, se existem diferenças que evocam qualquer tipo de

⁵ PEREIRA, M. R. M. op. cit., p. 160.

⁶ Em Curitiba, no século XVIII em diante, os almotacés – um fiscal da Câmara – eram informados com certa frequência de moradores tentando ocupar espaços alheios (da Câmara ou dos vizinhos). Sobre a legislação portuguesa a respeito ver PEREIRA, M. R. M. op. cit., p. 158.

⁷ PEREIRA, M. R. M. op. cit., p. 174.

⁸ O endereço de uma casa é indicado por uma placa horizontal na esquina de duas ruas anônimas. Nessa sinalização está escrito o número da unidade da área (chome) e o número do conjunto de chomes (machi). Os números não são crescentes. São ordenados pela data de construção ou da subdivisão dos lotes. NEIVA, S; RIGHI, R. A importância da cultura na construção do espaço urbano no Japão. *Pós* (Revista da Pós-graduação FAU-USP), São Paulo, v. 15, n.24, p. 29, 2008.

distinção na organização espacial do desenho urbano de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX? Caso afirmativo, quais são as relações entre o local de habitação urbana e a posição social e econômica dos moradores?

Para termos idéia dessa ordem produzida pelos habitantes podemos exemplificar com Mateus Leme⁹, morador de São Paulo, que, em 1592, solicitava à Câmara um lote (na época chamado de “data”) para recolher a sua família: “oito braças craveiras com seu quintal necessário em uns chãos que estavam defrontes as casas de seu pai”.¹⁰ Nesse exemplo, pode-se notar que o pedido do lote não era aleatório. O requerente indicava o lugar onde desejava construir sua casa. Percebe-se, nesse caso, que as relações de parentesco podiam influir na escolha. Outros muitos fatores podiam influir nessas escolhas: estar próximo a um local estratégico de mercado, buscar a proximidade com outros moradores de mesmo nível socioeconômico, etc.

Outras vezes, pode-se presumir, a posição da morada reflete uma “não escolha”. É o caso das populações mais despossuídas a que eram entregues lotes em locais mais insalubres, como as regiões alagadiças. Elas não se concentravam ali porque “escolhiam”, mas porque foi o único local onde “conseguiram” morar. Assim, os espaços urbanos eram, e continuam sendo, ordenados segundo os padrões de uma dada ordem social. A presente dissertação é um passo na busca de entender tais padrões de ordenamento.¹¹

⁹ Trata-se de um homônimo do Mateus Leme fundador de Curitiba. Porém muito anterior, era do século XVI enquanto o povoador de Curitiba era do século XVII. 100 anos separam os “Mateus”.

¹⁰ SÃO PAULO. **Cartas de datas de terra**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937, v, 1, p. 54. (Publicado também no Registro Geral, vol. I, p. 40). Apesar de não ter identificado o logradouro em que se localizava tal lote, é possível imaginar que não se tratava de um terreno extenso. Oito braças craveiras são 8,8 m. Portanto, não era uma fazenda ou sítio. Provavelmente era um lote urbano.

¹¹ De modo embrionário, objetivou-se fazer esse exercício no trabalho de conclusão. KATO, A. T. T. **Outra Paranaguá Urbana: Implicações sócio-econômicas na configuração espacial de uma vila colonial (1808)**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

CAPÍTULO 1 – ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL

Desde o século XIX, a cidade colonial é tema de discussão no Brasil.¹² No século XX, a maior parte das pesquisas sobre o tema teve seu objeto no traçado urbano, sobretudo na discussão se os portugueses teriam, ou não, planejado as cidades coloniais brasileiras. A formação na área de arquitetura responde, em parte, pela escolha desse objeto. Alguns historiadores foram influenciados por esses mesmos arquitetos. Para vários pesquisadores dessa temática, a ordem urbana se confunde com o traçado geométrico das ruas.

No entanto, essa visão já era corrente entre os intelectuais do nosso país, desde o século XIX. Mesmo entre os leigos essa idéia era vigente. Em um jornal curitibano de 1854, por exemplo, vem expresso ponto de vista que relacionava uma suposta desordem urbana com a ausência de um traçado regular das ruas, e a falta de controle da municipalidade sobre o arruamento e as construções.

A nossa câmara municipal, que tão solicita se mostra no desempenho das suas importantes funções, permitirá que de passagem lhe lembremos, que logo que o governo [provincial] ponha à sua disposição algum engenheiro, é preciso tratar de dar a esta nossa capital um plano, a que se sujeitem as novas construções, que nela se estão levantando quase todos os dias. As nossas grandes capitais, inclusive a corte do Rio de Janeiro, são cidades muito defeituosas por se haverem levantado sem plano a gosto e capricho dos primeiros proprietários. Se ao principio houvesse tratado a tempo de prover de pronto remédio esta falta, teríamos hoje no Brasil, com o progresso que têm ido as coisas, belíssimas cidades. A largura das ruas, que não deve ter menos de 7 a 8 braças, a uniformidade da extensão dos quarteirões, certas condições de arquitetura nas casas, que ponham um freio ao mau gosto e à péssima rotina de construções aleijadas¹³

Essa noção – encontrada em outros periódicos da época – foi difundida posteriormente na historiografia brasileira. Do ponto de vista acadêmico, Sérgio Buarque de Holanda foi o primeiro a problematizar a ordem urbana nas cidades de tradição portuguesa. Em estudo publicado em 1936, expressou idéias sobre um suposto caos na organização espacial na cidade colonial brasileira no afamado capítulo “O semeador e o ladrilhador”, da

¹² Na Curitiba de 1836, os vereadores já discutiam o “mau arruamento em que se acha” a vila. CURITIBA. **Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba**, Curitiba, v. 48, p. 31, 1930. Já o precursor de uma análise mais global sobre a forma da cidade no Brasil foi Capistrano de Abreu em obra bastante conhecida. ABREU, J. Capistrano. **Capítulos de historia colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. da UNB, 1981.

¹³ Apud PEREIRA, M. R. M. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996, p 110. Extraído do **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 29 de abril de 1854, p. 3-4.

coletânea de ensaios intitulada “Raízes do Brasil”.¹⁴ O pesquisador das questões coloniais era tributário da concepção em que a ordem urbana coincidia com o traçado das ruas, a mesma que já circulava nos meios impressos no século XIX.

a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo”¹⁵

Para construir a noção de que a cidade de origem portuguesa no Brasil era fruto da falta de organização – uma suposta ausência de ordem –, o historiador paulista recorreu ao recurso da comparação com o modelo de cidade edificada pelos espanhóis na América. No paralelo estabelecido, essas últimas tinham vantagens, principalmente, porque teriam sido fruto de uma concepção prévia, de um ato de vontade; de planejamento, em suma.¹⁶ No continente americano as cidades hispânicas seriam projetadas, enquanto as urbes portuguesas teriam surgido quase que espontaneamente e, por isso, sem um plano construtivo.

Holanda estabeleceu, então, uma visão que se tornaria dominante na análise do espaço urbano colonial luso-brasileiro: ordem espacial e traçado retilíneo das ruas eram sinônimos. Um dos primeiros a reforçar essa idéia foi o arquiteto estadunidense Robert Smith que, em 1954, não foi menos radical quando afirmou que os portugueses nada inventaram no planejamento de cidades em países novos, e que ignoravam a ordem.¹⁷ Para Smith, a ordem citadina também coincidia com o traçado geométrico dos logradouros.

Contrariando essa concepção, alguns pesquisadores objetivaram demonstrar a existência de uma ordem instaurada nas cidades do Brasil colônia, também tendo como objeto o traçado urbano. Entre eles estavam os historiadores da arquitetura Paulo F. Santos e Nestor Goulart Reis Filho que, em 1968, publicaram seus trabalhos sobre o tema. Este último divulgou pesquisa em que analisou a cidade como ponto partida no processo de colonização portuguesa. Foi a partir da fundação de cidades que se teria dominado o território americano.¹⁸ Já P. Santos publicou estudo sobre as diferenças entre as cidades de colonização hispânica e portuguesa, para determinar as peculiaridades das cidades coloniais. Diferentemente de

¹⁴ HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1936]. O capítulo “O sementeiro e o ladrilhador” e “Herança rural” constavam na primeira edição como um só título: O passado agrário. A partir da segunda edição, essa divisão se consolida.

¹⁵ HOLANDA, S. B. *op. cit.*, p. 110.

¹⁶ O arquiteto Ramon Gutierrez (especialista em cidades coloniais hispano-americanas) discorda dessa posição. Segundo este autor, muitas cidades edificadas pelos espanhóis na América nasceram sem plano, sem repartição dos lotes, sem ata de fundação. GUTIERREZ, R. **Arquitectura y urbanismo em Iberoamerica**. Madrid: Cátedra, 1992, p. 85.

¹⁷ SMITH, R. **As Artes na Bahia**: arquitetura colonial. Salvador: Prefeitura de Salvador, 1954, parte 1, p. 11-12.

¹⁸ REIS Filho, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1968, p. 66-77.

Holanda, não subestimou as cidades do Brasil por questões formais, apenas considerou que elas eram distintas das espanholas.¹⁹ Ambos os autores mencionados (Santos e Reis Filho) procuraram demonstrar que os portugueses detinham conhecimento sobre o traçado regular, e o aplicaram nas cidades do continente americano. Apesar desse avanço, tais autores continuaram a tratar como sinônimos ordem e traçado das ruas.

Outra autora a destoar da opinião de Holanda foi a geógrafa norte-americana Roberta Delson, em obra publicada em 1979. Elaborando uma revisão da produção teórica sobre o tema, refletiu sobre o conhecimento já acumulado sobre a questão.²⁰ Teve como objetivo demonstrar o conhecimento e a difusão do traçado regular urbano na colonização do Brasil, especialmente no século XVIII.²¹ Afirmou que o planejamento de vilas e cidades aqui representou o absolutismo da Coroa portuguesa em controlar, principalmente, as zonas mineiras. Apesar de também ter avançado, assim como Santos e Reis Filho, a pesquisadora retomou a velha e parcial noção que relacionava ordem urbana com o traçado regular e geométrico de ruas e quarteirões.

De modo geral, os pesquisadores mencionados (e outros posteriores) buscaram refutar a idéia de que a tradição urbana colonial portuguesa caracterizou-se pela desorganização do traçado. Alguns exemplos de cidade regular na Metrópole foram apontados com o intuito de desmistificar o desconhecimento do plano regular. Vários desses estudiosos ponderaram sobre escolhas feitas, considerando que a preferência pela informalidade era estratégica e não sinônimo de desordem. No entanto, mesmo em estudos mais recentes, produzidos em Portugal e no Brasil sobre as possessões portuguesas na América colonial, o objeto da análise da ordem urbana não consegue ultrapassar a do desenho urbano – infelizmente.²² Historiadores, e principalmente arquitetos, continuam a abordar o tema de modo empobrecido. Seguem recuperando os pressupostos de Holanda, hoje muito defasados, persistindo em relacionar o traçado geométrico das ruas com “ordem”.

Todavia, essa ordem a que se referem esses autores não é a única forma de se entender a organização espacial da cidade. A ordem urbana é algo mais amplo do que o

¹⁹ SANTOS, P. F. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ IPHAN, 2008 [1968], p. 48-66.

²⁰ DELSON, R. M. **Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997 [1979], p. 1-15. Na versão em inglês: **New towns for colonial Brazil: spatial and social planning of eighteenth century**. Ann Arbor: Department of Geography, Syracuse University, 1979, p.1-13

²¹ DELSON, R. M. op. cit, p. 49-87.

²² Em um livro comemorativo dos descobrimentos portugueses que tinha como objeto o urbano sob diversos pontos de vista, a maioria dos autores escreveu artigos associando ordem ao traçado. Entre estes historiadores e arquitetos havia tanto brasileiros quanto portugueses. CARITA, H.; ARAUJO, R (org.). **Colectânea de estudos: Universo Urbanístico Português, 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.

simples traçado e mais complexo do que sua “imposição” pelo Coroa portuguesa ou pelas câmaras municipais. Alguns estudos mais contemporâneos buscaram expandir a área de análise do urbano colonial.²³ Dentre todos, vale mencionar o arquiteto Murillo Marx, que analisou a questão sob outra perspectiva. Em estudo publicado em 1989, avaliou o papel do poder eclesiástico na ordenação dos espaços. A escolha do sítio das igrejas era indício desse poder. O controle dos equipamentos urbanos como adros, pátios e ruas, principalmente em procissões, era outro elemento que indicava essa influência.²⁴ Apesar da ampliação do quadro, continuou-se a pensar a cidade ordenada pela vontade de um poder exterior. Desta vez, era a Igreja que organizava o espaço. Ignora-se, mais uma vez, todo um conjunto de pessoas que participaram diretamente na construção das cidades: seus moradores.

Por isso, é imprescindível que nos afastemos da noção de rua como “arte geométrica”, ato de vontade planejada, partindo para uma nova abordagem. A rua não necessita do projeto do engenheiro militar para existir, mas também não é um fenômeno da natureza. Segundo o historiador Magnus Pereira, a rua é uma construção feita por homens, regida por certa tradição cultural européia, construída anonimamente por um contínuo de fachadas que se organizam na disputa pelo acesso do ar, a água e por mais espaço.²⁵

Essa forma de organizar o traçado urbano, através da constituição das ruas, não é, entretanto, a única opção histórica. Como vimos na “Introdução” deste trabalho, o modo de se organizar o espaço urbano é uma construção histórica. Diferentes modalidades de relações sociais produzem diversas formas de ocupação urbana. Aquela que se estabeleceu na Europa, o que inclui Portugal, e, depois, no Brasil, a qual tinha a rua como principal elemento definidor, é apenas uma delas.

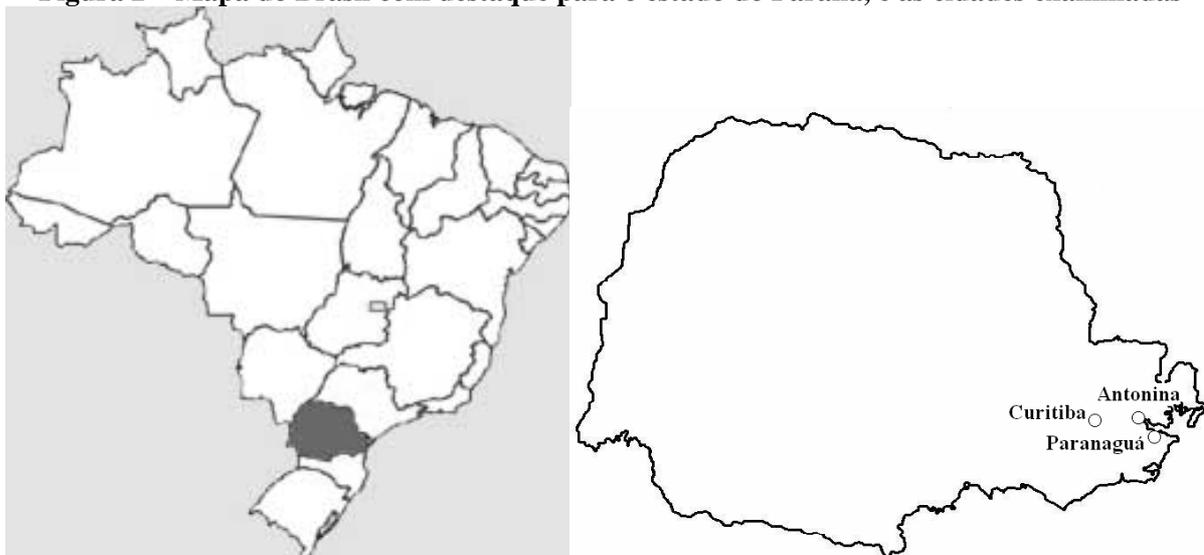
Buscamos, assim, avaliar como os moradores luso-brasileiros de três vilas no Brasil colonial (Curitiba, Antonina e Paranaguá – no atual Estado do Paraná, Brasil) reproduziam essa forma – a européia – de ocupação do solo citadino, e principalmente, como se organizavam no espaço.

²³ Entre eles podemos apontar RAMINELLI, R. Simbolismos do espaço urbano colonial. In: VAINFAS, R. **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1992, p. 163-175; FALCON, F. J. C. A cidade colonial: algumas questões a propósito de sua importância político-administrativa (séculos XVII/XVIII). In: Colóquio de estudos históricos Brasil-Portugal, 1., 1994, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUC-MG, 1994, p. 89-100; PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995; BICALHO, M. F. B. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 24, n.1, p. 31-57, 1998.

²⁴ MARX, M. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: EDUSP, 2003 [1989], p. 61-81.

²⁵ PEREIRA, M. R. M. **A forma e o poder: duas agendas de cidade na época medieval e moderna**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998, p. 160.

Figura 2 – Mapa do Brasil com destaque para o estado do Paraná, e as cidades examinadas



A ordem, portanto, deixa de ser analisada sob ponto de vista do traçado, e passa a ser focalizada sob a lógica da distribuição socioespacial. Ponto de vista este sobre o qual a historiografia quase não se pronuncia a não ser por estudos isolados, nos quais esse problema comumente aparece de maneira secundária – geralmente.

Como registrou a historiadora inglesa Natalie Davis, em rápida passagem de um famoso estudo, sobre a localização preferencial de dois grupos de judeus em Hamburgo. No início do século XVII, os “sefardins” (de origem ibérica) residiam na Cidade Velha e os “ashkenazim” (judeus “alemães”) moravam, sobretudo, no oeste da Cidade Nova, próximo a Porta do Moleiro. Essas localizações teriam a vantagem de serem próximas das principais zonas comerciais e, também, possibilitar uma fuga rápida.²⁶ Como se percebe neste exemplo, podem ser diversificados os fatores que incidem sobre o espaço urbano, gerando uma determinada “ordem” que o organiza e define.

Essa ordem poderia ser suscitada por questões diversas tais como econômica, cultural, de parentesco, profissional, dentre outras. Frequentemente por demandas econômicas, devido, por exemplo, ao preço dos imóveis. Analisando a cidade de São Paulo no início do XIX, a arquiteta Beatriz Bueno identificou áreas para os moradores mais abastados, e outras para os “pobres”.²⁷

As questões culturais também geraram determinadas ordens urbanas, como no caso

²⁶ Como a fuga que aconteceu em 1650 quando os judeus de ambas os grupos foram expulsos de Hamburgo. DAVIS, N. Z. **Nas margens**: três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 19.

²⁷ BUENO, B. P. S. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo colonial: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de São Paulo em 1809. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 73-75, 2005.

em que determinados grupos étnicos escolheram ou eram restringidos a um dado bairro. Assim como o que aconteceu em São Paulo quando, no início do século XX, um bairro foi ocupado pelos japoneses (a Liberdade), ou uma rua de Curitiba de meados do XIX que trazia na sua nomenclatura a origem de alguns dos seus moradores (ou da maioria deles), a Rua dos Alemães (atual Rua 13 de Maio).

As relações de parentesco também costumam ser determinantes nas escolhas espaciais urbanas. Era freqüente que membros de uma mesma família residissem em domicílios próximos entre si. Edilberto Trevisan, memorialista de Curitiba, apontou a suposta localização de algumas famílias dos primeiros povoadores da vila. Segundo este autor, os “Lara” e os “Carrasco dos Reis” preferiam residir no lado leste da praça principal enquanto no sul estavam os “Siqueira”.²⁸

O arruamento por ofícios também era outro motivo a ser considerado na escolha do local de moradia. Ruas de profissionais eram bastante comuns em Portugal. No Brasil foram menos correntes, mas existem indícios de terem existido algumas ruas ou bairros de ofício, com espaços determinados para sapateiros, comerciantes ou as “zonas” de prostitutas. Em Vila Bela (MT), entre 1750-1820, o historiador Jose Roberto Amaral Lapa afirmou que havia uma rua para os comerciantes, sem, contudo, apresentar qualquer demonstração empírica para sustentar tal afirmativa.²⁹

Enfim, pessoas podiam formar vizinhanças, e com freqüência o faziam. Esses agrupamentos passavam a “significar”: a rua, a região ou o bairro dos ricos ou dos pobres, a rua dos comerciantes, a região dos pescadores, etc. Na maioria das vezes, essas situações não eram fruto de leis que, quando existiam, geralmente não eram respeitadas. Os moradores produziam essa ordem, residindo, por vários motivos, próximos aos seus iguais.

Pesquisadores de várias áreas acadêmicas tomaram essa questão, a da ordem social refletida no espaço, como tema principal de seus estudos sobre as cidades. É o caso da historiadora lusitana Maria da Conceição Ferreira, que analisou uma rua em Guimarães medieval, habitada pelo alto clero e por funcionários públicos de destaque. Pela seleção entre vizinhos, tal rua se tornou espaço da elite (ou de uma elite).³⁰ A distinção social pode ser

²⁸ Por não ter formação universitária, Edilberto não tem o mesmo cuidado dos historiadores em registrar a fonte consultada, o que nos leva a conceber o que suas afirmações se tratam de conjecturas. De qualquer forma, anotou-se essa hipótese de localização das famílias dos fundadores de Curitiba. TREVISAN, E. **O centro histórico de Curitiba**: sua formação – tentativa de localização dos seus moradores (1668-1853). Curitiba: Edição do autor, 1996, p. 87.

²⁹ LAPA, J. R. A. Ciclo vital de um pólo urbano: Vila Bela (1751-1820). In: Anais do Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 7., 1974, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 1974, v. 1, p. 314-315.

³⁰ FERREIRA, M. C. F. Elementos para um estudo sociotopográfico de Guimarães na baixa Idade Média: um espaço residencial de elite. **Cadernos do Noroeste**, Minho, v. II/2-3, p. 179-216, 1989.

evidenciada no espaço pela concentração de chefes de domicílio com elevado prestígio social em um mesmo logradouro, ou em uma mesma vizinhança. Este era outro modo de ordem constituído pelos moradores.

Outro historiador a focalizar a organização socioespacial foi Magnus Pereira que sintetizou alguns elementos chaves da organização da cidade islâmica medieval em Portugal, na qual foi possível perceber uma estrutura social refletida no espaço. Havia áreas para a classe dirigente, a “alcaçova” e outra para os não-dirigentes, a “almedina”. Existiam áreas para as residências, e outras para o comércio, o “sûq” (as sûq = açougue) – que por sua vez era setorizado pelas atividades exercidas.³¹

Pesquisadores vinculados a outras disciplinas freqüentemente focalizaram o mesmo objeto, mas, em vez de voltar-se ao passado, estudam as cidades do presente. Costumam analisar temas do século XX pelas suas próprias formações. A antropóloga portuguesa Graça Cordeiro analisou um bairro na Lisboa da década de 1920, o que lhe possibilitou entender como territórios distintos foram cultivados no interior de uma mesma circunscrição, desta vez, por associações civis e suas festas.³² Dependendo da época em questão, dois ou três clubes dominavam espacialmente setores do mesmo bairro. Esse estudo indica como grupos organizavam espacialmente, excluindo os que não pertenciam as suas agremiações.

Similar situação foi estudada por sociólogos. Norbert Elias e John Scotson analisaram a comunidade inglesa de Winston Parva, nas décadas de 1950-1960, na qual perceberam que dois grupos tinham espaços de residência diferenciados. Segundo os autores, um fato social o tempo de permanência das famílias naquela área – era o motivo dessa distinção que se revelava espacialmente.³³ Famílias já há duas ou três gerações se avaliavam superiores – e agiam como – em relação aos recém-chegados, que se consideravam – e eram considerados – de condição social menor apesar de terem a mesma origem, as mesmas profissões, e estar dentro de um mesmo status econômico.

Por sua vez, a realidade americana-colonial foi analisada sob o aspecto da distribuição socioespacial. A análise da cidade de Cuenca, no atual Equador, feita pelo historiador francês Jacques Simard demonstrou a existência de um processo de segregação

³¹ PEREIRA, M. R. M. op. cit., p. 171.

³² CORDEIRO, G. I. Territórios e identidade: sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 125-142, 2001.

³³ ELIAS, N; SCOTSON, J. L. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders (Introdução). In: _____. **Estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 19-50.

sócio-étnica refletida no espaço.³⁴ O autor evidenciou que no século XVI havia um processo de segregação baseada na relação colonizadores/índios que se refletia na ocupação dos lotes urbanos. O centro era ocupado pelos brancos, aos índios restava a residência na periferia.³⁵ Muitas vezes, segregações como as que ocorriam nas cidades hispano-americanas eram caracterizados por traçados de rua e loteamento diferenciados. O espaço ocupado pelos índios tinha um traçado “orgânico”³⁶, enquanto os brancos (a nobreza local) habitavam áreas cujo traçado era geométrico.

Dois séculos depois, a distinção social em Cuenca continuava a gerar espaços de moradia diferenciados, com a inclusão da população mestiça que residia entre o espaço dos brancos e o dos índios. Contudo, já no XVII tal distinção socioespacial era perceptível. O historiador francês demonstrou que já estava em curso um processo de hierarquização dos bairros demonstrado com a reserva dos quarteirões mais centrais para as elites locais.

Os historiadores Ciro Cardoso e Paulo Araújo analisaram o espaço urbano do Rio de Janeiro do século XVII. Perceberam que, mesmo que ainda fosse incipiente, já se podia apreender certa estratificação social dos moradores. Na capital fluminense, havia espaço para a nobreza local, a Rua da Misericórdia, e provavelmente – apesar de não se referirem – regiões para os “pobres”. O comércio principal já encontrara o seu lugar: a Rua Direita. Nos bairros da cidade a setorização também ocorreria, porém os autores não explicitaram quais grupos e em que lugares habitavam.³⁷

Aliás, o arruamento por ofícios, utilizado em algumas cidades do Brasil colônia, já era comum – como já afirmamos – na tradição urbana medieval portuguesa. No mesmo lote (em geral na mesma casa) em que tinha sua moradia, o morador exercia a atividade que lhe garantia meios de sobrevivência. Era o caso específico de locais, como os que existiam em Lisboa, reservados para a venda de cereais e de carnes ou para mercadores.³⁸ Não faltam exemplos de outros arruamentos reservados para sapateiros ou ferreiros, por exemplo.³⁹ Ainda na sede da Metrópole, a Coroa e a Câmara lisboeta tentaram impor segregação espacial

³⁴ SIMARD, J. P. Formación, desarrollo y configuración sócio-étnica de una ciudad colonial: Cuenca, siglos XVI-XVIII. **Anuário de Estudos Americanos**, Sevilha, v. LIV-2, p. 413-445, 1997.

³⁵ Na verdade as diferentes cores apontadas por este autor eram reflexos de distinção social. O homem branco não era realmente branco, talvez seu fenótipo fosse. Já o mestiço era o pobre desqualificado por exercer atividades não enobrecedoras. De modo geral, serve também para o Brasil colonial.

³⁶ Por falta de uma palavra melhor utilizamos traçado “orgânico” como sinônimo daquele desenho urbano que não sofreu intervenção do engenheiro militar.

³⁷ CARDOSO, C. F; ARAUJO, P. H. **Rio de Janeiro**. Madri: Editorial Mapfre, 1992, p. 69.

³⁸ PEREIRA, M. R. M. op. cit., p. 202 e 209.

³⁹ SERRÃO, J. V. **História de Portugal**. Lisboa: Ed. Verbo, 1979, v. 1, p. 336.

àquelas “mulheres de vida odiosa, mas necessárias a paz”.⁴⁰ Tentaram é o termo correto, já que não conseguiam mantê-las em um mesmo setor de moradia.⁴¹

Em algum momento, pela concentração de pessoas com mesmas profissões, o logradouro tornou-se uma rua de ofício. O resultado foram as muitas ruas de sapateiros, de oleiros, de prostitutas, entre outras. Mesmo depois de perder tal serventia, muitas mantinham, pela tradição, seus topônimos.⁴²

No Brasil não existem estudos específicos sobre as ruas de ofício, apenas raras reflexões a respeito, como a que fez Nelson Omegna, que num exercício de generalização afirmou que no entorno das igrejas matrizes se reunia o comércio.⁴³ O arquiteto Nestor Goulart Reis Filho foi outro pesquisador a fazer semelhante exercício imaginativo.⁴⁴ Afirmou haver ruas de comércio, em Salvador e no Rio de Janeiro, coloniais. Para este último autor seria mais apropriado falar em zonas de comércio, haja vista que um conjunto de ruas próximas agregava o comércio local. Na capital baiana, os comerciantes e artistas teriam localização na Rua da Ajuda e em outro logradouro de nome não registrado pelo autor. No Rio de Janeiro, o setor comercial estaria na praia.⁴⁵

Diferentemente de Omegna e Reis Filho, o historiador Théó Piñeiro demonstrou empiricamente que a Rua Direita, e logradouros próximos, era a região habitada preferencialmente pelos negociantes no final do século XVIII.⁴⁶ De acordo com os historiadores Cardoso e Araújo, já no XVII, a mesma Rua Direita concentrava o comércio.⁴⁷ Apesar do logradouro não ter topônimo que remeta diretamente à atividade exercida, tornou-se uma rua de “ofício”, no caso de comerciantes. Em Antonina, no início do século XIX, salvaguardado o tamanho dos núcleos urbanos, a Rua Direita concentrava os quase todos os comerciantes.⁴⁸ Nem sempre essa associação nome da rua e profissional era válida. O historiador Carlos Lima anotou certa discrepância nesse sentido, no Rio de Janeiro de fins do

⁴⁰ MATOS, G. S. A Rua da Mancebia. **Revista Municipal**, Lisboa, n° 32, p. 23-34, 1947; MACEDO, L. P. **A rua e a horta da Mancebia**. Lisboa: Amigos de Lisboa, 1948, p. 3-11 (separata).

⁴¹ Sobre esse assunto, ver PEREIRA, M. R. M; CRUZ, A. L. R. B. Mancebias e judiarias; espaços de segregação na cidade portuguesa (séc. XIV a XVII). **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 5, n. 1, p. 133-154, 2004.

⁴² FERREIRA, M. C. F. Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520). **Revista de Gvimarães**, Guimarães, v. 96, p. 120, 1986.

⁴³ OMEGNA, N. **A cidade colonial**. Brasília: EBRASA, 1971, p. 25.

⁴⁴ Reis Filho e Omegna fizeram suposições sem fundamentação em fontes.

⁴⁵ REIS Filho, N. G. op. cit., p. 132-133.

⁴⁶ PIÑEIRO, T. L. A construção da autonomia: o Corpo de Commercio do Rio de Janeiro. In: V Congresso Nacional de História Econômica. Caxambu: **Anais...**, 2003, p. 3. Disponível em: http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_94.pdf. Acesso: 5 de outubro de 2009. A denominação Rua Direita têm raiz no significado da palavra, quer dizer a ligação entre dois pontos. Direta entre duas igrejas, por exemplo, ou entre dois pontos importantes.

⁴⁷ CARDOSO, C. F; ARAUJO, P. H. op. cit., p. 69.

⁴⁸ GOMES, S. V. **Organização espacial numa vila colonial luso-brasileira, Antonina – 1808**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003, p. 29.

dezoito.⁴⁹ Aparentemente, perderam as serventias que lhes deram o nome, mas não topônimo.

Além dos estudos em que aparecem essas questões pontuais de organização espacial, existem outros que se propuseram a analisar algumas cidades luso-brasileiras em termos mais gerais. É o caso daqueles elaborados por Sandro Gomes (2003), por mim mesmo (2004) e por Beatriz Bueno (2005), que analisaram a organização dos espaços urbanos de cidades do centro-sul do país no início do século XIX.⁵⁰ As fontes históricas utilizadas nos três estudos foram justamente os Livros de Décima Urbana de Antonina, Paranaguá e São Paulo, respectivamente. A Décima Urbana foi um imposto predial do qual falaremos adiante por estar na origem da fonte base utilizada para elaborar a presente dissertação.

Nas monografias de conclusão de curso de S. Gomes e naquela de minha autoria procurou-se compreender se a estrutura social tinha reflexos em uma segregação espacial dos chefes com domicílio urbano. Para tal exercício foram cruzados os nomes dos chefes de domicílio – contidos nos livros de Décimas – com as informações coletadas em Listas Nominativas de Habitantes, espécie de censos nominais – sobre os quais discorreremos depois – em que a população era arrolada por domicílios e em que algumas características sobre os moradores eram anotadas (estado conjugal, patente miliciano etc.). Tais estudos mostraram que existiam indícios de setorizações, mas que esses não se apoiavam em um só elemento socioeconômico (origem, cor ou ocupação, por exemplo), mas na condição social como um todo dos chefes.

A arquiteta Beatriz Bueno, que também analisou a questão socioespacial através da Décima Urbana, evidenciou, dentre outros resultados, setores mais valorizados quanto ao preço de aluguel em São Paulo. Segundo a autora, isto indicava haver áreas para chefes mais abastados – em torno das principais igrejas e próximos as zonas de comércio – e outras para os que não podiam pagar os elevados valores dos imóveis ou do aluguel dos mesmos.⁵¹ Diferentemente das duas monografias acima mencionadas, esta pesquisadora trabalhou apenas com os dados registrados no livro de imposto, o que restringiu suas análises, limitando-as, fundamentalmente, a aspectos relacionados à casa.

De qualquer modo, essas três últimas análises (Gomes, Kato e Bueno) se diferenciam

⁴⁹ LIMA, C. A. M. **Artífices do Rio de Janeiro** (1790-1808). Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 88.

⁵⁰ No CEDOPE/DEHIS-UFPR (Centro de Documentação e Pesquisa da História dos Domínios Portugueses, séculos XV ao XIX) alguns pesquisadores vêm produzindo trabalhos sobre a Décima Urbana há algum tempo. Desde 2002, o professor Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira orienta trabalhos que tem como objetivo a análise da organização espacial em cidades coloniais luso-brasileiras. O citado trabalho de S. Gomes e o meu são frutos disso. GOMES, S. V. op. cit. KATO, A. T. T. **Outra Paranaguá Urbana: Implicações sócio-econômicas na configuração espacial de uma vila colonial (1808)**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. BUENO, B. P. S. op. cit., p. 59-97.

⁵¹ BUENO, B. P. S. op. cit., p. 73-75.

do que já foi produzido no Brasil, porque demonstraram, apoiando-se em fortes evidências empíricas, que nas cidades luso-brasileiras aconteciam setorizações espaciais promovidas pelos próprios moradores. Essas pesquisas demonstram a existência de uma ordem que não foi construída, provavelmente, por leis e decretos, mas pelos habitantes. Grupos que buscavam distinguir-se frente a outros tendiam, naqueles casos, a criar áreas específicas de moradia.

A contribuição que pretendemos dar à análise da organização espacial foi buscar compreender como se dava a disposição dos chefes de domicílio no espaço urbano em Paranaguá, Antonina e Curitiba, procurando entender, caso existente, se havia áreas para os grupos sociais e quais as bases socioeconômicas em que se sustentavam essas distinções. O presente trabalho é o aprofundamento dessas primeiras análises desenvolvidas na monografias de S. Gomes e na minha. A diferença entre o que já foi feito, é que agora foi feita a ampliação da análise sobre Paranaguá e Antonina, com a adição de novos elementos caracterizadores dos chefes de domicílio, e a inclusão de uma nova cidade, Curitiba, no intuito de comparar formas de se organizar espacialmente.

A DÉCIMA URBANA

Em Portugal, a Décima Urbana era cobrada desde meados do século XVII.⁵² No Brasil, esse imposto predial foi promulgado em 27 de junho de 1808.⁵³ Esta foi a primeira vez que a Coroa determinou a cobrança de um tributo sobre todas as edificações citadinas no ultramar. Um imposto de 10% sobre o valor de aluguel (real ou estimado) dos imóveis a ser pago pelos inquilinos moradores das cidades litorâneas no Brasil e nos outros domínios lusos.⁵⁴ A exceção eram as Santas Casas de Misericórdia, pela piedade do seu instituto, e as cidades da Ásia, pela “decadência” em que se encontravam, as quais estavam isentas.⁵⁵

⁵² Conforme KUSHNIR, B. Traços da imigração portuguesa no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. **População e Sociedade**, Porto, n.14/15, parte I, p. 90, 2007.

⁵³ Fonte: Livro de Lançamento do imposto de dízimos de Paranaguá (10-11-1808 a 06-02-1857), sob código IM V.1. Doravante Décima Urbana de Paranaguá. Acervo do Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba. Cópia digital pertencente ao CEDOPE, UFPR. Desconhece-se o título original do documento já que a encadernação é do final do século XX. Apesar do marco cronológico 1808-1857, só existe uma Décima, a de 1808. Papéis avulsos sobre pedidos de isenção e outros documentos relacionados foram anexados na mesma encadernação. A primeira transcrição conhecida deste alvará que instituiu o imposto foi publicada no final do século XIX. BRASIL. **Collecção das Leis do Brazil de 1808**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 69-73. Mais recentemente, outra transcrição do mesmo alvará foi publicada como anexo de um artigo. CARRARA, A. A. Espaços urbanos de uma sociedade rural (Minas Gerais, 1808-1835). **Varia História**, Belo Horizonte, n° 25, p. 151-153, 2001.

⁵⁴ Caso o imóvel não estivesse alugado, a Junta do imposto arbitraria o preço.

⁵⁵ A palavra “decadência” escrita no alvará que determinava a Décima Urbana é, como sabemos, um termo

O cálculo do imposto era feito do seguinte modo. Primeiro, o imóvel era avaliado. A maneira como era feito este procedimento não foi registrado nos livros de imposto predial examinados. O primeiro número anotado na fonte era o valor de aluguel que, imaginamos, fosse um percentual fixo do valor atribuído à casa. Isso manteria uma padronização das casas (e, portanto, dos aluguéis), e explicaria a velocidade de execução do imposto – feito em até sete dias.⁵⁶ Até o momento, não pudemos determinar qual era esta alíquota. De todo modo, depois que se conhece tal valor o cálculo do imposto – descrito no alvará – tinha início.

Como exemplo hipotético, partimos do preço de um aluguel anual no valor de 1\$000 réis. Retirava-se deste valor 10%: 0\$100 réis. Desta última cifra se subtraía 10% para consertos das fachadas: \$010 réis. A importância restante era o imposto predial: \$090 réis. Ou seja o imposto representa 9% do aluguel.⁵⁷

Os livros de Décima produzidos na Comarca de Paranaguá são semelhantes aos de outras regiões do Brasil. Era corrente que os escrivães registrassem os logradouros (ruas, travessas, becos, largos, etc.), às vezes com indicação do sentido e do lado (direito e esquerdo) em que foram arrolados os proprietários. Registrava-se comumente o nome do proprietário e do chefe da família moradora (mesmo sendo 2º domicílio), assim como os valores de aluguel e do imposto. Os livros de Décimas da Capitania de Minas tinham, por exemplo, essas informações.⁵⁸ As outros dados variavam, pois eram de iniciativa de cada escrivão. Nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, os escrivães anotaram um número maior de informações como a tipologia (térreo, sobrado e assobradado), e sub-tipologias (número de lanços, quintal e cozinha).⁵⁹ As ruas em que se localizavam os armazéns foram indicadas nas Décimas de Paranaguá, São Paulo e Rio de Janeiro assim como a cobertura de palha de parte das casas de Antonina.

Para as vilas litorâneas da Comarca de Paranaguá, um livro foi escriturado contendo

subjeto. Depende do critério utilizado, e de quem julgou.

⁵⁶ O livro contendo as Décimas da Comarca de Paranaguá passou a ser escrito no dia 10 de novembro. O livro de Décima de Paranaguá foi escriturado em, no máximo três dias. Abriu-se em 14 de novembro e terminou até 17. Talvez antes, porque não temos a data final, somente a data em que se iniciou o registro da Décima subsequente. Nesse intervalo de tempo (entre o dia 10 e 17) devem ter sido avaliados os imóveis. Seriam quase 43 casas avaliadas por dia. O que provavelmente não aconteceu. Mesmo que as avaliações tivessem iniciado antes, o número de casas orçadas ainda seria alto se fossem feitas uma a uma. Por isso, acreditamos haver ter sido feita certa padronização. Outro número corrobora com esse pensamento. Dois preços de aluguel concentram os maiores percentuais, 7\$680 era o valor de 27% dos imóveis, e 5\$760 de 18%. Uma padronização que daria velocidade na avaliação, cobrança e escrituração do livro de imposto predial da vila.

⁵⁷ Pode haver uma pequena diferença no resultado isto porque os portugueses, daquela época, não se utilizavam da virgula. Preferiam arredondar o resultado final, 4,1 tornava-se, por exemplo, 4.

⁵⁸ CARRARA, A. A. **A Real Fazenda de Minas Gerais**: guia de pesquisa da coleção Casa dos Contos de Ouro Preto. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2003, v. 1, p. 34.

⁵⁹ BUENO, B. P. S. op. cit., p. 63. GLEZER, R. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007, p. 82-86; CAVALCANTI, N. **O Rio de Janeiro Setecentista**: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 259-272.

as Décimas da jurisdição, iniciado a 10 de novembro de 1808. No termo de abertura consta que estavam registradas os impostos prediais de Paranaguá (sede da comarca), Antonina, São Francisco, Iguape, Guaratuba e Cananéia. No entanto, as duas últimas não estão contidas no referido livro.⁶⁰ Deste caderno, analisamos as duas primeiras vilas – Paranaguá e Antonina.

Na comarca, a primeira cobrança do imposto a ser instituída foi a de Paranaguá cujo livro contendo a Décima passou a ser escriturado em 14 de novembro de 1808. Os lançamentos no Livro da Décima parnanguara foram divididos por ruas e travessas. Em relação à maioria das vias, o escrivão teve o cuidado de definir o lado da rua (esquerdo e direito) em que se localizava a casa do morador tributado, e em relação a algumas ruas a sua direção (Rua do Terço indo para o São Francisco, por exemplo) foi anotada. Quase sempre, arrolaram-se as casas de um lado, depois, as do outro. A numeração das casas, anotadas na margem das páginas, reiniciava a cada novo logradouro. Foram arrolados 294 imóveis no “intramuros” da vila, distribuídos em onze logradouros.⁶¹

Em cada anotação de domicílio foi registrado qual era o nome do proprietário, o do inquilino (se havia), a situação do morador com relação à casa (se morador, se alugada, etc.), preço do aluguel anual em réis (às vezes, o valor mensal), assim como os valores dos abatimentos para consertos e o da Décima. Veja-se um exemplo de lançamento de imóveis:

[Paranaguá]
Rua do Terço indo para o São Francisco
Lado esquerdo

Casas próprias do Tenente Coronel Ricardo Carneiro dos Santos alugadas ao Capitão Antonio Jose Alves pela quantia de nove mil e seiscentos por ano vem a sair de cima a quantia de novecentos e sessenta dos quais abatida a de cima para consertos na forma do Regimento vem a décima oitocentos e sessenta e quatro réis com a qual a quantia se sai a margem.....864\$. Lançada no Livro da Receita, fl.3.

(Fonte: Décima Urbana de Paranaguá, fl. 9 frente).⁶²

Mesmo aqueles imóveis sem condição de habitação (em ruínas ou em construção) foram relacionados, porém sem imposto, porque não tinham valor de aluguel a taxar – 4,4% dos imóveis. Indicação de pavimentos (sobrados de um andar e térreos) foi feita no corpo do

⁶⁰ Pela contagem das folhas, não houve divisão do livro. Por isso, se produzidos, os livros de imposto predial dessas últimas devem estar em outro(s) volume(s). Paranaguá, Antonina e Guaratuba são cidades do atual Estado do Paraná. Iguape e Cananéia, Estado de São Paulo. São Francisco, Estado de Santa Catarina.

⁶¹ Na Décima de Paranaguá foi anotada a existência de dois setores, o extramuros e o “intramuros” sem assim ser denominado. Não tinha nome. O extramuros (com cinco imóveis) também pagava o imposto da Décima. Como não pudemos localizar essa área, não espacializamos esses moradores. De fato não sabemos se trata de uma região, ou se esses moradores tinham casas esparsas sem setor definido. Analisamos exclusivamente o intramuros. Não foi inventariada nenhuma outra freguesia urbana.

⁶² Todos os textos citados das fontes foram modernizados para se evitar abreviaturas ou confusões na leitura. Contudo, as estruturas das frases foram preservadas. Outro dado importante desse trecho supracitado é a indicação de livros de receita onde foram registrados os valores dos impostos pagos. Não localizamos essas fontes para nenhuma das vilas analisadas.

texto e na margem.

No dia 17 de novembro de 1808, o mesmo escrivão de Paranaguá escriturou o livro de Décima de Antonina.⁶³ Nesta vila, teve o cuidado de anotar, para algumas casas, a cobertura de palha (as demais eram, provavelmente, cobertas com telhas). Às vezes, o escrivão teve o cuidado de definir o lado da rua (esquerdo e direito) em que se localizava o imóvel tributado. A direção em que foram contabilizadas as casas geralmente não foi registrada (a exceção das Travessas para o campo e para o mar). As 114 casas foram numeradas seqüencialmente, sem que se reiniciasse a cada novo logradouro (sete ruas ou travessas foram registradas).⁶⁴

Assim como na cabeça da comarca (e como determinava a lei), em Antonina foi registrado qual era o nome do proprietário, o do inquilino (se havia), a situação do morador com relação à casa (em que mora, fechada, alugada, etc.), valor do aluguel anual em réis, assim como a taxa da Décima. Os imóveis sem condição de habitação ou uso foram relacionados, porém sem imposto – 18% das casas. Diferentemente de Paranaguá, não foram anotados sobrados e, tampouco, armazéns. Muito provavelmente porque não existiam.

Em um segundo momento, as cidades do sertão foram incluídas na cobrança. O Alvará de 3 de junho de 1809 determinaria a extensão do imposto para todas as aglomerações urbanas no Brasil.⁶⁵ A partir de então, os oficiais camarários de Curitiba elaboraram o livro de Décima do município.⁶⁶ Dentre as vilas analisadas, é o livro no qual menos informações sobre as casas foram relacionadas.

⁶³ Abriu-se o livro de Décima da vila em 17 de novembro. A data final da escrituração não foi registrada, mas no dia posterior a Décima seguinte, de São Francisco, foi iniciada. Essa situação reforça nossa hipótese que as casas tinham uma padronização de valores, por isso a grande velocidade de execução do imposto. Fonte: Livro de Lançamento do imposto de dízimos de Paranaguá, sob código IM V.1. A Décima de Antonina foi encadernada nesse mesmo volume. Doravante Décima Urbana de Antonina. Acervo do Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba. Cópia digital pertencente ao CEDOPE/DEHIS-UFPR.

⁶⁴ Essa numeração seqüencial nos sugeriu que não era corrente a utilização dos números na identificação dos imóveis. O modo de endereçar era outro, como veremos. Encontramos, também, dificuldade em localizar as casas relacionadas na “Ponta da pedra”, um dos logradouros registrados na Décima de Antonina. Não encontramos fontes que pudessem indicar qual era ao local deste. Era uma casa sem morador, em ruínas. Essa situação dispensou maior esforço nessa tarefa. Como examinamos a condição social dos moradores, qualquer imóvel sem condições de habitação, era descartado. Foi esse o caso, e de mais 20 casas. O livro de imposto antoninense traz adicionado ao seu conteúdo além do setor urbano propriamente em torno da Igreja Matriz, a povoação de Morretes (que em 1841 desmembrou-se, formando outro município). Nesta segunda freguesia urbana, parte dos imóveis não foi registrada em logradouros. Isso impediu a espacialização dos moradores. Diante desta situação, optamos por não trabalhar com essa freguesia.

⁶⁵ BRASIL. **Collecção das Leis do Brazil de 1809**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 72-73.

⁶⁶ Modernamente nomeado “Livro de Lançamento de dízimo (predial) de Curityba”. Sob código IM V.2. Acervo do Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba. Assim como o livro de imposto para o litoral, desconhecemos o título original já que a última encadernação é do final do século XX. O livro de Décima Urbana de Curitiba inicia na folha 139 frente e termina na 178 verso. Esse é um indício que assim como para o litoral, um mesmo escrivão (não o mesmo de Paranaguá) deve ter escriturado as Décimas do planalto (como Castro e Lapa) – ou, então, o mesmo livro circulou pelas vilas. É apenas uma hipótese porque não pudemos localizar esses outros livros de Décimas.

Os lançamentos na Décima curitibana foram divididos por onze ruas e pelo Pátio e largo da Matriz. O escrivão não teve o cuidado de definir o lado da rua (esquerdo e direito) em que se localizava o morador tributado, tampouco a direção delas foi anotada. Em cada nota foi registrado os nomes do proprietário, e o do morador (geralmente a mesma pessoa), a situação deste com relação à casa e valores do aluguel e do imposto. Exceção, os imóveis sem condição de uso – 19,7% –, como nas outras duas vilas analisadas. A numeração das casas reiniciava a cada novo logradouro. Foram registrados os sobrados (e suas localizações), porém não houve o mesmo cuidado com a anotação das casas comerciais.⁶⁷

É importante dizer que os edifícios administrativos e as igrejas não foram taxados, tampouco registrados nos Livros de Décima. O alvará não determinava a isenção destes prédios, porém foi o que aconteceu. Já as Casas de Câmara que funcionavam em casas alugadas de proprietários privados foram tributadas.⁶⁸ No caso específico de Paranaguá, havia uma casa de fundição do ouro que também não foi arrolada nem taxada na Décima.⁶⁹

NOÇÕES DE URBANO NA TRADIÇÃO PORTUGUESA

A instituição da Décima obrigou as Câmaras, a partir de 1808, à demarcação de um perímetro urbano para que da cobrança fosse efetuada. Mas a que “urbano” se referiam os legisladores da Coroa? O que era considerado como setor urbano naquelas sociedades luso-brasileiras? Essas são perguntas de difícil resposta. Os pesquisadores de cidades coloniais no Brasil não tiveram a preocupação de defini-lo, ou pelo menos definir o que eles próprios (S. Holanda, N. Goulart, P. Santos, R. Delson, M. Marx, etc.) entendiam. Mesmo que de modo preliminar, é necessário arriscar-se na tentativa de compreender o que os habitantes do Brasil colônia compreendiam por urbano, e como isso era expressado nas fontes.

Analisando a legislação portuguesa sobre a questão de terras, a historiadora Raquel Glezer entendeu haver clara distinção entre a terra urbana e a rural.⁷⁰ A autora recorre às Ordenações Manuelinas, Afonsinas e Filipinas para demonstrar que, apesar de a legislação ser dispersa, a Coroa procurava delimitar o que era rural, urbano e o rocio. Não era objetivo dela

⁶⁷ Além das casas do setor em torno da Igreja Matriz, na Décima de Curitiba também pode ser encontrado arrolados a Freguesia de São José e a Capela do Tamanduá. Não foi possível localizar as casas anotadas naquelas regiões porque não foram anotados os logradouros em que estavam as moradas. Por isso, não realizamos nosso estudo da distribuição socioespacial naquelas supostas freguesias citadinas.

⁶⁸ O que não inclui imóveis de ordens religiosas ou de propriedade particular dos clérigos que eram taxadas.

⁶⁹ O historiador Vieira dos Santos que residiu em Paranaguá no início do século XIX deu notícia da existência desse imóvel até o início da década de 1820. VIEIRA DOS SANTOS, A. **Memória Histórica de Paranaguá (1850)**. Curitiba: Vicentina, 2001, v. 2, p. 14.

⁷⁰ GLEZER, R. op. cit., p. 111-121.

compreender até que ponto essa distinção se fazia presente no cotidiano das cidades luso-brasileiras. Por isso não avançou mais. Mas tivemos que ir além, buscando entender se as fontes da época dão indícios sobre como os moradores faziam diferenciação entre urbano e rural (caso fizessem distinção).⁷¹

Compreender o que, no período, era percebido por urbano não é tarefa fácil. Os livros de Décima dão resposta parcial a essa questão, porque essa cobrança obrigou às Câmaras a demarcarem um perímetro urbano para que fosse executado o imposto sobre os prédios. Naquele momento, o espaço urbano foi registrado de modo claro e conciso. Uma edificação, para ser urbana, tinha que estar ligada a um “acidente topográfico” reconhecido como cidadão. Rua, travessa, largo, etc. eram os logradouros urbanos mais freqüentemente usados para referenciar esses imóveis.

Em fontes mais antigas, também, pode-se perceber com clareza a existência de um espaço urbano. A documentação iconográfica catalogada pelo arquiteto Nestor G. Reis Filho mostra algumas maneiras através das quais as vilas e cidades costumavam ser representadas.⁷² Em tais representações, pode-se notar a clara tentativa de separar o urbano do rural. Na cartografia urbana era comum aparecerem os blocos formados pelas edificações, os quais configuravam os quarteirões, que por sua vez delimitavam as ruas e praças. Nesse tipo de desenho, quase sempre feitas por pessoas com alguma formação em engenharia militar, predominava a intencionalidade de exibir a ocupação urbana através do sistema viário. Sítios e fazendas que provavelmente existiam no entorno, não costumavam ser representados. (ver Planta 1)

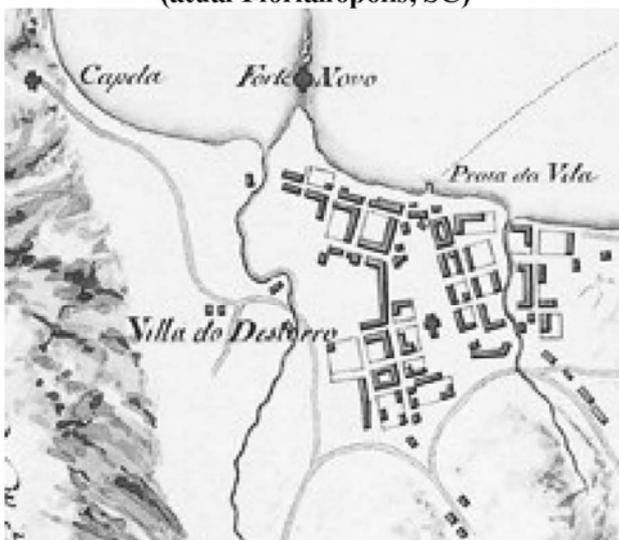
Outra maneira de desenhar as vilas e cidades era representar as suas edificações. Neste caso, não havia a preocupação de registrar os logradouros e o sistema viário. No entanto, outros elementos característicos eram registrados. Não apenas as casas, igrejas e fortificações, mas também pelourinhos, cruzeiros (símbolo do catolicismo) e forcas (símbolo da justiça) aparecem, demonstrando que eram elementos essenciais no imaginário de

⁷¹ Quando examinou o Rio de Janeiro, no final do século XVIII, o historiador Carlos Lima percebeu que naquela cidade estava em processo uma gradual distinção das profissões urbanas com relação as rurais. Enquanto as primeiras concentravam-se cada vez mais no setor cidadão, a segundas foram sendo expulsas e se instalando nos caminhos que levavam a cidade. LIMA, C. A. M. op. cit., p. 92.

⁷² REIS Filho, N. G. **Imagens de vilas e cidades coloniais no Brasil**. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

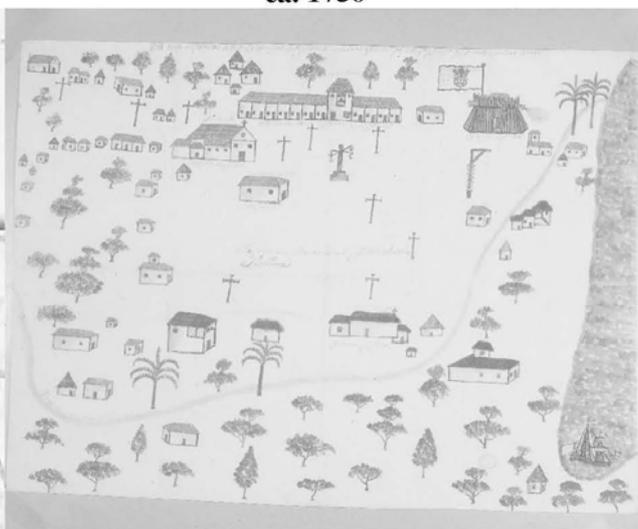
caracterização das vilas e cidades.⁷³ Essa maneira de mostrar a cidade era mais freqüente entre leigos sem formação em cartografia ou engenharia. (ver Planta 2)

**Planta (1) da Vila de Desterro, 1774
(atual Florianópolis, SC)**



REIS Filho, N. G. **Imagens de vilas e cidades coloniais no Brasil.**
São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 226.

**Planta (2) da Vila de Fortaleza (CE),
ca. 1730**



REIS Filho, N. G. **Imagens de vilas e cidades coloniais no Brasil.**
São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 132-133.

Em qualquer dos casos, a cidade aparece como uma concentração de edifícios, organizados segundo regras mais ou menos evidentes, e separadas espacialmente do seu entorno. Outro elemento nos indica a persistência dessa mesma diferenciação: a muralha. Na Europa medieval, o setor urbano era reforçado por elas. No Brasil colônia, quando presentes, também separava o núcleo citadino dos subúrbios rurais.

Contudo, é necessário lembrarmos que o uso da palavra “urbano” não era comum em documentos da época.⁷⁴ Em nenhuma ata da Câmara ou audiência dos almotacés de Curitiba, este vocábulo foi utilizado, em todo o período colonial. Nem mesmo quando da execução da Décimas sobre os prédios. Em outras atas das Câmaras pesquisadas (São Paulo e Recife), principalmente dos séculos XVII e XVIII, essa palavra também não foi registrada. Isto não

⁷³ A historiadora Janice Theodoro da Silva já demonstrou como a força e o pelourinho eram importantes para os moradores de São Paulo, e principalmente para o governantes, que com isso mantinham formas de se diferenciar do seu entorno, a natureza e os índios. SILVA, J. T. **São Paulo 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial.** São Paulo: Moderna, 1984, p. 21-32 (sobre o pelourinho) e 59-63 (sobre a força).

⁷⁴ Não estamos considerando dicionários da época porque havia dificuldade de se ter acesso a esse livro. Não temos informações de que algum morador de Curitiba ou de Paranaguá (dos quais conhecemos alguns inventários e testamentos) tenha tido um dicionário e, portanto, ter tido acesso a uma definição. De qualquer modo, Bluteau definiu “urbano” como “coisa própria dos que vivem em cidades”. Relativo à civilidade, como em urbanidade “vem a ser o mesmo que o comedimento, e bom modo dos que vivem em cidades, em diferença da rusticidade, e grosseria dos que vivem nas aldeias, e no campo”. BLUTEAU, R. **Vocabulário Português e latino.** Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, 8 vols. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/>. Acesso em 29 de março de 2010.

quer dizer que os moradores das cidades luso-brasileiras não percebessem o seu espaço de modo segmentado entre áreas rurais e urbanas. Consideramos que havia outra palavra que definia o que entendiam por urbano: era “vila”, ou “cidade”, no caso das aglomerações maiores.⁷⁵

na mesma vereança [1746] apareceu o almotacé Simão Gonçalves de Andrade que querendo que as cavalgaduras que se acham *nesta vila* se devam mandar botar fora por serem prejudiciais as casas e quintais como destruíram e desmancharam o Conselho que de presente se tinha feito a Capela de Nossa Senhora do Terço⁷⁶

A Câmara de Curitiba ordenou a retirada das cavalgaduras da vila. Não se tratava de expulsar os animais do território do município haja vista que eram necessários para vencer os grandes deslocamentos. A remoção era do setor urbano já que os animais provocaram danos às construções.

Esse tipo de relação vila/setor urbano também pode ser visualizado nas Listas Nominativas de Habitantes do município curitibano. Na primeira de 1765, a cidade foi dividida por região de moradia. Primeiro eram arrolados os moradores da “Vila”, depois os do rocio, bairros e freguesias, o que marca bem os diversos níveis de segmentação espacial adotado tanto institucionalmente como no saber corrente. Essa noção parecia ser bastante difundida nas Listas Nominativas de outras realidades, Fortaleza (CE), Paranaguá (PR), Vila Rica (MG, atual Ouro Preto) e Itu (SP).

A “Lista dos homens brancos que habitam dentro desta Vila de Fortaleza do Ceará”, de 1799, indica “vila” como sinônimo de setor urbano.⁷⁷ Em três outras vilas a distinção era, ainda, mais evidente. Na Lista Nominativa de Paranaguá, de 1767, os moradores do espaço urbano foram divididos por logradouros (ruas, travessas, etc.) enquanto os do Rocio – área intermediária – e dos bairros que são porções do rural aparecem referidos por região de moradia.⁷⁸ Na Lista de 1804, em dois distritos de Vila Rica (Antonio Dias e Ouro Preto) os domicílios tinham endereço, e os demais eram divididos por região de moradia (Alto da Cruz, Cabeças, Morro e Padre Faria, Água Limpa e Taquaral).⁷⁹ Na Lista de Itu, de 1813, os

⁷⁵ Em São Paulo falava-se em “cidade e seu termo”, em 1730, e, em 1736, “fora da cidade”. SÃO PAULO. **Atas da Câmara de São Paulo**. São Paulo: Typographia Piratininga, v. 10, 1915, p. 53 e 469.

⁷⁶ CURITIBA. op. cit, v. 18, p. 60, 1925. Grifo nosso para destaque.

⁷⁷ Conforme VIEIRA Junior, A. O. **Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005, p. 8-9.

⁷⁸ PARANAGUÁ. Maços de população. Listas nominativas de habitantes de Paranaguá (1767). 4º Companhia de ordenanças. Acervo do Arquivo Público de São Paulo. Cópia em microfilme pertencente ao CEDOPE/DEHIS-UFPR.

⁷⁹ MATHIAS, H. G. **Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais** (Vila Rica – 1804). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969, p.3-62 (para Antonio Dias) e p.63-113 (para Ouro Preto).

moradores da região urbana eram localizados por logradouros enquanto os das zonas rurais por bairros.⁸⁰

Os inventários e testamentos trazem semelhantes indicações. Em 1729, no arrolamento das posses de Maria Bicudo Camacho foram relacionadas – dentre outros bens – “duas casas na vila [de Curitiba] de dois lanços com três portas, coberta de palha e uma fechadura mourisca no valor de 8\$000 réis” e mais “trezentas braças de terras da outra banda do norte do Barigui” (um bairro no termo do município).⁸¹ O inventário de casas no setor urbano era feito, num primeiro momento, localizando-se com um genérico “na vila”. Enquanto, o arrolamento no setor rural era feito a partir da localização por bairros.

As audiências e correições dos almotacés de Curitiba também empregavam similar diferenciação, como se pode observar naqueles registros em que se ordenava à limpeza dos regos e aterrados.⁸² Em 1739, “correndo [o escrivão e o almotacé] todos os aterrados e regos de dentro desta Vila, achou os regos entupidos e uma ponte de dentro da vila desconcertada”.⁸³ Os aterrados a que se refere o escrivão estavam localizados, possivelmente, na zona urbana.

Outro documento que nos mostra semelhante noção é o Inventário de Bens rústicos de Curitiba, de 1818. Na última coluna da lista era mencionado o local de residência do fazendeiro. A maioria deles morava na própria fazenda (ou em outra fazenda de sua propriedade), poucos no Rocio (2%), e havia àqueles que habitavam “na vila” (11%). Essa vila a que se referia o escrivão era, provavelmente, o núcleo urbano.

As escrituras de compra e venda de casas de Curitiba são mais relevantes quanto à localização das casas citadinas, ou seja, na caracterização daquilo que era entendido como urbano. Já no título era anotado que o bem negociado era uma *terra* – para bens rurais – ou uma *casa* – para bens urbanos. Uma propriedade rural era localizada pelos seus vizinhos, pela topografia (um rio, uma montanha, etc.), e pelo local onde se localizava (o bairro, freguesia

⁸⁰ Conforme SAMARA, E. M. Aspectos de uma vila paulista em 1813. (de acordo com os dados fornecidos pelos Maços de População de Itu). In: Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 7., 1974, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 1974, v. 1, p. 350.

⁸¹ Inventário de Maria Bicuda Camacha (1729) acervo do Arquivo Público do Paraná. Transcrição da historiadora Rosângela Maria Ferreira dos Santos (CEDOPE/UFPR).

⁸² É possível imaginarmos que a definição de um setor urbano colonial contivesse a área da cobertura dos serviços da Câmara municipal. A limpeza dos regos, a proibição dos entulhos, as normas para a construção dos prédios eram ordenados pelo Concelho, e executados pela população, somente nesta área. Na zona rural, essas medidas eram obrigações dos proprietários de terras, e somente cabia a eles definir quando seriam feitas. Contribuição da professora Dra. Martha Hameister.

⁸³ PEREIRA, M. R. M; NICOLAZZI Junior, N. F. (orgs.) **Audiências e correições dos almotacés** (Curitiba, 1737 a 1828). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 110. Neste livro foi publicado a transcrição dos livros de almotaçaria da vila. O almotacé é um cargo camarário responsável por fiscalizar basicamente um conjunto de normas no setor urbano das vilas, e nos caminhos que levavam as porções do rural.

ou no rocio).⁸⁴ Já as casas urbanas eram arroladas, em um primeiro momento, como localizadas “na vila” com seus vizinhos, mais tarde por logradouros (ruas, travessas, becos, pátio ou largos).

Por ora, temos que ter em mente o acanhamento inicial das vilas e cidades no Brasil permitia essa localização genérica – na vila – devido ao exíguo número de casas. Não era necessário maior detalhamento para esse referenciamento. Era o caso de um termo de compra e venda de uma casa, em Curitiba, pelo capitão Paulo Bicudo, de 1719, onde o escrivão não anotou informações mais precisas sobre a localização da casa em questão, um genérico “na vila” foi o único dado de localização registrado.⁸⁵ Com isso, queria dizer que a dita casa era urbana e não rural. Situação semelhante foi percebida pela lingüista Maria Vicentina Dick quando analisou a toponímia paulistana do século XVI. Era a praça, o adro da igreja, a ponte registrados, assim, genericamente.⁸⁶ Não era preciso mais do que isso. A familiaridade das pessoas com a região, dispensava outros indicadores.

Com o aumento do número de construções a necessidade impõe-se, e o modo de localizar uma casa torna-se mais intrincado. É sobre isso que nos detemos mais profundamente na seção seguinte. Nesse momento, como exemplo dessa situação, a casa ganha em dote por Baltazar Carrasco dos Reis, em 1720, localizada na vila de Curitiba, cujo vizinho era o próprio Baltazar.⁸⁷ Por todo o período colonial a vizinhança era um dos principais modos – se não o principal – de referenciamento das casas urbanas (ou das terras rurais). Isso ocorria tanto nas vilas aqui analisadas, quanto em outras, tomadas para comparação como Vila Rica (atual Ouro Preto - MG) e Castro (PR) ou no Rio de Janeiro onde Gonçalo Correia de Sá solicitou lote na Rua da Praia cujos vizinhos eram Diogo Sodré, Manoel de Brito e Jorge Pinto (vizinho dos fundos).⁸⁸

Contudo, não se trata apenas de um processo do tipo “evolutivo” no qual o modo de se localizar uma casa urbana tornava-se cada vez mais complexo. Dependendo do propósito para que foi elaborada a fonte analisada e do escrivão da mesma havia uma maior ou menor

⁸⁴ Emprestamos da geografia a definição do vocábulo topografia: Técnica de representação gráfica das formas de um terreno e seus acidentes naturais ou artificiais.

⁸⁵ CURITIBA. Livro de Notas nº 2, fls. 61 frente a 62 frente. Acervo do 1º Tabelionato de Notas de Curitiba. Cópia digital pertencente ao CEDOPE/DEHIS-UFPR. Todos os livros de notas citados nessa dissertação pertencem ao acervo desse mesmo tabelionato.

⁸⁶ DICK, M. V. P. A. A ciranda dos nomes na toponímia da cidade de São Paulo. **Cadernos de História de São Paulo**, São Paulo, nº 2, p. 63, 1993.

⁸⁷ CURITIBA. Livro de Notas nº 2, fl. 91.

⁸⁸ VILA RICA. Termos de Accordões da Camara. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 25, v. 2, p. 73, 1937. CASTRO. **Atas da Câmara**. Acesso em 27 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.camaracastro.pr.gov.br/atas/1798.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2009. RIO DE JANEIRO. **Tombo das Cartas das Sesmarias do Rio de Janeiro** (1594-1595 e 1602-1605). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1967, p. 124.

exatidão no referenciamento. Isso pode ser visualizado nos termos de hipoteca, e principalmente, nos de doação das casas urbanas de Curitiba, contidas nos mesmos livros de notas que eram escriturados pelos mesmos tabeliães que lavravam os termos de compra e venda. A rua era a principal referência de localização de um imóvel, juntamente com os vizinhos (às vezes sem essa indicação) que eram anotados desse modo ainda no início do século XIX. Mesmo os termos de venda na maioria das vezes não eram tão detalhados quanto à localização dos imóveis urbanos. Faltava, às vezes, o nome dos vizinhos ou mesmo o nome do logradouro (“a rua que vai para” a casa de um morador).

Uma explicação plausível para essa situação pode ser corroborada através do número de proprietários de casas urbanas em Curitiba. Em 1810, a partir da tabulação dos dados obtidos na Décima, pudemos ter ciência de que 91% dos proprietários tinham uma só casa urbana. Admitindo essa situação (que não deve ter sido muito diferente no século anterior) podemos imaginar que ao referenciar uma casa, para o tabelião não era preciso anotar mais do que a rua e os vizinhos. Para aquela sociedade bastavam esses elementos de identificação.

ACIDENTES DA TOPOGRAFIA URBANA

Nas diversas fontes analisadas, o modo de localização das casas urbanas nos possibilitou compreender a noção de endereçamento que era utilizada na época. Hoje a localização é feita a partir dos topônimos referentes à estrutura viária (ruas, travessas, praças, etc.), numeração das casas e CEP (Caixa de Endereçamento Postal). No entanto até o início do século XIX, na maior cidade do Brasil, o Rio de Janeiro, era inexistente a numeração dos imóveis. Foi no processo de cobrança da Décima Urbana que pela primeira vez as casas da cidade que se tornaria a capital do Império do Brasil foram numeradas.⁸⁹ Em Curitiba, uma cidade muito menor, também não encontramos qualquer referência a numeração nos documentos camarários até a implementação do primeiro imposto predial. Mesmo depois, a numeração das casas registrada na Décima curitibana não parece ter sido empregada novamente.⁹⁰

⁸⁹ CAVALCANTI, N. op. cit., p. 264.

⁹⁰ Em Curitiba, casas foram numeradas e aparentemente padronizadas somente décadas depois. Na seção de anúncios do jornal “Dezenove de Dezembro” (publicado entre 1854-1890) é recorrente o morador ser registrado como residindo em uma determinada rua ou travessa, e logo após era indicado o número dos imóveis: Rua Direita, nº 21, por exemplo. **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 9 de maio, 1855, p. 4. No Rio de Janeiro, a numeração das casas parece ter sido corrente, pelo menos, desde 1830. No “Diário do Rio de Janeiro”, Antonio Machado de Carvalho foi registrado como morador da Rua de São Pedro, número 9, entre a Rua Direita e o Trapiche do Trigo. Apud FARIAS, J. B; et. al. **Cidades Negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006, p. 45.

Se não havia números nas casas, como os habitantes localizavam determinado imóvel? Além da indicação dos vizinhos e dos logradouros, notamos que em documentos diversos (atas das Câmaras, cartas de concessão de datas, livros das audiências dos almotacés, escrituras de compra e venda) havia o costume de localizá-las através de outros pontos de referência: fontes de água, do pelourinho, dos muros, das igrejas, etc. É possível denominar esses elementos de referência, junto com aqueles que compunham a estrutura viária, de “acidentes topográficos urbanos”. Nos estudos geográficos utilizam-se acidentes naturais (como montanhas, rios, entre outros) ou artificiais (como pontes, estradas, barragens, etc.) existentes sobre a superfície terrestre para caracterizar uma determinada região. Da mesma forma, podem-se utilizar as ruas, praças, igrejas, etc. para referenciar o espaço urbano. Por isso entendemos por acidente da topografia urbana qualquer elemento utilizado para caracterizar um dado espaço dentro da área citadina. No nosso estudo, e nas fontes analisadas, predominam os acidentes construídos pelos homens.

Dentre esses acidentes, um dos mais importantes referenciais na estrutura física das vilas era o pelourinho. Quando a vila de São Paulo dava seus primeiros passos, em 1594 (fundada quarenta anos antes), este era um acidente da topografia bastante utilizado para se localizar casas urbanas.

[Antonio Rodrigues] vende como de feito vendeu a Marcos Sanches de Paredes umas casas de taipa de pilão cobertas de palhas [segue descrição da casa] que partem de uma parte com as casas de Salvador de Paiva e da outra com as casas de Sebastião Leme e com rua e praça pública defronte do pelourinho e lhas vende por preço e quantia de quatro mil reis⁹¹

Notemos que o referenciamento foi feito a partir da vizinhança e logradouro. Mais importante do que residir na cidade (às vezes, imposta pela profissão – comerciantes, por exemplo), era o local escolhido para se habitar. Essa preferência não nos parece aleatória. Mais adiante discorreremos melhor sobre essa questão. Nesse momento, a título de exemplo

⁹¹ SÃO PAULO. **Cartas de datas de São Paulo** (1555-1600). São Paulo: Subdivisão de Documentação Histórica/ Departamento de Cultura, v. 1, 1937, p. 70.

em Curitiba, no início do século XVIII, pode-se ler algumas petições requisitando a demarcação de lotes urbanos junto a parentes que já haviam edificado suas casas.⁹²

O pelourinho servia de referencial nos tempos do ouvidor Pardino (1720) em Curitiba (30 anos depois da fundação da vila) quando da escolha do local da construção de um prédio próprio para a Casa de Câmara e cadeia. Parecia ser o principal marco de localização nos tempos iniciais da cidade.⁹³

[os oficiais da Câmara] tinham arrematado em praça as obras da Cadeia e casa para o Concelho que eles oficiais da Câmara serviam mandar fazer a qual (ilegível uma palavra) foi arrematado em dois deste presente mês [fevereiro de 1721] e por esta publica escritura de obrigação a fazer a dita obra (ilegível duas palavras) que estão demarcados defronte do pelourinho que fica para a parte do poente e para a parte do sul fica defronte as casas de Maria Paes mediando entre elas a rua Direita e para a parte do nascente ficam defronte das casas de Gaspar Carrasco dos Reis mediando entre elas uma rua que dará serventia para a paragem das Roseiras para a parte do norte fica o terreno que se continua da praça do pelourinho e adro da Matriz⁹⁴

Novamente, insistimos no vínculo entre logradouro e a vizinhança para a localização de uma casa urbana. Neste caso, de um lote onde seria edificada a Casa de Câmara e cadeia, como vizinhos Maria Paes e Gaspar Carrasco dos Reis – um dos fundadores de Curitiba –, e os logradouros “Rua Direita” e a “Rua para a paragem das Roseiras”.

Além da inegável importância espiritual, as igrejas e capelas serviam, também, para indicar o local de um imóvel. O Capitão Manoel de Ávila expressou essa relação, em 1713, quando quis construir uma casa em São Paulo.

Diz o Capitão Manoel de Ávila morador nesta cidade que ele necessita uns chãos para fazer casas nesta cidade e acomodar sua família porque nela estão uns chãos que partem com a Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso os quais estão devolutos⁹⁵

⁹² Em 1706, Jose Martins Leme pediu lote de 12 braças junto ao seu cunhado Jose Nicolau Lisboa. Em 1709, Antonio Martins Lisboa requeria lote de 12 braças a ser demarcado junto a seu pai Jose Nicolau Lisboa. CURITIBA. op. cit., v. 10, p. 62-63, 1924. Apesar de não ter sido registrado o logradouro em que se localizavam esses novos loteamentos, é possível imaginar que Jose Leme, Jose Lisboa e Antonio eram vizinhos por escolha deles. Apenas como informação adicional notamos que o tamanho dos lotes era, muitas vezes, de doze braças. Parecia ser um padrão. Como foram poucas as cartas de datas que resistiram ao tempo, não se pode ter certeza. Assim como não se têm convicção do quanto valia uma braça no atual sistema métrico. Em qualquer dicionário, uma braça equivale a 2,2 metros. Acontece que os lotes da região mais antiga de Curitiba não têm 26,4 metros de largura (ou 12 braças). Têm, em geral, 12 a 13 metros. Então, a braça a que se referiam àqueles moradores poderia ser menor, talvez a metade (1,1 metro) – portanto seria a braça craveira. O que seria mais condizente com a realidade que nos deparamos atualmente.

⁹³ Como se pode perceber em pedidos de concessão de cartas de datas “urbanas” como o que fez Lourenço Pinto que pedia a Câmara, em 1705, “sete braças de chãos para ele e seus herdeiros correndo defronte de suas casas para o pelourinho”. CURITIBA. op. cit., v. 10, p. 61, 1924. Pelo exíguo tamanho da largura é possível imaginar que não se tratava de um sítio (ou fazenda), e também pela proximidade com o pelourinho o lote que se requeria estava no setor urbano, em formação.

⁹⁴ Escritura de arrematação da construção da Câmara de Curitiba. CURITIBA. Livro de Notas nº 3, fl. 30.

⁹⁵ SÃO PAULO. Cartas..., v. 4, 1937, p. 47.

Anos mais tarde, em 1749, na mesma cidade, outra igreja foi utilizada como referencial de localização de um imóvel cidadão. Os moradores da “Rua da Boa Vista” enviaram uma petição à Câmara argumentando que logradouro não podia abrigar os “bexiguentos”. A justificativa era porque todas as casas já estavam ocupadas. O procurador indicou outra morada de casas devolutas “que ficavam detrás do quintal [da Igreja] de Nossa Senhora do Rosário dos pretos as quais ficam olhando para o rio de São Bento”.⁹⁶

Assim como em Curitiba, de 1812, pode-se ler uma escritura de compra de um imóvel que estava ao pé da Igreja Matriz.⁹⁷ Semelhante indicação fez Gaspar Vaz que dizia morar junto a Igreja Matriz, de São Paulo em 1594.⁹⁸ Em 1733, o Convento de São Francisco, de São Paulo, foi utilizado de referencial para indicar as casas de seis moradores.⁹⁹

O muro (ou as muralhas) também era outro acidente da topografia urbana relacionado à localização das casas. O escrivão da Décima de Paranaguá, de 1808, noticiou a existência de uma área extramuros e, portanto, de um intramuros não declarado. Essa distinção de locais era baseada em um muro (real ou abstrato, não é relevante) que delimitava o urbano em diferenciação ao rural (rocio e bairros) como acontecia na Metrópole.¹⁰⁰ Divisão que permaneceria até, pelo menos, 1845 quando na Décima parnanguara, outro escrivão ainda registra a existência de um extramuros.¹⁰¹ Em Salvador, o muro era considerado fundamental para a defesa da cidade (finalizado em 1550).¹⁰² Também servia como referência para localizar um lote demarcado (porém não ocupado) ao lado da casa do velho Baltazar.

apareceu Baltazar Velho e me apresentou um despacho dos officias da Câmara pelo qual se lhe concede licença para ter sobre o muro da Cidade nas ladeiras do Carmo que vão para a Praia a casa que nele tinha feito de taipa que se lhe mandava derrubar com a condição que fizesse termo em que se obrigasse a que todas as vezes que lhe fosse mandado derrubar a dita casa como parece do dito despacho que me reporto que tornou a levar o dito Baltazar Velho para sua guarda e logo por ele dito Baltazar Velho foi dito que ele se obrigava a que todas as vezes que pelo officiais da Câmara lhe for mandado derrubar a dita casa não virá com embargos isso para que o muro da cidade fique livre¹⁰³

⁹⁶ SÃO PAULO. Atas..., v. 13, 1918, p. 94.

⁹⁷ CURITIBA. Livro de Notas nº 32, fls. 82 verso e 83 frente.

⁹⁸ SÃO PAULO. Cartas..., v. 1, 1937, p. 68.

⁹⁹ SÃO PAULO. Atas..., v. 10, 1915, p. 255.

¹⁰⁰ O muro não precisava ser físico, pedra sobre pedra. Um conjunto de fachadas contíguas (ou dos fundos) das casas poderia ser considerado como um muro. Isso dava uma aparência de fortificação.

¹⁰¹ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 270.

¹⁰² CORTESÃO, J. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid** (1750) – Antecedentes do Tratado. Documentos organizados e anotados por Jaime Cortesão. Parte III, Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores - Instituto Rio Branco, 1951. p. 395. Agradecemos a professora Dra. Martha Hameister por essa indicação, e pela disponibilização do livro em questão.

¹⁰³ SALVADOR. Atas da Câmara (1641-1649). **Documentos históricos do Arquivo Municipal**, Salvador (Prefeitura do Município de Salvador), v. 2, 1949, p. 203-204.

Os portões ou portas, de muros ou muralhas, eram outros acidentes que podiam ser utilizados com referência para a localização das casas urbanas. Em Porto Alegre, existiam as casas de dentro e as de “Fora do Portão”. No rol de confessados de 1782 os moradores foram localizados em quatro logradouros – Ruas da Igreja, da Praia, da Formosa, e mais um logradouro ilegível – e o Arsenal, um largo provavelmente, – enquanto os da zona rural foram registrados por região de moradia – além de “Fora do Portão”, “Cristal”, “Passo D’Ornellas” e “Capão da Tumasa”.¹⁰⁴ Outro documento indica semelhante utilização das portas como localizador. Em Salvador, de 1632, foram negociadas onde novamente a vizinhança aparece registrada.

uma morada de casas térreas de pedra e barro com seus quintais para trás sitas nesta dita Cidade junto à porta dela chamada de Santa Luzia da banda de dentro que partem de uma banda com o muro da dita porta e da outra com as casas em que vive o dito comprador¹⁰⁵

As pontes também eram acidentes topográficos das vilas e cidades coloniais brasileiras. Em São Paulo colonial, as pontes funcionavam como referenciais simbólicos e geográficos que delimitam a região urbana. Havia casas “para dentro das pontes”, outras para fora delas.¹⁰⁶ Num período posterior ao aqui estudado, em meados do XIX, em Curitiba a “ponte de dentro da vila” funcionou como referencial urbano quando as moradias ultrapassaram os rios que estavam algumas centenas de passos da Igreja Matriz.¹⁰⁷

Outro elemento constitutivo dessas paisagens citadinas eram as cariocas¹⁰⁸, as quais também serviam para localizar os imóveis urbanos. Modernamente chamá-las-íamos de chafarizes ou fontes de água. No Rio de Janeiro, a principal fonte que servia para o abastecimento dos navios no porto era a carioca que estava no largo homônimo.¹⁰⁹ Em 1802, dois logradouros curitibanos tinham topônimos relacionados aos locais de abastecimento, as Ruas da Carioca de cima e de baixo, como referência da localização das casas na topografia

¹⁰⁴ Agradecemos a Vanessa Gomes de Campos, historiadora e arquivista (como se autodenomina) do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre por ceder a transcrição dos róis de confessados.

¹⁰⁵ MOSTEIRO DE SÃO BENTO. **Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1945, p. 125.

¹⁰⁶ SANTA ANNA, D. B. **Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822 – 1901)**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007, p. 40-41.

¹⁰⁷ Por volta de 160 anos depois de sua fundação (em 1693), os moradores de Curitiba passaram a ocupar efetivamente, com suas casas, espaços além dos rios (a sul e a leste). Esse é outro indicativo da dificuldade do crescimento urbano quanto ao número de imóveis. PEREIRA, M. R. M.; NICOLAZZI Junior, N. F. (orgs.) op. cit, p. 110.

¹⁰⁸ No Rio de Janeiro, uma tradição historiográfica mais antiga insiste em afirmar que carioca tem origem na expressão tupi *carios* + *oca*, que seria a casa do homem branco. Carioca, no entanto, nada mais é do que fonte, em tupi. Qualquer vila ou cidade do período contava com suas cariocas.

¹⁰⁹ PINHEIRO, J. C. F. A Carioca: memória histórica e documenta. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil** (IHGB), Rio de Janeiro, tomo XXV, p. 71, 1862.

urbana.¹¹⁰ No ano seguinte, na mesma vila, todos os agentes camarários foram “a medir com o arruador os chãos dos fundos das casas que vão para a carioca se repartirão igualmente conforme as suas testadas”.¹¹¹

O guindaste era um acidente da topografia urbana. Por motivos específicos, era característico da realidade soteropolitana sendo utilizado como elemento localizador de imóveis citadinos. Tratava-se de um instrumento destinado a tornar mais fácil a comunicação entre a cidade alta e a cidade baixa. Em testamento de 1645, Maria Rodrigues de Oliveira doou ao Mosteiro de São Bento de Salvador “três moradas de casas que estão abaixo do guindaste”.¹¹²

Em Curitiba, o largo (pátio ou o adro) era outro acidente topográfico urbano utilizado como indicativo de localização. Era mais evidente em escrituras de compra e venda, mas também aparece em atas da Câmara que geralmente os citam por problemas na conservação de igrejas ou edifícios administrativos.¹¹³ Apesar de não ter sido registrado na Décima de Curitiba, de 1810, nenhum largo, estes foram utilizados como marcos da topografia urbana da vila. O cofre dos órfãos adquiriu, em 1809, uma casa hipotecada de Luis Gomes da Silva situada no Largo de São Francisco das Chagas por preço de 25\$600 réis.¹¹⁴

Contudo, sem dúvida, o acidente da topografia mais evidente da realidade citadina eram a rua, travessa e o beco. Parece haver uma distinção entre estes logradouros como em uma pirâmide. A rua era a mais importante na escala hierárquica. Era mais larga e, às vezes, mais comprida. Como na Rua Direita, de Paranaguá, na qual foram arroladas 21,4% dos imóveis. As ruas, no entanto, não precisavam ter os dois lados ocupados, como tendemos a pensar atualmente. Os escriturais das Décimas analisadas aqui, às vezes, definiam logradouros de lado únicos como ruas (como a Rua da Praia, de Paranaguá).

A “travessa” era a segunda via na pirâmide hierárquica. O modo como se referiam a ela, nos indicou que se tratava de um caminho que ligava dois pontos, via que atravessa ligando dois pontos referenciais. Não necessariamente dois edifícios. Algumas foram registradas nos Livros de Décima como a Travessa para o campo, de Antonina, que ligava a

¹¹⁰ Em 1802, Domingos Soares Fragoso comprou uma casa na Rua da Carioca abaixo que tinha como vizinho João Pinto de “dois lanços, paredes de mão, quatro portas fechadas somente em roda cobertas de telha”. CURITIBA. Livro de Notas nº 27, fl. 61.

¹¹¹ CURITIBA. op. cit., v. 36, p. 76, 1928.

¹¹² MOSTEIRO DE SÃO BENTO. op. cit., p. 158-159.

¹¹³ Por exemplo, em 1737, quando a Câmara mandou seu carpinteiro reparar as paredes da cadeia. Disse não poder executar o serviço porque estava remendando as paredes da Igreja Matriz. CURITIBA. op. cit., v. 13, p. 75-76, 1925.

¹¹⁴ CURITIBA. Livro de Notas nº 31, fls. 32 frente e verso.

“vila” ao setor rural. A Travessa da Matriz, em Paranaguá, era outro exemplo dessa situação. Ligava a Igreja Matriz ao rio, praia como se dizia.

Já o “beco” era o mais baixo da escala. Era curto no comprimento, geralmente estreito e mal visto, apesar de necessário para encurtar caminhos.¹¹⁵ Estes últimos não foram relacionados como acidentes da topografia nos livros de Décima dos municípios paranaenses estudados, mas eles aparecem como marcos de referência em escrituras de compra e venda. Os Becos do Rosário e de São Francisco de Paula, de Curitiba, são exemplos dessa situação.¹¹⁶

Definido esse espaço urbano, a etapa seguinte foi indicar o lote e a rua em que morava cada chefe arrolado nas Décimas. Segue-se um breve resumo das dificuldades encontradas na tentativa de construção da metodologia empregada na análise da distribuição espacial das variáveis sócio-econômicas, a partir dos Livros de Décima Urbana.

¹¹⁵ CURITIBA. op. cit., v. 19, p. 11, 1926. Ata da Câmara de 18/02/1747.

¹¹⁶ CURITIBA. Livro de Notas nº 27, fls. 47 frente e verso e fls. 62 verso a 63 verso.

CAPÍTULO 2 – LOTES, RUAS E CHEFES

CAMINHOS DAS PLANTAS HIPOTÉTICAS

Metodologia podia ser o subtítulo deste capítulo, no qual relatamos o processo de espacialização dos moradores arrolados nas Décimas analisadas. Nosso objetivo era compreender a distribuição dos habitantes na trama dos núcleos citadinos estudados. Para isso, era necessário, primeiro, localizá-los em planta.¹¹⁷ Os problemas metodológicos começariam exatamente aí. Não teve êxito a procura por plantas da época que representassem o loteamento urbano, equivalentes às atuais plantas cadastrais.¹¹⁸ Seriam ideais para este trabalho, porque nelas o loteamento urbano estaria representado. Assim, foi preciso trabalhar com plantas mais recentes, usando-as como base para essa espacialização dos moradores.

Na tentativa de retroagir as plantas atuais para a época em estudo, elas foram confrontadas com outras representações das cidades (gravuras principalmente) produzidas no século XIX. A partir do cruzamento dessas representações cartográficas, da observação em loco e de fontes descritivas, foram elaboradas plantas base hipotéticas representando as das três vilas na época da cobrança da Décima.

A etapa seguinte foi localizar nessas plantas base, as igrejas e outras edificações civis existentes no início do século 19 – que, juntamente com o traçado viário, compunham aquilo que denominamos anteriormente de acidentes topográficos urbanos. Outro exercício bastante complexo, porque devido a reformas na estrutura física das cidades, algumas daquelas construções foram demolidas. Essa tarefa foi importante porque, alguns imóveis foram referenciados na documentação a partir dessas edificações notáveis. Então, conhecendo o sítio das igrejas, por exemplo, poder-se-ia localizar com maior precisão as casas.

O exercício subsequente foi identificar os antigos topônimos arrolados nas Décimas no atual arruamento das cidades examinadas. Esse problema surgiu quando confrontamos as denominações dessas duas épocas. Em regra, percebeu-se a mudança dos topônimos durante

¹¹⁷ Uma versão bastante reduzida do processo de reconstituição, em planta, do loteamento e arruamento urbanos foi publicado em KATO, A. T. T. O espaço urbano colonial reconstituído: notas de uma metodologia. In: SEBRIAN, R. N. N; DE SALIS, C. L. G; COSTA, M. P; STANCZYK FILHO, M; PONTAROLO, F; PIRES, A. J. (orgs.). **Perspectivas historiográficas**. Campinas: Pontes Editores, 2010, p. 167-179.

¹¹⁸ A planta cadastral é onde se representa o loteamento urbano. Devido à cobrança do imposto predial e territorial urbano (IPTU), todas as cidades brasileiras devem, segundo lei, produzir planta para essa finalidade.

os séculos. Procuramos, em diversas fontes, subsídios para preencher essas lacunas, que, em grande medida, foram solucionadas.

O passo seguinte foi tentar determinar a direção e os lados (esquerdo e direito) dos logradouros em que foram contabilizadas as casas nos livros de registro da Décima Urbana. Para a maioria das ruas e travessas das três vilas analisadas, não houve cuidado dos escrivãos no registro dessas informações. Por isso, foi imprescindível definir qual a lógica que eles utilizaram no arrolamento das casas urbanas. Para isso, foram utilizadas outras fontes, que davam elementos para entendermos os referenciais que vigoravam naqueles tempos.

Escolhida a planta base e localizados os acidentes da topografia urbana pudemos estabelecer as hipóteses de trabalho, que permitiam relacionar aproximadamente cada morador ao lote em que morava. A seguir, o detalhamento dos problemas enfrentados, e a explicação das soluções, quase sempre provisórias, dadas a eles.

Plantas base e outras representações

A primeira etapa do processo foi a escolha das plantas que serviriam de suporte para a espacialização dos dados arrolados nas Décimas. Quatro pesquisadores realizaram procedimento semelhante, e enfrentaram a mesma dificuldade: não encontraram plantas cadastrais das localidades em estudo para períodos próximos as fontes analisadas. Por este motivo, o geógrafo português M. Bandeira georeferenciou os chefes arrolados no *Mapa das Ruas de Braga*, de 1750, em planta de 1868.¹¹⁹ A historiadora da arquitetura Beatriz Bueno distribuiu os chefes inventariados na Décima paulista, de 1809, em planta cadastral de 1847.¹²⁰ Já S. Gomes e eu mesmo espacializamos os chefes registrados, respectivamente, nas Décimas de Antonina e Paranaguá, nas atuais plantas cadastrais.¹²¹ Isto por que não dispomos de plantas cadastrais para período tão recuado.

¹¹⁹ BANDEIRA, M. S. M. **O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII**: a reconstituição da cidade a partir do Mappa das Ruas de Braga e dos Índices dos Prazos das Casas do Cabido. Porto: Ed. Afrontamento, 2000, p. 48.

¹²⁰ BUENO, B. P. S. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo colonial: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de São Paulo em 1809. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 60, 2005. Sem a preocupação de localizar os moradores, a historiadora Raquel Glezer indicou a área sobre a qual incidia o primeiro imposto predial da cidade em duas plantas, 1855 e 1868. GLEZER, R. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007, p. 110.

¹²¹ GOMES, S. V. **Organização espacial numa vila colonial luso-brasileira, Antonina – 1808**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004, p. 50. KATO, A. T. T. **Outra Paranaguá Urbana: Implicações sócio-econômicas na configuração espacial de uma vila colonial (1808)**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004, p. 7.

A possibilidade de usar plantas atuais foi confirmada tendo em vista algumas constatações. Se observarmos as plantas cadastrais modernas de Paranaguá, Antonina e Curitiba, em suas regiões centrais, percebemos uma dada configuração espacial que podemos supor, com relativa segurança, que preservam as mesmas características básicas que o traçado dessas, então vilas, tinham no início do século XIX.

Isto porque o lote urbano é um documento inscrito no solo. Seu formato denuncia o modelo (europeu) de ocupação territorial utilizado, e suas características foram, em grande medida, preservadas ao longo dos séculos. Assim, excetuando reformas nas ruas – aberturas e alargamentos – essas cidades mantiveram seus setores históricos relativamente preservados quanto à constituição dos lotes, pelo menos, até o início do século XX – em geral, durante toda última centúria.

Devido as dificuldades de reurbanização, os quarteirões mais antigos mantiveram suas características desde que foram construídas as casas e definidos os tamanhos dos lotes em cada lado da rua.¹²² É esta permanência que permite a utilização das atuais plantas cadastrais como bases para as plantas hipotéticas.¹²³ De fato, as nossas fontes são o loteamento e o arruamento em si, na sua existência material. As plantas cadastrais são apenas representações modernas disto.

Na seqüência, procurou-se confrontar os dados das plantas cadastrais com informações trazidas de documentos de época, tais como plantas, iconografia e descrições. O objetivo era comparar os diferentes discursos sobre o urbano procurando utilizá-los, da melhor forma possível, na reconstituição espacial das vilas, com especial atenção ao loteamento e arruamento urbanos.

¹²² O geógrafo Bandeira também concebeu situação similar para Braga. Apesar de reconhecer as mudanças no aspecto físico das edificações, a área de afetação permanecia mais ou menos a mesma durante os últimos dois séculos e meio. BANDEIRA, M. S. M. op. cit., p.29.

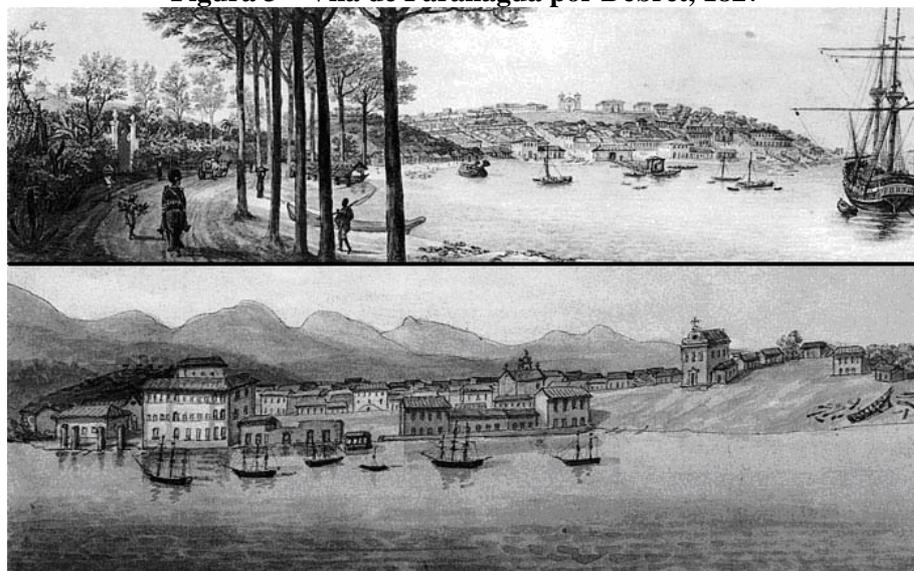
¹²³ Agradecemos a historiadora Dra. Ana Luisa Fayet Sallas por ter intermediado junto a Prefeitura de Paranaguá a disponibilização da planta cadastral da cidade. Agradecemos ao historiador Sandro Gomes por ter cedido uma cópia da planta cadastral de Antonina. Agradecemos ao Setor de Plantas e Loteamentos da Secretaria de Urbanismo de Curitiba pelo mesmo motivo, e principalmente pelo acesso a documentação do início do século XX.

Planta (3) – Excertos das atuais plantas cadastrais de Curitiba, Antonina e Paranaguá



Em 1820, o naturalista francês Saint-Hilaire esteve em Paranaguá. Suas considerações ajudam-nos a compreender parte da realidade cidadina, principalmente quanto ao aspecto das ruas e das igrejas, o formato do Pátio da Matriz e a aparência das casas.¹²⁴ No entanto, suas considerações sobre o urbano não avançam muito.

Figura 3 – Vila de Paranaguá por Debret, 1827



PARANÁ. Pintores da paisagem paranaense. Curitiba: Solar do Barão/ Secretaria de Estado da Cultura, 2001, p. 49.¹²⁵

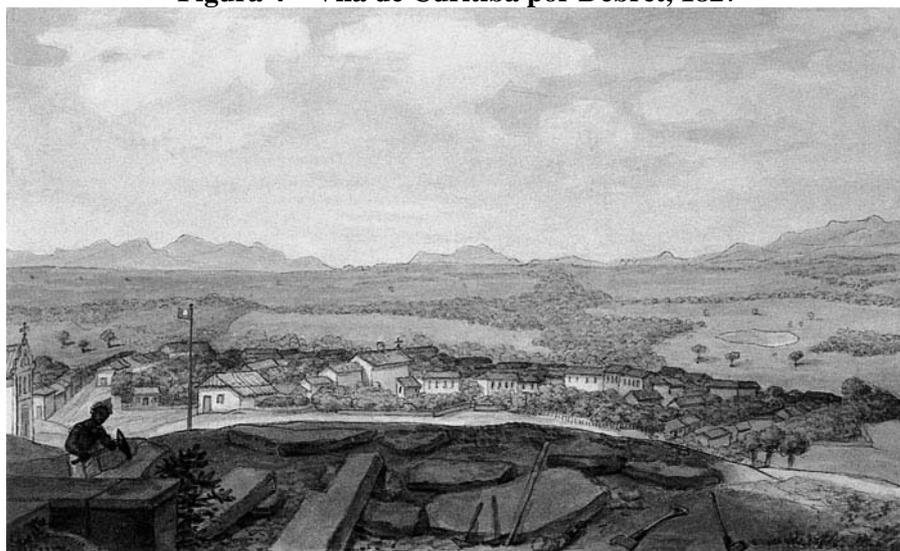
Para Porto Alegre, por exemplo, o naturalista francês foi mais minucioso, versando sobre os moradores e comerciantes das Ruas da Praia e a da Igreja.¹²⁶ As gravuras do pintor

¹²⁴ SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pela Comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, p. 150-151.

¹²⁵ Existe um erro na legenda, nessa gravura de baixo aparece legendada como “Vila de Guaratuba”, litorânea e próxima, mas se trata, sem dúvida, de Paranaguá. O Colégio Jesuíta (com três andares) é a prova de que houve um engano no título. Em Guaratuba nunca houve edifício desse porte no início do século XIX. Essa hipótese tem sido difundida pelo arquiteto José La Pastina Filho. Não a encontramos publicada. Essa idéia foi divulgada, também, em uma palestra “Iconografias de Jean Baptiste Debret” proferida na “Hora da Prosa” – um projeto da Prefeitura de Curitiba, no dia 16/12/2006.

bom abastecimento das lojas e armazéns, o aspecto geral das igrejas, ruas e largos, e só.¹³⁰ O que também não nos auxiliou muito a esclarecer aspectos do arruamento e do loteamento urbanos. Porém, as descrições do aspecto físico da cidade auxiliam a pensar o espaço em que interagiam os moradores de então. Anos depois (1827), o pintor Debret retratou Curitiba.¹³¹ Se a perspectiva ajuda a pensar a situação urbana, não é, no entanto, elucidativa quanto à estrutura dos lotes e ao arruamento.

Figura 4 – Vila de Curitiba por Debret, 1827



PARANÁ. **Pintores da paisagem paranaense.** Curitiba: Solar do Barão/Secretaria de Estado da Cultura, 2001, p. 90.

Já as plantas de meados do século XIX ilustram melhor o arruamento de Curitiba. Nelas, é possível conhecer a área urbana ocupada, assim como os topônimos de então. O engenheiro francês Pierre Taulois assina a planta de 1857.¹³² No entanto, seu ano de produção vem sendo objeto de discussão.¹³³ Apesar disso, parece indicar o setor mais ou menos ocupado em meados daquela centúria. Já a planta representativa das décadas de 1830-1850 foi,

¹³⁰ SAINT-HILAIRE, A. Viagem pela Comarca..., p. 105-107.

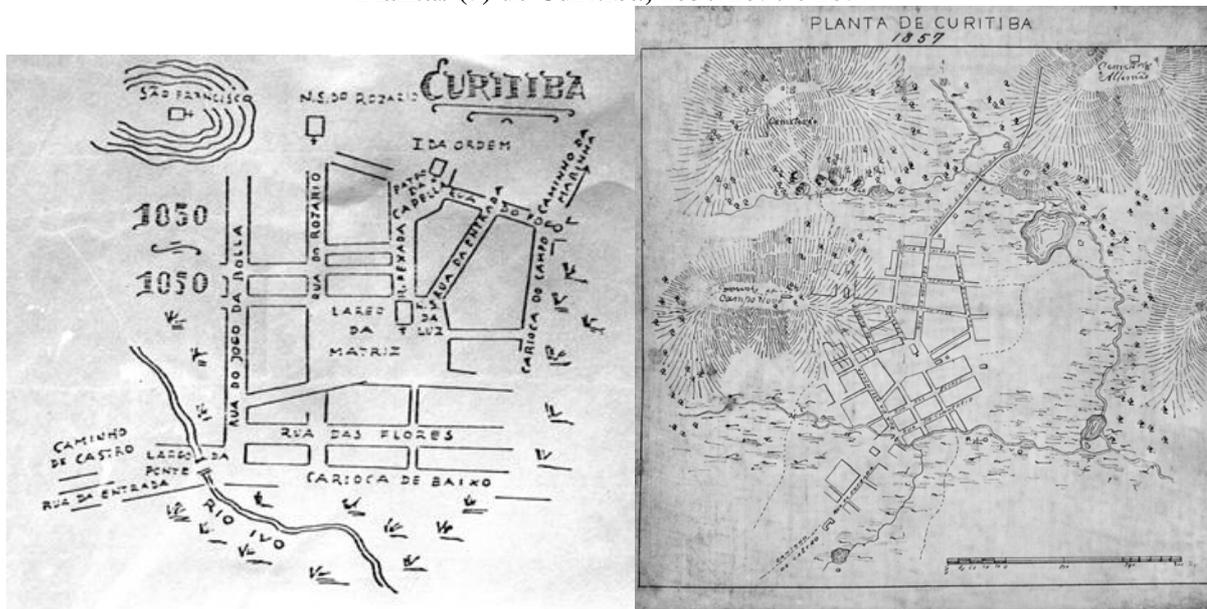
¹³¹ É quase certo que Debret nunca esteve em Curitiba. É muito provável que tenha utilizado informações de outro pintor, e por isso, tenha cometido alguns erros – como a ausência da Igreja da Ordem. Como estava em missão oficial pelo Brasil, sua presença em qualquer vila ou cidade seria digna de nota, de um registro que indicasse essa ilustre presença. O nome de Debret não aparece nas atas de Câmara e nem em qualquer outro documento conhecido.

¹³² Reproduzida em DUDEQUE, I. J. T. **Cidade sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos.** Curitiba: Champagnat, 1985, p. 121.

¹³³ A historiadora da literatura Cassiana Carollo afirmou que a planta é posterior em pelo menos cinco anos (de 1862 ou posterior). A inexistência do cemitério representado àquele ano é prova do erro de datação. CAROLLO, C. L. Cemitério municipal São Francisco de Paula: monumento e documento. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 22, n. 104, p. 64, 1995. Já Edilberto Trevisan tem idéia semelhante, porém difere na data. Segundo ele, a planta era de 1861. Seria uma proposta de alteração futura desenhada pelo engenheiro Taulois. TREVISAN, E. **Curitiba na província: ruas, moradores antigos, explosão de cidadania.** Curitiba: Vicentina, 2000, p. 30.

provavelmente, produzida a partir da planta do engenheiro.¹³⁴ Sua autoria e ano de produção são desconhecidos. No entanto, parte do arruamento indicado parece ter algum fundamento, uma vez que é corroborado por outras fontes.

Plantas (5) de Curitiba, 1830-1850 e 1857



DUDEQUE, I. J. T. **Cidade sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos.** Curitiba: Champagnat, 1985, p. 121; PARANÁ. **Boletim do Arquivo do Paraná,** Curitiba, ano 6, n° 9, p. 19, 1981.

Plantas do século vinte também ajudam a pensar a ocupação urbana assim como o arruamento do período. Comparando-se as plantas do início do mesmo século (1894, 1900, 1904, 1917, 1926) percebemos que, se ocorreram alterações no arruamento e no formato dos quarteirões, elas foram mínimas. Isto devido à dificuldade de se impor novo traçado na área da ocupação inicial. Os moradores eram propensos a dificultar as mudanças. Não queriam perder seu espaço, e as dificuldades econômicas da Câmara contribuía para a manutenção daquele estado.¹³⁵ Sabendo que o primeiro projeto urbanístico da cidade é posterior (Plano Agache, 1941-1943), comprova-se que o loteamento do início do século XIX pouco deve ter se alterado no núcleo central até o início do XX.

¹³⁴ Planta reproduzida em PARANÁ. **Boletim do Arquivo do Paraná,** Curitiba, ano 6, n° 9, p. 19, 1981.

¹³⁵ GLEZER, R. **Chão de terra e outros ensaios.** São Paulo: Alameda, 2007, p. 170-171.

Figura 5 – Maquete da cidade de Curitiba, 1876



BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M.
História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969, v. 1, entre as páginas 161-162.

A situação de Antonina é mais complicada. Não foram localizadas plantas da cidade do século XIX, ou início do XX. O pintor inglês William Llyod foi o único, em 1872, a representá-la naquele século. Porém a perspectiva não favorece a visualização do loteamento da cidade. Por essa insuficiência, e pela comprovação da permanência do loteamento e arruamento urbanos nas outras cidades, acreditamos que Antonina deve ter conservado boa parte do seu loteamento central.

Figura 6 – Vila de Antonina por W. Llyod, 1872



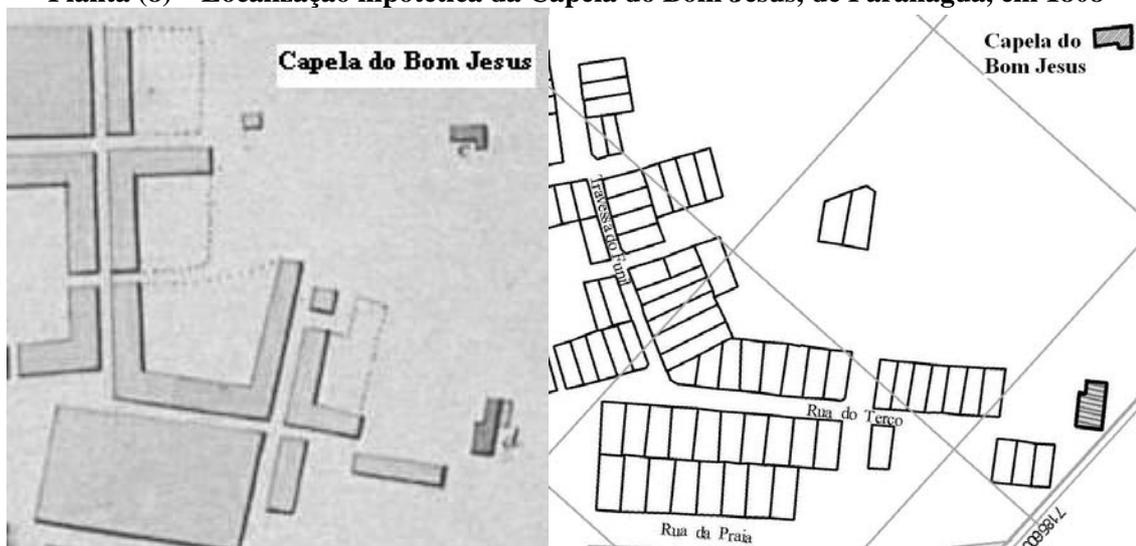
PARANÁ. **Pintores da paisagem paranaense.** Curitiba: Solar do Barão/
Secretaria de Estado da Cultura, 2001, p. 90.

Dificuldades financeiras devem ter bloqueado maiores reformas. Na realidade, as grandes mudanças que ocorreram em Antonina são resultado do loteamento posterior de parte do grande campo central da vila. Isto não significou, possivelmente, contudo, a alteração da trama viária e do loteamento previamente existente.

v. 1, sem página (entre as páginas 161-162), O ano de 1876 é o da criação do Museu Paranaense que consta na representação. Esta maquete desde a sua doação na década de 20 pertence ao acervo do referido museu.

destruído é a Capela do Bom Jesus, que foi localizada a partir da planta de 1815. Sua construção é de 1712, obra financiada pelo alferes João da Veiga sobre o qual não temos mais informações. Sua demolição ocorreu depois de 1850, quando já pertencia a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.¹⁴⁰

Planta (8) – Localização hipotética da Capela do Bom Jesus, de Paranaguá, em 1808



À esquerda, localização da Capela na planta de 1815. À direita, hipótese para 1808 reduzida para 35%.

A distância entre a capela e o bloco dos lotes é maior na nossa hipótese do que na planta de 1815, que comporta diversas distorções quando confrontadas com os elementos ainda presentes no solo. Comparando-a com uma planta atual verificamos que os quarteirões não tinham exatamente o formato com que foram representados.

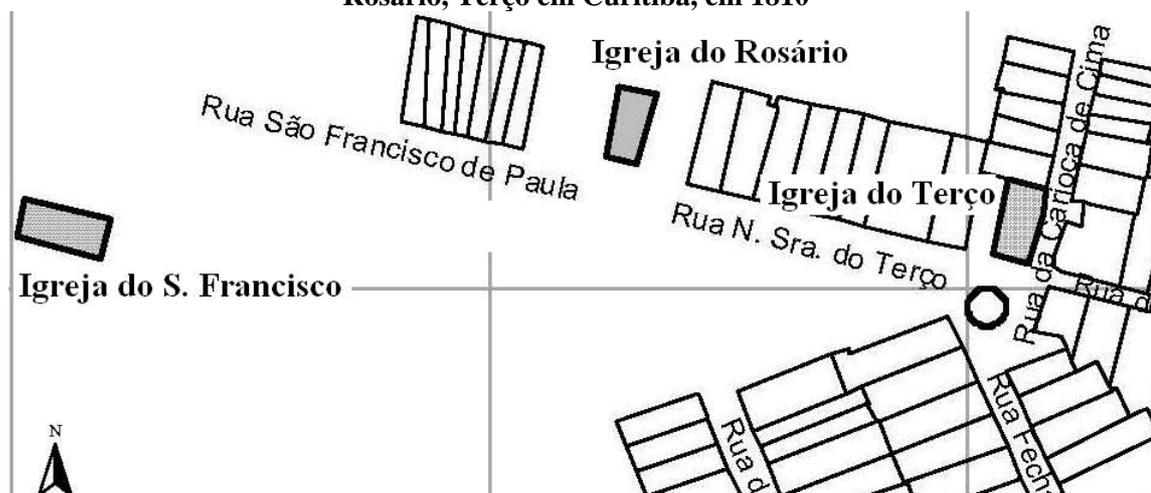
Em 1810, na vila de Curitiba existiam, provavelmente, quatro igrejas (ou capelas) no setor urbano – Matriz, São Francisco, Rosário e Terço (hoje, da Ordem). Em 1820, segundo Saint-Hilaire, estas continuavam a existir.¹⁴¹ As três últimas parecem que continuam em seus sítios originais até hoje. Já existiam desde o século XVIII.¹⁴² Nas plantas de 1857 e 1900 tais igrejas foram registradas.

¹⁴⁰ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 143. Segundo relato deste autor, a Capela do Bom Jesus estava em pé em meados do XIX. Sua demolição deve ter ocorrido, portanto, depois, mas ainda no século XIX.

¹⁴¹ SAINT-HILAIRE, A. op. cit., p. 106.

¹⁴² A Igreja (ou capela – não se têm certeza) do Terço foi citada pela destruição que os animais faziam a edificação e casas em torno. CURITIBA. *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*, Curitiba, v. 18, p. 60, 1925.

Planta (9) – Localização hipotética das Igrejas de São Francisco, Rosário, Terço em Curitiba, em 1810*



* Excerto da planta, 60% da nossa planta hipotética

Já a Igreja Matriz teve destino diferente. Edificada no século XVII, passou por diversas reconstruções e localizações.¹⁴³ O penúltimo edifício foi demolido na década de 1870. O prédio mais recente da igreja – a atual Catedral – foi construída em local um pouco diferente.¹⁴⁴ Como não existe planta que indique sua localização anterior, sua posição foi estimada tendo como horizonte as duas representações do XIX e o estudo do arquiteto José Kozan – que se dedicou a localizar e reconstruir virtualmente o prédio.¹⁴⁵

Plantas (10) – Localizações hipotéticas da antiga Igreja Matriz de Curitiba



Planta de 1857

Planta de 1830-1850 Kozan

Kato

¹⁴³ Não existe um consenso entre os pesquisadores da história local quanto a localização exata da primeira igreja (único ponto certo é que estava em algum lugar do Pátio da Matriz) assim como não se sabe quando ocorreu a mudança para o local anterior ao atual. As fontes disponíveis não esclarecem tais dúvidas. Somente novas escavações arqueológicas, ou fontes desconhecidas hoje, podem modificar este panorama.

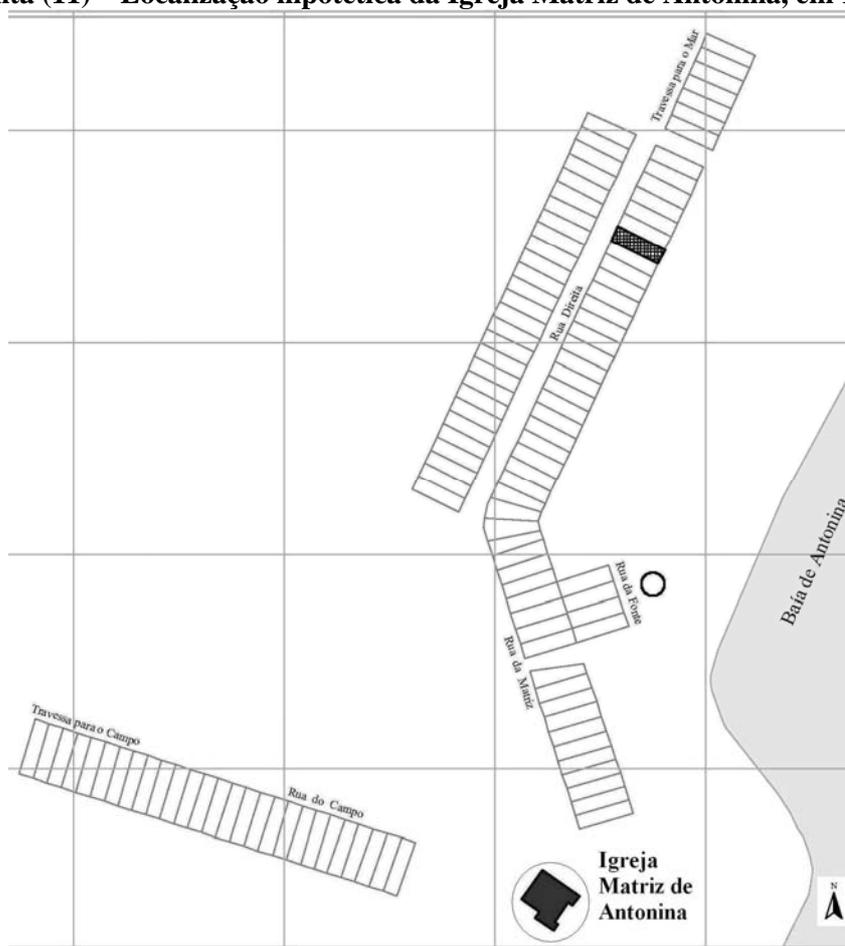
¹⁴⁴ TREVISAN, E. **O centro histórico de Curitiba: sua formação – tentativa de localização de seus moradores (1668-1853)**. Curitiba: Edição do autor, 1996, p. 124.

¹⁴⁵ KOZAN, J. M. **Virtual heritage reconstruction: the old main church of Curitiba, Brazil**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – University of Cincinnati, 2004, p. 61-63. Artigo em português com os resultados finais: KOZAN, J. M.; KOZAN, I. B. Reconstrução virtual da antiga Igreja Matriz de Curitiba: análise de dimensões e implantação. **Arqueologia**, Curitiba, v. 10, p. 1-15, 2006.

Contudo, uma escritura de compra indicou de modo mais exato a região da antiga Matriz. Por essa escritura pudemos saber o provável motivo da denominação de um dos logradouros da região: Rua Fechada. Uma de suas extremidades estava quase bloqueada pelos fundos da Igreja Matriz, porém mantendo espaço para a circulação de pessoas e animais.¹⁴⁶

Em Antonina, a única igreja existente no início do século XIX era a própria Matriz. Construída em um morro, sua localização deve ter permanecido a mesma desde então, apesar das prováveis reformas no prédio.

Planta (11) – Localização hipotética da Igreja Matriz de Antonina, em 1808*



*Planta reduzida para 25% da nossa planta-hipotética

Pelourinhos

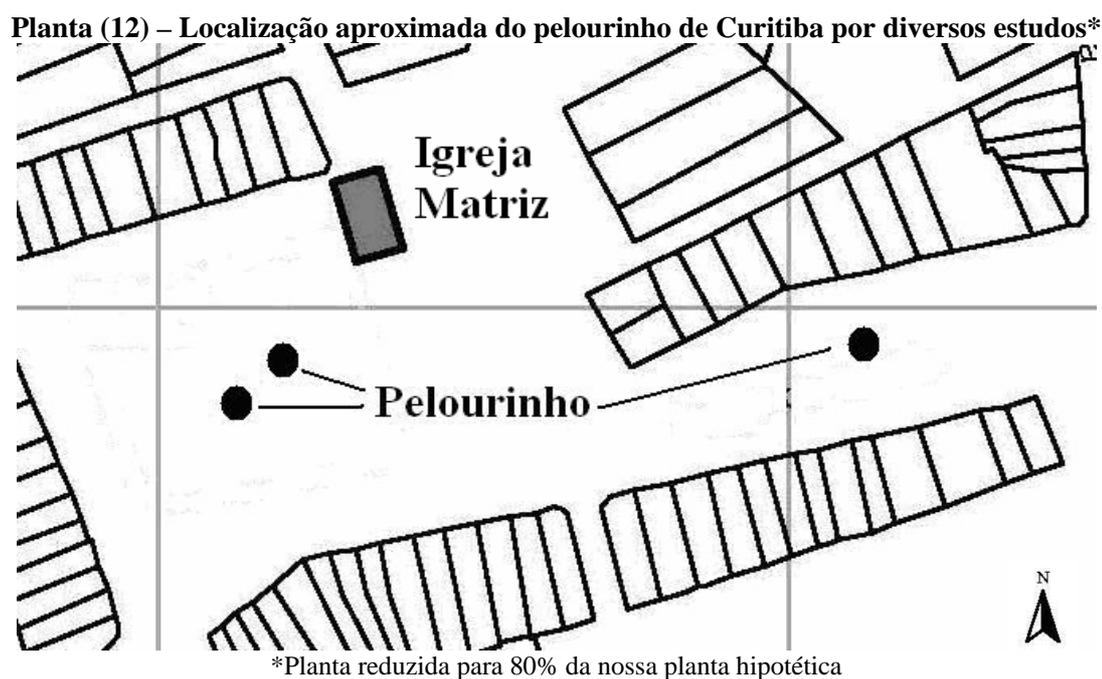
O pelourinho era o símbolo da presença do Estado Português em todos os seus territórios no ultramar. Não era apenas uma baliza física, mas também um marco psicológico. Representava a civilização contra a barbárie. Então o porquê do cuidado com a sua manutenção na época inicial da ocupação na América.¹⁴⁷ Porém, os séculos passaram e os

¹⁴⁶ Casa localizada no Pátio da Matriz ao pé da Igreja (7/9/1812). CURITIBA. Livro de Notas nº 32, fls. 82 verso a 83 frente.

¹⁴⁷ SILVA, J. T. **São Paulo 1554-1880**. São Paulo: Moderna, 1984, p. 21-32.

homens que vieram depois não tiveram a mesma dedicação. Talvez, por isso (e por outros motivos que se pode imaginar), o pelourinho de Antonina não existe hoje em dia. A prefeitura também não indicou nenhum local para este acidente topográfico urbano. Nenhuma fonte do período colonial relata sua localização. Não sobraram muitos documentos. Infelizmente, deste modo, não pode ser situado.

Já a localização do pelourinho de Curitiba é controversa. Em 1968, a prefeitura inaugurou um bloco de pedra indicando o local do antigo pelourinho.¹⁴⁸ Está localizado na atual Praça José Borges de Macedo anexa a Praça Tiradentes (endereço da antiga Igreja Matriz). Apesar de vários pesquisadores reproduzirem essa “verdade”, não existe documento que sustente tal localização. O historiador Francisco Negrão situou-o no centro da Pç. Tiradentes.¹⁴⁹ A partir de pesquisa arqueológica coordenada por I. Chmyz fizemos outra suposição, estaria em local próximo, mais a oeste, mas na mesma praça.¹⁵⁰ Devido a essas divergências, e ausência de fontes esclarecedoras, preferimos não adotar como corretas nenhuma dessas localizações.

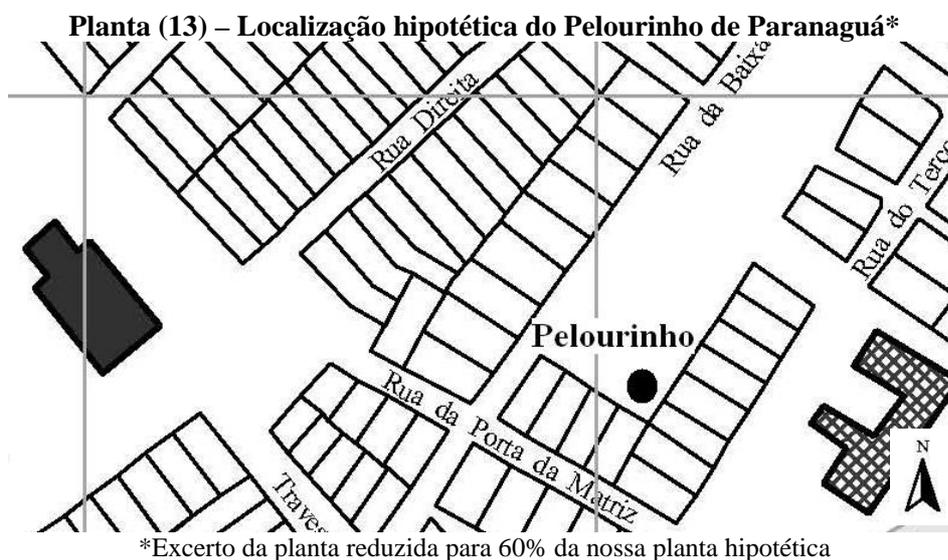


¹⁴⁸ WACHOWICZ, R. C. Curitiba: ruas, praças e becos. **Revista da Academia Paranaense de Letras**, Curitiba, v. 38, n° 62, p. 150, 1998.

¹⁴⁹ NEGRÃO, F. Curitiba e o seu evoluir. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, tomo 1, n° 3, p. 223, 1936.

¹⁵⁰ Pesquisa arqueológica coordenada pelo prof. Igor Chmyz, em 2008, na região da ocupação inicial da cidade revelou a existência de um círculo feito de pedras, de onde partiam as calçadas das ruas do século XIX. CHMYZ, I (coord.). **Relatório final do Projeto para a constatação e resgate do patrimônio arqueológico na área das obras de revitalização da Praça Tiradentes, em Curitiba, Paraná**. CURITIBA: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, UFPR, 2010, p. 96. Acredito que seja possível imaginar que no centro dessa calçada em forma de círculo estivesse um pelourinho.

O pelourinho de Paranaguá deve ser o único em seu local original. Está dentro do lote pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico da cidade, onde foi instalada sua sede, na Rua XV de novembro, 621. Como não possuímos fontes (nem informações divergentes) que indiquem seu antigo posicionamento, optamos por adotar a situação atual.



Casas de Câmara e Cadeia

No Brasil colonial, o costume era alugar – segundo o arquiteto Murillo Marx – uma casa para as reuniões camarárias.¹⁵¹ Isto porque a maioria das vilas não dispunha de recursos para financiar a construção do prédio da Câmara – também chamada de “Concelho”. Pelo menos até a década de 1720, essa era a situação das vilas analisadas. Condição que teria se modificado com as ordens do ouvidor Rafael Pires Pardiniho, que visitou Paranaguá e Curitiba, para que se construíssem edifícios próprios para as atividades camarárias.

Para a vila de Paranaguá, essa ordem foi dada em 1721.¹⁵² Inclusive, Pardiniho deixou um projeto arquitetônico de como deveria ser a fachada e a divisão das salas.¹⁵³ De acordo com Vieira dos Santos, a construção até 1789 não havia terminado.¹⁵⁴ Em meados do século XIX, segundo o mesmo cronista, a Câmara funcionava na Rua da Alfândega (corresponde a uma parcela da atual Rua XV de novembro).¹⁵⁵ Não sabemos, pois não indica, se trata do mesmo edifício ou de um imóvel alugado.

¹⁵¹ MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: EDUSP/ Melhoramentos, 1980, p. 75-76

¹⁵² Para ler essa ordem, provimento 80 do ouvidor. SANTOS, A. C. A (org.). *Provimentos da Vila de Paranaguá (1721)*. **Monumenta**, Curitiba, v. 3, n. 10, p. 115-116, 2000.

¹⁵³ Para ver as fachadas incluído como anexo em SANTOS, A. C. A (org.). *op. cit.*, p. 175-176. O ouvidor Pardiniho remeteu alguns desenhos para aprovação do Conselho Ultramarino. Para ver a divisão interna do prédio VIEIRA DOS SANTOS, A. *op. cit.*, v. 2, p. 198.

¹⁵⁴ VIEIRA DOS SANTOS, A. *op. cit.*, v. 2, p. 177-180.

¹⁵⁵ VIEIRA DOS SANTOS, A. *op. cit.*, v. 2, p. 14.

Em Curitiba, Pardinho esteve em 1720.¹⁵⁶ No ano seguinte, a Câmara pôs em pregão a construção do prédio.¹⁵⁷ Segundo Ermelino de Leão, essa obra teria sido finalizada em 1726.¹⁵⁸ Esse edifício foi demolido em data desconhecida, e a ausência de fontes mais precisas quanto a sua localização, não permitiu fixar este acidente na topografia urbana. O documento mais claro sobre o local escolhido para a Casa da Câmara, não chega a ser conclusivo pois desconhecemos a localização das casas de antigos moradores.¹⁵⁹

De acordo com esses interlocutores (Vieira e Leão) no início do século XIX, as Casas de Câmara de Curitiba e Paranaguá já funcionavam em edifícios próprios, afinal foram construídos no século XVIII. Porém, essa não era a realidade encontrada. Em Curitiba eram alugados, segundo o livro de imposto predial (1810), dois imóveis para a Câmara – um na Rua Fechada, outro no Pátio e Largo da Matriz.¹⁶⁰ Já o Concelho parnanguara funcionava na Rua da Praia, em uma casa pertencente ao Tenente Coronel Ricardo Carneiro dos Santos. É razoável pensarmos que os edifícios próprios não estivessem em condições de uso. Se até a Igreja Matriz tinha necessidade de reformas urgentes, por que as paredes estavam por cair (ou caindo), porque não a casa do Concelho?¹⁶¹

Planta (14) – Localização hipotética do Concelho de Paranaguá, em 1808



¹⁵⁶ SANTOS, A. C. A (org.). op. cit., p. 44 (provimento 43).

¹⁵⁷ CURITIBA. Livros de Notas nº 3, fls. 30 frente e 35 verso.

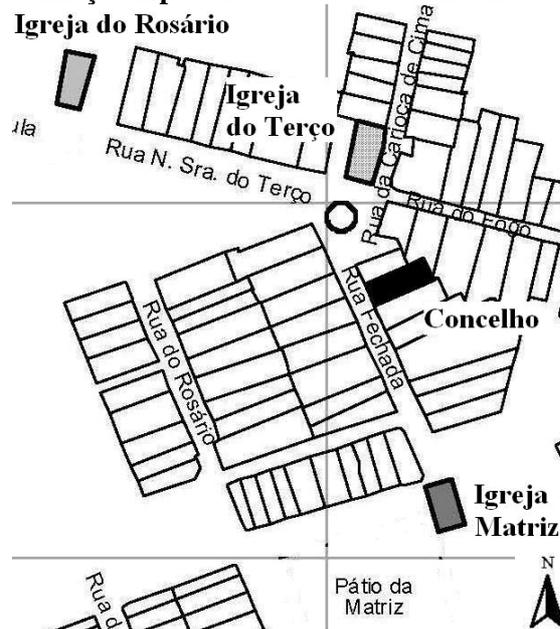
¹⁵⁸ LEÃO, E. A. **Contribuições históricas e geográficas para o Dicionário do Paraná**. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1926, v. 1, p. 244.

¹⁵⁹ “(...) demarcado defronte do pelourinho que fica para a parte do poente e para a parte do sul fica defronte as casas de Maria Paes mediando entre elas a rua Direita e para a parte do nascente ficam defronte das casas de Gaspar Carrasco dos Reis mediando entre elas uma rua que dará serventia para a paragem da Roseiras para a parte do norte fica o terreno que se continua da praça do pelourinho e adro da Matriz (...)” CURITIBA. Livros de Notas nº 3, fl. 30 frente. O arqueólogo Chmyz escreveu que esse prédio situava-se na atual Praça Jose Borges de Macedo. Porém como não apresenta fontes em que baseia tal afirmação, descartamos essa consideração. CHMYZ, I. op. cit., p. 9.

¹⁶⁰ É provável que um imóvel servisse de Cadeia e o outro de Câmara já que ambos eram térreos.

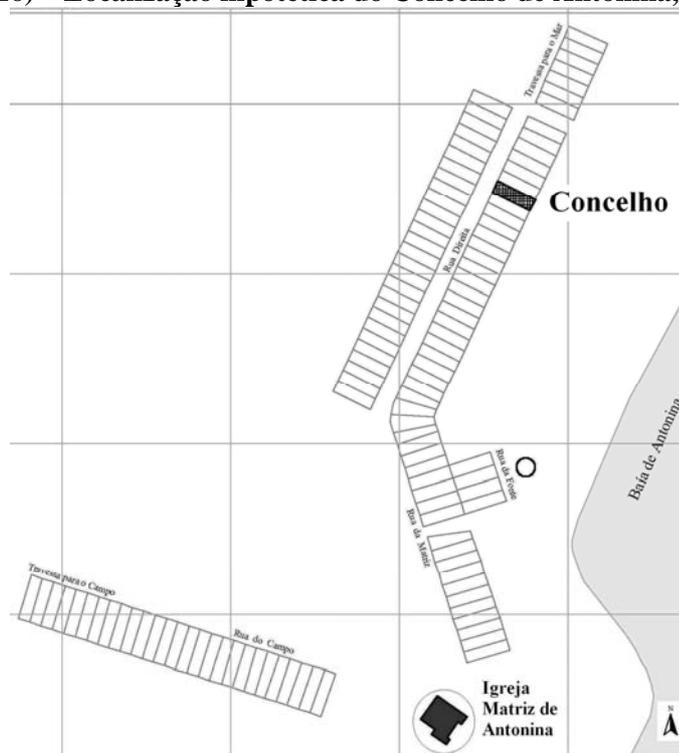
¹⁶¹ CURITIBA. op. cit., v.13, p. 75-76, 1925. Ata da Câmara de 7/3/1737.

Planta (15) – Localização hipotética da casa do Concelho de Curitiba, em 1810



Já para Antonina, não se sabe se houve ordens para a construção de uma casa específica para tais atividades no início do século XIX. Em 1720-1721, o ouvidor Pardini não visitou a então freguesia de Paranaguá. Em 1808, funcionava em casa alugada, na Rua Direita, pertencente aos órfãos de Leão Alves Rodrigues.¹⁶²

Planta (16) – Localização hipotética do Concelho de Antonina, em 1808*

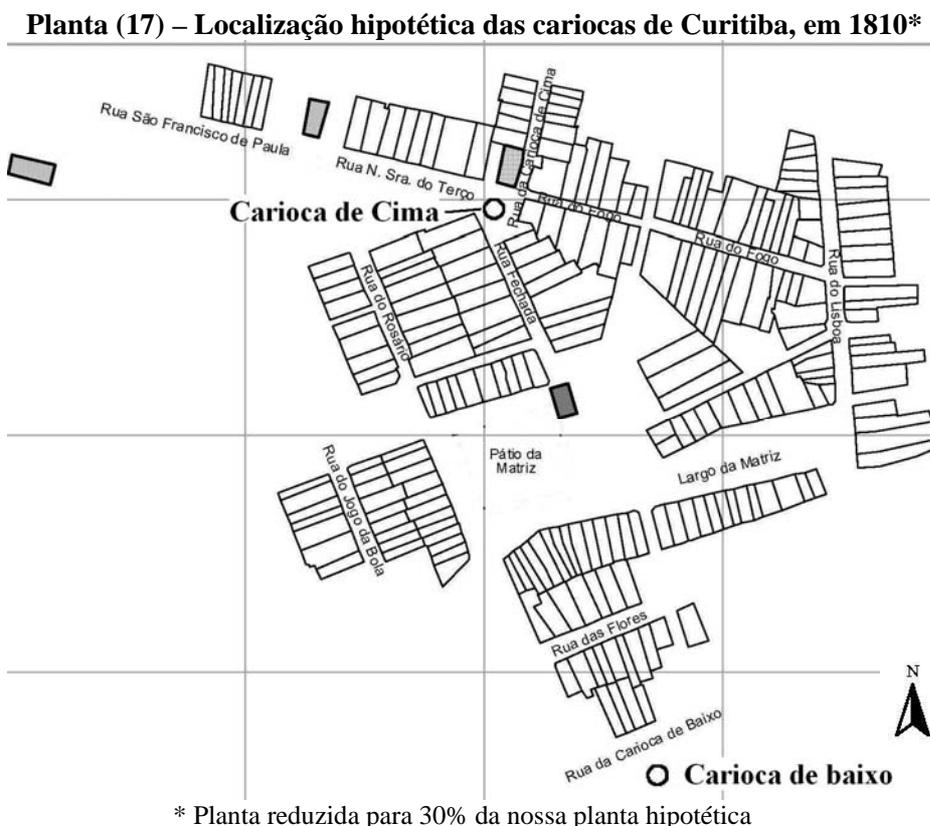


* Planta reduzida para 20% da nossa planta hipotética

¹⁶² Décima urbana de Antonina, fl. 86 verso, casa n° 7.

Fontes de água

Na maior parte das cidades luso-brasileiras, as fontes de água eram denominadas “cariocas”. Quando esteve em Curitiba, Saint-Hilaire registrou que havia duas bicas de água, sem contudo localizá-las.¹⁶³ Estavam, provavelmente, próximas a dois logradouros que remetiam a existência delas: as Ruas da Carioca de baixo e a de cima. A localização da fonte na carioca de baixo foi feita a partir das representações do XIX, plantas e maquete, já que não existe atualmente. A outra carioca estava (e continua lá) no largo da Igreja da Ordem (antiga “do Terço”).



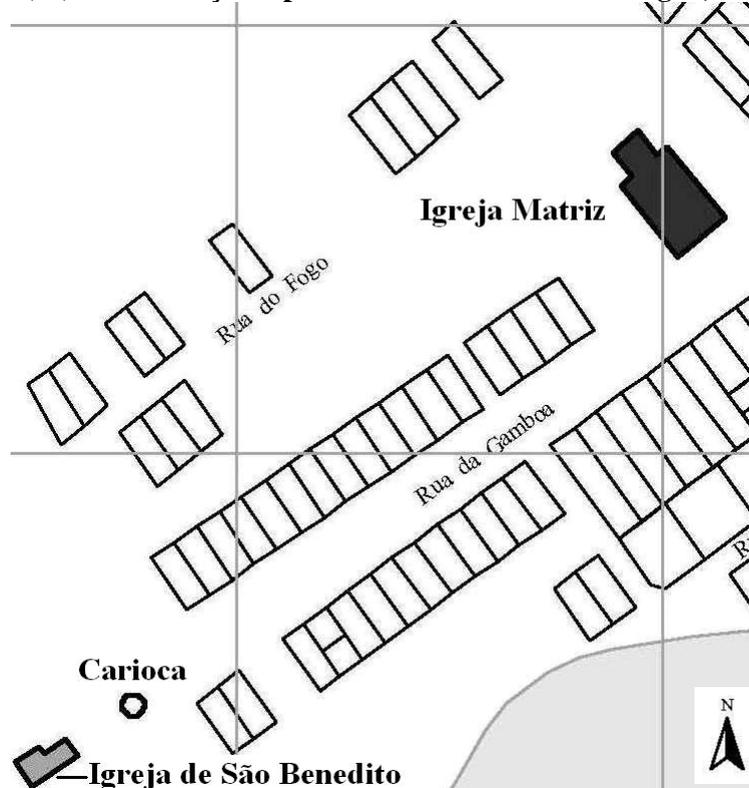
Em Paranaguá, o mesmo naturalista não se deteve no modo como se abastecia a população. Pela ausência de fontes camarárias, não foi possível identificar a denominação utilizada para a carioca. Nenhum topônimo arrolado na Décima remetia àquele acidente da topografia. Contudo, pelo menos uma fonte abastecia a população local, provavelmente desde os primeiros anos da vila. Localizava-se no final da Rua da Gamboa (atual Rua Cons. Sinimbu).¹⁶⁴ Já em Antonina, um logradouro remetia a existência de tal equipamento urbano – a Rua da Fonte – localizada hipoteticamente na atual Rua Marques do Herval. Em um período

¹⁶³ SAINT-HILAIRE, A. op. cit, p. 106.

¹⁶⁴ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 17.

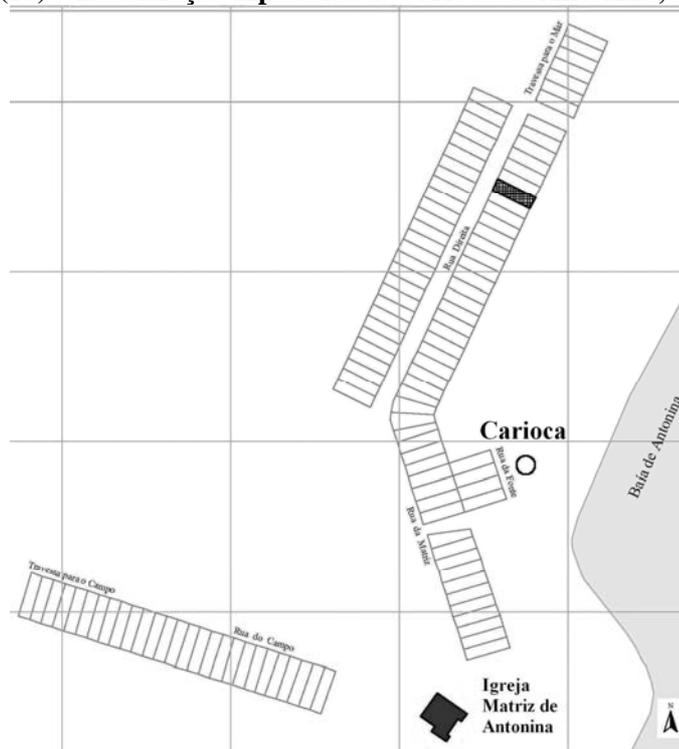
posterior (1867) uma nova carioca foi inaugurada, dando nome a uma região da vila: a Carioca.

Planta (18) – Localização hipotética da carioca de Paranaguá, em 1808*



* Planta reduzida para 50% da nossa planta hipotética

Planta (19) – Localização hipotética da carioca de Antonina, em 1808*



* Planta reduzida para 20% da nossa planta hipotética

Com certo sucesso, pudemos localizar os principais acidentes da topografia urbana (igrejas, pelourinhos, Concelhos, cariocas) das três vilas analisadas. Para isso, diversas fontes foram utilizadas: plantas, gravuras, e outras representações proporcionaram subsídios para situarmos cada igrejas, pelourinho, etc. O passo seguinte foi localizar no atual arruamento, os antigos topônimos arrolados nas Décimas na planta base.

Localização dos logradouros

Diferentemente de hoje, as ruas e travessas criadas no período colonial não tinham nomes oficiais. A população é que, geralmente, as “batizava”. Mudanças dos topônimos eram comuns, sendo que, na maioria das vezes, essas alterações não eram registradas em atas da Câmara. Isto pelo menos até a primeira metade do século XIX. Em Curitiba, as mudanças dos topônimos foram anotadas em atas, principalmente, a partir da década de 1870. Não podemos afirmar que o mesmo ocorria em Antonina e Paranaguá, devido a falta de fontes, porém é provável que não tenha acontecido ainda na primeira metade do mesmo século.

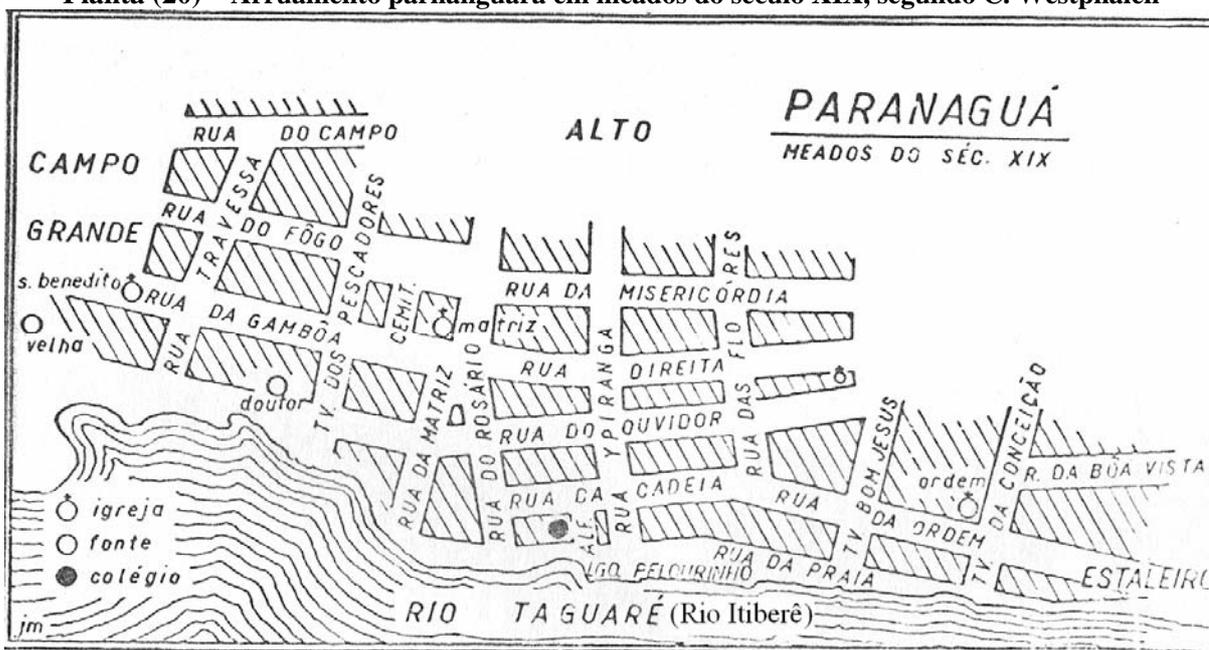
Paranaguá

Segundo dados tabulados da Décima de Paranaguá, o núcleo urbano era composto por 294 imóveis, divididos em onze logradouros. A Rua Direita era a maior em número de casas, 61. A Rua do Terço era ligeiramente menor, 55 – esta era, provavelmente, o logradouro mais extenso em número de quarteirões, três. O mais comum era ter um quarteirão como a Rua do Chargo – o menor logradouro que tinha nove casas – provavelmente charco.

Com o auxílio das Listas Nominativas de 1767 e de 1772, e das Memórias de Vieira dos Santos, de 1850, nas quais foram registrados os nomes dos logradouros, conseguimos relacionar tais topônimos com os arrolados na Décima, de 1808. As “Listas” não ofereceram argumentos para a localização dos logradouros, mas indicam que alguns deles já existiam no terceiro quartel do século XVIII. Vieira foi minucioso nas informações sobre as ruas de meados do XIX, apontando proprietários, toponímia das ruas – naquele momento – e eventuais nomes de ruas e de proprietários em tempos anteriores.¹⁶⁵ A historiadora Cecília Westphalen especializou os topônimos de Vieira em planta hipotética.

¹⁶⁵ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit, v. 2, p. 13-21.

Planta (20) – Arruamento parnanguara em meados do século XIX, segundo C. Westphalen



WESTPHALEN, C. Uma cidade portuária nos meados do século XIX. In: PAULA, E. S. de. Anais do Simpósio nacional dos professores universitários de História (A Cidade e a História), 4., 1974, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SBPH, v. 2 1974, entre as páginas 528-529.

Essa planta nos auxiliou a pensar o arruamento de Paranaguá em 1850, e para décadas anteriores. Em alguns casos, logradouros com mesmo topônimo foram relacionados também na Décima. Outros parecem que não resistiram no tempo. Diferentemente do ordenamento da Décima¹⁶⁶, a nossa lógica segue primeiro com arrolamento das ruas do lado norte, depois os do sul a partir da praia. Em seguida, como foi feito pelo escrivão do imposto predial, localizamos as travessas – esse é um indicativo da menor importância dada a esse tipo de logradouro em relação as ruas conforme já discorremos.¹⁶⁷

A comparação entre os documentos possibilitou arrolar, ainda que com certo grau de dúvida, antigos topônimos dos atuais logradouros. O resultado é o que segue.

¹⁶⁶ Não conseguimos compreender qual foi a lógica de escrivão. Às vezes, arrolava ruas paralelas. Outras vezes, logradouros perpendiculares. Mas havia os casos em que mudava de um ponto extremo para outro.

¹⁶⁷ Na página 41 desta dissertação.

Tabela 1 – Comparação das nomenclaturas das ruas, de Paranaguá, em diversas épocas*

1767 ou 1772	1808	1850	1999
Rua do Terço	Rua do Terço	Rua da Cadeia e da Ordem	Rua 15 de Novembro
Rua da Praia	Rua da Praia	Rua da Praia	Rua Gen. Carneiro
[?]	Rua do Cargo	[Rua do Ouvidor]	Rua Pêcego Jr.
[Rua da Matriz para a do Terço]	Rua do Porto da Matriz	[Travessa do Rosário]	Rua Prof. Cleto
[Rua da Matriz para a Gamboa]	Rua da Gamboa	Rua da Gamboa	Rua Cons. Sinimbu
Rua do Fogo	Rua do Fogo	Rua do Fogo	Rua Vieira dos Santos
Rua do Campo	Rua do Campo	Rua da Misericórdia	Rua Dr. Leocádio
Rua da Baixa	Rua da Baixa	Rua do Ouvidor	Rua Faria Sobrinho
Rua Direita do Bom Jesus para as mercês	Rua Direita	Rua Direita	Rua Mal. Deodoro
Rua do Funil	Travessa do Funil	[Travessa das Flores]	Rua Des. Hugo Simas
Travessa da Matriz	Travessa da Matriz	Rua da Matriz	Rua João Regis

Fontes: Listas Nominativas de Paranaguá de 1767 e 1772, Décima Urbana de Paranaguá (1808), Vieira dos Santos [1850], 2001 e Planta Cadastral de Paranaguá (1999). *Entre colchetes o possível nome (anterior ou posterior) do logradouro arrolado na Décima de 1808.

A Rua da Praia foi, provavelmente, um dos primeiros logradouros a se constituir. Corresponde a uma parcela da atual Rua General Carneiro. Essa relação foi estabelecida em consonância com a planta hipotética de Westphalen. Apesar da antiguidade, o registro mais remoto encontrado é de 1767, na primeira Lista Nominativa da vila.¹⁶⁸ Nesse documento, a “Praia” era, na maioria das vezes, inventariada no início do documento, o que sugere a importância dada aos moradores da rua. Na Décima de 1808 foram arroladas doze casas – 75% eram residências que provavelmente agregavam comércio e o percentual restante, edifícios exclusivamente comerciais.

Em 1850, a Rua da Praia era densamente ocupado por armazéns e algumas residências invertendo, portanto, a situação encontrada no início do mesmo século. Com base nas referências aos antigos proprietários, confirmamos que se tratava do mesmo logradouro arrolado na Décima.¹⁶⁹ Em 1856, parece que a denominação permanecia.¹⁷⁰ De acordo com W. Freitas, a Rua da Praia passou a ser denominada Rua Rodrigo Silva no século XIX, e depois,

¹⁶⁸ PARANAGUÁ. Lista Nominativa de habitantes de Paranaguá (1767). 4º Companhia de ordenanças. Projeto Resgate, São Paulo, códice 2105. Transcrição da historiadora Julia Maria Ribeiro.

¹⁶⁹ Como o tenente-coronel Ricardo Carneiro dos Santos (já falecido em 1850) e do alferes Manoel Antonio Pereira (depois capitão-mor da vila). VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 13.

¹⁷⁰ **Dezenove de dezembro.** Curitiba, 6 de fevereiro de 1856, ano II, nº 45, p. 4. Anúncio de um atacadista aos comerciantes de Curitiba.

em 1894, recebeu sua mais recente denominação.¹⁷¹ Não obstante essas alterações oficiais do final do dezenove, em 1928, os moradores continuavam a utilizar o mais antigo topônimo.¹⁷²

A Rua 15 de novembro é o atual topônimo da antiga Rua do Terço. Era o logradouro que partia da via que ligava o Porto à Matriz para a Igreja da Ordem Terceira. Nessa rua se localizava o Colégio Jesuíta, um imponente edifício de três andares, que serviu posteriormente de alfândega e, hoje, museu. Foi inventariada na Lista Nominativa de 1772, com o nome de “Rua do Terço até a da Barranceira inclusa a Rua do Funil”.¹⁷³ Em 1808 era o segundo logradouro com maior número de casas arroladas na Décima, 55 casas.

Em 1850, “do Terço” mudou de nome: era a Rua da Cadeia e da Ordem.¹⁷⁴ Essa associação pode ser feita a partir dos nomes dos antigos proprietários arrolados por Vieira dos Santos, e presentes no livro de imposto predial.¹⁷⁵ Ela foi confirmada pela venda um imóvel, em 1856, na Rua da Ordem em frente à alfândega.¹⁷⁶ Segundo W. Freitas, ainda no século XIX, trechos da Rua do Terço passaram a ser denominadas Rua do Hospício, e depois da Alfândega, do Paissandu, do Imperador, e desde 1890, Rua 15 de novembro.¹⁷⁷

A Rua da Baixa atravessava o meio da vila, correspondendo à atual Rua Faria Sobrinho. Sua existência remonta, pelo menos, a 1720. À época, foi citada pelo Ouvidor R. Pardinho pela necessidade de aterramento devido ao alagamento de parte do logradouro que tinha uma inclinação para baixo, e provavelmente, por isso essa denominação.¹⁷⁸ Em 1772 foi registrada na Lista Nominativa.¹⁷⁹ Em algum momento entre 1808 (quando tinha 24 casas) e 1850 teve seu nome alterado para Rua do Ouvidor, talvez em 1844.¹⁸⁰ Em 1855, num artigo de jornal, confirmou-se o uso dessa última denominação.¹⁸¹ Segundo W. Freitas, esta designação perdurou até 1879, quando a Câmara nomeou-a Rua Pêcego Junior.¹⁸²

¹⁷¹ O memorialista Waldomiro Freitas fez essas associações. FREITAS, W. F. **História de Paranaguá: das origens à atualidade**. Paranaguá: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1999, p. 449.

¹⁷² ALVAREZ, A. Os novos aspectos de Paranaguá. A rua termometro. Maus tempos. Volta ao progresso. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 25 de fevereiro de 1928, nº 2779, ano 10, p. 1.

¹⁷³ PARANAGUÁ. Lista nominativa de habitantes de Paranaguá (1772), fl. 8 [paginação 186, do arquivo digital]. Resgate, São Paulo, códice 2105.

¹⁷⁴ O memorialista Leônidas Boutin associou a antiga Rua da Ordem à atual Rua 15 de novembro. BOUTIN, L. **Histórias Paranaenses**. Curitiba: Edição do autor, 2003, p. 83.

¹⁷⁵ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 14.

¹⁷⁶ **Dezenove de dezembro**, Curitiba, 4 de abril de 1856, ano III, nº 3, p. 4.

¹⁷⁷ FREITAS, W. F. op. cit. p. 449.

¹⁷⁸ SANTOS, A. C. A. op. cit., p. 118 (provimento 85).

¹⁷⁹ PARANAGUÁ. Lista Nominativa (1772), op. cit., fl. 11 [187].

¹⁸⁰ Vieira dos Santos relatou a mudança de nomenclatura do topônimo, mas a indicação do ano foi de Freitas. FREITAS, W. F. de. op. cit. p. 459. VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 15.

¹⁸¹ **Dezenove de dezembro**, Curitiba, 13 de junho de 1855, ano II, nº 11, p. 4. Venda de um armazém de molhados em Paranaguá.

¹⁸² FREITAS, W. F. op. cit. p. 459.

Planta (21) – Localização hipotética das Ruas da Praia, do Terço e da Baixa, de Paranaguá, em 1808*



* Todos os excertos das plantas de Paranaguá referentes a localização dos logradouros têm 50% de redução em relação a nossa planta hipotética

Em consonância com Westphalen, a Rua Direita é a atual Rua Marechal Deodoro. Sua existência remonta, pelo menos, a 1772, em uma Lista Nominativa com a denominação de “Rua Direita do (capela) Bom Jesus para as mercês”.¹⁸³ Talvez, cinco anos antes, em documento análogo, tenha sido referenciada como a “Rua do Bom Jesus”, porque era o caminho para aquela igreja.¹⁸⁴ Era o logradouro com maior número de casas (61) arroladas na Décima. Em 1850, era bastante larga, e com alguma curva.¹⁸⁵ Não confundir “direta” (ou reta) com “direita”.¹⁸⁶ Em 1855 mantinha, possivelmente, a mais antiga denominação.¹⁸⁷ Essa situação teria perdurado até as últimas décadas do século XIX quando passou a denominar Rua da Imperatriz (após 1880), e desde 1890 seu mais recente nome.¹⁸⁸

¹⁸³ PARANAGUÁ. Lista Nominativa (1772), op. cit., fl. 1 [182].

¹⁸⁴ PARANAGUÁ. Lista Nominativa (1767).

¹⁸⁵ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit. v. 2, p. 16.

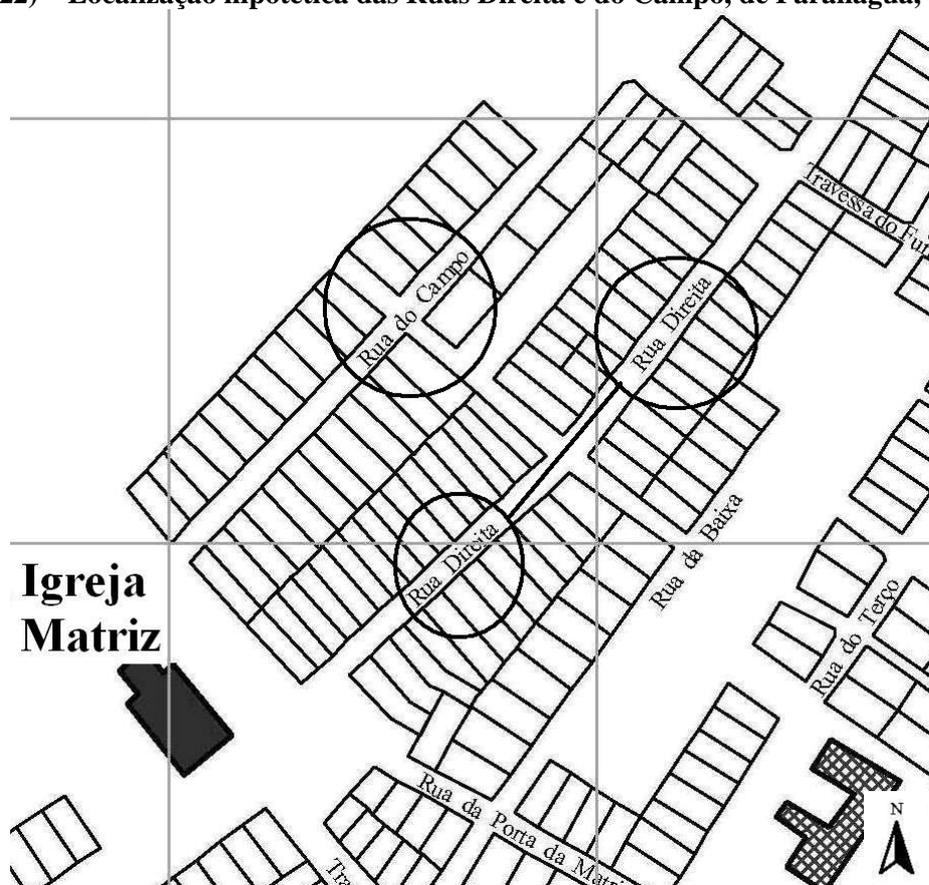
¹⁸⁶ Nas cidades e vilas coloniais de fundação portuguesa é comum a denominação “Direita” que significava somente o ponto caminho que ligava dois pontos importantes nos núcleos citadinos. Em Paranaguá era logradouro que dava acesso do Pátio da Matriz a Capela do Bom Jesus.

¹⁸⁷ **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 26 de setembro de 1855, ano II, nº 26, p. 4. Venda de uma casa em Paranaguá pertencente a Manoel Leocádio de Oliveira.

¹⁸⁸ FREITAS, W. F. op. cit., p. 453.

A Rua Dr. Leocádio é o atual topônimo da antiga Rua do Campo. Foi registrada na Lista Nominativa de 1767, com a mesma remota denominação.¹⁸⁹ Era um dos logradouros mais antigos da vila sendo bastante reta e extensa.¹⁹⁰ Em 1808, tinha 34 imóveis. Em algum momento entre a primeira Décima e 1850 teve seu nome alterado para Rua da Misericórdia, talvez em 1841.¹⁹¹ A existência da Santa Casa sugeriu, provavelmente, o novo nome à antiga ligação com a zona do campo. De acordo com W. Freitas, a Rua do Campo recebeu, em 1887, sua mais recente denominação.¹⁹²

Planta (22) – Localização hipotética das Ruas Direita e do Campo, de Paranaguá, em 1808*



* Excerto da planta reduzido em 50%.

A Rua da Gamboa é uma parcela da atual Rua Conselheiro Sinimbu.¹⁹³ Teve sua existência anotada na Lista Nominativa de 1767, mas, provavelmente, com outro topônimo

¹⁸⁹ PARANAGUÁ. Lista Nominativa (1767).

¹⁹⁰ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit. v. 2, p. 19.

¹⁹¹ O memorialista Vieira dos Santos relatou a mudança de nomenclatura do topônimo, mas a indicação do ano foi de Freitas. FREITAS, W. F. de. op. cit. p. 453. VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit. v. 2, p. 19-20. A mudança deve ter ocorrido pela criação de uma nova rua de mesmo topônimo em outro local. A antiga Rua do Campo não fazia mais jus a sua localização (estava no meio da vila), e um novo local foi escolhido para a localização de uma nova Rua do Campo.

¹⁹² FREITAS, W. F. de. op. cit. p. 453.

¹⁹³ Boutin associou a antiga Rua da Gamboa à atual Av. Conselheiro Sinimbu. BOUTIN, L. op. cit., p. 52.

“Rua da Matriz para a Gamboa”.¹⁹⁴ Era o caminho entre o Pátio da Matriz e a árvore frutífera.¹⁹⁵ Pode ter sido denominada Rua da Fonte por ser o principal acesso ao chafariz que ficava à frente da Igreja de São Benedito.¹⁹⁶ Com 39 casas, era o terceiro logradouro com maior número de imóveis arrolados. Em 1850, o logradouro era bastante reto e largo.¹⁹⁷ Paralela a este logradouro estava a Rua do Fogo que corresponde à atual Rua Vieira dos Santos. Já aparece na primeira Lista Nominativa da vila, de 1767.¹⁹⁸ Em 1850 era o principal local do comércio, e mantinha o mesmo nome. Segundo, W. Freitas a Rua da Gamboa passou a se denominar, no século XIX, Rua Senador Dantas, e em 1906 recebeu a atual denominação.¹⁹⁹

Planta (23) – Localização hipotética das Ruas da Gamboa e do Fogo, de Paranaguá, em 1808*



* Excerto da planta reduzido em 50%.

A Travessa do Funil teve sua existência registrada na Lista Nominativa de 1767, mas como rua.²⁰⁰ Na Lista de 1772 estava incluída no arrolamento das casas da Rua do Terço.²⁰¹ Na

¹⁹⁴ PARANAGUÁ. Lista Nominativa (1767).

¹⁹⁵ Não foi possível localizar referências sobre um gamboeiro no logradouro, porém é provável que a Rua da Gamboa tivesse recebido esse nome por causa da árvore que poderia não estar mais lá, em 1808. O costume preservou, possivelmente, essa denominação.

¹⁹⁶ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 17. A carioca seria de 1656. FREITAS, W. F. op. cit. p. 454.

¹⁹⁷ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 16.

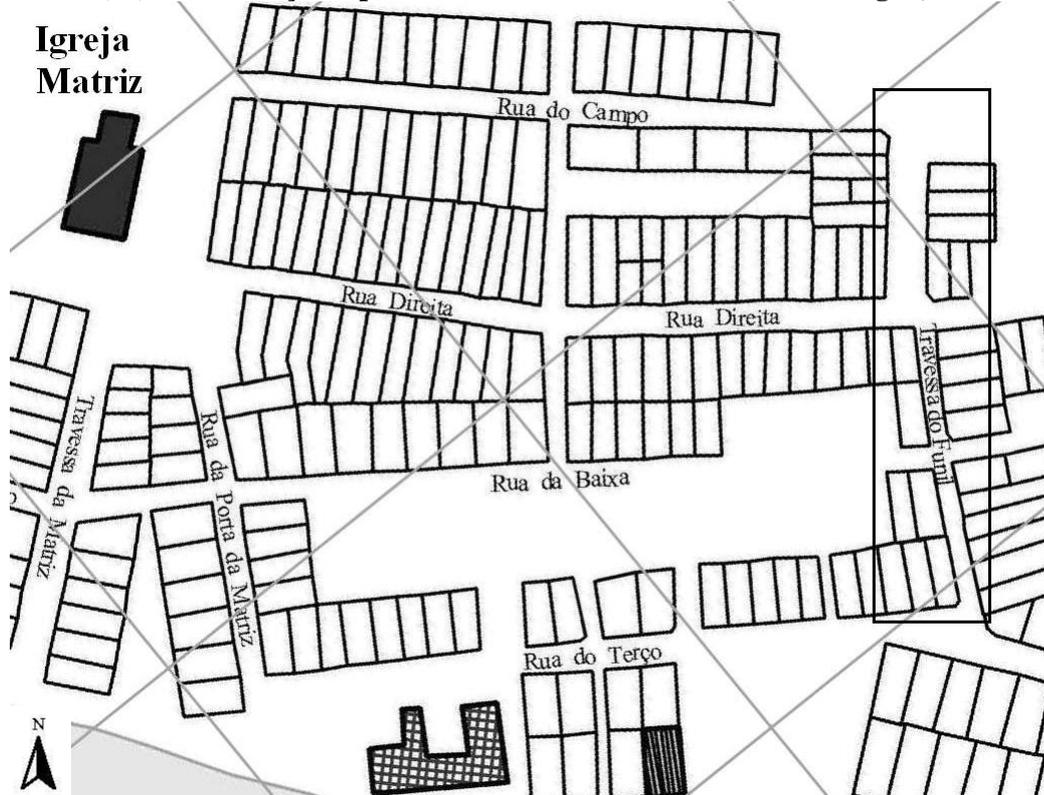
¹⁹⁸ PARANAGUÁ. Lista Nominativa (1767).

¹⁹⁹ FREITAS, W. F. op. cit. p. 448.

²⁰⁰ PARANAGUÁ. Lista Nominativa (1767).

Décima, já como travessa, tinha 15 casas. Talvez fosse a Travessa das Flores, de 1850.²⁰² Cinco anos depois, a Rua das Flores aparece como transversal da Rua do Ouvidor (Rua da Baixa, em 1808).²⁰³ Na nossa hipótese era a fronteira leste do setor urbano – quando da execução da Décima –, e a sua localização com sendo à atual Rua Des. Hugo Simas em consonância com a referida planta de 1815. A hipótese de ser ela a atual Travessa Correia de Freitas, paralela à anterior (e mais exterior), e que também aparece na mencionada planta (de 1815) foi descartada. Primeiro porque existem três quarteirões entre a Igreja Matriz e essa Travessa hoje – na planta de 1815 existem apenas duas – e, segundo porque em 1815 este logradouro não tinha dois lados, apenas um, as casas do outro lado estavam em processo de constituição. A Travessa do Funil arrolada na Décima têm dois lados (direito e esquerdo), portanto confirma nossa hipótese. O número de casas foi decisivo para essa localização, uma vez que não teria espaço em outro local. De acordo com W. Freitas, essa travessa passou a se denominar Rua Silva Lemos, em 1879.²⁰⁴

Planta (24) – Localização hipotética da Travessa do Funil, de Paranaguá, em 1808*



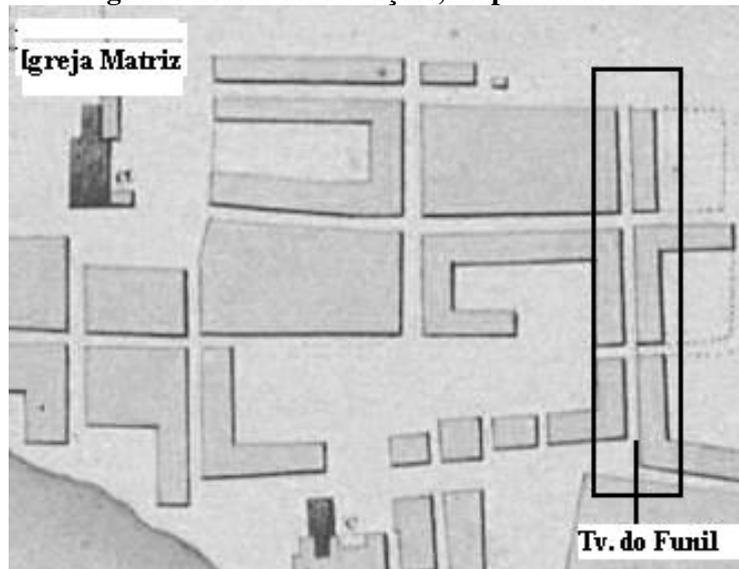
²⁰¹ PARANAGUÁ. Lista nominativa de habitantes (1772), fl. 8 [186]. Foi registrado “Rua do Terço até a da barranceira inclusa a Rua do Funil”.

²⁰² VIEIRA DOS SANTOS. op. cit., v. 2, p. 21.

²⁰³ **Dezenove de dezembro**, Curitiba, 2 de janeiro de 1856, ano II, nº 40, p. 4.

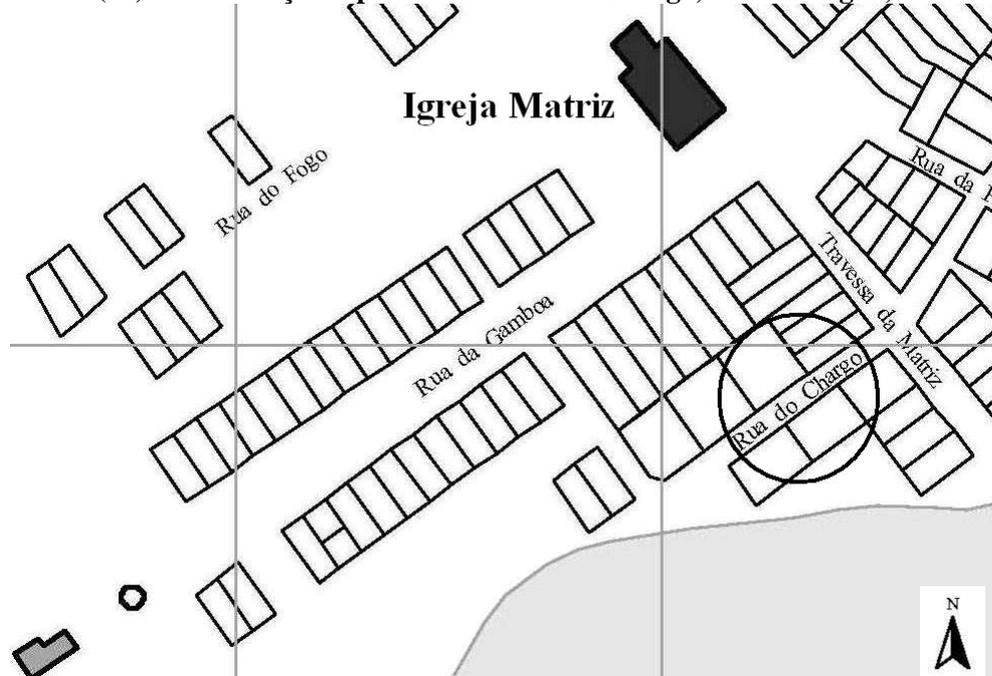
²⁰⁴ Freitas, escreveu que até 1836 existia uma Rua do Funil e que ela hoje seria a Rua Desembargador Hugo Simas. FREITAS, W. F. op. cit. p. 455.

Planta (25) – Localização hipotética da Travessa do Funic, segundo nossas constatações, na planta de 1815



A localização da Rua do Chargo foi mais complexa. Não foi mencionada por Vieira dos Santos, apesar de ter sido registrada sua existência em Lista Nominativa da vila, de 1801 (onde não havia qualquer argumento que auxiliasse a sua localização). Supomos que corresponda à atual Rua Pêcego Junior, em consonância com a planta de 1815.²⁰⁵ Na Décima era o menor logradouro em número de imóveis: nove.

Planta (26) – Localização hipotética da Rua do Chargo, de Paranaguá, em 1808

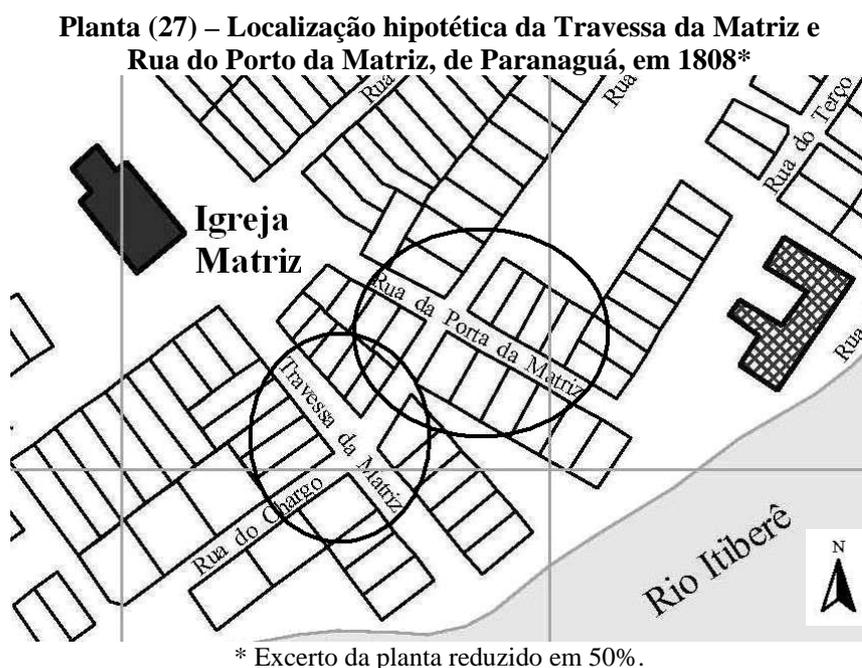


* Excerto da planta reduzido em 50%.

²⁰⁵ Existe outra possibilidade apontada por W. Freitas que a localiza na atual Rua Mal. Alberto de Abreu. Por não fundamentar sua opção, descartamo-la. Posicionamento plausível com relação ao número de lotes, e em concordância com a planta de 1815. Porém sem comprovação em fontes. FREITAS, W. F. op. cit. p. 454.

Havia ainda dois logradouros que tinham seus extremos na praia e no Pátio da Igreja Matriz, a Rua do Porto da Matriz e a Travessa da Matriz.²⁰⁶ Esses dois logradouros podem ter sido referenciados, em 1850, por Vieira dos Santos com novas denominações, Travessa do Rosário e Rua da Matriz, respectivamente.²⁰⁷ Optamos por localizá-los na atual Rua Prof. Cleto, a Rua do Porto da Matriz (15 casas), enquanto na Rua João Regis, a Travessa da Matriz (18 casas). O número de casas de cada lado da rua determinou esse posicionamento.

Como tínhamos por base a atual planta cadastral, e tendo em vista as poucas alterações no loteamento que supomos, uma inversão não era possível dado a ausência de espaço para as casas arroladas. Vieira dos Santos confirmou indiretamente uma dessas localizações. Em 1850, na Rua da Matriz havia uma casa de sobrado pertencente aos herdeiros do Capitão Jose Rodrigues Branco.²⁰⁸ Em 1808, o capitão residia em uma casa de sobrado na Travessa da Matriz. Imaginamos que se tratava do mesmo valorizado imóvel. Assim sendo, o outro logradouro por exclusão, ao lado, seria a Rua do Porto da Matriz.



Antonina

A localização dos logradouros arrolados na Décima de Antonina no atual arruamento antoninense foi exercício menos complexo, porém mais frustrante. Faltam documentos, plantas e ilustrações da época. Por isso, utilizamos basicamente o trabalho de Sandro Gomes para indicarmos a localização hipotética daqueles logradouros.

²⁰⁶ Talvez a mesma Travessa da Matriz foi registrada em 1767. PARANAGUÁ. Lista Nominativa (1767).

²⁰⁷ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 20.

²⁰⁸ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 18-19.

Quanto ao número de imóveis, a Rua Direita era o maior logradouro. O escrivão do imposto predial registrou quase metade das casas cidadinas da vila nesta rua. Por essa razão, qualquer segmentação espacial deve levar em conta essa extensão. Seria natural, se por exemplo ali encontrássemos o maior número de comerciantes, de chefes escravistas ou de qualquer outra variável socioeconômica. Estivemos atentos na busca por espaços diferenciados para moradores de diferentes níveis sociais nessa mesma rua.

Nessa comparação pode-se chegar à mesma conclusão referente às outras vilas analisadas com relação à descontinuidade dos topônimos. Nenhum sobreviveu desde o início do século XIX até hoje. Diante da ausência de fontes, a solução foi buscar os esparsos referenciais que dispomos aliando a nossa percepção da lógica de loteamento urbano luso-brasileiro quanto ao formato dos lotes sobre os quais estariam as casas urbanas arroladas em 1808. O destaque na planta mostra o tipo de lote citadino (longo e estreito) reproduzido pelos portugueses em suas possessões ultramarinas.

Planta (28) – Destaque no atual loteamento urbano de Antonina



Ermelino de Leão (1834-1901) foi o único a relacionar um antigo topônimo, do início do século XIX, com outro da época em que escreveu, o início do XX. Contudo, sua

única referência foi associar a Rua Direita com a atual Rua 15 de novembro.²⁰⁹ Talvez, antes dessa última denominação, segundo Berg Clauss, um memorialista local – tivesse recebido o nome de Rua do Imperador.²¹⁰ Como em Paranaguá, a Direita significava a ligação entre dois pontos importantes, no caso de Antonina entre a Igreja Matriz e o porto.

As demais correspondências de logradouros foram feitas através de hipóteses e de acordo com nossa experiência no trato das cidades coloniais e da observação em loco. A Travessa para o mar foi hipoteticamente localizada como continuação da atual Rua 15 de novembro, antiga Rua Direita. Este logradouro foi entendido como caminho que levava da Igreja Matriz para o porto da vila que era no final desse prolongamento.

Do outro lado do conjunto de ruas acima exposto estava a Rua da Matriz, que dava acesso à única Igreja da vila, à época. Por isso, o nome. O formato dos lotes da atual Rua R. Vale Porto e início da 15 de Novembro foi determinante para tal localização. Não há atualmente lotes no entorno dessa Igreja que tenham semelhantes características, estreito e alongado, onde a testada é menor do que o comprimento – típico do loteamento colonial português.²¹¹ A Rua da Fonte foi localizada onde existia – ainda no início do século XX – uma fonte, em uma ladeira que levava a população para a bica de água. Não se sabe quando passou a denominar-se Rua Marquês do Herval.

O conjunto de logradouros do campo (Rua do Campo e Travessa para o Campo) foi localizado seguindo o raciocínio da Rua da Matriz. No caminho que, provavelmente, levava a população para as fazendas e sítios da região, existe grande número de lotes com as características já relacionadas. Por isso escolhemos a Rua Conselheiro Alves de Araujo como local hipotético da antiga Rua do Campo, e o seu prolongamento para a Travessa homônima.

O logradouro Ponta da Pedra não pode ser localizado. Não encontramos elementos documentais que pudessem indicar sua posição.²¹² Ademais, a presença de uma morada inabitável tornou desnecessária sua localização. A casa estava em ruínas, e não tinha chefe.

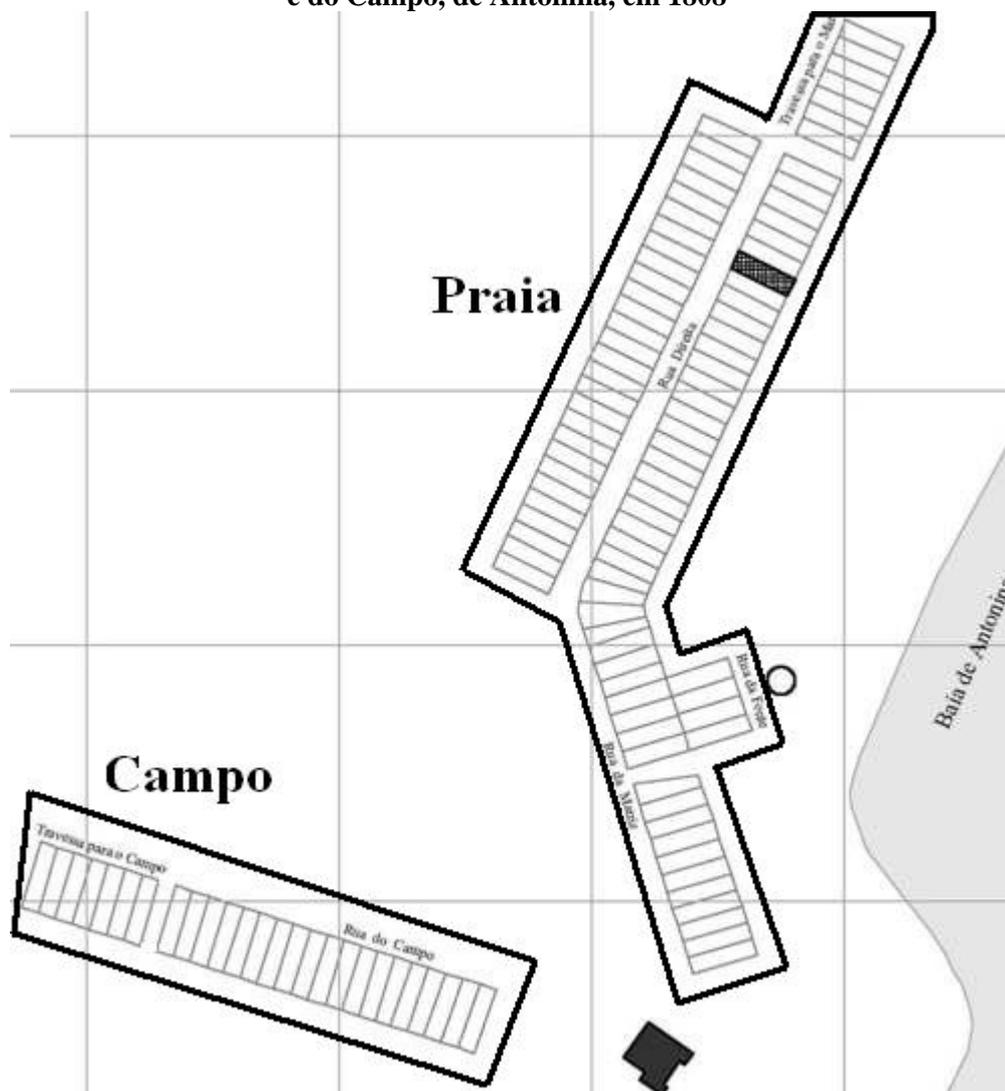
²⁰⁹ LEÃO, E. A. **Antonina: factos e homens** – da idade archeolithica à elevação a cidade (1918). Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999 (1926), p. 110.

²¹⁰ BERG, C. L. **Antonina, a vovó do Paraná**. Curitiba: Edição do autor, 2003, p. 47. Segundo este autor em 1890, a Rua do Imperador passou a se denominar Rua 15 de novembro. Não apresenta fontes que comprovem essa alteração.

²¹¹ Testada: parte da rua que fica à frente de um prédio.

²¹² Observando a atual planta da cidade percebeu-se a existência de uma “Ponta da Pita” não muito distante do urbano propriamente dito. Como conjectura, pode ser o antigo local da Ponta da Pedra.

Planta (29) – Localização hipotética dos logradouros da zona da Praia e do Campo, de Antonina, em 1808*



*Planta reduzida para 30%.

O resultado hipotético da associação entre os topônimos relacionados na Décima antoninense e os atuais é o que segue.

Tabela 2 – Comparação das nomenclaturas das ruas, de Antonina, em duas épocas

1808	2010
Rua da Matriz	Rua Vale Porto e início da 15 de Novembro
Rua Direita	Rua 15 de Novembro
Travessa para o mar	Rua 15 de Novembro (final)
Rua da Fonte	Rua Marques do Herval
Rua do Campo	Rua Cons. Alves de Araújo
Travessa para o campo	Rua Cons. Alves de Araújo (final)
Ponta da Pedra	[não localizada]

Fontes: Décima Urbana de Antonina (1808); Planta Cadastral de Antonina (2010)

Infelizmente, pela falta de documentos, não foi possível acompanhar a mudança dos topônimos (como fizemos para Curitiba e Paranaguá) ao longo dos séculos, desde a fundação

da vila – em 1797 – até hoje. Essa é uma frustração que dificilmente será minimizada. Os homens e as traças não deixaram muitas opções de documentos.

Curitiba

De acordo com os dados tabulados da Décima de Curitiba, seu núcleo citadino era composto de 244 casas em doze logradouros. No maior deles, o Pátio e Largo da Matriz foram registrados 68 imóveis. Na Rua do Fogo foram arrolados 38 casas enquanto na Rua do Lisboa, 29. Eram os logradouros mais extensos quanto ao número de quarteirões e de imóveis. Os menores não ultrapassavam, na nossa hipótese mais do que um quarteirão, como a Rua da Carioca de baixo com quatro casas.

Na produção da planta hipotética de Curitiba, comparamos os topônimos relacionados na Décima, de 1810, com os atuais. Todos os logradouros tiveram mudança de nome, a exceção da Rua do Rosário. Utilizamos como fontes para identificarmos antigos topônimos as plantas de 1857 e de 1900 e os croquis dos quarteirões produzidos, principalmente, entre as décadas de 1920-1950. Auxiliaram-nos nessa tarefa a planta de 1830-1850, a maquete de 1876, e os levantamentos de estudiosos da cidade, já no século XX. O quadro a seguir resume a mudança de nomenclatura dos topônimos.

Tabela 3 – Comparação das nomenclaturas das ruas de Curitiba, em diversas épocas

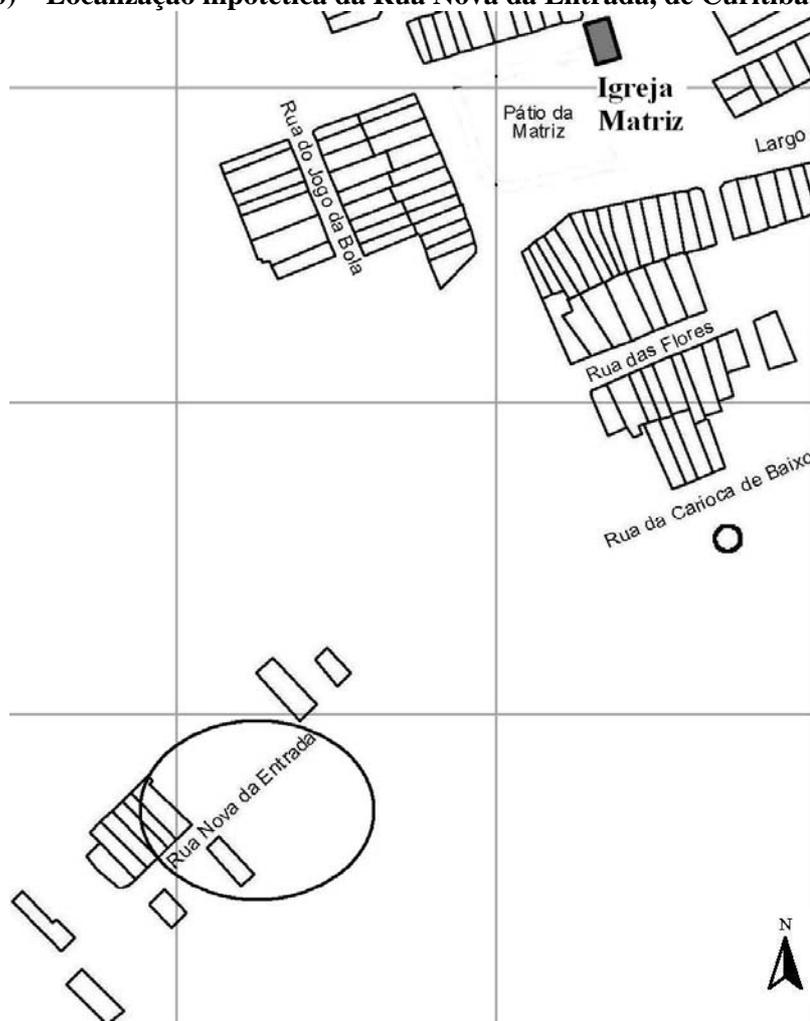
1810	1857	1876	1900	2010
Rua Fechada	Rua Fechada	Rua Fechada	Rua José Bonifácio	Rua José Bonifácio
Rua Nossa Senhora do Terço	[não relaciona]	[não relaciona]	Rua São Francisco [seção]	Rua São Francisco [seção]
Rua do Fogo	Rua do Fogo	Rua do Fogo	Rua São Francisco [seção]	Rua São Francisco [seção]
Rua Nova da Entrada	Rua da Entrada	Rua da Entrada	Rua Aquidaban	Rua Emiliano Pernetá
Rua do Lisboa	Rua da Carioca	Rua da Carioca	Rua do Riachuelo	Rua Riachuelo
Rua da Carioca de cima	[não relaciona]	[não relaciona]	Travessa da Ordem	Rua Mateus Leme
Rua São Francisco de Paula	[não relaciona]	[não relaciona]	[não relaciona]	Av. Jaime Reis
Rua do Rosário	Rua do Rosário	Rua do Rosário	Rua Rosário	Rua do Rosário
Pátio e Largo da Matriz	[não relaciona]	Largo da Matriz/ Pç. Do Mercado	Pçs. Tiradentes/ Municipal	Pçs. Tiradentes/ Generoso Marques/ J.B. de Macedo
Rua Nova das Flores	Rua das Flores	Rua das Flores	Rua XV de Novembro	Rua XV de Novembro
Rua da Carioca de baixo	Rua do Comércio	Rua do Comércio	Rua Mal. Deodoro	Rua Mal. Deodoro
Rua do Jogo da Bola	Rua da Assembléia	Rua Nova	Rua da Assembléia	Al. Dr. Muricy

Fontes: Décima Urbana de Curitiba (1810); Planta de Curitiba (1857); Maquete de Curitiba (1876); Planta de Curitiba (1900); e Planta cadastral de Curitiba (2007).

Como se pode perceber algumas mantiveram seus topônimos até 1857 como as Ruas Fechada e do Fogo. Para outras, as alterações foram diversas como a Rua do Jogo da Bola que passou a ser a Rua Nova, depois, da Assembléia e, finalmente, Alameda Dr. Muricy. Não descartamos a possibilidade de que muitos desses topônimos tenham coexistido.

A Rua Nova da Entrada corresponde a uma parcela da atual Emiliano Perneta. Era o início do caminho que ligava Curitiba às outras vilas do planalto curitibano (Castro e Lapa) e com o sertão de Guarapuava. Na Décima de 1810, era um logradouro 12 casas, provavelmente apartadas do núcleo citadino pelo que sugerem representações posteriores.

Planta (30) – Localização hipotética da Rua Nova da Entrada, de Curitiba, em 1810*



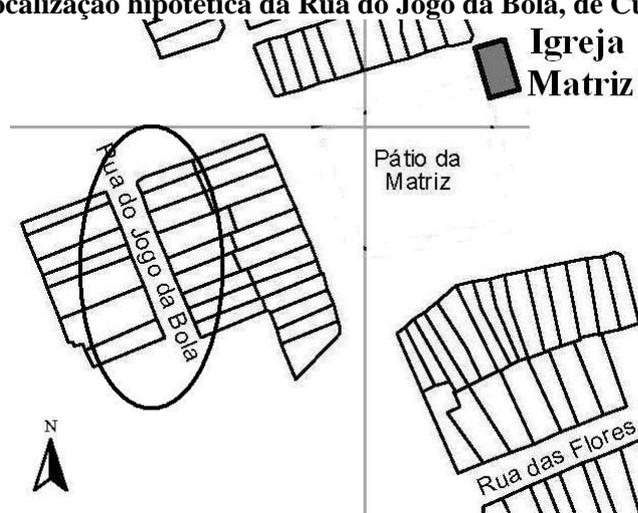
*Planta reduzida para 40% do original em A3.

Com a abertura de uma nova entrada (Rua Barão do Cerro Azul) para a ligação com a estrada da Graciosa (que levava ao litoral), o logradouro que era caminho para o interior deixa de receber a terminologia “nova” e passa a ser, Rua da Entrada. Assim aparece na

planta de 1857. Desde 1871, segundo R. Martins, era denominada Rua Aquidaban.²¹³ Entretanto, na maquete de 1876 permanece como “da Entrada”. Na planta de 1900 a denominação Aquidaban foi anotada. Em 1935, de acordo com E. Trevisan, o logradouro teve seu topônimo modificado para o atual.²¹⁴

A Alameda Dr. Muricy foi o local atribuído como correspondente à Rua do Jogo da Bola. Para isso, considerou-se a planta de 1830-1850. O porquê desse nome não se sabe.²¹⁵ Oito anos antes da Décima parece ter mudado de nome, passou a denominar-se Beco de São Francisco de Paula (não confundir com a rua homônima arrolada na Décima).²¹⁶ Era o caminho para a capela de mesmo nome. Um termo de compra de uma casa no Pátio da Matriz aponta para a localização deste logradouro, “uma morada no Pátio da Matriz fundo fazendo frente para a Rua Jogo da Bola”.²¹⁷ Conhecendo a localização dos outros logradouros arrolados em torno do referido Pátio restou uma única posição para o “Jogo da Bola”.

Planta (31) – Localização hipotética da Rua do Jogo da Bola, de Curitiba, em 1810*



*Planta reduzida para 50% da nossa planta hipotética (as seguintes também).

Em 1810, a Rua do Jogo da Bola tinha 16 casas. Segundo Edilberto Trevisan, esse logradouro denominou-se posteriormente – em período não indicado – de Rua da Ladeira, e

²¹³ Segundo Martins, a Rua da Entrada tornou-se Rua Aquidaban. Contudo, como de costume entre os historiadores sem formação universitária, não apresenta fontes que comprove essa modificação. MARTINS, R. **Curitiba de outr’ora e de hoje**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1922, p. 179.

²¹⁴ Segundo Trevisan, a Rua Aquidaban mudou para Rua Emiliano Perneteta. Também, não apresenta fontes que comprove essa alteração. TREVISAN, E. Curitiba..., p. 55. O arqueólogo Chmyz associou a Rua da Entrada a atual Emiliano Perneteta. CHMYZ, I (coord.). op. cit., p. 13.

²¹⁵ A denominação Jogo da Bola não pode ser explicada. Não sabemos se trata de um topônimo que remetia a ruas de igual nome na Metrópole, ou se ali se praticava algum “esporte” com bola. Não conhecemos fontes que tratem desse assunto para Curitiba. Qualquer idéia é mera especulação.

²¹⁶ Três proprietários vizinhos registrados nesse beco, em 1802, foram localizados na Décima de 1810 na Rua do Jogo da Bola também como vizinhos. CURITIBA. Livro de Notas nº 27, fl. 48 frente e verso.

²¹⁷ CURITIBA. Livro de Notas nº 33, fls. 87 verso à 88 verso. Termo de compra e venda 15 de maio de 1818.

depois dos Quartéis. Nas plantas de 1857 e 1900 era a Rua da Assembléia.²¹⁸ Em um anúncio de jornal de 1855, a “da Assembléia” era denominação corrente.²¹⁹ Na maquete de 1876 tinha outra denominação Rua Nova.

A Rua do Rosário têm sua antiguidade ligada à igreja homônima que existe, pelo menos, desde 1737. É o único logradouro que, aparentemente, preservou seu nome quase intacto ao longo dos últimos séculos. Nas atas da Câmara de 1771 era a Rua Nova de Nossa Senhora do Rosário.²²⁰ Na Décima de 1810 foi arrolada, já sem o qualificativo “nova”, comportando 18 casas. Na planta de 1857, na maquete de 1876 e na outra planta de 1900 já se podia observar a mesma extensão de hoje, apenas dois quarteirões, e a continuidade da denominação que perdura até hoje..

Paralela à anterior, a Rua Fechada pode ter sido a primeira rua onde os moradores construíram suas casas, provavelmente, já no final do século XVII²²¹ – talvez com outras denominações. No século seguinte, pode ter recebido outras designações: Rua que vai da Matriz da Igreja (1740), Rua detrás da Igreja e Rua Direita fronteira a Matriz (ambas em 1761).²²² A partir de 1786, a denominação Rua Fechada passou a ser registrada em atas da Câmara.²²³ Essa antiga localização pode ser comprovada indiretamente por uma escritura de venda de uma casa na Rua Fechada, que “fazia frente os fundos para a Rua do Rosário” em 1811.²²⁴ Como conhecemos o lugar do Rosário, situamos o outro logradouro. Eram ruas paralelas. Por ocasião de um anúncio de emprego em 1856, percebeu-se a continuidade da denominação “Fechada”.²²⁵ Esse nome aparece consagrado na planta de 1857 e na maquete. No final do XIX, depois da demolição da Igreja Matriz (e, portanto do motivo do nome),

²¹⁸ Trevisan anotou essas outras nomenclaturas para a Rua do Jogo da Bola. TREVISAN, E. Curitiba..., p. 71. Quanto ao nome Rua dos Quartéis, uma escritura de compra de casa nesse logradouro foi feita em 1801, entretanto não foi possível associar os proprietários desse logradouro com a Rua do Jogo da Bola em 1810. CURITIBA. Livro de Notas nº 27, fls. 26 verso e 27 frente. Rua da Assembléia por aqui lá se localizou a Assembléia Legislativa do Paraná já na segunda metade do XIX.

²¹⁹ **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 1º de agosto de 1855, ano II, nº 18, p. 4. Venda de uma escrava cujo proprietário residia no logradouro, nº 16.

²²⁰ CURITIBA. op. cit., v. 27, p. 71.

²²¹ CHMYZ, I (coord.). op. cit., p. 11.

²²² A Rua Fechada era limitada pelos fundos da Igreja Matriz e pelo Largo da Igreja do Terço. Em 1740, Rua que vai da Matriz da Igreja em PEREIRA, M. R. M; NICOLAZZI Junior, N. F. (orgs.). **Audiências e correições dos almotacés** (Curitiba, 1737 a 1828). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 112 [nesse livro foi publicado a transcrição dos livros de almotacaria]. Em 1761, Rua detrás da Igreja Matriz. CURITIBA. op. cit., v. 26, p. 87. Em 1761, Rua Direita fronteira a Igreja Matriz (não confundir com a Rua Direita que se localizaria posteriormente na atual Rua 13 de maio e que na Décima, de 1810, não tinha sido relacionada. CURITIBA. op. cit., v. 26, p. 98.

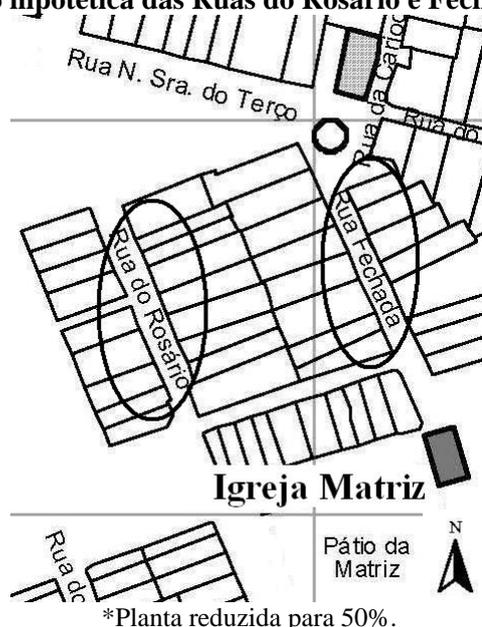
²²³ CURITIBA. op. cit., v. 33, p. 50. Menção a Rua Fechada em 11 de agosto de 1786.

²²⁴ CURITIBA. Livro de Notas nº 32, fls. 14 e 15. Termo de compra e venda de 5 de julho de 1811.

²²⁵ **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 27 de fevereiro de 1856, ano II, nº 48, p. 4. O interessado deveria procura a casa de nº 8.

recebeu – segundo o historiador Wachowicz – a denominação de Rua do Chafariz.²²⁶ Aparece na planta de 1900, como Rua José Bonifácio seu atual topônimo. Outros pesquisadores apontaram a mesma localização.²²⁷

Planta (32) – Localização hipotética das Ruas do Rosário e Fechada, de Curitiba, em 1810



A Rua do Fogo era uma das mais antigas da vila de Curitiba. Seu topônimo parece ter sido pouco alterado no decorrer dos séculos. O porquê desse nome não se sabe, entretanto era muito comum essa denominação em ruas luso-brasileiras. Na Décima de 1810, comportava 38 casas, dentre as quais um terço estava em ruínas o que indica a falta de cuidado dos seus proprietários. Corresponde à atual Rua São Francisco pela sua posição na planta de 1857, e já com dois quarteirões que ainda se conservam. Dois anos antes, era o local de uma nova Casa de pasto (um restaurante) e de um hotel que servia refeições.²²⁸ Na maquete de 1876 continuou com mesmo antigo topônimo. Outros pesquisadores posicionaram-na no mesmo local.²²⁹ Posteriormente, foi denominada – segundo Trevisan – de Rua do Hospício – nome alusivo a hospedaria construída ali.²³⁰

²²⁶ WACHOWICZ, R. C. op. cit., p. 156.

²²⁷ Martins também anotou essa relação, Rua Fechada atual Jose Bonifácio. MARTINS, R. op. cit., p. 172. O historiador Wachowicz relacionou outro nome para a Rua Fechada, Rua do Chafariz que indica ser a atual Rua Jose Bonifácio. WACHOWICZ, R. C. **As moradas da Senhora da Luz**. Curitiba: Vicentina, 1993, p. 27.

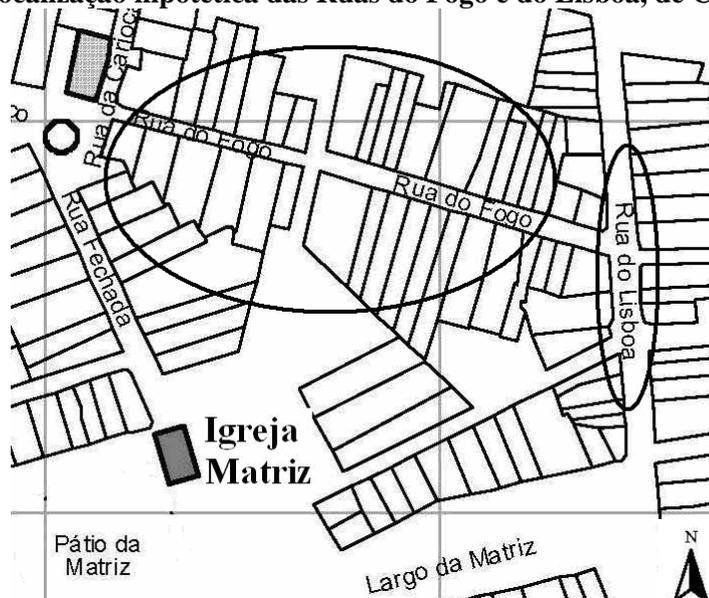
²²⁸ Abertura do restaurante no nº 15. Dezenove de Dezembro, 11/7/1855, ano II, nº 15, p. 6. Abertura do hotel no nº 42. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 17 de outubro de 1855, ano II, nº 29, p. 4.

²²⁹ CURITIBA. op. cit., v. 33, p.17. Ver nota de rodapé de Francisco Negrão a respeito da associação Rua do Fogo com a atual Rua São Francisco. Os memorialistas Martins e Trevisan localizaram a Rua do Fogo na atual São Francisco. MARTINS, R. op. cit, p. 172. TREVISAN, E. O centro..., p. 105.

²³⁰ TREVISAN, E. O centro..., p. 107.

Além da Décima, a Rua do Lisboa foi registrada em uma ata da Câmara, de 1796. Contudo, o escrivão não anotou, naquele momento, qualquer outro acidente da topografia urbana que nos auxiliasse na sua localização.²³¹ Por sorte, outra ata de 1835, indicou a localização deste logradouro – Rua do Lisboa “em beco em frente à Rua do Fogo”.²³² Conhecendo a localização da segunda rua, pudemos inferir a posição da primeira.

Planta (33) – Localização hipotética das Ruas do Fogo e do Lisboa, de Curitiba, em 1810



No livro de imposto predial de 1810, a Rua do Lisboa era o terceiro com maior número de casas, 29. O porquê dessa denominação não pode ser apurado, talvez fosse o sobrenome de algum homem-bom que ali residiu.²³³ Em 1857, aparece como Rua da Carioca porque era caminho para uma fonte que, provavelmente, não existia no início do século XIX. Segundo Trevisan, teve o nome de Rua dos Veados e da Carioca do Campo em período não indicado pelo pesquisador.²³⁴ De acordo com esse mesmo autor, recebeu a atual denominação – Rua Riachuelo – em 1871.²³⁵ Contudo, na maquete a denominação “da Carioca” continua prevalecendo. A historiadora Roseli Boschilia elaborou uma hipótese de localização das casas

²³¹ PEREIRA, M. R. M; NICOLAZZI Junior, N. F. (orgs.) op. cit., p.240. Em 13 de setembro de 1796 por ocasião da condenação de alguns moradores por não terem feito o aterrado na Rua do Lisboa.

²³² CURITIBA. op. cit., v. 47, p. 90-91.

²³³ Na Décima de Curitiba (1810), foram registrados dois moradores na Rua do Lisboa com sobrenome Lisboa (Sebastião dos Santos Lisboa e José Martins Lisboa). Eram chefes de domicílio com pouca ou nenhuma relevância social. Não ocupavam patentes milicianas relevantes (com as de capitão), não exerceram cargos na Câmara e exerciam uma atividade pouco lucrativa, a agricultura de subsistência. Não deve ser por causa deles a denominação “Lisboa”. Nem seria uma homenagem a capital do Império. Não se fazia isso à época.

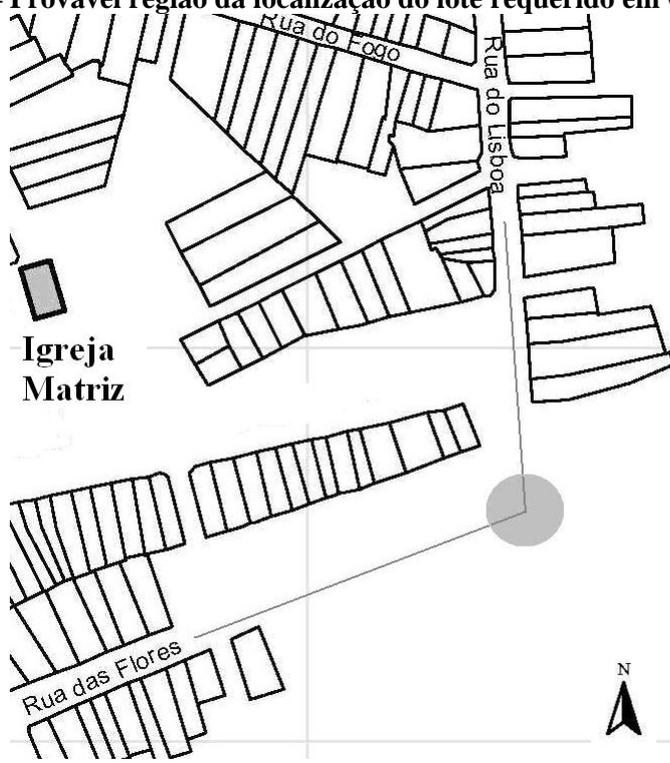
²³⁴ TREVISAN, E. Curitiba..., p. 139.

²³⁵ Rua da Assembléia de acordo com Martins. MARTINS, R. op. cit., p. 179. Rua Carioca do campo foi anotada na planta de 1830-1857. Somente nesta época é que outra carioca foi construída na atual Pç. 19 de dezembro. Trevisan anotou que atual nomenclatura (Rua Riachuelo) foi dada no final do século XIX. TREVISAN, E. Curitiba..., p. 137.

de comércio deste logradouro, em fins do século XIX e início do XX. Utilizamos-nos desta espacialização para pensarmos o loteamento urbano na passagem do século.²³⁶

Outro documento reconfirma a localização da Rua do Lisboa. Em uma ata da Câmara de Curitiba, já no distante ano de 1841: “leu-se um ofício do alferes Jose Borges de Macedo pedindo carta de data de oitenta palmos de chãos para casa na Rua das Flores diante das casas que está fazendo Jose Joaquim da Costa onde deve ser canto, e face com a Rua do Lisboa”.²³⁷ Com relativa certeza da posição da Rua das Flores, e observando a planta de 1857, o único local possível era a atual “Riachuelo”. Em algum momento entre a elaboração da Décima e aquele ano, esses logradouros devem ter se cruzado para permitir essa associação.

Planta (34) – Provável região da localização do lote requerido em Curitiba, 1841



*Planta reduzida para 50%.

A Rua 15 de novembro é o atual topônimo da antiga Rua Nova das Flores. Em 1810, no livro de imposto predial foram registradas 17 casas. Em 1855 já aparece sem o qualificativo “nova”.²³⁸ Essa situação foi confirmada na planta de 1857, depois na maquete do

²³⁶ BOSCHILIA, R. Cores da cidade: Riachuelo e Generoso Marques. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 23, n. 110, p. 79, 1996.

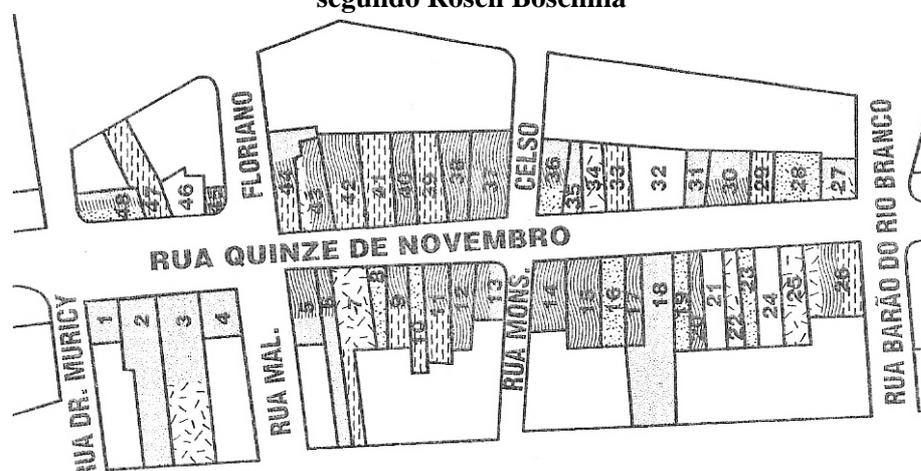
²³⁷ CURITIBA. op. cit., v. 52, p. 99.

²³⁸ **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 27 de junho de 1855, ano II, nº 13, p. 4. Dissolução de uma sociedade.

final do dezenove. Posteriormente foi denominada Rua da Imperatriz.²³⁹ Na planta de 1900 já é registrada com o nome atual. Uma nota do tabelião, de 1808, indica essa localização. Anotou-se a negociação de um imóvel que tinha como um dos lados, “uma travessa que ia para a carioca”.²⁴⁰ Portanto, o que poderia ser uma esquina entre duas ruas. Atualmente, coexistem os topônimos “das Flores” e “XV de novembro” para o mesmo logradouro.

A historiadora R. Boschilia reconstruiu, em planta, o logradouro para o período entre o final do século XIX e início do XX, o que foi útil para confirmarmos – apesar da autora não explicitar – a permanência do loteamento.²⁴¹

Planta (35) – Loteamento da Rua XV de novembro em fins do século XIX, segundo Roseli Boschilia



BOSCHILIA, R. A Rua 15 e o comércio do início do século. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 23, n. 113, p. 101-102, 1996.

A Rua da Carioca de baixo corresponde a uma parcela da atual Marechal Deodoro. Recebeu essa designação, provavelmente, por se localizar próximo a uma das fontes de água da cidade. Em 1810 era o logradouro com menor número de casas, quatro. Este aparece com esse mesmo nome na planta de 1830-1850. Pode ter sido mencionada desde 1855 como a Rua do Comércio, e assim continuou, pelo menos, até 1876, quando foi registrada na maquete.²⁴² Pode ter recebido o topônimo de Rua do Imperador no final do século XIX.²⁴³ Na planta de

²³⁹ Outro pesquisador também anotou a localização da Rua da Imperatriz com sendo a atual Rua 15 de novembro. TREVISAN, E. Curitiba..., p. 109. O pesquisador Martins anotou que a Rua das Flores (em 1857) era a atual Rua 15 de Novembro. MARTINS, R. op. cit., p. 173. Atualmente, não se descartou a mais antiga denominação tanto Rua das Flores quanto XV são utilizadas.

²⁴⁰ CURITIBA. Livro de Notas nº 30, fls. 74 verso e 75. Termo de compra e venda de 5 de abril de 1808.

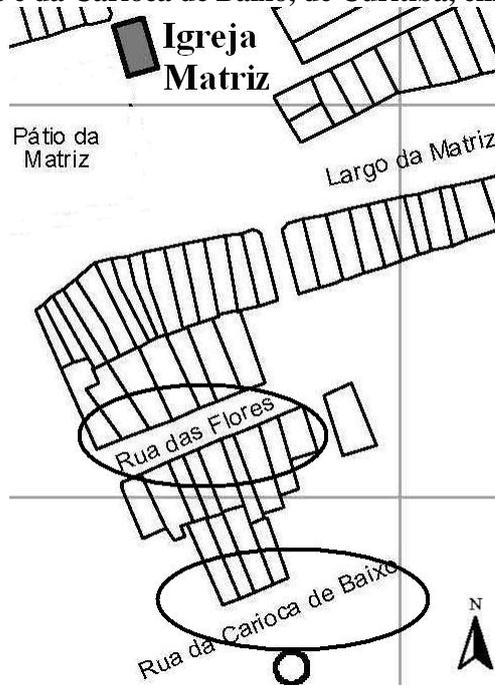
²⁴¹ BOSCHILIA, R. A Rua 15 e o comércio do início do século. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 23, n. 113, p. 101-105, 1996.

²⁴² **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 23 de maio de 1855, ano II, nº 8, p.4. Anúncio oferecendo gratificação a quem devolver o cavalo desaparecido.

²⁴³ TREVISAN, E. Curitiba..., p. 102-103.

1900 já aparece com a atual denominação. Vários estudiosos apontaram a mesma localização.²⁴⁴

Planta (36) – Localização hipotética das Ruas Nova das Flores e da Carioca de Baixo, de Curitiba, em 1810*



*Planta reduzida para 50%.

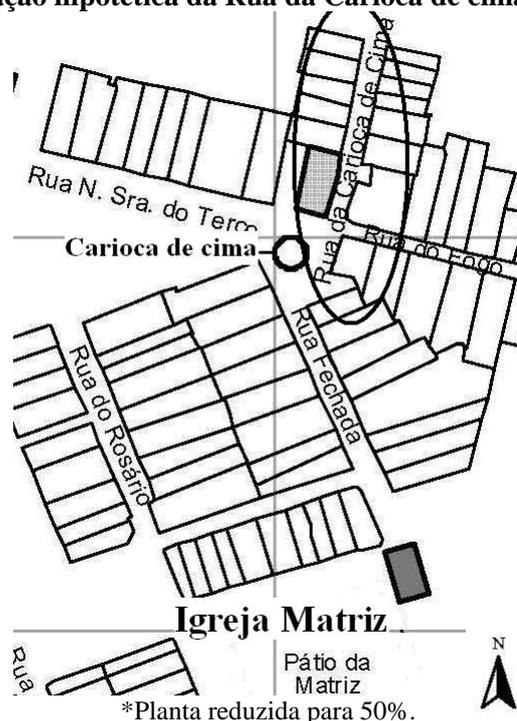
Já para os demais logradouros que aparecem na Décima (Ruas da Carioca de Cima, de Nossa Senhora do Terço, e de São Francisco de Paula) não localizamos registros em representações ou documentos camarários.

Apesar de não encontramos referências a Rua da Carioca de cima, decidimos considerar que ela corresponde à atual Rua Mateus Leme que em seu início está a mais antiga fonte de água da cidade. Os historiadores Benatti e Sutil indicaram, sem comprovação, localização diferente por sugerirem outra carioca, a do campo que, provavelmente, não existia em 1810.²⁴⁵ Concebemos que as ruas das cariocas deviam estar próximas a essas fontes de água. Observando a planta de 1857 e a maquete de 1876 entendemos que seria mais coerente a ocupação das áreas centrais primeiro do que regiões mais afastadas na periferia do setor urbano. Por isso, a identificação desta rua à atual Mateus Leme. Na planta de 1900 era a Travessa da Ordem, possivelmente por ser ligação com a Igreja homônima.

²⁴⁴ Os historiadores Benatti e Sutil associaram a antiga Carioca de baixo à atual Rua Marechal Deodoro, seu mais recente topônimo. BENATTI, A. P; SUTIL, M. S. Rui Barbosa: a praça na trilha do tempo. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 23, n. 119, p. 7, 1996. R. Martins faz referência a Rua do Comércio como sendo a atual Rua Marechal Deodoro. MARTINS, R. op. cit, p. 171. E. Trevisan anotou que a Rua do Imperador é a atual Rua Marechal Deodoro. TREVISAN, E. Curitiba..., p. 89.

²⁴⁵ BENATTI, A. P; SUTIL, M. S. op. cit., p. 7.

Planta (37) – Localização hipotética da Rua da Carioca de cima, de Curitiba, em 1810

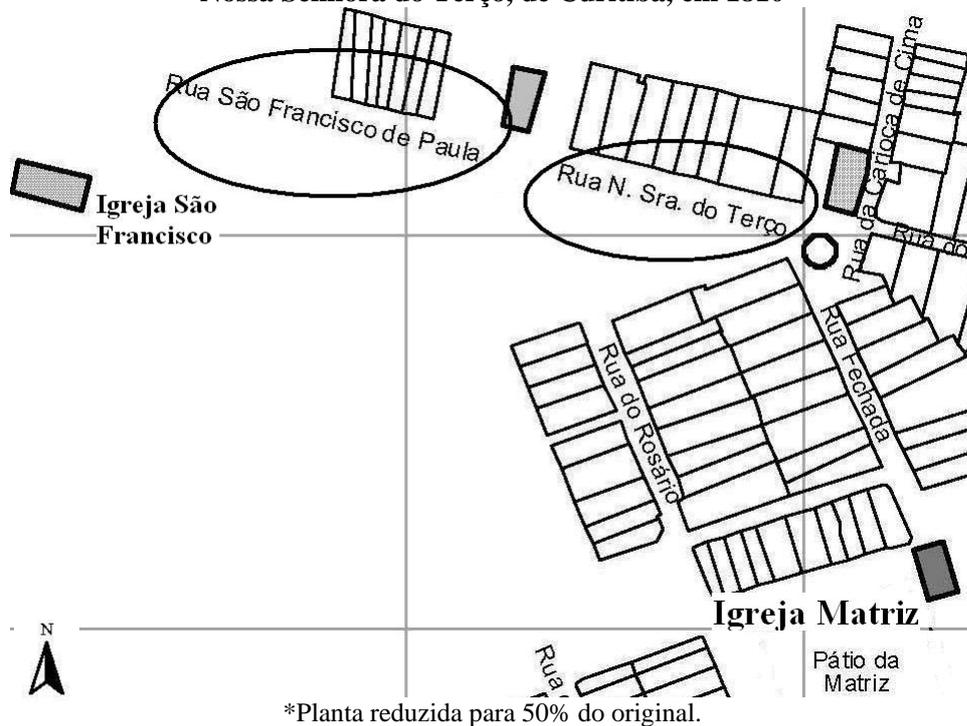


A Igreja de Nossa Senhora do Terço teve sua existência confirmada em atas da Câmara (em 1746), já a rua homônima não.²⁴⁶ Diante do número de lotes arrolados na Décima, e seguindo o raciocínio utilizado na associação da Rua do Rosário com a igreja de mesmo nome, arbitrou-se que a Rua do Terço deveria ser o caminho para esta igreja. Corresponde, possivelmente, por isso, à atual Rua Claudino dos Santos, como prolongamento da Rua do Fogo. Como se pode observar na planta, a região já era ocupada em 1857. A antiga localização da Rua de São Francisco de Paula segue pensamento semelhante que liga igreja e rua homônimas, por hipótese corresponde a uma parcela da atual Av. Jaime Reis. Esse logradouro foi, apesar de não registrado na planta de 1857, localizado tendo em vista a área ocupada naquela planta.²⁴⁷

²⁴⁶ CURITIBA. op. cit., v. 18, p. 60.

²⁴⁷ Na planta de 1857 existe uma área próxima a Igreja do Terço que não teve o topônimo registrado.

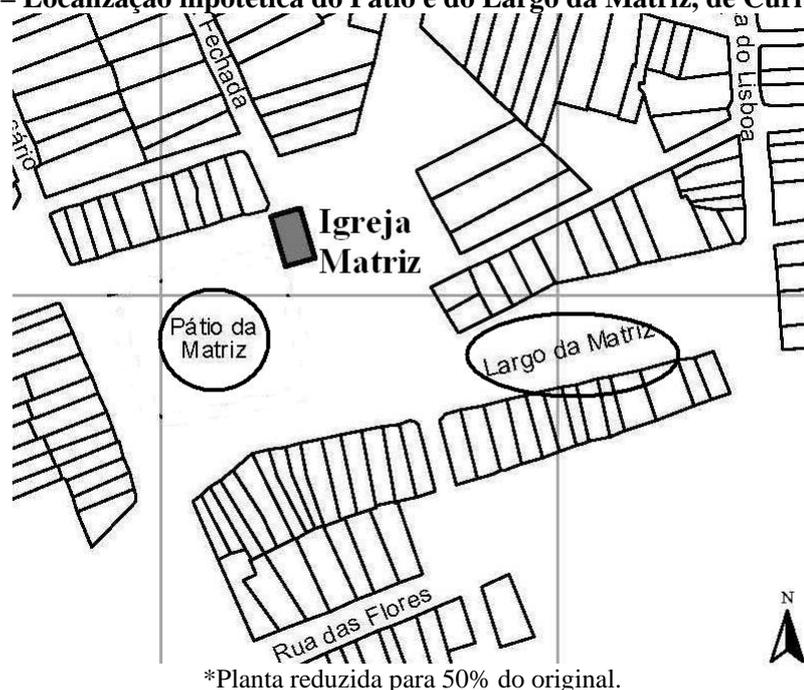
Planta (38) – Localização hipotética das Ruas São Francisco de Paula e Nossa Senhora do Terço, de Curitiba, em 1810



Faltava ainda a situar o “Pátio e largo da Matriz”. Sua localização não era o maior problema. Como o próprio nome indica era, provavelmente, a região de entorno da Igreja Matriz. Mas a distinção de duas regiões – o pátio e o largo – na Décima nos levou a conceber a existência de dois setores. Caso fosse uma só área, o escrivão (econômico nas palavras que foi) não teria se dado ao trabalho de arrolar dois nomes para o mesmo lugar, ou teria incluído a palavra *ou*. Essa hipótese confirmou-se no exame das escrituras de compra e venda entre 1780-1820. Nesse período localizamos 14 casas sendo negociadas no Pátio da Matriz, e duas no largo homônimo. Diferentes tabeliães registraram tanto pátio quanto largo.²⁴⁸ Na nossa hipótese, os lotes desses imóveis que pudemos identificar a localização estavam nas mesmas áreas indicadas nas escrituras. Tudo indica que os moradores percebiam essas duas áreas como diferentes e lhes atribuíam nomes diversos.

²⁴⁸ Outras duas notas do tabelião (1811 e 1818) houve aparentemente a indefinição da localização do imóvel. No mesmo termo de compra os vocábulos pátio e largo foram alternados. CURITIBA. Livro de notas nº 32, fls. 36 frente a 37 frente, e livro nº 33, fls. 87 verso a 88 verso.

Planta (39) – Localização hipotética do Pátio e do Largo da Matriz, de Curitiba, em 1810



Sentido e os lados dos logradouros

Nas Décimas examinadas, não houve o cuidado de registrar a direção em que foram contabilizadas as casas, em mais de 70% dos logradouros não foi feito qualquer indicação nesse sentido. Por isso, o passo seguinte foi pensar em qual sentido foram arroladas as casas nos livros de imposto predial, e como consequência, a localização hipotética dos lotes.

Para tentar resolver tal problema, foi utilizado o sentido centro-periferia, isto é, considerou-se que as casas haviam sido inventariadas a partir das que estavam próximo à Igreja Matriz. Isto porque, as praças e largos das igrejas matrizes costumavam ser tomados como centros simbólicos dos núcleos urbanos.²⁴⁹ Outra fonte indica que as casas eram arroladas desta forma, do centro para fora. São as Listas Nominativas de Habitantes de Paranaguá do início do século XIX, nas quais os habitantes foram arrolados de semelhante modo, com a diferença de que os escrivãos não nos fornecem o lado em que estão situadas as edificações. Em suas Memórias, Vieira dos Santos, no arrolamento dos logradouros quase

²⁴⁹ MARX, M. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Editora da USP, 2003, p. 31. Situação semelhante parecia ocorrer em Guimarães medieval, Portugal. A Igreja e a praça em seu entorno tornaram-se o coração da cidade. FERREIRA, M. C. F. Elementos para um estudo sociotopográfico de Guimarães na baixa Idade Média: um espaço residencial de elite. **Cadernos do Noroeste**, Minho, v. II/2-3, 1989, p. 98-99.

sempre utilizou o sentido centro-periferia. Assim como reitera posição central da Igreja Matriz no ordenamento da vila.²⁵⁰

Em relação a Paranaguá, tal raciocínio serviu para definir o sentido das Ruas da Praia, do Chargo, da Gamboa, do Fogo, do Campo, da Baixa e Direita. As demais tiveram registrado a direção da contagem, uma delas a Rua do Terço indo para o [igreja] São Francisco. Outros três logradouros não foram arrolados seguindo essa lógica centro-exterior. Por indicação do próprio escrivão, a Travessa da Matriz principiando na praia e a Rua do Porto da Matriz vindo do mar, e por nossa escolha a Travessa do Funil – o único logradouro que não tinha um de seus extremos no Pátio da Matriz. Optou-se por colocá-la o início da rua próxima ao fim da Rua do Campo caminhando em direção a Rua do Terço. Essa decisão foi tomada tendo em vista a referida planta de 1815 e o número de casas de cada lado da rua arroladas na Décima. Naquele posicionamento não seria possível inverter o sentido do arrolamento das casas da rua. Isto devido ao número de lotes de cada lado do logradouro, comparando-se com o espaço ocupado na planta de 1815.

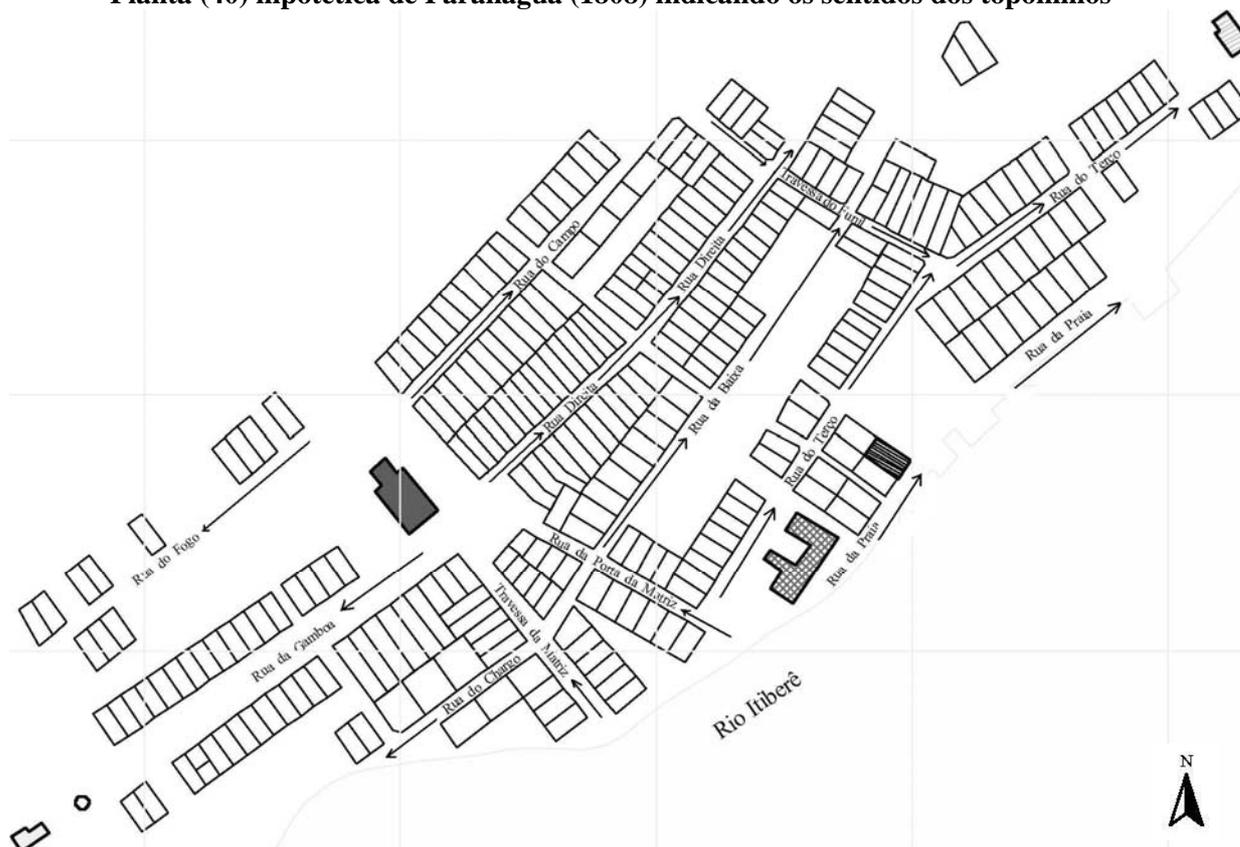
Na seqüência, definimos os lados (direito e esquerdo) das ruas e travessas parnanguaras. Com isso identificamos hipoteticamente que, para a maioria dos logradouros (82%), o lado esquerdo foi arrolado por primeiro.²⁵¹ Como também ocorreu na Décima de São Paulo.²⁵² Mas, há também ruas que não tiveram indicação de lado ou tem lado único. Por motivos óbvios, a Rua da Praia tem lado único – como foi descrito pelo escrivão –, o outro é o mar. Já a Rua do Fogo não teve anotada a indicação de lado, por isso a mesma ordem centro-exterior foi utilizada, com a diferença de que do lado esquerdo ficaram a casa inabitável de Bernarda Pinto (nº 8), e as moradas de Francisca Correia (nº 9) e Joana Francisca (nº 10) e, do lado direito, as demais nove casas, de modo que a casa mais próxima era contada em seqüência na Décima, mesmo que ficasse do outro lado da Rua. Essa é a seqüência mais lógica que foi possível imaginar. Caso tivesse sido feito do mesmo modo que nas outras ruas, o escrivão teria novamente escrito lado esquerdo e lado direito, como era habitual.

²⁵⁰ Era o caso dos logradouros que tinha um dos seus extremos na Igreja Matriz. As Ruas do Ouvidor, em 1850 (Rua da Baixa, em 1808), Direita (igual topônimo em ambos os anos), e da Gamboa (igual topônimo) foram assim apresentados nessa situação por VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 13-21.

²⁵¹ Ruas parnanguaras em que o escrivão anotou primeiro o lado esquerdo – da Praia, do Terço, da Baixa, do Chargo, da Gamboa, do Porto da Matriz e as Travessas do Funil e da Matriz. Iniciavam pelo outro lado as Rua do Campo e Direita.

²⁵² Segundo R. Glezer na Décima paulista, de 1809, sempre teve o lado esquerdo dos logradouros arrolado, depois o direito. GLEZER, R. op. cit., p. 105.

Planta (40) hipotética de Paranaguá (1808) indicando os sentidos dos topônimos*



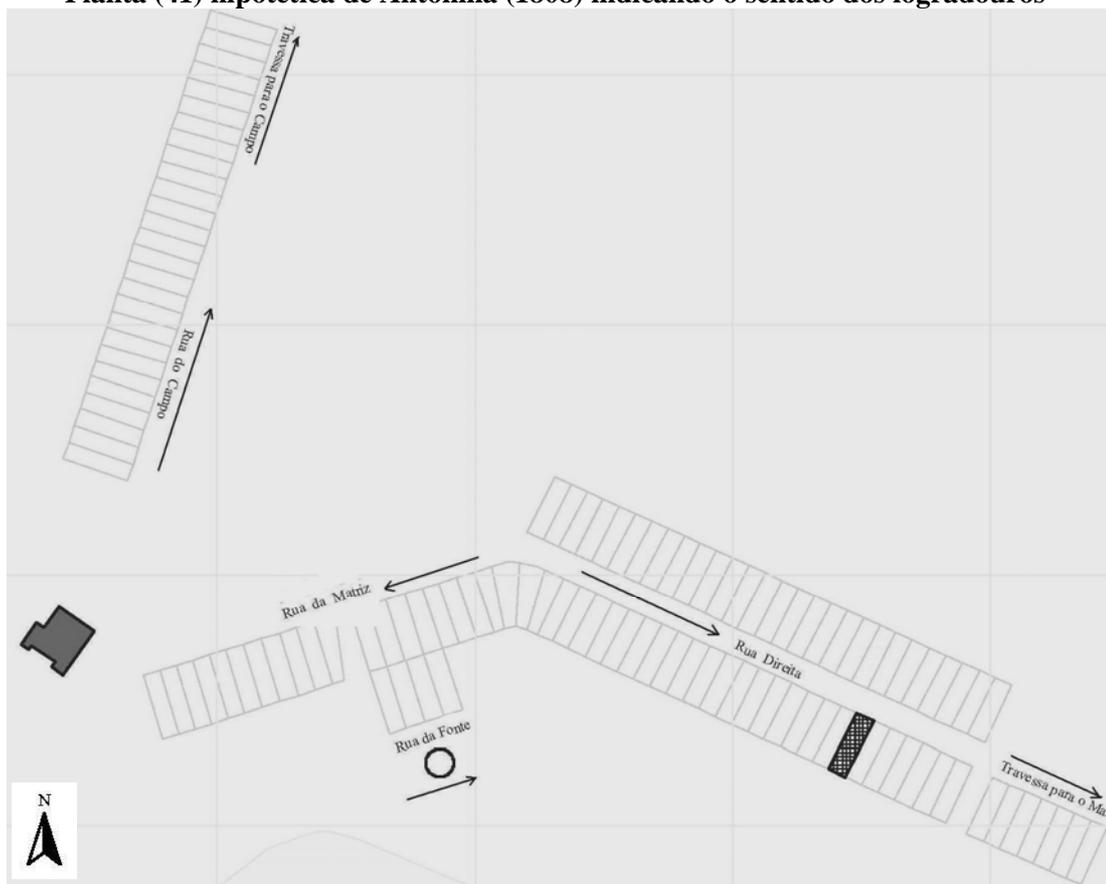
*Planta reduzida para 30% da nossa planta hipotética.

Na Décima de Antonina ficaram consignadas as direções utilizadas para arrolar os imóveis de dois logradouros, as Travessas para o mar e para o campo. O sentido desses dois logradouros corrobora para aquela idéia de que tendia-se a arrolar os imóveis da Igreja Matriz para as bordas. Para as demais não houve essa preocupação. Por isso, a mesma medida adotada para Paranaguá foi utilizada em Antonina: o arrolamento das casas deve ter sido feito no sentido centro-periferia em alguns logradouros. No caso desta última vila, a importância da Igreja Matriz era, provavelmente, ainda maior. Era a única igreja urbana e, por isso, o principal motivo de reunião no núcleo citadino.

O escrivão da Décima antoninense (o mesmo de Paranaguá) não foi tão minucioso na indicação do lado da rua em que casas foram arroladas por primeiro. Somente para a Rua Direita foram registrados os dois lados (esquerdo e direito). Os demais logradouros tiveram registrado o lado único, apenas um ou sem lado. Para a Rua do Campo foi assinalado lado esquerdo único. Para a Travessa para o mar e Rua da Matriz foi anotado somente do lado esquerdo. Para as demais (Rua da Fonte e Travessa para o Campo) não foram anotados os lados, o que nos forçou a colocar todas as casas arroladas nestes logradouros em um mesmo lado da rua ou travessa.

Assim, pudemos perceber que a Rua da Matriz não teve, provavelmente, registrada as casas no sentido que utilizamos até agora (e que foi horizonte para todo o trabalho) – o escrivão deve ter catalogado as moradas em sentido periferia-centro, isto é em direção a Igreja Matriz. Essa situação foi imaginada supondo que o lado esquerdo a que se refere o escrivão indica esse sentido já que atualmente existem lotes somente em um lado da rua.

Planta (41) hipotética de Antonina (1808) indicando o sentido dos logradouros*

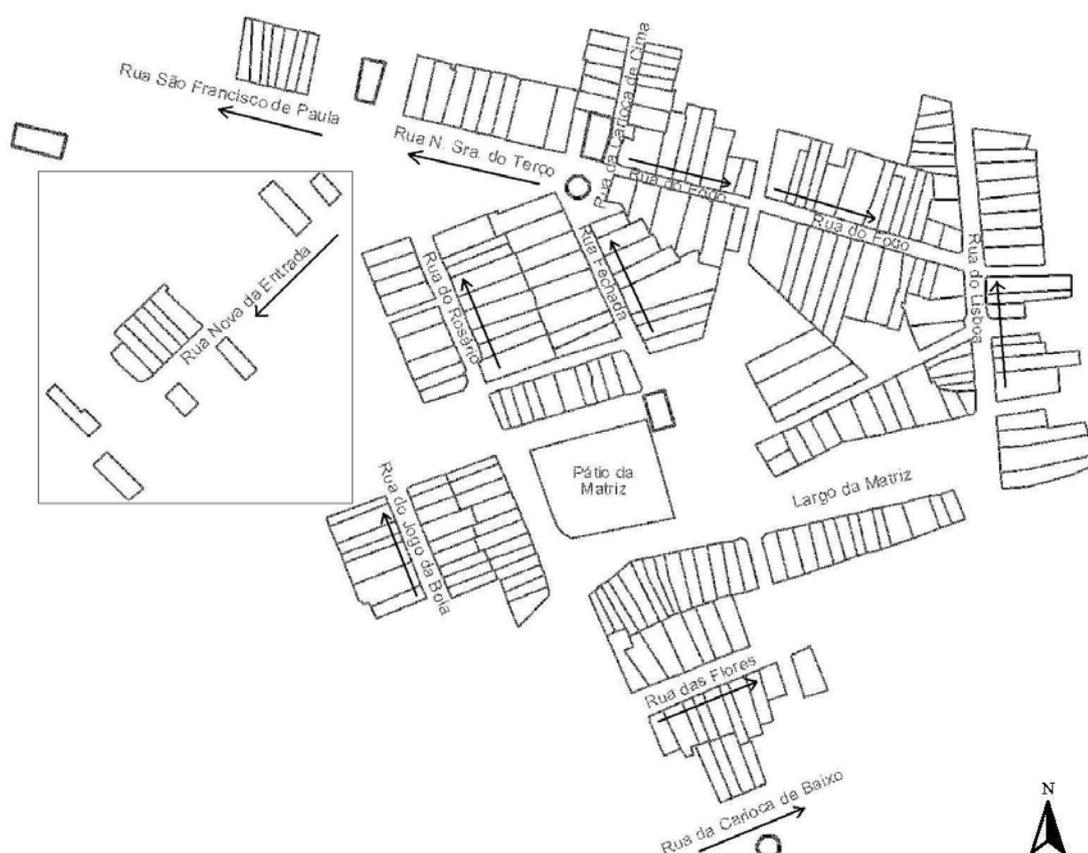


*Planta reduzida para 30% da nossa planta hipotética.

O escrivão da Décima de Curitiba não teve o cuidado de anotar a direção, tampouco os lados em que estavam as casas arroladas. Por isso, tivemos duplo trabalho – definir hipóteses para ambos os casos. Quanto ao sentido adotamos a mesma noção de centralidade conferida à Igreja Matriz como referência para a listagem das casas. Essa lógica foi seguida nas ruas que tinham início no Pátio e Largo da Igreja Matriz: Fechada, do Rosário e do Lisboa. Para os logradouros que não tinham essa conexão, mas que tinham um dos seus extremos ligado as outras igrejas do Rosário e do Terço, atribuímos igual lógica (centro-exterior) com a diferença de que o arrolamento das casas foi feito a partir delas: Ruas São Francisco de Paula, Nossa Senhora do Terço, Carioca de Cima e do Fogo.

Para os demais logradouros que não tinham igrejas próximas, optamos por uma direção provável de registro tomando por referência o número de casas arroladas na Décima. A Rua Nova da Entrada deve ter tido início na ponte sobre o rio Ivo em direção ao planalto. O conjunto citadino (urbano propriamente dito) devia servir de referencial para esse afastado logradouro.²⁵³ Já a direção das Ruas nova das Flores e a da Carioca de baixo foi arbitrada levando em conta o caminho que levava ao litoral. Uma inversão de sentido no último logradouro não distorceria nossas conclusões porque era pequeno o número de casas (quatro). Por fim, o sentido de anotação dos edifícios da Rua do Jogo da bola foi suposto imaginando que o logradouro era o início do caminho para São Paulo.

Planta (42) hipotética de Curitiba (1810) indicando o sentido dos logradouros*



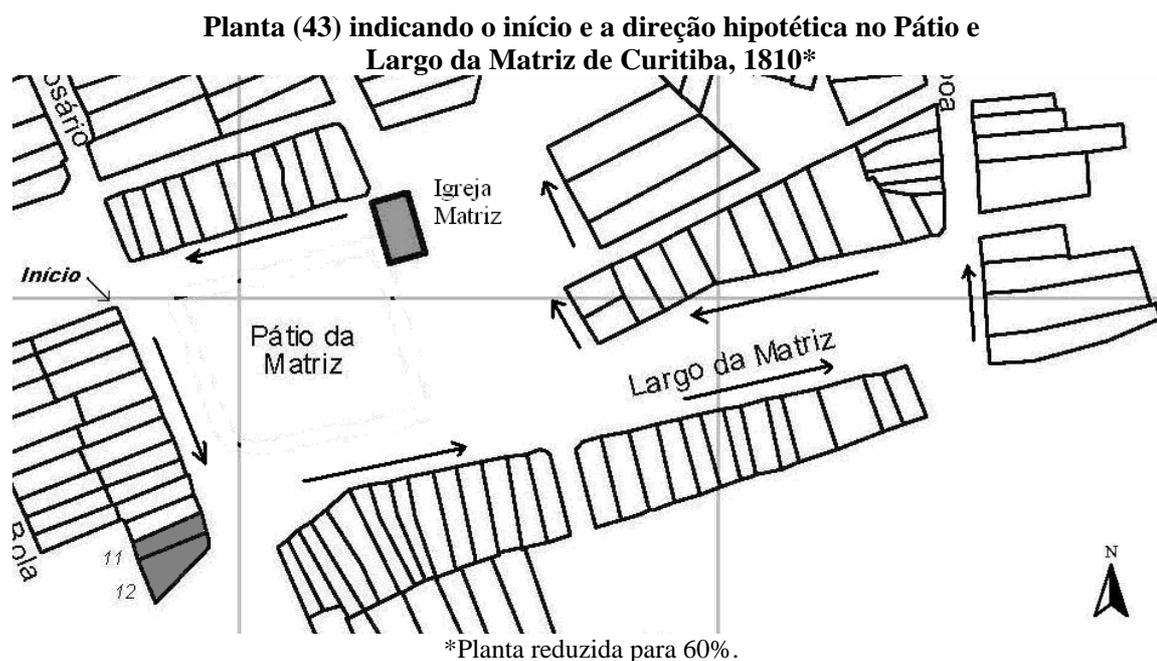
*Planta reduzida para 35% da nossa planta hipotética

Faltava definir o sentido em que foram registradas as casas no Pátio e Largo da Matriz, o que não foi indicado pelo escrivão da Décima. Perguntamo-nos qual foi a ordem – se existente – do arrolamento das casas. Por compreendermos a Igreja Matriz como referencial simbólico, supomos inicialmente que o escrivão deve ter começado a partir desse

²⁵³ Edilberto Trevisan afirmou que a Rua da Entrada tinha início no Largo da ponte sobre o Rio Ivo. Como de costume da maioria dos memorialistas, sem comprovação em fontes. TREVISAN, E. Curitiba..., p. 55-56.

edifício, e seguindo o arrolamento pelos vizinhos de lote. Mas qual teria sido o passo seguinte, qual a direção em que se arrolaram as moradas em sentido horário ou anti-horário?

Um termo de compra de uma casa no Pátio da Matriz nos sugeriu o sentido anti-horário. Os proprietários venderam, em 1808, ao alferes José da Costa Pinto uma casa no Pátio da Matriz que de um lado estava o próprio comprador, e do outro era “canto para a estrada que vai para os campos gerais”.²⁵⁴ Pelo menos até a escrituração do imposto predial (1810), o alferes Jose manteve a propriedade desses dois imóveis, um ao lado do outro (casas numeradas 11 e 12).²⁵⁵ Se nossas considerações iniciais estiverem corretas, e pela numeração das casas de José, acreditamos que o arrolamento das casas iniciou-se na banda oeste do mesmo pátio, mas não imediatamente ao “pé da Igreja” Matriz – como se dizia à época. A figura a seguir mostra por onde, provavelmente, iniciou-se o levantamento das casas do logradouro e a localização das casas do alferes José. Seguindo de modo que a próxima casa arrolada fosse a mais próxima até reencontrar a Matriz, pelo outro lado fechando o círculo.



Arbitrado o sentido dos logradouros, o passo seguinte foi determinar os lados. Diferentemente das outras vilas pesquisadas, para Curitiba o livro da Décima não menciona os lados (direito e esquerdo) da posição das casas nos logradouros. Perguntamo-nos, portanto, qual a lógica do arrolamento das casas pelo escrivão. Três possibilidades foram imaginadas:

²⁵⁴ CURITIBA. Livro de Notas nº 30, fls. 65 a 66. Termo de compra e venda de casa em março de 1808.

²⁵⁵ CURITIBA. Décima urbana de Curitiba, fl. 158 frente e verso.

- a) Teria optado em anotar as casas de modo que o seguinte sempre fosse o morador mais próximo da casa anterior, mesmo que este estivesse do outro lado da rua (como pensamos para a Rua do Fogo, de Paranaguá);
- b) A seqüência do levantamento era aleatória dentro dos logradouros. Portanto, sem uma lógica aparente;
- c) Teriam se inventariado as casas um lado depois as do outro, contudo sem o cuidado de anotar o momento da mudança de lado.

Pelos vestígios documentais recolhidos, acreditamos que a última hipótese é a mais provável. Comparando as escrituras de compra com a Décima, tivemos ciência que as casas arroladas seqüencialmente na segunda fonte histórica, eram de fato vizinhas. Em 1802, eram proprietários no Beco de São Francisco de Paula, Gertrudes Ribas, o guarda-mor Joaquim Mariano Ribeiro Ribas e Antonio de Souza Leal.²⁵⁶ Oito anos depois, na Décima, os mesmos vizinhos foram seqüencialmente arrolados na Rua do Jogo da Bola (novo nome do beco), casas 11, 12 e 13.²⁵⁷ Em outros casos, com dois vizinhos, localizamos semelhantes seqüências nas Ruas nova das Flores e do Rosário.²⁵⁸ Demonstrando assim que, apesar do descuido do escrivão, pelo menos no Pátio e Largo da Matriz, provavelmente, as casas foram arroladas pelos vizinhos de fachada, um depois do outro. A confirmação parcial dessa hipótese, levou à sua generalização para todos os logradouros.

A etapa seguinte foi conhecer por qual lado (esquerdo e direito) teria iniciado o arrolamento dos imóveis. Isso ajuda a compreender a lógica do escrivão no registro das casas. De acordo com a planta de 1857, as Ruas do Fogo e Fechada eram ocupadas em ambos os lados. Hipoteticamente indicamos que iniciavam pelo lado esquerdo. Tal escolha se baseia em uma escritura de compra. Em 1811, Francisco Teixeira Alves (proprietário de um imóvel presente na Décima) vendeu sua casa na Rua Fechada fundos para a Rua do Rosário.

²⁵⁶ CURITIBA. Livro de Notas nº 27, fls. 48 frente e verso.

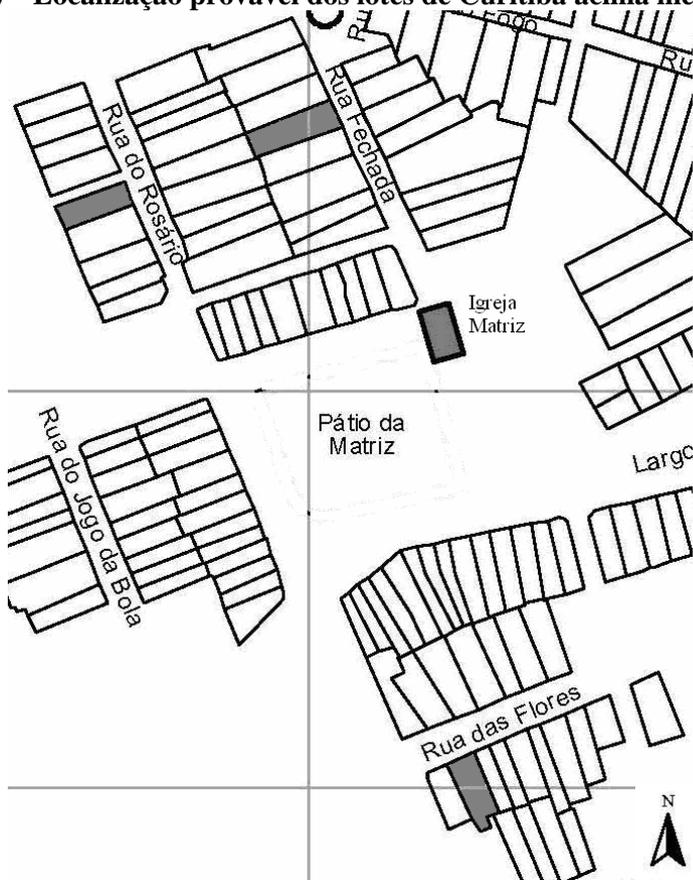
²⁵⁷ A exceção do guarda-mór que no seu lugar era chefe Maria Ribas que em 1802 teria vendido a casa ao irmão Joaquim. Negociação que parece não ter sido concluída. Casas numeradas na Décima de Curitiba 10, 11 e 12. CURITIBA. Décima Urbana de Curitiba, fls. 169 frente e verso.

²⁵⁸ Outros exemplos podem ser apresentados, estes com a permanência de dois vizinhos em diferentes anos, como no caso dos proprietários na Rua Nova das Flores, o capitão Rodrigo Francisco Xavier Felix de Meira e Castro e Manoel Luis – vizinhos em 1808. CURITIBA. Livro de Notas nº 30, fls. 74 verso e 75 frente. Mantendo-se essa situação na Décima de 1810, foram localizados nas casas 2 e 3 do mesmo topônimo. CURITIBA. Décima Urbana de Curitiba, fl. 165 verso. E, na Rua do Rosário, em 1799, eram proprietários vizinhos João Pereira e o tenente Manoel Jose Tabora Ribas – que comprou de Antonio Ribeiro Batista e esposa. CURITIBA. Livro de Notas nº 26, fl. 118. Situação mantida em 1810, na Décima, onde foram encontrados nas casas 6 e 7 na mesma rua. CURITIBA. Décima Urbana de Curitiba, fl. 156 verso

Supomos que o arrolamento no imposto deve ter iniciado pelo lado esquerdo. Isto para que esse imóvel, de número cinco na Décima, pudesse ter fundos para a Rua do Rosário.²⁵⁹

O escrivão da Décima de Curitiba arrolou, provavelmente, primeiro as casas do lado direito dos seguintes logradouros: Ruas do Jogo da Bola, Nova da Entrada, e da Carioca de Cima, do Lisboa, do Rosário, e Nova das Flores. Em 1809, o capitão Inácio de Sá Sottomaior vendia sua casa na Rua do Rosário canto para o beco que sai para o campo.²⁶⁰ Na Décima era a casa 16. A contagem deve ter se iniciado, portanto, do lado direito para que o campo ficasse do lado esquerdo (nos fundos do lado direito estava a Rua Fechada). Em 1808 o capitão Rodrigo Francisco Xavier Felix de Meira e Castro comprou uma casa na Rua Nova das Flores indo para a carioca, e em 1810 – na Décima – era a casa número 2 com os mesmos proprietários vizinhos.²⁶¹ Para que fosse “canto” para a carioca, a casa provavelmente estava localizada no lado direito da rua, mais próximo da fonte de água. No sentido oposto era a travessa para o Pátio da Matriz.

Planta (44) – Localização provável dos lotes de Curitiba acima mencionados*



*Planta reduzida para 50%.

²⁵⁹ CURITIBA. Livro de Notas nº 32, fls. 14 a 15.

²⁶⁰ CURITIBA. Livro de Notas nº 31, fls. 22 frente a 23 verso.

²⁶¹ CURITIBA. Livro de Notas nº 30, fls. 74 verso a 75 frente.

A seqüência do arrolamento das casas da Rua Nova da Entrada deve ter iniciado também pelo lado direito, para que haja consonância com a planta de 1857 e a maquete de 1876, que indicam haver casas mais próximas da ponte (provável o início da rua) do que do lado esquerdo.

Tabela 4 – Lado hipotético em que se iniciou o arrolamento das casas de Curitiba, em 1810

1810	Lado hipotético
Rua Fechada	Esquerdo/ Direito
Rua N. Sra. do Terço	Direito e único
Rua do Fogo	[Esquerdo/ Direito]
Rua Nova da Entrada	[Direito/ Esquerdo]
Rua do Lisboa	[Direito/ Esquerdo]
Rua da Carioca de cima	[Direito/ Esquerdo]
Rua São Francisco de Paula	Direito e único
Rua do Rosário	Direito/ Esquerdo
Pátio e largo da Matriz	Direito e único
Rua Nova das Flores	Direito/ Esquerdo
Rua da Carioca de baixo	Esquerdo e único
Rua do Jogo da bola	[Direito/ Esquerdo]

Fonte: Décima urbana de Curitiba (1810) e Livros de Notas do tabelião de Curitiba (1790-1820)

Para alguns logradouros não foi possível identificar lados. As Ruas de São Francisco de Paula, de Nossa Senhora do Terço, o Pátio e largo da Matriz e a Rua da Carioca de Baixo foram arbitradas como logradouros de único lado. Para os três primeiros foi definido o lado direito e para a última, o lado esquerdo observando as plantas do século XIX. Essa escolha não prejudicou nossa análise. Devido ao baixo número de imóveis habitados naqueles logradouros, um eventual erro não distorce nossas conclusões. Faz pouca diferença (ou nenhuma) se dois imóveis estavam em lado da rua, e outros três do outro, ou se os cinco estavam do mesmo lado.

O resultado da espacialização dos chefes com domicílio urbano no loteamento urbano de Paranaguá (1808), Antonina (1808) e Curitiba (1810) pode ser visualizado na seção “Anexos” nas páginas 234, 235 e 236, respectivamente.²⁶² A apresentação desta etapa não encerra a descrição do nosso processo metodológico. As Décimas de Paranaguá, Antonina e Curitiba não traziam dados suficientes para nossa análise socioeconômica, por não qualificarem os chefes de domicílio registrados. Foi necessário buscar outras fontes que melhor caracterizassem esses moradores. Esta foi a fase final da metodologia.

²⁶² As plantas-base de Paranaguá, Antonina e Curitiba e as temáticas (cor social, ocupações, patentes milicianas, etc.) incluídas nos “Anexos” deste trabalho foram produzidas especialmente para a nossa dissertação pelo então doutorando em geografia Eduardo Vedor de Paula.

QUEM É QUEM? QUALIFICANDO OS CHEFES

Os livros de Décima relacionam apenas os nomes dos proprietários e inquilinos das casas. Como em outras fontes, a patente na milícia ou dos auxiliares, por vezes, era também indicada. Para as mulheres com maior distinção social o qualificativo “Dona” era utilizado. Nenhum outro elemento que caracterize os moradores do setor citadino foi registrado. Como esse trabalho tem por objeto a análise da lógica da organização social refletida no espaço, foi necessário caracterizar melhor os chefes de domicílio.

As Listas Nominativas de Habitantes serviram a essa tarefa. Trata-se de censos nominativos, em que foi arrolada a população da Vila, domicílio a domicílio. Nelas aparecem os núcleos domiciliares (chefe, esposa – se não fosse mulher a chefe –, filhos, agregados, escravos) e, na seqüência, alguns dados sobre as pessoas foram registrados: idade, estado conjugal (casado, solteiro, viúvo) e cor social (branco, pardo e negro). Títulos da patente miliciana ou dos auxiliares também eram citados, assim como o modo de sustento da casa: vive de sua fazenda, tem um botequim, oficial de sapateiro, etc. Tal fonte existe para todas as vilas analisadas.

Exemplo de domicílio na Vila de Antonina (1801)

13	Manoel Joaquim Garcia	Chefe	41	C	M	Branco; natural das Ilhas Tem Sua Engenhoca em que fez o primeiro ano 1 pipa de aguardente e gasta 20 alqueires de farinha
	Thereza	Esposa	34	C	F	Branca
	Domingos	Filho	16	S	M	Branco; Miliciano
	Manoel	Filho	12	S	M	Branco
	Generosa	Filha	8	S	F	Branca

FONTE: Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Antonina (1801). Arquivo Público do Estado de São Paulo. Cópia digital e tabela padrão para este documento do CEDOPE/ DEHIS (UFPR)

Foram produzidas, principalmente, entre as décadas de 1760 e de 1830. Escolhemos trabalhar com as Listas Nominativas da primeira década do século XIX. A necessidade de se trabalhar com esse conjunto de Listas se deve ao desencontro das informações. Existem chefes com domicílios urbanos e proprietários-moradores que foram inventariados como moradores dessas cidades nas Décimas, mas que, por algum motivo, não foram arrolados nas Listas Nominativas daquelas vilas, no ano do imposto (Antonina e Paranaguá em 1808, e em

1810, Curitiba).²⁶³ A comparação entre o número de imóveis arrolados na Décima e nas Listas Nominativas de Paranaguá, por exemplo, exemplifica nossa dificuldade na caracterização dos chefes. Em 1808 foram registradas 294 casas, sendo que o número de domicílios era menor, 227.²⁶⁴ No mesmo ano, 157 era o número de domicílios urbanos arrolados na Lista Nominativa da vila.

Qualificamos os chefes com base na Lista Nominativa do ano das Décimas. Caso não localizássemos esse chefe de família, o buscamos na Lista do ano posterior.²⁶⁵ Se não tivéssemos sucesso buscaríamos na Lista do ano anterior ao imposto predial. Se tal esforço ainda não fosse suficiente, seguiríamos procurando na penúltima Lista antes da Décima.²⁶⁶ Caso não fosse alcançado êxito, procuramos nas Listas anteriores, de modo que o ano descesse até a de 1801. Esta última foi escolhida por ser a mais completa – da série – quanto ao número de informações arroladas.²⁶⁷ Buscávamos principalmente as ocupações, cor social, origem e o número de escravos dos chefes.

Apesar do extenso quadro produzido através das Listas Nominativas, decidimos avançar ainda mais. Para melhor recompor a situação social dos chefes de domicílio, voltamos para os livros das Câmaras e Irmandades das três vilas analisadas. Isto para saber quem integrou essas instituições, e por consequência ter indícios do prestígio social deles.

Os livros das Câmaras de Paranaguá e Antonina do período colonial não resistiram ao tempo. Nessas vilas nos valem de meios indiretos para conhecermos os oficiais do Concelho, basicamente pesquisas feitas por historiadores do passado. Para Curitiba, houve um grande cuidado na preservação dessa documentação. Inclusive, com a publicação das transcrições das atas de Câmara, no século 20, pelo historiador Francisco Negrão.

Para nossa sorte, Vieira dos Santos arrolou os nomes dos ocupantes dos cargos da Câmara de Paranaguá, desde a fundação da vila até 1850 (ano em que publicou suas

²⁶³ Estiveram fora da análise específica por não localizarmos nenhuma informação sobre eles, 21% dos chefes parnanguaras, 19% dos chefes antoninenses e, 21% dos chefes de Curitiba registrados nas Décimas.

²⁶⁴ Excluem-se dessa contabilidade, as casas sem chefes de domicílio ou de uso exclusivo comercial. Casa e domicílio (o “fogo”) não eram sinônimos. Nas fontes da época era mais comum o registro da palavra domicílio que era a unidade de residência da família. Em uma mesma fazenda, poderia haver vários domicílios. Já a casa era a construção, o prédio. Na Décima Urbana de Paranaguá, o escrivão registrou quatro casas em que havia dois domicílios cada. Cada metade de casa tinha um chefe.

²⁶⁵ Em algumas Listas Nominativas de Curitiba da década de 1780 foi registrada a data final da escrituração, geralmente mês e ano. Com essa informação verificou-se que geralmente uma lista era feita, no final do ano anterior. Por isso, a utilização da Lista posterior ao ano da Décima.

²⁶⁶ A partir desse ano não consideramos o estado conjugal, o número de escravos e a ocupação dos chefes porque consideramos que a variabilidade destes podia distorcer as conclusões deste trabalho.

²⁶⁷ O historiador Carlos Bacellar já apontou para a qualidade das Listas Nominativas de 1801 produzidas na Capitania de São Paulo. BACELLAR, C. A. P. Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência. In: Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2000. p. 1-26. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_2.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2010.

Memórias). Fez arrolamentos em tabelas de 50 anos, a exceção da primeira eleição.²⁶⁸ No entanto, não produziu distinções apontando quem ocupava quais cargos. Pelo pequeno número de nomes arrolados é possível imaginar que se tratavam dos cargos maiores (com poder de decisão) da câmara – vereadores, juízes ordinários, procuradores-tesoureiros e talvez, juiz de órfãos.²⁶⁹

Para Antonina tivemos acesso aos nomes dos ocupantes dos cargos da Câmara através de Ermelino de Leão que produziu listas com esses nomes desde a fundação da vila, em 1797, até 1840.²⁷⁰ Optamos por buscar os chefes entre a primeira eleição até 1808, ano da Décima. Diferentemente de Vieira dos Santos, Leão indicou os nomes de quem ocupou os cargos de juízes ordinários e de órfãos, vereadores e procuradores, e em que ano.

Nos livros de eleições da Câmara de Curitiba buscamos os homens chefes com domicílio urbano em 1810 e que exerceram os cargos maiores a partir de 1780.²⁷¹ Essa opção pelo período de 30 anos antes do imposto predial foi definida pela idade dos chefes de família, 60% tinham até 50 anos no momento da execução do imposto predial. Tarefa que foi facilitada pelas tabelas organizadas pela historiadora Isis da Silva.²⁷²

Além dos cargos maiores, pudemos conhecer quem exerceu os cargos menores da administração municipal de Curitiba. Nos livros dos almotacés da vila procuramos os chefes de família que ocuparam as funções de porteiro, alcaide e almotacé. Eram postos de execução, sem poder de decisão.²⁷³ A tabela produzida pela historiadora Rosangela Santos tornou essa busca menos penosa.²⁷⁴ Completamos essa lista com os nomes dos eleitos, mas que por algum motivo não deixaram registro de suas funções.²⁷⁵ Conhecemos os nomes dos escrivãos da

²⁶⁸ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 1, p. 204 e v. 2, p. 36-39.

²⁶⁹ Entre 1800 e 1850, 135 homens ocuparam cargos camarários. Esse número pode parecer impressionante, e a primeira vista negar o que acabamos de afirmar. Contudo, temos que ter em mente que eram sete os cargos (3 vereadores, 2 juízes ordinários, 1 juiz de órfãos e 1 procurador-tesoureiro) por legislatura. Em um mesmo ano, o cargo poderia ser ocupado por dois ou mais homens. Por qualquer impedimento eram substituídos caso o posto ficasse vago. Assim pudemos imaginar que tal número (135) não é elevado para o período de 50 anos. Ao contrário, é indicativo da concentração de poder nas mãos de poucos homens e famílias.

²⁷⁰ LEÃO, E. A. op. cit., p.191-195.

²⁷¹ Pode-se ter acesso a transcrição dos livros de eleições da Câmara de Curitiba em SANTOS, A. C. A.; SANTOS, R. M. F. (orgs). **Eleições da Câmara Municipal de Curitiba** (1748 a 1827). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 113-210.

²⁷² Agradecemos a Isis Messias da Silva pela cessão. SILVA, I. M. **Pelouros e barretes: juízes e vereadores da Câmara municipal de Curitiba – século XVIII**. Trabalho de conclusão de curso (História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005, p. 45-59.

²⁷³ Pode-se ter acesso a transcrição dos livros de eleições da Câmara de Curitiba em PEREIRA, M. R. M; NICOLAZZI Junior, N.F. (org.). op. cit., p. 105-280. Utilizamos-nos desse arrolamento complementando com os nomes dos eleitos, que não deixaram registro de suas funções.

²⁷⁴ Agradecemos a Rosangela M. F. Santos pela cessão da tabela que pode ser encontrada em PEREIRA, M.R. M; NICOLAZZI Junior, N. F. (org.). op. cit., p. 281-294.

²⁷⁵ CURITIBA. op. cit., v. 31-38.

Câmara, da almotaçaria, do juízo de órfãos também com essas duas fontes citadas, e os tabeliães através dos livros de notas.

O pertencimento a irmandades era outro elemento que nos dá indício da condição social do morador. Até onde sabemos, na região sul da Capitania de São Paulo não eram muitas as irmandades das elites. A cor social era, provavelmente, o principal elemento definidor das entradas nas confrarias.²⁷⁶ Outro motivo de agregação eram as ocupações. No atual Estadão do Paraná, no entanto, não parece ter havido irmandades profissionais (sapateiros, comerciantes, fazendeiros, etc.). Não existem estudos a respeito e, tampouco fontes conhecidas. Para Curitiba e Paranaguá pudemos localizar livros de irmandades brancas, para Antonina não encontramos.

Por dados indiretos, através de Vieira dos Santos, tivemos acesso ao nome dos confrades falecidos das Irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário – as principais de Paranaguá.²⁷⁷ Novamente, o autor portuense não faz distinção de quem pertencia a qual grupo – como no arrolamento dos camarários. Relacionamos os nomes destes com os chefes com domicílio urbano, em 1808 – ano da Décima – até 1848, quando termina a lista de Vieira dos Santos. Infelizmente não se pode saber quando houve a entrada nas irmandades, porém seu enterro pelas mesmas sugere, no mínimo, que esses homens e mulheres estavam ascendendo socialmente durante a primeira metade do XIX.

O livro do compromisso e as entradas da Irmandade de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais forneceram os nomes dos confrades da principal agremiação de Curitiba – que estava instalada na Igreja Matriz.²⁷⁸ Recolhemos os nomes de todos os chefes que tinham domicílio urbano, em 1810, e que foram confrades até 1820. O mais antigo teve sua filiação aceita na década de 1760.

Além de relacionar os confrades e os agentes camarários, agregamos a análise os eleitores de Curitiba. No Brasil, a eleição dos ocupantes desses cargos era feito através de voto indireto. O povo “qualificado” (entenda-se branco e com prestígio) votava em um grupo de eleitores que por sua vez, elegia os ocupantes da Câmara. Os livros de eleições da Câmara

²⁷⁶ Até certo ponto. O historiador Silvio Weber demonstrou o limite do uso da cor. Homens e mulheres socialmente brancos eram, também, confrades em uma irmandade negra de Morretes (PR). O dinheiro que traziam era mais importante do que suas cores. WEBER, S. A. **Além do cativo**: a congregação de escravos e senhores na Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. Século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p. 83.

²⁷⁷ Conforme VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit, v. 2, p. 55-71.

²⁷⁸ Transcrição feita por ALMEIDA, N. L. V. **Curiosidades Históricas da Irmandade de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba**. Curitiba: Edição da autora, 1975.

serviram a esta tarefa, agora com o objetivo de reconhecer os eleitores para o período entre 1780 e 1810. Tarefa que também foi auxiliada por outro historiador Fernando Cunha.²⁷⁹

Por fim, há outro elemento social relevante para a análise da distribuição dos chefes: a origem. Nas Listas Nominativas de Antonina e de Paranaguá, em regra, anotava-se a naturalidade dos moradores. Em Curitiba essa informação não era registrada, a exceção da Lista de 1801 e 1806 – quando alguns chefes tiveram sua origem anotada. Para suprir essa dificuldade, valemo-nos das atas de casamento que indicam, às vezes, a origem dos noivos.²⁸⁰ Utilizamos as atas relativas aos anos de 1780-1810, porque a idade média dos homens ao casar que em Curitiba, no final do século XVIII, era de 27 anos.²⁸¹ Em 1810, 77% dos chefes tinham até 60 anos. Progredimos pouco. Percentual inferior a 10% dos chefes arrolados na Décima puderam ter sua origem conhecida através das atas de casamento.

Voltamo-nos, então, para a Genealogia Paranaense, organizada por Francisco Negrão, nas qual produziu árvores genealógicas (sem representá-las graficamente).²⁸² O autor registrou o local de nascimento de alguns homens e mulheres, principalmente das famílias da elite curitibana. Talvez, por isso, o sucesso da busca tenha sido ainda menor – 7% dos chefes arrolados na Décima puderam ter sua origem conhecida através das atas de casamento.

No entanto, apesar de todo esse esforço para atribuir o local de nascimento dos chefes de família arrolados na Décima de Curitiba através das Listas Nominativas, atas de casamento e da Genealogia Paranaense, somente para 36,5% dos chefes tivemos êxito, o que praticamente inviabiliza qualquer conclusão (haja vista que seria muito restrita) quanto à escolha do local de moradia pela variável da origem. Não a descartamos, porém, essa variável em outras análises, por exemplo, na composição da nobreza da terra.

Esperamos assim ter conseguido, de modo parcial – é claro – recompor melhor o estatuto social dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba afim de compreender se alguma variável socioeconômica explica uma possível setorização no espaço urbano daquelas vilas (como Elias e Scotson pensaram sobre Winston Parva), ou se um conjunto de dados esclarece os motivos da distribuição socioespacial – o que é mais provável (como S. Gomes ponderou para Antonina). É o que veremos nos próximos três capítulos.

²⁷⁹ CUNHA, F. **Elites políticas municipais no Brasil-colônia**: homens-bons da Curitiba setecentista. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003, p. 72-77. Nessas páginas o autor divulgou uma tabela contendo os nomes dos eleitores (em ordem alfabética) e o ano que serviu.

²⁸⁰ CURITIBA. Livros de atas de casamento n° 3 e 4 (1780-1810). Acervo da Catedral Basílica Menor de Curitiba. Cópia digital do CEDOPE/ DEHIS-UFPR.

²⁸¹ BURMESTER, A. M. O. Contribuição metodológica para estimativas de mortalidade: Curitiba, século XVIII. In: COSTA, I. N. (org.). **Brasil**: história econômica e demográfica. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986, p.140.

²⁸² NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1926-1950, 6 vols.

CAPÍTULO 3 – PARANAGUÁ

A VILA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Segundo o naturalista Saint-Hilaire, que visitou o lugar em 1820, o núcleo urbano da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá estava localizado “defronte da extremidade ocidental da Ilha da Cotonga, a algumas centenas de passos da embocadura de um pequeno rio denominado “rio de Paranaguá” e um pouco acima dele”.²⁸³ A Vila não era, portanto, fronteira ao mar, mas a um rio – o Itiberê. Entretanto, os moradores tratavam o curso fluvial como se fosse o próprio oceano. Os documentos da época registravam a Rua da Praia. Essa noção persistiu, pelo menos, até o início do século XX.²⁸⁴

De acordo com esse mesmo viajante francês, as casas eram quase todas térreas e bem cuidadas, sendo que todas eram feitas de pedra.²⁸⁵ O que para ele era espantoso já que no interior, o mais comum eram as paredes de barro (taipa de mão as mais simples e taipa de pilão as mais “nobres”), material menos valorizado aos olhos de um europeu. Esse uso freqüente de pedra (pipoca, ou uma argamassa de cal e pedras) para a construção de paredes explica, em parte, os elevados valores de aluguéis arrolados no livro de Décima. Dentre as três vilas analisadas, era na média a mais valorizada quanto aos preços dos imóveis. É provável, que fosse a maior de toda a comarca que era composta ainda por São Francisco do Sul (SC), Guaratuba, Lapa, Castro (PR), Iguape e Cananéia (SP), além das outras duas vilas analisadas por nós.

No ano da instituição da Décima, segundo dados tabulados desse documento, a rua com o maior número de casas era a Rua Direita, 61. Era onde morava o capitão-mor da vila, José Carneiro dos Santos, casado, 82 anos, um importante negociante local que tinha doze escravos. O segundo logradouro em número de imóveis era a Rua do Terço, 55. Dona Córdula Rodrigues França, 58, que residia nessa última rua, era a terceira maior proprietária urbana com sete imóveis. Por sua vez, as Ruas da Praia, do Fogo, e do Cargo eram as menores em

²⁸³ SAINT-HILAIRE, A. **Viagem da Comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, p. 149-150.

²⁸⁴ Em 1928, a rua fronteira ao mar continuava a ser nomeada, da Praia apesar da mudança da nomenclatura. ALVAREZ, A. Os novos aspectos de Paranaguá. A rua termometro. Maus tempos. Volta ao progresso. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 25 de fevereiro de 1928, n° 2779, ano 10, p. 1.

²⁸⁵ SAINT-HILAIRE, A. op. cit., p. 150.

número de casas arroladas, respectivamente, 12, 12 e 9 imóveis contudo, como veremos adiante, o status social dos moradores dessas ruas era bem diferente.

Tabela 5 – Número de casas urbanas por logradouros de Paranaguá, em 1808

Logradouros	Nº de Casas	%
Rua do Terço	55	19
Rua da Praia	12	4
Rua do Chargo	9	3
Rua do Porto da Matriz	15	5
Rua da Gamboa	39	13
Rua do Fogo	12	4
Rua do Campo	34	12
Rua da Baixa	24	8
Rua Direita	61	21
Travessa do Funil	15	5
Travessa da Matriz	18	6
Total	294	100

Fonte: Dados tabulados da Décima Urbana de Paranaguá (1808).

De modo geral, em 1808, as casas de Paranaguá eram térreas: 94% tinham pavimento único o que corrobora a percepção de Saint-Hilaire – em 1820 – quanto à horizontalidade das moradas da localidade. Como pudemos perceber, o intervalo de doze anos não alterou significativamente essa condição. Outra informação desse naturalista pode ser constatada: as casas eram bem cuidadas. Na Décima cerca de 2% das casas estavam em ruínas – “paredes por cair”, dizia a fonte. O que sugere o cuidado dos proprietários em manter em condições de uso suas propriedades. O aluguel era, possivelmente, o principal motivo dessa situação. Quase metade dos imóveis eram alugados em 1808.

Outro dado informado pelo viajante francês era sobre o abastecimento da vila. Segundo este autor, as várias lojas e vendas eram bem abastecidas com produtos oriundos do Rio de Janeiro, assim como exportavam para outras partes do Brasil, em especial para as vilas mais ao sul.²⁸⁶ Não se pode comprovar essa notícia, contudo percebemos que era elevado o índice de moradores comerciantes. Na Décima, o registro das principais casas de comércio sugere a importância desta ocupação – que era enobrecedora²⁸⁷ – naquela sociedade, 6% das casas arroladas tinham função comercial (geralmente associado a moradia). Nas demais vilas da Comarca não houve registro desse tipo de informação.

Além dos imóveis residenciais e comerciais, a paisagem citadina – como em qualquer outra vila – era composta de acidentes da topografia urbana como as igrejas, a

²⁸⁶ SAINT-HILAIRE, A. op. cit., p. 151.

²⁸⁷ Saint-Hilaire escreveu que os comerciantes instalados em Paranaguá eram a primeira classe daquela vila. SAINT-HILAIRE, A. op. cit., p. 154.

Câmara, as cariocas e o pelourinho. Eram em número de quatro as igrejas ou capelas, São Benedito (na Rua da Gamboa), São Francisco (na Rua do Terço) e Bom Jesus (continuação da Rua Direita) e a Matriz. Como Saint-Hilaire registrou, não havia praça pública em Paranaguá.²⁸⁸ Provavelmente porque não existiam casas no entorno da igreja principal. Pelo menos na Décima nenhuma casa foi localizada no Pátio da Matriz. Essa quantidade de igrejas pode sugerir uma intensa divisão social naquela vila já que havia locais de culto para os negros, para os brancos pobres, para as elites.

Outros edifícios também tinham sua importância como o Colégio Jesuíta (já há tempo sem a ordem religiosa que o iniciou, mas que não finalizou a obra) com seus três andares e que estava localizado na Rua da Praia.²⁸⁹ A Casa do Concelho era, possivelmente, um dos principais prédios públicos de Paranaguá. Como a Décima não registrou sua posição, e não localizamos outra fonte que indicasse sua antiga posição, não foi possível conhecer o antigo sítio daquele edifício. Em 1808 funcionava em uma casa térrea alugada também na Rua da Praia. Doze anos depois, Saint-Hilaire disse que esse a Câmara municipal estava localizada defronte ao rio (provavelmente na Rua da Praia), e que era um edifício bastante grande com dois pavimentos sendo que o térreo era a cadeia. Não se trata, portanto, do mesmo prédio, um era térreo, o outro um sobrado.

Outro imóvel cuja localização não foi possível determinar era Casa de Fundação do Ouro. Por ser um prédio público não foi taxado pela Décima, tampouco registrado no mesmo livro de imposto. Soubemos da existência desse edifício através de Vieira dos Santos, um cronista e memorialista português, que residiu em Paranaguá no início do século XIX. O pelourinho e pelo menos uma fonte de água completavam o cenário urbano. Esses dois últimos acidentes da topografia citadina permanecem, aparentemente, nos mesmos locais em que foram instalados no século XVII.

Fizemos questão de marcar o endereço das casas (e dos edifícios administrativos) porque assim que foram registrados no livro de imposto predial. Sempre relacionadas a um logradouro e, quase sempre, a um lado da rua (esquerdo/ direito). Em 1808 eram onze os logradouros (nove ruas e duas travessas). As ruas eram paralelas ao rio e “geralmente largas e bem alinhadas; ninguém se deu ao trabalho de pavimentá-las, e no entanto jamais elas se mostram barrentas, já que o terreno é muito arenoso”.²⁹⁰ As travessas eram de extensão menor, e não mereceram nenhuma outra descrição.

²⁸⁸ SAINT-HILAIRE, A. op. cit., p. 150.

²⁸⁹ VIEIRA DOS SANTOS, A. **Memória Histórica de Paranaguá**. Curitiba: Vicentina, 2001, v. 2, p. 13-14.

²⁹⁰ SAINT-HILAIRE, A. op. cit., p. 150.

ANÁLISE SOCIOESPACIAL

O cruzamento dos nomes dos moradores relacionados no Livro de imposto predial com as Listas Nominativas (e outros documentos) permitiu verificar que existiam diferenças entre os chefes e que essas distinções sociais se revelavam na ocupação urbana. Havia, por exemplo, as casas tinham preços diferentes, uns bem elevados, outros quase irrisórios. Iniciamos pelo preço das casas buscando identificar os logradouros mais caros quanto ao valor dos imóveis.²⁹¹

Valor das casas

Assim como em Antonina e Curitiba, no Livro de Décima de Paranaguá não foram anotados os preços dos imóveis. O cálculo do imposto, como vimos, era feito a partir do valor de aluguel. Buscamos, com o auxílio de outras fontes, determinar os preços dos imóveis. Inventários e testamentos dos moradores da vila que serviram para esse exercício não puderam ser consultados. O local de guarda dessas fontes foi transformado em um juizado, e os documentos transportados para outro prédio sem a possibilidade de acesso até que “seja construído um novo prédio para o Museu da Justiça” – disse uma funcionária.

Mesmo diante desse problema sem solução imediata, partimos da seguinte hipótese: o valor do imposto predial seria um percentual fixo do preço do imóvel. Essa hipótese permite que nas comparações sejam feitas referências ao valor relativo das casas, uma vez que estes eram proporcionais aos valores dos aluguéis: quanto maior o aluguel mais elevado era o valor do imóvel.²⁹²

²⁹¹ Uma análise preliminar da distribuição socioespacial de Paranaguá foi publicada em KATO, A. T. T. Distribuição socioespacial de Paranaguá (1808) – primeiras linhas de uma pesquisa. **Caderno Caminhos da História** (Universidade Severino Sombra), Vassouras, v. 2, p. 1 - 20, 2010 Disponível em: http://www.uss.br/web/hotsites/revistaeletronicaoutubro2010/arquivos/DISTRIBUICAO_SOCIOESPACIAL_D_E_PARANAGUA.pdf. Acesso em: 1 de março de 2011.

²⁹² O valor de aluguel mais caro do setor urbano de Paranaguá era de 25\$600 réis anuais, o menor era de 2\$880. Se o percentual do preço do imóvel/ valor do aluguel fosse de 10%, estas casas valeriam, respectivamente, 256\$000 e 28\$800 réis. Preços bastantes plausíveis para aquela realidade sem observamos três escrituras de compra e venda que foram registradas em livros de notas de Curitiba (porque uma das partes residia ali). Desses três imóveis o mais caro foi vendido por 150\$000 réis assim descrito: “quatro portas na frente na frente da Rua (?), no beco tem mais duas portas; uma janela; cobertas de telha; com a loje forrada; e com mais que nelas se acharem; um pequenino quintal que tem uma outra casa”. Era, provavelmente, um comércio devido ao número de portas, seis, e térreo. Em 1808, o imóvel mais caro era um sobrado que também servia de comércio (era um armazém com loje em que morava o proprietário). O valor desta casa era, possivelmente, muito mais elevado. Por isso, acreditamos que o percentual era menor do que 10%.

Com esse pensamento pode-se verificar que, em média, as casas próximas à praia eram as mais valorizadas.²⁹³ Quatro dos cinco logradouros mais próximos à praia (Ruas da Praia, do Terço, do Porto da Matriz e Travessa da Matriz) eram, em média, os mais caros. Os motivos dessas valorizações dependiam de cada logradouro.

No caso da Rua da Praia – o logradouro com maior preço médio – diversos motivos podem ter contribuído para essa situação. A presença de um sobrado, cuja função era de armazém e loja pertencente ao tenente coronel Ricardo Carneiro dos Santos, colaborava para o alto valor médio, 175% acima da média citadina, assim como as casas comerciais do alferes Manoel Antonio Pereira, 75% acima da média citadina, e do capitão Pedro Rodrigues Nunes, 60% superior à mesma média, e o armazém de sal do próprio tenente coronel Ricardo, 116% acima. Eram alguns dos mais caros imóveis edificadas na vila. Outro dado que indica a alta valorização das casas era que dois terços dos imóveis da rua tinham preço superior à média da vila. As demais casas estavam muito próximas disso. O que nos dá idéia do porquê do mais alto preço médio.

A Rua do Terço – paralela a Rua da Praia – era o segundo logradouro mais valorizado. Sobrados de função mista (comércio e residência) assim como casas térreas de alto preço contribuíam para o grande valor médio da rua. Nela, 52% dos imóveis tinha valor superior à média da vila, e 24% muito próximo disso, o que dá a medida da valorização do logradouro. Exemplo dessa situação era o sobrado de uso misto (residência e comércio) em que vivia o alferes Manoel Francisco Correia, um negociante portuense cuja casa foi avaliada em 150% acima da média urbana. Outro imóvel de alto preço do logradouro era de Dona Micaela da Silva, viúva, 68 anos, cujos negócios lhe rendiam muitos bens (talvez herdados), nove escravos e quatro imóveis.

Outros três logradouros tinham casas com preços médios bastante elevados. A Rua do Porto da Matriz era a terceira mais onerosa para se morar. Apesar de haver somente imóveis térreos, alguns deles eram muito valorizados. Cerca de 43% das casas tinham valor superior à média do núcleo urbano. Os imóveis em que moravam o padre Antonio Gonçalves Pereira Cordeiro, natural da vila e, o outro, ao lado, em que residia Francisco José Ferreira, reinol do Porto, eram exemplos dos altos preços das casas deste logradouro, respectivamente, 75% e 44% acima da média.

²⁹³ Foram excluídas dessa análise todas as casas inabitáveis, isto é, aquelas que apesar de registradas não tinham valor de aluguel e, portanto sem imposto, 5%. Paredes por cair ou construindo eram as expressões que justificavam tal situação.

A Travessa da Matriz era a quarta, em que a provável causa de elevação do preço médio eram os bem avaliados sobrados como aquele em que habitava o capitão José Rodrigues Branco, composto de loja e casa, a mais cara da vila – 220% acima da média. O capitão não era o único a morar em um imóvel muito valorizado no logradouro. Outros exemplos da mesma situação eram o capitão José Xavier de Oliveira e o ajudante Manoel da Cunha Gamito que tiveram seus sobrados avaliados em 60% e 25% acima da média citadina

Em quinto estava a Rua da Gamboa, na qual valorizadas casas térreas assim como os sobrados ajudavam na majoração do preço médio. Este era o logradouro do Campo mais valorizado quanto ao preço médio dos imóveis. Duas das três casas mais caras do logradouro eram sobrados. Em um residia o capitão Manoel Gonçalves Guimarães e o tenente coronel Francisco Gonçalves Cordeiro. A casa térrea mais valorizada era a morada do ouvidor e corregedor Dr. Antonio Ribeiro de Carvalho. Esses três últimos imóveis foram avaliados com o dobro de valor da média urbana.

Planta (45) – Logradouros com as casas, em média, mais caras de Paranaguá, em 1808



Os demais logradouros tinham preços médios abaixo da média cidadina. Quatro na zona do Campo (Travessa do Funil, e Ruas Direita, do Campo e do Fogo), e dois na Praia (Ruas da Baixa e do Chargo).

Na Travessa do Funil foram registradas somente casas térreas, poucas delas valorizadas. Somente 29% das casas do logradouro tinham preço acima da média. Já na Rua Direita apesar de quatro sobrados com alta valorização, o mais comum eram os imóveis mais modestos. Apenas 20% das casas tinha preço mais elevado do que a média do setor urbano. A proximidade com o Campo não responde satisfatoriamente do porquê desses baixos valores. A Rua Direita era local de residência de parte da elite, especialmente dos fazendeiros – como veremos depois – contudo não era o suficiente para tornar o logradouro um dos mais caros quanto ao preço dos imóveis. Já a Travessa era lugar de moradores mais modestos.

As Ruas da Baixa, do Campo, do Fogo e do Chargo tinham, em média, os imóveis mais baratos. A ausência de sobrados nestas ruas, assim como raras casas térreas com valor alto, contribuía para esta situação. A explicação plausível para os baixos valores das Ruas da Baixa e do Chargo, apesar de próximas ao rio, pode ser o estado de conservação e a qualidade da construção dos imóveis nestes logradouros. Eram ruas que desde o início do século XVIII já sofriam com o acúmulo das águas que, provavelmente, atingiam as construções reduzindo os preços.²⁹⁴ Já para as Ruas do Campo e do Fogo o motivo dos baixos valores das casas não pode ser explicado satisfatoriamente. A tabela a seguir mostra as médias dos valores de alugueis por logradouros.

Tabela 6 – Preço médio de aluguel por logradouro de Paranaguá, em 1808*

Logradouros	Nº de casas	Valor médio de aluguel
Rua da Praia	12	11\$946
Rua do Terço	54	9\$824
Rua do Porto da Matriz	14	8\$588
Travessa da Matriz	17	8\$425
Rua da Gamboa	37	8\$340
Travessa do Funil	14	7\$364
Rua Direita	60	7\$206
Rua da Baixa	24	6\$954
Rua do Campo	31	6\$760
Rua do Fogo	9	6\$062
Rua do Chargo	8	6\$000
Número total/ valor médio total	280	7\$950

Fonte: Dados tabulados da Décima Urbana de Paranaguá (1808).

*Excluem-se as casas em ruínas ou construindo.

²⁹⁴ Ver a discussão desse problema por Pardinho no provimento 85. SANTOS, A. C. A (org). Provimentos do ouvidor Pardinho para Curitiba e Paranaguá (1721). **Monumenta**, Curitiba, v.3, n.º. 10, p. 118, 2000.

Como sugerimos, as casas de sobrado majoravam o preço médio dos imóveis de um logradouro, todavia, estes, não são necessariamente sinônimo de maiores valores de aluguéis. Os sobrados em que residiam Rita Maria na Rua da Gamboa, 90% da média citadina, e da moradia do médico-mor Antonio Julio na Rua Direita, cujo preço era o mesmo da média urbana, ambos inquilinos, demonstram a concretude dessa afirmação. Entretanto, eram casas bem avaliadas com média próxima a da rua em que estavam. O que também se mostrou evidente é que sobrados que unem residência e comércio tinham um preço acrescido. É possível imaginar que o cálculo do imposto fosse feito separadamente, um para a moradia, outro para o armazém. Metade dos sobrados, oito, estava entre as vinte casas com os dez maiores preços. O que também demonstra como casas térreas podiam ter um valor maior de que os sobrados.

Outro fator de elevação dos valores médios eram os imóveis comerciais. Testamos os preços sem essas casas para perceber o quanto era esse peso. Eliminando as casas desse tipo o valor médio das casas residenciais cai nas Ruas da Praia, do Terço, Direita e nas Travessas da Matriz e do Funil, Rua Direita. Nos demais logradouros o preço dos imóveis se mantinha o mesmo porque eram ruas residenciais, Ruas do Porto da Matriz, da Gamboa, da Baixa, do Campo, do Fogo e do Cargo. Contudo, a situação geral não se modifica. As ruas da Praia, do Terço e da Porto da Matriz continuam sendo as mais caras quanto ao valor médio, assim como as ruas mais baratas para se viver eram Baixa, Campo, Fogo e Cargo. Há somente uma mudança significativa. A Rua da Baixa ascenderia do 8º posto para o 6º e a Travessa do Funil desceria em sentido contrário. O que significa afirmar que os aluguéis mais caros continuam nos mesmos logradouros mesmo sem contabilizarmos as casas comerciais e mistas. Neste caso, o valor médio era sustentado por valiosos imóveis térreos.

É importante marcar que as casas cujos moradores tinham como atividade econômica o comércio miúdo não tinham um maior preço, somente as casas mistas que continham armazéns com lojas tinham um valor de aluguel, geralmente, superior às outras casas. O pequeno comércio, cuja posição não foi registrada na Décima, parecia não agregar valor ao imóvel. Diante dessa constatação, decidimos examinar as principais atividades de sustento das famílias parnanguaras. O primeiro grupo examinado foi dos comerciantes, depois, o dos agricultores.²⁹⁵

²⁹⁵ Através das Listas Nominativas, foi possível descobrir a ocupação profissional de 71% dos chefes com domicílio urbano na vila em 1808.

Comerciantes

É possível imaginar que uma vila litorânea como Paranaguá tivesse importante contingente de moradores ligados ao comércio (pequeno e grande). Foi, de fato, o que encontramos. Aproximadamente 45% dos chefes dos quais conhecemos a ocupação exercitavam algum modo de comércio, fosse o da venda, o do armazém ou o dos negócios mercantis. Destes, 54% eram pequenos comerciantes e 46% negociantes (comerciantes de maior trato para os padrões locais).²⁹⁶

Uma das atividades correntes em Paranaguá era a posse de botequins, vendas e tavernas que funcionavam em diversas casas do setor urbano. Provavelmente no mesmo imóvel em que residia o pequeno comerciante.²⁹⁷ Diferentemente dos armazéns, os comércios que vendiam a retalhos (varejo) não mereceram registro por parte do escrivão da Décima.

Na área da Praia, as Ruas do Terço e do Porto da Matriz eram os logradouros mais ocupados pelos moradores que exerciam comércio miúdo, respectivamente, 19% e 12% dos que pudemos conhecer a modo de sobrevivência. Simão José Gonçalves, 28 anos, era um taberneiro que vivia na Rua do Terço. Apesar de morar de favor em imóvel de propriedade do tenente coronel Ricardo Carneiro dos Santos, era dono de três escravos.²⁹⁸ Era, provavelmente, um dos melhores locais para a instalação de um botequim. A algumas dezenas de passos dali ficava o porto.

Era nessa zona dos logradouros próximos ao mar onde os pequenos comerciantes tinham a mais elevada concentração, 53,5%. Quanto ao motivo dessa localização, não se pode ter explicação satisfatória. Aparentemente não precisavam estar lá (abasteciam-se nos armazéns), mas a atividade portuária pode ser uma plausível explicação para essa ligeira

²⁹⁶ Foram classificados como pequenos comerciantes, os chefes de domicílio donos de tavernas, botequins e vendas assim arrolados nas Listas Nominativas. Já na categoria dos capitalistas foram incluídos os chefes negociantes (de comércio mais vultoso, geralmente ligados aos armazéns), os dizimeiros (que arrematavam obras ou impostos do governo local) e os especuladores imobiliários (que viviam, também, dos aluguéis dos imóveis urbanos).

²⁹⁷ Esta situação deve ser muito concreta, entretanto agora é somente uma hipótese. Muitos chefes de domicílio foram apresentados nas Listas Nominativas como vendeiros, taberneiros ou que viviam de seu botequim, mas seus pequenos comércios não foram relacionados pela Décima. Raros são os que possuem mais de uma casa, o mais comum é que fossem inquilinos. 63% dos pequenos comerciantes eram inquilinos em 1808. Pensando neste caso parece concreto que as atividades de comércio eram realizadas ali mesmo na frente de sua casa, e não em outro lugar fora do setor urbano. Lembramos que era proibido vender fora do setor urbano segundo provimentos (90 e 91) do ouvidor Pardinho. Para essa proibição ver SANTOS, A. C. A (org.). op. cit. p. 120. Mas como não é objetivo do trabalho determinar a localização dos comércios, por ora fica a hipótese. Trabalhou-se com os chefes de domicílio, e suas ocupações são importantes, mas o local em que realizavam suas atividades não o é, agora.

²⁹⁸ Uma pequena parcela dos moradores vivia de favor, 4%. Essa atitude é bastante interessante. Porque alguém como uma propriedade que poderia lhe render algum dinheiro (o aluguel) deixava outro residir gratuitamente. Não foi possível perceber o que ligava, por exemplo, Ricardo a Simão. Não era, em princípio, uma relação de parentesco nem de liberto com ex-dono. Não era consanguíneos, e ambos eram brancos – e portanto, livres.

O único logradouro em que não conseguimos arrolar nenhum cabeça de domicílio que exercesse a atividade comercial foi a Rua do Fogo. Exerciam diversas atividades sendo que as mais freqüentes eram ligadas à construção civil, e como vimos, habitada, geralmente, por moradores mais pobres. Os baixos preços das casas sugerem essa situação, a segunda menor média do núcleo citadino.

Tabela 7 – Distribuição dos comerciantes pelos logradouros de Paranaguá, 1808

Z	Logradouros	Pequenos	%	Negociantes	%
Praia	Rua da Praia	2	5	4	11
	Rua do Terço	8	19	17	47
	Rua do Porto da Matriz	5	12	0	0
	Travessa da Matriz	3	7	4	11
	Rua do Chargo	2	5	0	0
	Rua da Baixa	3	7	2	6
Campo	Rua Direita	4	9	5	14
	Rua da Gamboa	5	12	0	0
	Rua do Campo	8	19	2	6
	Rua do Fogo	0	0	0	0
	Travessa do Funil	3	7	2	6
	Total	43	100	36	100

FONTE: Dados cruzados da Décima Urbana de Paranaguá (1808) e Listas Nominativas de Habitantes (1801-1809)

Podemos imaginar, contudo sem dados conclusivos, que nos logradouros do Campo o comércio estava, provavelmente, voltado para o abastecimento interno enquanto os da Praia, principalmente, para o fornecimento de gêneros para os navios. No setor portuário o comércio era, possivelmente, atacadista e o dos botequins. Dos que foram arrolados como donos de botequins quase todos moravam nos logradouros próximos ao mar onde provavelmente desenvolviam suas atividades. A instalação de dois terços dos armazéns nos logradouros próximos ao mar sugere essa conclusão. Já no Campo, a área comercial poderia ser o varejista – o das vendas.

O exame do microcosmo de cada logradouro permitiu outras considerações. Os pequenos comerciantes tinham percentuais mais elevados do que outras ocupações nas Ruas do Porto da Matriz (36% dos chefes do logradouro) e do Campo (26%), e na Travessa do Funil (23%). Essas duas últimas localizações não eram as preferidas pelo conjunto de chefes comerciantes, porém a atividade que exerciam, provavelmente, não lhes permitia melhores habitações.

Já os comerciantes de maior trato tinham mais espaço nos logradouros fronteiros ao mar. Era nas Ruas da Praia (44% dos chefes do logradouro) e do Terço (33%) onde se

encontravam em números percentuais maiores. Essa escolha pode ser explicada pela proximidade do rio, e a vantagem econômica que isso lhes acarretava – como já foi explicado.

Tabela 8 – Distribuição dos comerciantes nos logradouros de Paranaguá, 1808

Z	Logradouros	Pequenos	%	Negociantes	%	Outros	%	Sem dados	%	Total	%
Praia	Rua da Praia	2	22	4	44	1	11	2	22	9	100
	Rua do Terço	8	16	17	33	13	25	13	25	51	100
	Rua do P. da Matriz	5	36	0	0	3	21	6	43	14	100
	Travessa da Matriz	3	18	4	24	7	41	3	18	17	100
	Rua do Chargo	2	29	0	0	3	43	2	29	7	100
	Rua da Baixa	3	14	2	9	10	45	7	32	22	100
Campo	Rua Direita	4	7	5	8	33	56	17	29	59	100
	Rua da Gamboa	5	13	0	0	20	53	13	34	38	100
	Rua do Campo	8	26	2	6	11	35	10	32	31	100
	Rua do Fogo	0	0	0	0	7	78	2	22	9	100
	Travessa do Funil	3	23	2	15	4	31	4	31	13	100

FONTE: Dados cruzados da Décima Urbana de Paranaguá (1808) e Listas Nominativas de Habitantes (1801-1809)

Agricultores

A outra ocupação prioritária dos moradores da terra era agricultura – comercial ou de subsistência. De acordo com as Listas Nominativas da vila, era a principal forma de sobreviver.²⁹⁹ O número de fazendeiros com domicílio urbano confirma tal realidade, 21% dos que conhecemos a atividade de sustento.³⁰⁰ Como imaginamos, o percentual de agricultores de subsistência (àqueles que plantam para sobreviver) e com domicílio urbano era inexpressivo, 3%. Sua atividade de sustento pouco lucrativa explica suas ausências no setor citadino. Por não formarem número significativo, estes moradores não foram incluídos nas análises.

A concentração do maior número de fazendeiros estava na Rua Direita, 38%. Era onde residia, quando estava na vila, o capitão Francisco Borges de Macedo. Morava em sua fazenda (de localização desconhecida) onde provavelmente empregava a maior parte dos seus 13 escravos. Francisco José Laines, que morava nesse mesmo logradouro, parecia ter situação social semelhante a do capitão Francisco. Tinha sua fazenda com treze escravos e, assim como, este último chefe, também foi enterrado por uma das principais irmandades brancas da vila. Entre os signos de alta posição social, faltava-lhe alguma alta patente miliciana.

O capitão João Crisóstomo Salgado e Dona Clemência Maria eram outros dois importantes fazendeiros que residiam, respectivamente, nas Ruas da Gamboa e do Terço onde

²⁹⁹ Não podemos comparar o número de moradores arrolados como agricultores nas Listas Nominativas da vila com os nossos dados por que tratamos dos chefes de domicílio, já nos censos nominais eram registradas as pessoas que exerciam a ocupação. Poderia ser mais de uma por domicílio, o pai e o filho, por exemplo.

³⁰⁰ Consideramos fazendeiros àqueles que plantavam para a grande comercialização.

15% dos moradores (de cada rua) tinham o segundo maior agrupamento. Clemência era uma viúva, de 81 anos, que era proprietária de um engenho. Sua condição social era elevada já que ostentava o maior qualificativo dado uma mulher à época, “Dona”. No entanto, suas posses aparentemente já não eram tão significativas, dois escravos e uma casa urbana que tinha preço ligeiramente menor do que a média urbana. O capitão Salgado era um exemplo mais comum. Unia status social com o econômico. O lisboeta era um grande dono de escravos, 24, e ocupou cargos na Câmara. Seu enterro foi acompanhado por uma das principais confrarias parnanguaras.

Planta (48) – Logradouros de concentração dos fazendeiros em Paranaguá, 1808



A localização preferencial dos fazendeiros, como pode ser visto, era a zona do Campo, 66% deles viviam nessa região. Esse elevado número foi inflado, como indicamos, pela concentração de chefes dessa ocupação na Rua Direita, 58% dos chefes da zona do

Campo. Não necessitavam da proximidade com a Praia. Suas riquezas advinham da terra. Viviam, talvez por isso, nos logradouros mais próximos a ela.

Tabela 9 – Distribuição dos fazendeiros pelos logradouros de Paranaguá, 1808

Z	Logradouros	Fazendeiros	%
Praia	Rua da Praia	1	3
	Rua do Terço	6	15
	Rua do Porto da Matriz	1	3
	Travessa da Matriz	2	5
	Rua do Chargo	0	0
	Rua da Baixa	4	10
Campo	Rua Direita	15	38
	Rua da Gamboa	6	15
	Rua do Campo	3	8
	Rua do Fogo	2	5
	Travessa do Funil	0	0
	Total (%)	40	100

FONTE: Dados cruzados da Décima Urbana de Paranaguá (1808) e Listas Nominativas de Habitantes (1801-1809)

O exame do universo de cada logradouro demonstrou, de outro modo, essas mesmas concentrações. A Rua Direita detinha o mais elevado percentual de moradores fazendeiros, 36%. Nesta rua se localizava a segunda morada de Isabel Francisca de Souza, uma viúva que mantinha um elevado patrimônio em número de escravos, doze, e uma fazenda. Já na Rua da Gamboa eram fazendeiros 24% dos chefes do logradouro. Nela tinha uma casa Dona Leonor Siqueira, solteira, 69 anos, proprietária de oito escravos. As localizações preferenciais nas Ruas Direita e da Gamboa sugerem que, além de estarem concentrados em número absolutos nesses logradouros, eram o principal modo de sustento das famílias ali instaladas. A proximidade com a zona rural deve ter algum peso nessa escolha porém, acreditamos, que outro fator ainda não identificado explique melhor essa opção.

Já na Rua da Baixa onde morava Miguel Vieira da Cunha, tanto o número percentual quanto o absoluto de fazendeiros, era significativos: 27% dos moradores da rua exerciam a agricultura comercial. Miguel não tinha patente miliciana, mas tinha a propriedade de uma boa casa, 20% mais cara do que a média cidadina, e uma fazenda onde, possivelmente, empregava seus dez escravos. Não conseguimos construir uma explicação para a concentração significativa dos moradores desta rua próxima a praia já que, como dissemos, a preferência era pela zona do campo.

Tabela 10 – Distribuição dos fazendeiros nos logradouros de Paranaguá, 1808

Z	Logradouros	Fazendeiros	%	Outras ocupações	%	Total	%
Praia	Rua da Praia	1	14	6	86	7	100
	Rua do Terço	6	16	32	84	38	100
	Rua do Porto da Matriz	1	13	7	88	8	100
	Travessa da Matriz	2	14	12	86	14	100
	Rua do Chargo	0	0	5	100	5	100
	Rua da Baixa	4	27	11	73	15	100
Campo	Rua Direita	15	36	27	64	42	100
	Rua da Gamboa	6	24	19	76	25	100
	Rua do Campo	3	14	18	86	21	100
	Rua do Fogo	2	29	5	71	7	100
	Travessa do Funil	0	0	9	100	9	100

FONTES: Dados cruzados da Décima Urbana de Paranaguá (1808) e Listas Nominativas de Habitantes (1801-1809)

Os demais logradouros apresentavam percentual de moradores que se ocupavam da agricultura comercial menor do que de outras ocupações. Os únicos logradouros que não tinham nenhum morador vivendo da terra eram as Ruas do Chargo e Travessa do Funil. Eram logradouros, como já identificamos, onde os imóveis estavam, em média, abaixo do preço mediano do setor citadino.

Artesãos

Deter-nos-emos, agora, nos moradores com outra ocupação: os artesãos. Em princípio, tinham status social inferior porque executavam ofícios mecânicos (o que, de fato, se percebeu), o que não impedia que alguns fossem abastados. Pedro Gomes Sobral era um exemplo dessa situação. Tornou-se dono de 28 escravos, duas casas urbanas (não muito valorizadas), e, provavelmente, dos estaleiros onde desenvolvia sua atividade de carpinteiro da ribeira.

O grande número de artesãos que localizamos em Paranaguá indica uma sociedade mais dinâmica e urbana do que se poderia imaginar. Esses profissionais tinham sua importância (maior ou menor) ligada à demanda pelos serviços que executavam. Nesta vila pareciam ser bastante exigidos devido a sua quantidade. Dos moradores que conhecemos a atividade profissional, 20% exerciam ofícios especializados.³⁰¹

Artesãos e artesãs tinham moradia urbana preferencialmente na zona do Campo, 54,5% e 69%, respectivamente. O motivo dessa localização não pode ser identificado, porém

³⁰¹ Foram classificados como chefes “artesãos e outros trabalhadores qualificados” os alfaiates, sapateiros, ferreiros, barbeiros, boticários, cirurgiões. Doravante, denominados artesãos. Como “artesãs e outras trabalhadoras qualificadas” as mulheres que fazem rendas, as costureiras, lavadeiras e parteiras. Doravante, denominadas artesãs.

Tabela 11 – Distribuição dos artesãos pelos logradouros de Paranaguá, 1808

Z	Logradouros	Artesãos	%	Artesãs	%
Praia	Rua da Praia	0	0	0	0
	Rua do Terço	3	14	1	6
	Rua do Porto da Matriz	1	5	0	0
	Travessa da Matriz	2	9	1	6
	Rua do Chargo	1	5	2	13
	Rua da Baixa	3	14	1	6
Campo	Rua Direita	7	32	3	19
	Rua da Gamboa	3	14	5	31
	Rua do Campo	1	5	0	0
	Rua do Fogo	0	0	2	13
	Travessa do Funil	1	5	1	6
	Total	22	100	16	100

FONTE: Dados cruzados da Décima Urbana de Paranaguá (1808) e Listas Nominativas de Habitantes (1801-1809)

Quanto ao microcosmo, os artesãos não chegavam a ser o maior contingente em nenhum dos logradouros. Seu pequeno número, e sua pulverização por várias ruas, podem explicar os percentuais baixos nos logradouros em relação às outras atividades. Somente as artesãs ocupavam espaço de destaque, empatando nas Ruas do Chargo e do Fogo com outra ocupação. Eram logradouros pouco procurados para a habitação pelos homens-bons, e habitados por famílias com poucos recursos já que as casas estavam entre as mais baratas do núcleo citadino.

Tabela 12 – Distribuição dos artesãos nos logradouros de Paranaguá, 1808

Z	Logradouros	Artesãos	%	Artesãs	%	Outros	%	Sem dados	%	Total	%
Praia	Rua da Praia	0	0	0	0	7	78	2	22	9	100
	Rua do Terço	3	6	1	2	34	67	13	25	51	100
	Rua do P. da Matriz	1	7	0	0	7	50	6	43	14	100
	Travessa da Matriz	2	12	1	6	11	65	3	18	17	100
	Rua do Chargo	1	14	2	29	2	29	2	29	7	100
	Rua da Baixa	3	14	1	5	11	50	7	32	22	100
Campo	Rua Direita	7	12	3	5	32	54	17	29	59	100
	Rua da Gamboa	3	8	5	13	17	45	13	34	38	100
	Rua do Campo	1	3	0	0	20	65	10	32	31	100
	Rua do Fogo	0	0	2	22	5	56	2	22	9	100
	Travessa do Funil	1	8	1	8	7	54	4	31	13	100

FONTE: Dados cruzados da Décima Urbana de Paranaguá (1808) e Listas Nominativas de Habitantes (1801-1809)

A condição econômica inferior dos artesãos se reflete em seu status social que, igualmente, não era dos mais elevados. Pelo contrário, nenhuma das mulheres com ocupações especializadas parecia ter qualquer distinção social. O título “Dona” que indica um alto status social não foi atribuído na documentação a nenhuma dessas mulheres. A ausência de um

sobrenome para o cabeça do domicílio sugere, de outro modo, depreciação social. Os homens e as mulheres mais distintas tinham nome e sobrenome. Na Décima, mais de 70% das chefes que conseguimos classificar como artesãs tinham somente o prenome (dois geralmente, Joana Francisca, por exemplo), às vezes, com alguma indicação de cor (Rita Maria parda) ou ocupação (Felícia parteira).

Origens

Além das profissões, foi possível conceber hipoteticamente que a origem do morador sugere um tipo de distinção social. Como notamos, os nascidos na Metrópole pareciam ter um elevado status social. O peso do local de nascimento levou a que discutíssemos a distribuição dos chefes de domicílio de acordo com suas origens.

A documentação permitiu que fosse atribuída o local de origem a 71% dos chefes registrados no livro de imposto predial. Destes, a maior parte dos chefes com domicílio urbano era nascida na própria vila: 57% dos que conhecemos a naturalidade. Essa expressiva presença de naturais da terra já era esperada. Paranaguá era uma consolidada vila, com mais 150 anos de fundação, e muitas gerações nascidas ali. A população local apesar de pequena era mais ou menos permanente (e de modo geral, crescente).

O número de chefes oriundos da Metrópole era, também, bastante significativo, 19% – a segunda origem mais frequente.³⁰² O porquê da escolha dos reinóis por Paranaguá é de difícil resposta. O município não fazia parte do eixo agro-exportador, da extração de metais preciosos, ou do caminho do gado, que seriam atividades bastante rentáveis e, portanto, atraentes para aqueles metropolitanos. Talvez, o comércio com a região do Rio da Prata fosse um dos motivos dessa atração, mas não o único.

Mesmo o historiador Antonio Vieira dos Santos que deixou alguns manuscritos sobre sua vida, não revelou os motivos que o fizeram fixar-se em terras tão distantes do Bispado do Porto, onde nasceu. No entanto, a função portuária de entreposto exercida pela vila deve explicar uma parte desta escolha, já que a historiografia tem mostrado a dispersão de reinóis que funcionavam como agentes regionais das grandes casas mercantis de Lisboa, do Porto ou do Rio de Janeiro.

³⁰² Foram considerados chefes nascidos Metrópole os que tinham origem em Portugal. Não se tem certeza do local exato de origem destes chefes quando arrolados nas Listas Nominativas. Foram registrados como naturais do Porto e Braga, principalmente, porém desconfia-se que não fosse a cidade, mas a região. Provavelmente essa divisão deve ser mais religiosa do que geográfica. Portanto, tratar-se-iam dos bispados do Porto e de Braga. Por fim, não identificamos percentual relevante que permitisse a divisão entre os do norte e os do sul. Quase todos eram oriundos da primeira região. Contribuição do professor Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima.

As demais naturalidades representavam menos de 8%.³⁰³ Estas, porém, não são boas categorias para análise pois agrupam pessoas oriundas das mais diversas origens, tanto do Brasil, como das Ilhas Atlânticas.

Os moradores oriundos da própria vila de Paranaguá residiam preferencialmente nas Ruas Direita (24%), da Gamboa (17%), do Terço (16%), e do Campo (15%). A exceção da Rua do Terço, os demais logradouros estavam no Campo. Nenhuma surpresa. Eram, não nessa ordem, as ruas com os maiores números de casas arroladas na Décima. Já os chefes nascidos no Reino tinham moradia urbana em logradouros um pouco diferentes. Estavam, principalmente, na Travessa da Matriz (25%) e na Rua do Terço (22%). Eram logradouros da Praia, mas também nas Ruas Direita e da Gamboa (no Campo) e na Rua da Praia.

Tabela 13 – Distribuição dos chefes por origem pelos logradouros de Paranaguá, 1808

Z	Logradouros	Paranaguá	%	Metrópole	%
Praia	Rua da Praia	0	0	4	11
	Rua do Terço	18	16	8	22
	Rua do Porto da Matriz	7	6	1	3
	Travessa da Matriz	4	4	9	25
	Rua do Chargo	3	3	0	0
	Rua da Baixa	10	9	1	3
Campo	Rua Direita	26	24	5	14
	Rua da Gamboa	19	17	4	11
	Rua do Campo	17	15	2	6
	Rua do Fogo	3	3	1	3
	Travessa do Funil	3	3	1	3
	Total	110	100	36	100

FONTE: Dados cruzados da Décima Urbana de Paranaguá (1808) e Listas Nominativas de Habitantes (1801-1809)

Como se percebe, enquanto os chefes nascidos na vila tinham habitação urbana principalmente na zona do Campo, 62%, os oriundos do Reino residiam principalmente na outra zona, a Praia, 64%. Essa disposição pode estar relacionada à ocupação exercida pelos mesmos. Os nascidos em Portugal estavam comumente associados ao grande comércio, 41%, como Felix Bento Viana, 72, natural de Viana que conseguir ser dono de cinco escravos e duas boas casas. Deve ser este o porquê do grande número de reinóis, que superava o de luso-americanos na Rua da Praia, 44%, e na Travessa da Matriz, 53% – logradouros da Praia,

³⁰³ Oriundos do “Litoral de São Paulo e Santa Catarina” eram todos àqueles que nasceram nas vilas litorâneas dessas capitanias. Cananéia, Santos, Iguape, Ubatuba e São Francisco eram as localidades de origem de 8% dos chefes. Nascidos em outras partes do Brasil eram 5% dos chefes. Rio de Janeiro, Minas, Espírito Santo e da Colônia de Sacramento eram as origens dessa categoria. Naturais das Ilhas Atlânticas eram 5% dos chefes de domicílio. Categoria que inclui os naturais do Arquipélago da Madeira e dos Açores. Outros 3% dos chefes tinham origem no Planalto curitibano e paulista, São Paulo e Curitiba, e mais 3% de fora do Reino, Espanha e Alemanha (era Jose Nicolau, o único “alemão” registrado dessa forma nas Listas Nominativas).

região onde se concentravam, como demonstramos, os negociantes. Já os parnanguaras tinham atividades geralmente ligadas ao pequeno comércio ou artesanato, 52%. Como já comprovamos, os moradores que se ocupavam dessas profissões tinham domicílio principalmente na área do Campo. Era onde morava o pífaro Joaquim Vaz que residia na Rua Direita, um alfaiate sem distinção social, não tinha escravos nem exerceu cargo na Câmara.³⁰⁴

Na Rua da Praia pudemos verificar que nenhum dos chefes de domicílio com origem conhecida era nativo. Eram dos bispados do Porto e de Braga, 57% os chefes desta rua. Os demais tinham origem em outras partes do Brasil. Na Travessa da Matriz, onde os chefes naturais da vila tinham reduzido espaço, percebemos que havia uma concentração: 61,5% de todos os chefes que tinham origem na região do Porto. Em ambos os logradouros pode-se imaginar a tentativa de viverem próximos. Nota-se, portanto, a origem – que confluía com a atividade econômica – como fator de agrupamento de moradores, dando características específicas a certas regiões da cidade.

Nos demais logradouros, a maioria era de naturais da vila. Na Rua do Campo estes representavam 81% dos moradores de que conhecemos a origem. Apesar de não constituírem número percentual elevado na rua (devido ao grande número de casas nelas), os parnanguaras eram em número bastante alto nas Ruas Direita, 62%, e do Terço, 47%.

Quanto à distribuição dessas origens nos logradouros verificamos que a superioridade numérica dos chefes nativos também ocorria nos logradouros (Ruas do Terço, do Porto da Matriz, do Chargo, da Baixa, Direita, Gamboa, Campo, Fogo e na Travessa do Funil): 81% tinham esta naturalidade como a mais comum. Já os chefes reinóis tinham percentuais mais elevados do que outras naturalidades na Rua da Praia e na Travessa da Matriz onde representavam 44% e 53%, respectivamente. O que, novamente, reforça o elevado status social dos moradores desses dois últimos logradouros.

³⁰⁴ Pífaro não era um posto miliciano, mas o músico que tocava um instrumento de sopro, parecido com a flauta. Essa função era ocupada por homens que tinham baixas patentes.

Tabela 14 – Distribuição dos chefes por origem nos logradouros em Paranaguá, 1808.

Z	Logradouros	Paranaguá	%	Metrópole	%	Outras	%	Sem dados	%	Total	%
Praia	Rua da Praia	0	0	4	44	3	33	2	22	9	100
	Rua do Terço	18	35	8	16	13	25	12	24	51	100
	Rua do Porto da Matriz	7	50	1	7	2	14	4	29	14	100
	Travessa da Matriz	4	24	9	53	0	0	4	24	17	100
	Rua do Cargo	3	43	0	0	2	29	2	29	7	100
	Rua da Baixa	10	45	1	5	3	14	8	36	22	100
Campo	Rua Direita	26	44	5	8	11	19	17	29	59	100
	Rua da Gamboa	19	50	4	11	2	5	13	34	38	100
	Rua do Campo	17	55	2	6	2	6	10	32	31	100
	Rua do Fogo	3	33	1	11	3	33	2	22	9	100
	Travessa do Funil	3	23	1	8	5	38	4	31	13	100

FONTE: Dados cruzados da Décima Urbana de Paranaguá (1808) e Listas Nominativas de Habitantes (1801-1809)

Demais origens não formavam mais do que o segundo, e frequentemente o terceiro, percentual nos logradouros. Era o caso dos chefes nascidos nos planaltos curitibano e paulista e nas Ilhas Atlânticas. Pode-se considerar que os cabeças oriundos de outras partes do Brasil e de fora do Reino não formavam propriamente grupos, porque eram de origens diferentes.

Cargos na Câmara

Outro importante elemento de diferenciação social em Paranaguá, como em qualquer vila de matriz portuguesa, eram os cargos do Concelho. Nem todos os homens alcançavam tal distinção. O que ficou evidente com a tabulação dos dados levantados que indicam que somente 19% dos chefes homens que tinham residência urbana na vila, em 1808, ocuparam ou viriam a ocupar esses cargos entre 1750-1850.³⁰⁵

67% dos moradores dessa condição tinham residência na zona da Praia. Esse elevado número deve-se à contribuição decisiva dos moradores da Rua do Terço onde se concentrava 41% de todos os moradores que serviram na Câmara. Manoel de Araújo França e Manoel Vieira Espiga, moradores “do Terço”, ocuparam cargos camarários. Não pudemos explicar satisfatoriamente o porquê dessa preferência. Aparentemente nenhum motivo por si só reunia condições para elucidar essa questão. A localização da Casa de Câmara em logradouro próximo – Rua da Praia – não deve ter qualquer influência nessa escolha.

³⁰⁵ A Câmara Municipal de Paranaguá não guarda mais os livros de atas da Câmara. Por sorte ainda temos essa qualidade de informação através de Vieira dos Santos. Já discutimos essa situação no capítulo 2, p. 96. De qualquer forma repetimos. A precisão não é tão satisfatória porque não sabemos quem ocupou qual cargo em qual ano, entretanto suspeitamos que os nomes arrolados sejam da elite camarária, vereadores, procuradores, juizes ordinários, e talvez juizes de órfãos. Para ver as listas de homens que serviram a governança. VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 1, p. 204-207 e v. 2, p. 36-39.

Tabela 15 – Distribuição dos camarários pelos logradouros em Paranaguá, 1808

Z	Logradouros	Exerceu	%
Praia	Rua da Praia	4	11
	Rua do Terço	15	41
	Rua do Porto da Matriz	0	0
	Travessa da Matriz	3	8
	Rua do Chargo	0	0
	Rua da Baixa	3	8
Campo	Rua Direita	7	19
	Rua da Gamboa	4	11
	Rua do Campo	0	0
	Rua do Fogo	0	0
	Travessa do Funil	1	3
	Total	37	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana com as Memórias de Vieira dos Santos (1850)

A distribuição dos moradores que atuaram na câmara pelos seus logradouros de morada sugere outras concentrações. Na Rua da Praia quase metade dos homens alcançaram essa distinção. Era o maior índice da vila. Já na Rua do Terço 34% dos chefes da rua exerceram funções na Câmara. Esses logradouros eram, como vimos nas variáveis anteriores, locais de moradia de alguns dos principais homens-bons, notadamente comerciantes de maior vulto.

Tabela 15 – Distribuição dos camarários nos logradouros de Paranaguá, 1808

Z	Logradouros	Exerceu	%	Sem dados	%	Total	%
Praia	Rua da Praia	4	44	5	56	9	100
	Rua do Terço	15	34	29	66	44	100
	Rua do Porto da Matriz	0	0	12	100	12	100
	Travessa da Matriz	3	20	12	80	15	100
	Rua do Chargo	0	0	4	100	4	100
	Rua da Baixa	3	19	13	81	16	100
Campo	Rua Direita	7	17	34	83	41	100
	Rua da Gamboa	4	21	15	79	19	100
	Rua do Campo	0	0	17	100	17	100
	Rua do Fogo	0	0	6	100	6	100
	Travessa do Funil	1	13	7	88	8	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana com as Memórias de Vieira dos Santos (1850)

O cruzamento das fontes permitiu perceber que os ocupantes da Câmara eram sobretudo negociantes ou fazendeiros. Dos que conhecemos a ocupação, 78% exerciam uma dessas duas atividades, o que pode indicar a dificuldade dos extratos sociais mais baixos em alcançarem cargos na municipalidade. Notamos também que todos eram brancos. Ser não-branco parecia ser um sinal social (além de marca legal) que impedia o acesso às posições mais elevadas da Câmara. Outro indício do elevado status social dos ocupantes daqueles

cargos era que 65% tinham as mais altas patentes milicianas ou das ordenanças (dos quais 62,5% eram capitães).

Patentes milicianas ou das ordenanças

A patente na milícia era outro elemento que gerava distinção social. Em especial aquelas que integravam as posições mais altas na hierarquia milicianas e na tropa paga.³⁰⁶ Entre os chefes com domicílio urbano aos quais conseguimos atribuir patente, 23% eram de alta hierarquia milicianas, e 16% de baixa hierarquia.³⁰⁷ Quer dizer, apenas 39% tiveram essa distinção (entre os que se conhece sua função na milícia). Indicativo de que aqueles postos eram para poucos homens, redutos notadamente dos homens-bons.

Essa discrepância (mais chefes de alta do que de baixa) se deve à dificuldade de associar ao chefe a baixa patente. Nas Listas Nominativas – de onde geralmente foram extraídas – era comum o registro dos títulos de capitães, tenentes-coronel, etc. Diferente do que acontecia a um cabo, soldado ou mesmo sargento.

Quanto à distribuição espacial dos chefes de alta hierarquia (tenente-coronel, sargento-mor, capitão-mor, capitão e tenente) apreendemos que havia ligeira preferência quanto à área de moradia. Enquanto na zona da Praia tinham domicílio, 48%, na do Campo eram 52%. Essa pequena diferença não pode ser atribuída à ocupação que exerciam. Tanto os chefes negociantes quanto os fazendeiros tinham altas patentes. Nenhum deles exercia atividades de menor prestígio como as manuais ou de comércio miúdo. O que sugere a exclusão dos moradores que se ocupavam de atividades menos nobres dos principais postos da milícia, ordenanças e da tropa paga.

Apesar dessa situação quase equilibrada na distribuição desses chefes pelas duas áreas ficou nítida a preferência por dois logradouros. Na zona da Praia, a Rua do Terço era a de maior concentração desses oficiais, a segunda em todo o setor urbano, 26%. Era o caso do capitão Antonio da Silva Nunes que morava em uma valorizada casa, com preço superior a 60% da média cidadina. Na parte do Campo, a Rua Direita contava com o maior número de integrantes de alta patentes, 36%. Era o logradouro de residência do capitão José Morato do Canto, o escrivão da Câmara que vivia em um imóvel alugado, mas que tinha onze escravos.

³⁰⁶ Uma versão preliminar desta variável foi publicada em KATO, A. T. T. Patentes milicianas dos chefes com domicílio urbano: organização sócio-espacial a partir da Décima Urbana de Paranaguá. In: SALES, J. R.; FREITAG, L.; STANCZYK, M. **Região: espaço, linguagem e poder**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 325-336.

³⁰⁷ Em tese, todo rapaz com mais de 15 anos era miliciano. Todos os chefes homens arrolados na Décima eram mais velhos do que essa idade, contudo essa patente não era atribuída a todos. Optamos por não atribuí-las.

Planta (51) – Logradouros de concentração dos chefes de patentes mais elevadas em Paranaguá, 1808



Em três ruas não encontramos moradores que tivessem postos elevados na milícia. Não pudemos construir uma explicação geral para tal situação. Porém, acreditamos que o motivo não deve ser o mesmo nos três casos. As Ruas do Campo e do Charge pareciam ser locais de moradia de chefes de baixa condição social, não atrativas aos chefes das patentes mais elevadas, portanto. Já a Rua do Porto da Matriz era um logradouro com certo prestígio. A valorização das casas, a terceira da vila, era fator indicativo dessa situação. Porém, não parecia ser suficientemente atrativa para os moradores com status social mais elevado, e com títulos milicianos relevantes. Era, todavia, preferida pelos padres – 3 dos 5 que eram chefes com domicílio urbano.

Quanto aos oficiais de baixa patente (alferes, sargento, ajudante, cabo e soldado) situação semelhante foi percebida, com a mesma predominância para o Campo, 55%. Essa situação pode ser explicada pela ocupação que tais cabeças de domicílio exerciam. Eram

geralmente oficiais mecânicos, pequenos comerciantes ou fazendeiros que tinham poucos escravos (até quatro). Foram localizados chefes dessa condição em todos os logradouros parnanguaras. Estavam em maior número na Rua Direita, 17%. Manoel Francisco de Mendonça, casado, 32, era um alferes residente nessa rua. Sua condição social era baixa, porém com algum sucesso financeiro já que tinha quatro escravos e um sítio de onde tirava seu sustento familiar.

Percentual ligeiramente superior ao encontrado na Rua do Terço e Travessa da Matriz – na Praia – e na Rua da Gamboa – no Campo –, onde 14% dos chefes de baixas patentes foram localizados. O sargento Francisco Xavier das Chagas, o alferes Inácio da Rocha e o sargento Joaquim Eloi de Madureira eram moradores naqueles respectivos logradouros. O aspecto comum entre eles era a ocupação menos prestigiosa que desempenhavam. Eram, geralmente, artesãos ou comerciantes miúdos. As patentes desses moradores (e as suas atividades profissionais) sugerem que ainda poderiam buscar posições mais elevadas na hierarquia social.

Tabela 17 – Distribuição dos chefes milicianos pelos logradouros de Paranaguá, 1808

Z	Logradouros	Alta	%	Baixa	%
Praia	Rua da Praia	3	7	1	3
	Rua do Terço	11	26	4	14
	Rua do Porto da Matriz	0	0	1	3
	Travessa da Matriz	2	5	4	14
	Rua do Chargo	0	0	1	3
	Rua da Baixa	4	10	2	7
Campo	Rua Direita	15	36	5	17
	Rua da Gamboa	4	10	4	14
	Rua do Campo	0	0	2	7
	Rua do Fogo	1	2	2	7
	Travessa do Funil	2	5	3	10
	Total	42	100	29	100

FONTE: Dados cruzados da Décima Urbana de Paranaguá (1808) e Listas Nominativas de Habitantes (1801-1809)

Como vimos, o número de chefes com alguma patente era pequeno, cerca de 39% do total. Essa situação se reflete no espaço citadino parnanguara onde os cabeças de domicílio sem patentes milicianas eram sempre em maior número do que os que possuíam baixas ou altas posições na hierarquia milicianiana. Variavam entre 50%, na Rua do Fogo, e 89%, na Rua do Porto da Matriz. A Travessa do Funil era a única exceção onde os de baixas patentes eram em igual número dos que não tinham nenhuma.

Tabela 18 – Distribuição dos chefes milicianos nos logradouros de Paranaguá, 1808

Z	Logradouros	Alta	%	Baixa	%	Sem dados	%	Total	%
Praia	Rua da Praia	3	33	1	11	5	56	9	100
	Rua do Terço	11	26	4	9	28	65	43	100
	Rua do Porto da Matriz	0	0	1	11	8	89	9	100
	Travessa da Matriz	2	13	4	27	9	60	15	100
	Rua do Chargo	0	0	1	25	3	75	4	100
	Rua da Baixa	4	25	2	13	10	63	16	100
Campo	Rua Direita	15	37	5	12	21	51	41	100
	Rua da Gamboa	4	22	4	22	10	56	18	100
	Rua do Campo	0	0	2	12	15	88	17	100
	Rua do Fogo	1	17	2	33	3	50	6	100
	Travessa do Funil	2	25	3	38	3	38	8	100

FONTE: Dados cruzados da Décima Urbana de Paranaguá (1808) e Listas Nominativas de Habitantes (1801-1809)

Cores sociais

No Brasil colonial, outro elemento de distinção social era a cor (branco, pardo ou negro). Não se tratava, a princípio, de uma questão racial já que a mestiçagem era quase regra. Era uma questão de status socioeconômico. Apesar de a historiografia registrar a possibilidade de mudança da cor devido à alteração dessa condição, nenhum dos moradores analisados mudou de cor (nas Listas Nominativas) durante a primeira década do século XIX.

Nas Listas Nominativas de Paranaguá cada habitante era enquadrado em uma das três cores sociais. Para o estudo desta variável, conseguimos atribuir cor para 72% dos chefes.³⁰⁸ Destes, os censitariamente brancos correspondiam a 91% e os não-brancos 9% dos chefes com domicílio urbano. A união de pardos e negros em uma só categoria nos diz muito mais sobre a condição socioeconômica do que separados, já que eram poucos.³⁰⁹

Quanto à espacialização, os moradores brancos estavam localizados com ligeira tendência na área do Campo, 54% enquanto na Praia estavam 46%. Situação semelhante acontecia com os chefes não-brancos, porém com mais intensidade, no Campo 65% e na Praia 35%. Essa situação não pode ser explicada satisfatoriamente. Contudo, as ocupações exercidas por estes moradores podem sugerir o porquê dessa localização. Todos eram artesãos

³⁰⁸ Para o percentual restante, não foi possível conhecer a cor. Por algum motivo, não foram registrados nas Listas Nominativas durante toda a primeira década do XIX (1801-1809) ou não pudemos relacioná-los aos nomes listados na Décima. Problemas com homônimos não eram tão raros. Algumas pessoas, que acreditamos importantes naquele contexto, não aparecem nos registros censitários. Eram capitães, padres e donas que simplesmente não puderam ser qualificados. Outros eram confrades das principais irmandades da vila ou que assumiram cargos na municipalidade. Deviam ser brancos porém, como fizemos na análise das patentes milicianas, optamos por não atribuir essa informação a nenhum morador.

³⁰⁹ Uma versão preliminar desta variável – cor social – foi publicada. KATO, A. T. T. Chefes não-brancos na distribuição socioespacial urbana de Paranaguá. *Histórica*, São Paulo, n. 46, ano 7, 2011. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao46/materia03/>. Acesso: maio de 2011.

Tabela 19 – Distribuição dos chefes por cor pelos logradouros de Paranaguá, 1808

Z	Logradouros	Branços	%	Não-branços	%
Praia	Rua da Praia	7	4	0	0
	Rua do Terço	37	21	2	12
	Rua do Porto da Matriz	9	5	0	0
	Travessa da Matriz	14	8	0	0
	Rua do Chargo	3	2	2	12
	Rua da Baixa	12	7	2	12
Campo	Rua Direita	39	22	5	29
	Rua da Gamboa	22	13	2	12
	Rua do Campo	19	11	2	12
	Rua do Fogo	5	3	2	12
	Travessa do Funil	9	5	0	0
	Total	176	100	17	100

FONTE: Dados cruzados da Décima Urbana de Paranaguá (1808) e Listas Nominativas de Habitantes (1801-1809)

Em alguns logradouros levantamos chefes somente com a cor branca. Era o caso da Rua do Porto da Matriz, da Praia e da Travessa da Matriz, entre 73% e 82% – os maiores índices. Do percentual restante, não pudemos conhecer as cores. Nas Ruas do Porto da Matriz e na Travessa do Funil também não conseguimos atribuir a cor não-branca a nenhum dos chefes. Essa situação pode apontar para uma exclusão – é provável que não por leis, mas econômica – de moradores de outras cores. O aluguel ou a compra de um imóvel devia ser muito oneroso para os que tinham atividades econômicas não muito rentáveis.

É difícil ter certeza se o domicílio do não-branco era uma escolha ou a uma imposição econômica. O negro Valentim, que era sapateiro, morava na Rua da Baixa porque ali era o bom local para sua oficina (porque estava no meio da vila) ou por que a casa em que vivia tinha aluguel baixo. Quase todos os chefes não-brancos tinham ocupações como de Valentim que necessitavam de um mercado consumidor local. Eram artesãos ou pequenos comerciantes. Seus lucros possivelmente não eram vultosos, o que não lhes permitia ter acesso às melhores casas. Como, de modo geral, a zona do Campo tinha os menores preços de aluguel os não-brancos teriam mais oportunidades ali habitarem.

Os chefes não-brancos não eram maioria em nenhum dos logradouros. Alcançavam percentual máximo de 29% na Rua do Chargo, e de 22% na Rua do Fogo. Essas concentrações podem estar relacionadas a quem residia naquelas ruas. Geralmente habitadas por moradores de baixa condição social, e com os mais baixos preços, em média, dos imóveis.

Tabela 20 – Distribuição das cores dos chefes nos logradouros de Paranaguá, 1808

Z	Logradouros	Branços	%	Não-brancos	%	Sem dados	%	Total	%
Praia	Rua da Praia	7	78	0	0	2	22	9	100
	Rua do Terço	37	73	2	4	12	24	51	100
	Rua do Porto da Matriz	9	64	0	0	5	36	14	100
	Travessa da Matriz	14	82	0	0	3	18	17	100
	Rua do Chargo	3	43	2	29	2	29	7	100
	Rua da Baixa	12	55	2	9	8	36	22	100
Campo	Rua Direita	39	66	5	8	15	25	59	100
	Rua da Gamboa	22	58	2	5	14	37	38	100
	Rua do Campo	19	61	2	6	10	32	31	100
	Rua do Fogo	5	56	2	22	2	22	9	100
	Travessa do Funil	9	69	0	0	4	31	13	100

FONTE: Dados cruzados da Décima Urbana de Paranaguá (1808) e Listas Nominativas de Habitantes (1801-1809)

Desconhecemos a cor social de 28% dos chefes registrados na Décima. Porém, mesmo se contabilizássemos todos os chefes que não pudemos atribuir a cor como não-brancos, o panorama geral não se modificaria. Todos os logradouros continuariam a ter mais moradores brancos do que das outras cores. Às vezes, com ligeira vantagem para os primeiros. Nada que alterasse radicalmente nossas análises.

O que se mostrou evidente no estudo dos chefes não-brancos foi que a cor era um grande fator de distinção social. Nenhum dos moradores não-brancos serviu em cargos da governança, e somente um tinha a patente de sargento. Era João Pinto Ribeiro, 52 anos, que assumiu esse posto em Santa Catarina (como deixou clara a Lista Nominativa em que foi registrado). Somente este e mais dois pardos tinham a propriedade da casa em que habitavam. Luis Maciel Azamor, 51, um pequeno comerciante e Joana Francisca, 56, uma artesã eram os outros dois chefes não-brancos proprietários das casas em que habitavam.

Irmãos espirituais

Outro fator de distinção social era o pertencimento às irmandades, principalmente aquelas que congregavam os moradores mais importantes da vila, homens-bons e as “Donas”. Conforme já relatamos, conhecemos os confrades falecidos das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e do Santíssimo Sacramento através das Memórias, de Vieira dos Santos.³¹⁰ Tratavam-se das duas principais da vila, ambas sediadas na Igreja Matriz, que reuniam, provavelmente, boa parte da elite branca.

³¹⁰ Já nos referimos a essa fonte no capítulo 2, p. 98.

Com o cruzamento das fontes, constatamos que 20% dos chefes pertenciam a uma dessas irmandades ao morrer. Todavia, não se pode afirmar que somente estes homens e mulheres foram confrades daquelas instituições. Foram os que faleceram sendo irmãos. Há a possibilidade de alguns outros terem pertencido àquelas instituições, porém deixaram-na em vida.

De qualquer forma, foi possível visualizar a concentração de irmãos na zona da Praia, 58%. Nesta área o logradouro que concentra o maior percentual era a Rua do Terço, 36% dos moradores confrades – também, o maior de todo o setor urbano. Os vizinhos o ajudante Ângelo Custódio de Sampaio e Agostinho da Silva Vale eram exemplos dessa situação. Ambos residiam em valorizadas casas, 60% acima da média cidadina. A ocupação mais comum entre os confrades desse logradouro era a de negociante, 59% tinham negócios de maior vulto.

Já na outra zona, a do Campo, que tinha entre seus chefes 42% dos confrades, a concentração estava na Rua Direita, 21%. Era o caso dos fazendeiros, e vizinhos de casa urbana, David Ferreira Matoso, 79, e o capitão Francisco dos Santos Borges, 39. Essa preferência pode estar associada a ocupação que exerciam, notadamente de fazendeiro, 80% dos confrades desse logradouro tinham essa atividade contribuía para um status social mais elevado.

Tabela 21 – Distribuição dos confrades pelos logradouros de Paranaguá, 1808.

Z	Logradouros	Confrades	%
Praia	Rua da Praia	1	2
	Rua do Terço	19	36
	Rua do Porto da Matriz	2	4
	Travessa da Matriz	4	8
	Rua do Chargo	0	0
	Rua da Baixa	5	9
Campo	Rua Direita	11	21
	Rua da Gamboa	7	13
	Rua do Campo	2	4
	Rua do Fogo	0	0
	Travessa do Funil	2	4
	Total	53	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana com as Memórias de Vieira dos Santos (1850)

Planta (53) – Logradouros de concentração dos confrades em Paranaguá, 1808



Há ainda contingente relevante de confrades na Rua da Gamboa, a maioria deles fazendeiros, 75%. Nos demais logradouros o percentual era inexpressivo. O que pode apontar, mais uma vez, para a preferência de alguns chefes, os de condição social mais elevada, possuírem domicílio urbano em um desses três logradouros (Terço, Direita e Gamboa).

Quanto ao exame isolado de cada logradouro percebemos que os irmãos das duas principais confrarias da vila não eram em número mais elevado do que os que não tiveram essa distinção em nenhum dos logradouros parnanguaras. O índice maior era na Rua do Terço onde 37% eram irmãos nas confrarias. Esse logradouro era um dos locais preferidos de residência de parte da elite. Seguido da Travessa da Matriz, e das Ruas da Baixa, Direita e Gamboa onde respectivamente, 24%, 23%, 19% e 18%, dos chefes da rua eram confrades. A exceção da Baixa, os outros logradouros eram habitados por moradores abastados, alguns deles também tinham posições sociais elevadas.

Tabela 22 – Distribuição dos confrades nos logradouros de Paranaguá, 1808

Z	Logradouros	Confrades	%	Sem dados	%	Total	%
Praia	Rua da Praia	1	11	8	89	9	100
	Rua do Terço	19	37	32	63	51	100
	Rua do Porto da Matriz	2	14	12	86	14	100
	Travessa da Matriz	4	24	13	76	17	100
	Rua do Chargo	0	0	7	100	7	100
	Rua da Baixa	5	23	17	77	22	100
Campo	Rua Direita	11	19	48	81	59	100
	Rua da Gamboa	7	18	31	82	38	100
	Rua do Campo	2	6	29	94	31	100
	Rua do Fogo	0	0	9	100	9	100
	Travessa do Funil	2	15	11	85	13	100

FONTE: Dados cruzados da Décima Urbana de Paranaguá (1808) e Listas Nominativas de Habitantes (1801-1809)

Percentuais menores nos demais logradouros. Nas Ruas do Chargo e do Fogo não conseguimos atribuir a nenhum morador a distinção de ter pertencido a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário ou a do Santíssimo Sacramento.

Escravidão

Outro indicativo de uma mais elevada posição social era a propriedade de escravos. Ser dono de escravos tinha duplo significado: o econômico e o social. Com relação ao primeiro, era proprietário de mão-de-obra. O escravo era uma fonte de renda, seja na agricultura, seja nos serviços urbanos. No significado social: em uma sociedade escravista a posse de cativos era um indício de posição social. Em tese, quanto maior o número, mais elevado o status do dono.

Com relação ao número de escravos, conhecemos a situação de 69% dos moradores com domicílio urbano. Muitos não tinham esse tipo de bem, 35% (dos que pudemos saber o número), outros tinham até cinco, 43%. Chefes que tinham entre 6 e 15 escravos eram, também, em número significativo, 18%. Já os grandes plantéis (acima de 16) eram poucos: 4%. Esses intervalos do número de escravos foram pensados a partir das quantidades. Buscamos reduzir ou ampliá-las, porém as conclusões se diluem ou se perdem com essas tentativas.³¹¹

³¹¹ É complicado se trabalhar com escravos. Qualquer escolha é bastante questionável. Nossa explicação se baseia na tentativa de compreender cada realidade analisada. Assim, as faixas de escravos não são as mesmas em Paranaguá, Antonina e Curitiba. Isso porque identificamos diferenças entre os proprietários de cativos. Ter um escravo em Curitiba ou Antonina era um fator de elevada distinção social. Já em Paranaguá, não tinha o mesmo peso no setor urbano. Resposta ao questionamento da professora Ana Silvia Volpi Scott na banca de defesa sobre o porquê dessa escolha.

Tabela 23 – Distribuição dos chefes escravistas pelos logradouros em Paranaguá, 1808.

Z	Logradouros	Zero	%	1 a 5	%	6 a 15	%	16 ou +	%
Praia	Rua da Praia	0	0	4	5	3	9	0	0
	Rua do Terço	8	12	20	25	7	20	2	29
	Rua do Porto da Matriz	3	5	4	5	0	0	1	14
	Travessa da Matriz	3	5	7	9	4	12	0	0
	Rua do Chargo	4	6	1	1	0	0	0	0
	Rua da Baixa	6	9	3	4	4	12	1	14
Campo	Rua Direita	12	18	16	20	12	35	1	14
	Rua da Gamboa	13	20	6	7	2	6	2	29
	Rua do Campo	9	14	10	13	2	6	0	0
	Rua do Fogo	4	6	3	4	0	0	0	0
	Travessa do Funil	3	5	6	7	0	0	0	0
	Total	65	100	80	100	34	100	7	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana com as Listas Nominativas de Habitantes, de Paranaguá (1801-1809)

Quanto à espacialização dos proprietários com alguma quantidade de escravos notamos que havia ligeira tendência desses moradores a terem residência na zona da Praia. Os que tinham até cinco escravos estavam quase igualmente distribuídos tanto no Campo (49%) quanto na Praia (51%). João Vieira dos Santos, 22, que era dono de um cativo habitava na Travessa da Matriz, logradouro fronteiro ao mar. Era irmão mais novo do memorialista Antonio Vieira dos Santos. Talvez por ter desembarcado anos depois de seu irmão consanguíneo³¹² não tenha tido tempo para ascender socialmente, apesar de já ser considerado, em 1808, um negociante. Esse quase equilíbrio pode ser explicado, em parte, pelas profissões exercidas por aqueles chefes, 25% eram pequenos comerciantes que necessitava de poucos escravos.

Situação que se repete entre os que possuíam de 6 a 15: 53% desses moradores escravocratas tinham domicílio na Praia. Com quatorze escravos, o maior proprietário nessa faixa era o negociante José Xavier de Oliveira, 38 que morava na Travessa da Matriz. Sua condição socioeconômica era privilegiada, talvez por ter nascido na Metrópole. Ocupou cargo na Câmara e era capitão de milícias. Quanto às profissões exercidas eram, quase todos, negociantes ou fazendeiros, 94%. Atividades lucrativas que proporcionam melhores de condições de compra de cativos.

Entre os que tinham grande número (entre 16 e 51), a preferência era mais acentuada pela zona da Praia (57%). O maior proprietário com domicílio urbano na Praia era Antonio José de Carvalho, 53, casado, morador na Rua da Baixa. Era dono de 35 cativos, e residia em

³¹² Antonio desembarcou em Paranaguá entre 1799-1801. Nessa última Lista Nominativa foi registrado como agregado na casa do Capitão Francisco Ferreira de Oliveira. Mas não foi arrolado no censo de 1799. Não se sabe quando João chegou no Brasil. Se viajou junto com seu irmão da cidade do Porto, não sabemos. O fato é que não aparece registrado em Listas Nominativas da vila antes de 1804.

Antonina onde era sargento-mor. Sua posição social era privilegiada em Paranaguá pois foi confrade em uma das duas principais irmandades e ocupou cadeira na administração municipal. Além disso, era natural do Bispado de Lisboa.³¹³ Já o maior proprietário era o tenente coronel Francisco Gonçalves Cordeiro, que tinha 51 escravos e vivia na Rua da Gamboa, um dos logradouros do Campo. Tanto Antonio quanto Francisco eram fazendeiros, ocupação esta de 67% dos moradores que tinham seis ou mais escravos. Atividade que necessitava de muitos braços.

Já os chefes que não possuíam cativos, tinham localização principal na outra zona, a do Campo, 63%. As ocupações exercidas provavelmente davam o tom dessa situação. Como vimos, nessa última área, os chefes tinham poucas condições econômicas para adquirir um escravo já que se ocupavam de atividades que, possivelmente, não lhes davam renda suficiente para isso.

Tabela 24 – Distribuição dos chefes escravistas nos logradouros em Paranaguá, 1808.

Z	Logradouros	Zero	%	1 a 5	%	6 a 15	%	16 ou +	%	Total	%
Praia	Rua da Praia	0	0	4	57	3	43	0	0	7	100
	Rua do Terço	8	22	20	54	7	19	2	5	37	100
	Rua do Porto da Matriz	3	38	4	50	0	0	1	12	8	100
	Travessa da Matriz	3	21	7	50	4	29	0	0	14	100
	Rua do Chargo	4	80	1	20	0	0	0	0	5	100
	Rua da Baixa	6	43	3	21	4	29	1	7	14	100
Campo	Rua Direita	12	29	16	39	12	29	1	3	41	100
	Rua da Gamboa	13	56	6	26	2	9	2	9	23	100
	Rua do Campo	9	43	10	48	2	9	0	0	21	100
	Rua do Fogo	4	57	3	43	0	0	0	0	7	100
	Travessa do Funil	3	33	6	67	0	0	0	0	9	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana com as Listas Nominativas de Habitantes, de Paranaguá (1801-1809)

Não esperávamos que a análise do número de escravos por si só explicasse a setorização dos grupos na vila porém, provavelmente, indicaria áreas de moradores mais abastados. Foi o que encontramos, em geral, os principais escravocratas residiam principalmente nos logradouros mais próximos ao mar. Enquanto aqueles que não tinham essa distinção habitavam, em maiores números, nos logradouros mais próximos da zona rural.

³¹³ Como se sabe, algumas elites luso-brasileiras privilegiavam casamentos de suas filhas com reinóis. Em Paranaguá não era diferente. Mesmo com poucos anos de residência na vila, o casamento era quase regra: 80% tinham ou tiveram cônjuges. Dos solteiros, alguns moradores foram, possivelmente, enviados a vila e não tinham tido a possibilidade de contrair núpcias: o ouvidor-corregedor, o cirurgião-dentista e talvez o boticário.

Demais possibilidades

Outras variáveis socioeconômicas foram examinadas na procura de perceber as mesmas tendências de constituição de vizinhanças. Na categoria ocupações identificamos os trabalhadores marítimos, jornalheiros e da construção civil, 6%. Por formarem um “grupo” bastante heterogêneo não foi possível perceber setorização significativa. De qualquer modo, 65% deles tinham moradia no Campo.

Outra ocupação “profissional” era ser padre. Na Décima do município foram registrados cinco chefes que eram reverendos. No início do século XIX, havia outros. Dependendo do ano, mais dois ou três, mas esses foram arrolados em domicílios de outros chefes. O pequeno número distorce qualquer conclusão a respeito da distribuição pelo espaço urbano. Contudo, a espacialização permitiu visualizar que 80% tinham domicílio na área da Praia. Notadamente próximo a Igreja Matriz. Três dos cinco padres residiam na Rua do Porto da Matriz.

Na mesma categoria das ocupações, buscamos as prostitutas.³¹⁴ Paranaguá tinha um porto. Naquele momento, mais uma vila litorânea do que portuária. Mas, mesmo assim, com parte de sua população citadina necessitando do mar para suas atividades profissionais. As prostitutas atraíam marinheiros. Mas, devido a falta de fontes, não possível identificar quem eram as mulheres que “viviam do seu corpo” e que tinham domicílio urbano em 1808. Por conseqüência, sem um zoneamento aparente. É provável que essa atividade fosse uma segunda ocupação, mascarada pela primeira – geralmente de baixa condição social: vive de suas costuras, de fazer rendas ou mesmo de sua taberna, etc.

Na categoria origem pudemos atribuir a naturalidade como o auxílio das fontes diversas. Havia os moradores que eram oriundos do Litoral de São Paulo e Santa Catarina (Santos, Ubatuba, Cananéia, Iguape e São Francisco do Sul), 6%, de outras partes do Brasil (Minas e Rio de Janeiro), 3,7%, e das Ilhas Atlânticas (Açores e Madeira), o mesmo percentual. Pelo exíguo número, qualquer setorização não é muito significativa. Moradores naturais do litoral SP/SC (62%) e de outras partes do Brasil (52%) foram localizados principalmente na zona do Campo. Já os ilhéus residiam, principalmente, na Praia: 60% (ou seja, seis chefes).

³¹⁴ “Onde estavam as prostitutas?” Resposta ao questionamento feito pela professora Martha Hameister na banca de defesa.

CONCLUSÃO PARCIAL

O que se pode perceber é que podem existir dois logradouros para as elites em Paranaguá de 1808: as Ruas do Terço e a Direita. Dos diversos aspectos analisados, estas ruas estavam quase sempre entre as que mais se destacavam. Grosso modo, poderíamos indicar a primeira como sendo, o local preferencial de moradia urbana da elite comercial e a segunda da elite agrária – ambas brancas. Isso porque quase metade dos chefes que eram os maiores mercadores tinha residência no Terço enquanto os fazendeiros tinham preferência, menos decisiva, porém importante, na Direita, 38%.

Contudo, aparentemente, essas elites eram de diferentes status sociais. Na Rua Direita os moradores pareciam buscar novos espaços na milícia e na governança. Seis tenentes, e 25% dos chefes de domicílio que tiveram cargos na Câmara também residiam no logradouro. Na Rua Terço havia uma elite milicianiana já enraizada, seis capitães sendo três comandantes de companhias de ordenança da vila. Quase 50% dos cargos da governança foram ocupados por moradores da rua que, aparentemente, já gozavam de alto prestígio.³¹⁵

Outro dado que aponta para uma distinção social era ter pertencido a uma das principais irmandades brancas do município. Enquanto na Rua do Terço localizamos 36% dos confrades, na Rua Direita eram 20%. Não foi possível construir uma explicação plausível para essas localizações. Mas é possível afirmar que a escolha de tais logradouros não era pela proximidade com a igreja em que tinham suas devoções, ambas estavam sediadas na Matriz.

A origem dos chefes também pode apontar para uma distinção. Comumente se atribui aos reinóis um status social mais elevado quando chegavam ao Brasil. Teriam melhores condições de ascender socialmente pelo simples motivo de terem nascido no Reino, mesmo sendo pobres ou fugidos de lá. As famílias tradicionais teriam desejo de casar suas filhas com esses “nobres”. Parece que isso também ocorria em Paranaguá, grande parte dos reinóis eram casados (80%) e pareciam ter boas condições de vida (econômica e social, evidenciadas pelos cargos camarários ocupados, pelas altas patentes milicianas, e pela ocupação de negociantes, geralmente).

Novamente entre as Ruas do Terço e Direita havia uma diferença no quesito da origem. No primeiro logradouro, era elevado o número de reinóis (22%, o segundo da “vila”). Enquanto na Direita, o percentual de chefes nascidos na própria vila ou na região era muito

³¹⁵ A conclusão de que os comerciantes tinham um status social mais elevado do que outros profissionais também foi percebida por Saint-Hilaire: “Os comerciantes [...] formavam a primeira classe da sociedade”. SAINT-HILAIRE, A. op. cit., p. 154.

superior às demais origens (24% dos parnanguaras e 31% dos do litoral de São Paulo e Santa Catarina).

Portanto, nas Ruas do Terço e Direita residiam boa parte dos nobres de Paranaguá. Com as diferenças que foram possíveis perceber, ainda eram a elite local, ou as elites.

Planta (54) – Logradouros de concentração da nobreza da terra em Paranaguá, 1808



Quanto a localizar uma zona preferencial para os menos favorecidos social e economicamente, a tarefa é muito mais complicada. Apesar de haver ruas em que se perceberam concentrações de chefes de menor condição social não foi possível, a exemplo das elites, identificar uma rua. Os dois logradouros mais próximos as áreas rurais (Ruas do Campo e do Fogo), e a Rua do Chargo – na Praia – tinham menores preços médios de aluguel, e somente casas térreas. Seus chefes exerciam geralmente ocupações ligadas ao artesanato, construção civil ou ao pequeno comércio. Eram, em sua maioria, nativos ou de vilas

Enfim, não podemos pensar em setorizações clássicas como de ruas para “pobres” e outra para “ricos”, fazendeiros e outra para negociantes, etc. Há como demonstramos certa preferência em residir em um ou outro logradouro, no caso das elites. O que não exclui situações como a do sargento-mor Fernando Gomes Pereira da Silva, da tropa de auxiliares, residir em uma rua de chefes de baixa condição social, como a do Fogo. O inverso também acontecia, chefes não-brancos sem prestígio residindo ao lado de capitães nas Ruas Direita ou do Terço.

Parece que não existiam ruas exclusivas, a habitação em casas próximas de chefes de diferente condição social era razoavelmente comum. A barreira econômica poderia ser muito mais relevante do que qualquer outro obstáculo. O aluguel poderia ser elevado demais para que qualquer um pudesse pagar. Suas ocupações não permitiam esses valores.

Entre os agricultores de subsistência essa hipótese parece ser bastante concreta. Eram raros os moradores declarados como planta “para viver” ou “para comer” e com domicílio urbano, em 1808. Da mesma forma, o baixo número de não-brancos vivendo na cidade é um dado significativo. Pode-se concluir que, no geral, habitar o espaço urbano de Paranaguá era já um indicativo de posição social. A vila não era para todos.

CAPÍTULO 4 – ANTONINA

A VILA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Pouco se sabe sobre Antonina no período colonial. Não foram localizadas fontes que pudessem descrever o panorama citadino: gravura ou planta. Vieira dos Santos, o primeiro memorialista do Paraná, escreveu um livro de memórias históricas para o município antoninense, porém desconhece-se o paradeiro desses manuscritos. Pouco restou dos registros documentais da época, Listas Nominativas, Décima Urbana e mais um ou dois conjuntos de fontes. Ermelino de Leão foi o único a escrever sobre a história deste município, já no início do século XX, fundamentado em fontes que não existem mais.³¹⁷ Esta é a referência bibliográfica mais antiga que dispomos.

Através dele, conhecemos a ata de fundação da vila, e os motivos que levaram os moradores a pedirem a criação do novo município. A razão principal alegada era a distância, e as dificuldades de se ir à sede municipal. O centro urbano de Paranaguá ficava a seis léguas (quase 40 km). Para qualquer necessidade, o caminho era longo. Se precisasse do tabelião, resolver problemas na Câmara, ou de um juiz teriam que se deslocar por difíceis caminhos. Em tese, a única autoridade residente na freguesia (criada em 1719) era um padre. Em 1797, reconhecendo esta dificuldade, a Coroa autorizou a instalação da nova vila. O termo do município compreendia boa parte do nordeste do município parnanguara. Três freguesias foram criadas: Matriz, Morretes e Porto de Cima.

Um ano depois, foi realizado o primeiro censo nominativo específico do município.³¹⁸ Em anos anteriores, a população da freguesia era arrolada como parte de Paranaguá. Em 1798, os recenseadores registraram 3354 habitantes na vila. Moradores brancos eram 58% enquanto pardos, 21%, e negros, o mesmo percentual. Quanto à condição civil, livres eram 73% e escravos, 27%. Dez anos depois, no ano da elaboração da Décima Urbana, o número de habitantes, e as proporções quanto à cor e à condição civil pouco haviam alterado.

³¹⁷ Provavelmente, os livros de atas da Câmara. LEÃO, E. A. **Antonina: factos e homens**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura (PR), 1999 (edição fac-similar de 1918).

³¹⁸ Os dados relativos a população de Antonina em 1798 foram levantados pela historiadora WESTPHALEN, C. Duas vilas paranaenses no final do século XVIII – Paranaguá e Antonina. **Boletim da Universidade do Paraná**, Curitiba, nº 5, p. 1-29, 1964.

No livro de imposto predial – escriturado pelo mesmo escrivão de Paranaguá – foram arroladas 114 casas em seis logradouros. Todas foram registradas como térreas. De modo geral, a maioria das casas (82%) estava em condições de uso (para habitação ou para fins comerciais). Demais imóveis estavam em construção ou em ruínas.

Tabela 25 – Número de casas por logradouro de Antonina, em 1808

Zona	Logradouros	Nº de casas	%
Praia	Rua da Matriz	20	18
	Rua Direita	55	48
	Travessa para o mar	7	6
	Rua da Fonte	4	4
Campo	Rua do Campo	19	17
	Travessa para o campo	8	7
	Ponta da Pedra	1	1
	Total	114	100

Fonte: Dados tabulados a partir da Décima Urbana de Antonina, 1808.

À época, só havia uma igreja na vila, a Matriz. Como ocorreu no arrolamento das edificações das outras vilas da Comarca, edifícios públicos não foram registrados no livro de imposto predial. A casa do Concelho, que funcionava em casa alugada na Rua Direita, foi taxada – como em Curitiba e Paranaguá – por pertencer a um proprietário privado.

ANÁLISE SOCIOESPACIAL

Em sua monografia de conclusão de curso, o historiador Sandro Gomes analisou a organização espacial de Antonina.³¹⁹ Simultaneamente, eu estudava Paranaguá com o mesmo propósito. Ambos orientados pelo professor Dr. Magnus Pereira, o mesmo desta dissertação. O presente capítulo sobre Antonina retoma a análise das informações elaborada por Gomes e acrescenta outros novos dados sobre os moradores. Foram ampliados os dados referentes à participação dos chefes de domicílio na Câmara municipal e além das informações constantes das Listas Nominativas de 1801 e 1808, incluímos os das listas produzidas entre 1803-1807 e a de 1809. Esses novos dados permitiram incluir e melhorar a qualificação de mais 12% dos chefes arrolados na Décima.

Nossas primeiras considerações sobre as variáveis analisadas sugeriam algo que já era esperado. A Rua Direita concentrava, quase sempre, os mais elevados percentuais em

³¹⁹ Agradeço ao historiador Sandro Gomes por ter autorizado o uso e a reprodução dos seus levantamentos feitos para a monografia de conclusão de curso defendida no Departamento de História da UFPR, em 2004. GOMES, S. V. **Organização espacial numa vila colonial luso-brasileira, Antonina – 1808**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

qualquer aspecto socioeconômico examinado. Isso porque era o logradouro com maior número de casas arroladas na Décima (quase 50%). Faz pouco sentido sempre concluirmos que na Rua Direita concentrava o mais elevado percentual disso ou daquilo. Optamos, por isso, focarmos mais no microcosmo de cada logradouro.

Valor das casas

O preço de um imóvel é um excelente indicativo da condição socioeconômica dos seus proprietários. Dados tabulados da Décima indicaram que 67,5% dos donos tinham uma única casa. Pode não parecer um elevado número, porém era bastante significativo se incluirmos a informação que mais 15% das moradias pertenciam a proprietários que possuíam dois imóveis ou mais, mas não os alugavam, ou porque habitavam em dois, ou porque estavam em construção ou em ruínas, ou simplesmente sem inquilinos. Então, 82,5% dos chefes arrolados no livro de imposto predial da vila eram proprietários dos imóveis em que residiam. Portanto, diferentemente do que acontecia em Paranaguá, a figura do morador antoninense quase se confundia com a do dono. Por isso, nesta vila, optamos por tratar proprietário e chefe de domicílio como “sinônimos”.³²⁰

Como o cálculo do imposto partia do valor do aluguel, o escrivão não registrou o preço dos imóveis. Situação semelhante ao que ocorreu em Paranaguá e Curitiba. Contudo, não têm lógica falarmos em valores de aluguel em uma vila em que o número de imóveis alugados era muito baixo, 6%. Por isso, buscamos determinar os valores dos imóveis porque era mais fácil trabalharmos com a noção de preço do que o de aluguel, inclusive para comparações entre vilas luso-brasileiras.

Por não terem sido localizadas fontes em que essa informação fosse disponível, não tivemos condições de determinar qual era a porcentagem do valor do aluguel em relação ao preço da casa. Isso porque se imagina que o valor do imposto predial seria um percentual fixo do preço do imóvel. Contudo, podemos imaginar que proporcionalmente quanto maior o

³²⁰ Lembrando que havia uma diferença entre o chefe do domicílio e o seu proprietário. Por “chefe” entenda-se o cabeça da família moradora. Proprietário era o dono do imóvel que podia ser, como era em Antonina, quem o habitava. Nesta vila como para as outras analisadas, não fazia diferença para o nosso estudo se a casa urbana era primeira ou segunda moradia. Por hipótese acreditamos que mesmo utilizando apenas esporadicamente o imóvel na “vila”, seu morador não estava distante do jogo de relações sociais. Pelo contrário, a importância de ter seu espaço na vila era tamanha que se dispunham a alugar ou mesmo comprar um casa urbana.

aluguel mais elevado era o valor do imóvel. Por isso, organizamos esta análise a partir do preço do imóvel comparando-o com a média do núcleo urbano que era de 2\$180 réis.³²¹

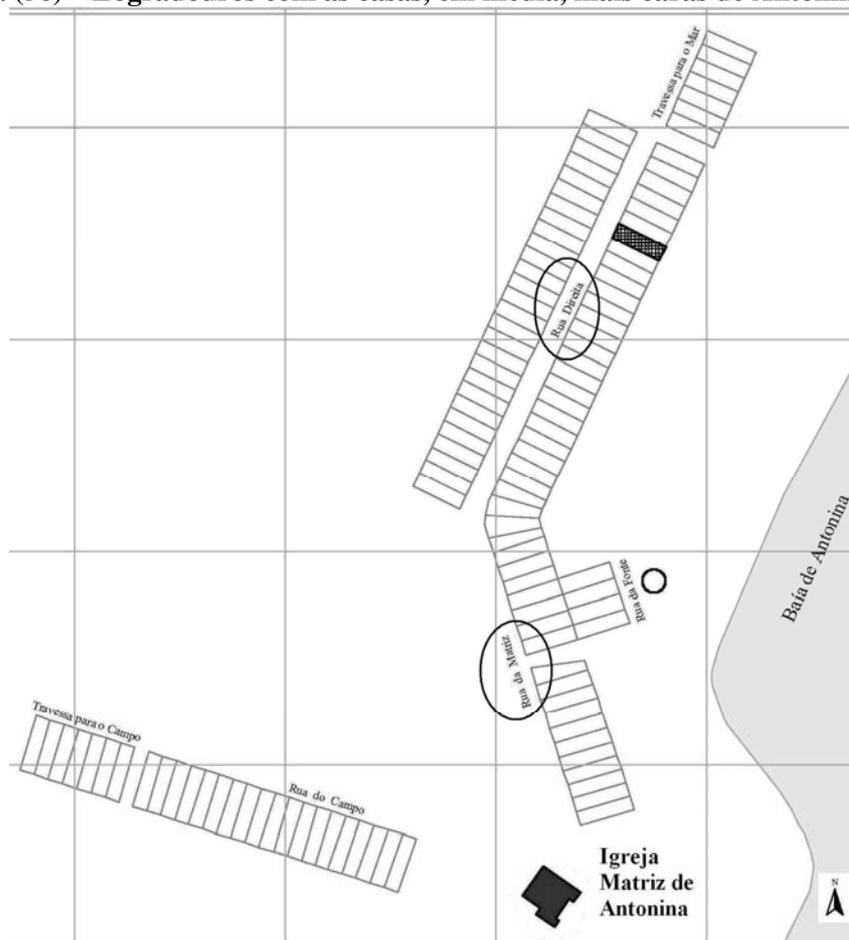
Fronteira ao mar, a Rua da Matriz era o logradouro com as casas em média mais caras de todo o setor urbano antoninense.³²² Esse preço mais alto se deve, principalmente, ao grande número de casas com valor igual ou superior à média urbana, 56%. Encontravam-se neste logradouro os dois imóveis citadinos melhor avaliados na vila. Eram as residências dos “Franciscos”, o padre e o tenente coronel. Ambos, inquilinos. Francisco de Linhares, 35 anos, que era o vigário da vara, morava na casa melhor avaliada na Décima, 360% superior a média. O tenente coronel Francisco Gonçalves Cordeiro, 51, residia na segunda casa mais cara, 267% acima da média. O status econômico dos moradores deste logradouro explica parcialmente o porquê de residirem nas melhores casas. Das cinco casas mais valorizadas da rua, todos eram agricultores com escravos (a exceção do padre Francisco), e ocuparam cargos na Câmara (inclusive o padre). Uniam, portanto, a elevada condição social com a econômica.

Próximo à Praia, na Rua Direita foram arrolados 47% de todos os imóveis registrados no livro de imposto predial. Apesar dessa quantidade de casas, ainda era o segundo logradouro mais caro quanto ao preço dos imóveis. Algumas casas muito valorizadas tinham papel importante na majoração dessa média, 36% era de imóveis com médias superiores a da vila. As casas dos capitães Manoel José Alves e Joaquim Antônio Guimarães, e do alferes Jose Fernandes Pancada eram mais valorizadas da rua. Todas tinham valor 194% mais alto do que a média. Manoel, Joaquim e José eram agricultores (provavelmente fazendeiros) com muitos escravos: 32, 6 e 19, respectivamente.

³²¹ Se o percentual fosse de 10% uma casa de Antonina teria preço médio de 21\$800 réis. O imóvel mais valorizado teria preço de 100\$000 réis e o mais barato 6\$400 réis. Não pudemos confrontar esses valores com outros (contidos, por exemplo, em testamentos), e assim demonstrar a viabilidade desses preços. Por hipótese, não eram surpreendentes aqueles valores de casas.

³²² Foram excluídas dessa análise todas as casas inabitáveis, isto é, aquelas que apesar de registradas não tinham valor de aluguel e, portanto sem imposto, 18% das casas. Paredes por cair e em construção eram as expressões que justificavam tal situação.

Planta (56) – Logradouros com as casas, em média, mais caras de Antonina, 1808



Os quatro logradouros restantes tinham preço médio inferior à média da área urbana. O terceiro logradouro com casas mais caras era a Travessa para o Mar. O que não excluía casas de algum valor, algumas de média superior a da “vila” – 33% dos imóveis do logradouro. Os demais imóveis foram avaliados com preços reduzidos, como aquele em que morava Maria do Pilar, 64, uma comerciante de molhados. Na mesma condição estavam outros três imóveis sem alugadores pertencentes ao sargento-mor Antônio José de Carvalho. O preço estimado dessas casas era de apenas 47% da média urbana. Isso explica, em parte, o porquê da baixa média.

A Rua do Campo era o logradouro com os imóveis mais valorizados da região próxima a zona rural, porém o valor médio era baixo o que tornava o quatro mais caro ou o terceiro mais barato. O baixo preço pode ser explicado pela pequena quantidade de casas com valor superior a média urbana, 13%. Apesar de ter sido arrolado um único imóvel de alto valor, a residência de Dona Clemência Maria da Conceição (83% acima da média), mais de 25% das casas da rua tinha os menores preços de avaliação de todo o núcleo urbano. Eram imóveis com preço de 29% da média. Neles moravam, dentre outros, Eusébio Gonçalves e

João Cardenas, ambos lavradores e oficiais de baixa patente miliciano. Outro elemento ajuda a entender essa desvalorização, a cobertura de palha.

Com valor próximo ao das duas ruas anteriores, a Rua da Fonte era o quinto logradouro em preço médio. Nenhum dos imóveis desta rua tinha valor acima da média da vila. Eram casas de baixo valor, próximas ao mar como a de Maria Alves, que tinha preço muito baixo, cerca de um terço da média cidadina. Esse dado serve para mostrar que não era a proximidade com o oceano que elevava o preço das casas.

Já a Travessa para o Campo tinha os imóveis mais baratos. Assim como a Rua da Fonte, esta travessa não tinha nenhum imóvel com preço superior a média cidadina. Estava longe disso. As casas mais caras não chegavam a 40% da média urbana. Como veremos, a cobertura de palha pode ser uma boa explicação para esse mais baixo valor médio. O quadro que segue indica os valores de aluguel estimado das edificações, distribuindo-as pelos logradouros da vila.

Tabela 26 – Preço médio de aluguel por logradouro em Antonina, 1808*

Logradouros	Nº de casas	Valor médio de aluguel
Rua da Matriz	18	3\$547
Rua Direita	44	2\$265
Travessa para o mar	6	1\$520
Rua do Campo	15	1\$432
Rua da Fonte	3	1\$333
Travessa para o campo	7	\$709
Número total/ valor médio total	93	2\$180

Fonte: Dados tabulados a partir da Décima Urbana de Antonina, 1808.

* Excluem-se as casas em ruínas ou construindo.

Portanto, três dos quatro logradouros mais caros quanto ao preço dos imóveis localizavam-se próximos ao mar. Já os mais baratos localizavam-se, principalmente, na zona do Campo. A proximidade com a praia não era, provavelmente, o elemento de majoração das casas, porém o tipo de cobertura (telha ou palha) parece explicar melhor os preços dos imóveis.

Coberturas

O escrivão da Décima da vila registrou que algumas das casas da vila tinham cobertura de palha, 18% das que estavam em condições de uso. Para efeitos do presente

estudo, foi feita a suposição de que, apesar de não ter sido registrado, as demais eram cobertas de telhas.³²³

Tabela 27 – Distribuição da cobertura dos imóveis pelos logradouros em Antonina, 1808

Zona	Logradouros	Telha	%	Palha	%
Praia	Rua da Matriz	18	24	0	0
	Rua Direita	43	57	1	6
	Travessa para o mar	5	7	1	6
	Rua da Fonte	2	3	1	6
Campo	Rua do Campo	8	11	7	41
	Travessa para o campo	0	0	7	41
	Total	76	100	17	100

Fonte: Dados tabulados a partir da Décima Urbana de Antonina, 1808.

Nas Ruas da Matriz e Direita, todas as casas (ou percentual muito próximo disso) eram cobertas de telhas. Na Travessa para o mar, o número era elevado, 83%. Eram, nesta ordem, os logradouros com os imóveis mais caros. A telha parece ser fator que contribuía para a majoração dos preços. Isso pode ser confirmado em inventários e testamentos de Curitiba e Paranaguá, nos quais a telha era considerada patrimônio de algum valor. A palha por motivos que parecem óbvios, não.

Tabela 28 – Distribuição da cobertura dos imóveis nos logradouros de Antonina, 1808.

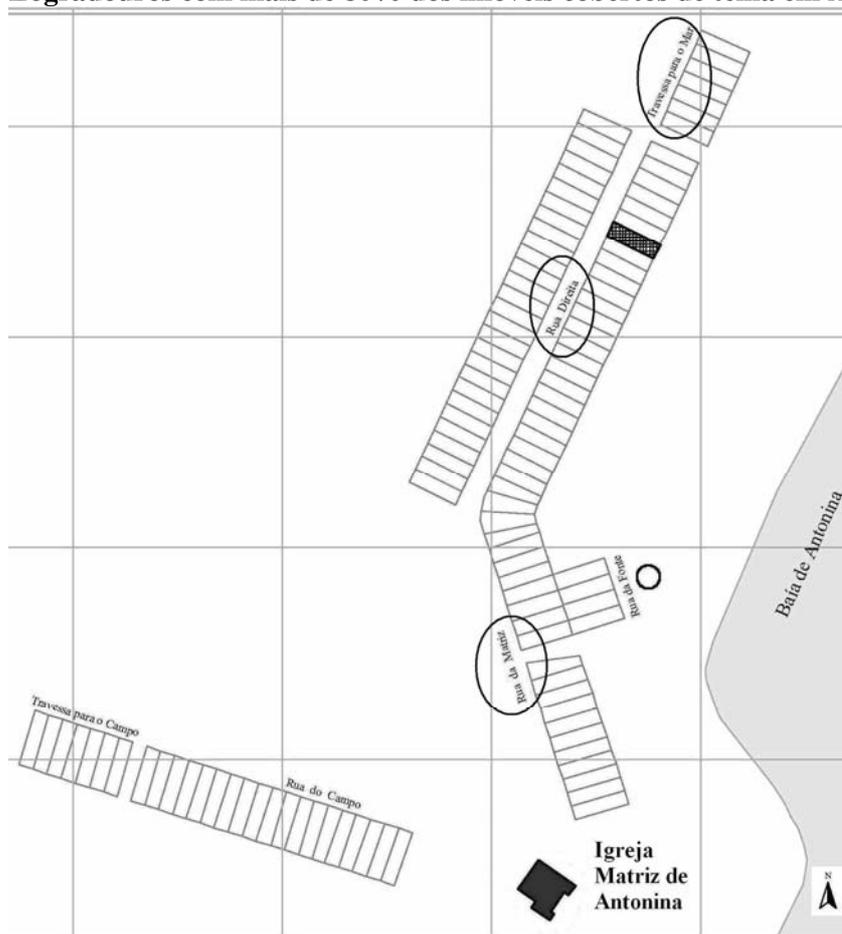
Zona	Logradouros	Telha	%	Palha	%	Total	%
Praia	Rua da Matriz	18	100	0	0	18	100
	Rua Direita	43	98	1	2	44	100
	Travessa para o mar	5	83	1	17	6	100
	Rua da Fonte	2	67	1	33	3	100
Campo	Rua do Campo	8	53	7	47	15	100
	Travessa para o campo	0	0	7	100	7	100

Fonte: Dados tabulados a partir da Décima Urbana de Antonina, 1808.

Já nas Ruas da Fonte e do Campo apesar do mais alto percentual de casas com cobertura de telhas nestes logradouros, 67% e 53%, respectivamente, os percentuais de imóveis cobertos de palhas eram, por consequência, muito expressivos. De modo geral, as casas de Antonina com telhas tinham preço igual ou maior do que as cobertas com palha. Estes eram dois dos logradouros (Fonte e Campo) que parecem ser os locais de moradia de chefes com menor condição social, como veremos depois. A Travessa para o Campo era a única que não tinha casas cobertas de telhas. Era o logradouro com menor preço dos imóveis, cerca de um terço da média cidadina.

³²³ Em números totais: 15% cobertura de palha, 67% de telha, e 18% não foi indicado a cobertura. Estas últimas eram casas sem condição de habitação, ou porque estavam em ruínas ou em construção.

Planta (57) – Logradouros com mais de 80% dos imóveis cobertos de telha em Antonina, 1808



A questão mais significativa que a análise desta variável pode nos mostrar é que Antonina era uma vila cindida em duas do ponto de uma morfologia arquitetônica. Na zona da Praia, onde se concentrava a população com maiores posses – o preço das casas é indicativo disso –, predominavam as casas com telhas. No Campo, onde viviam os mais “pobres” – como demonstraremos depois –, estavam concentradas casas cobertas de palha. Esses dois tipos de cobertura eram indicativos da maior diversidade de método construtivo.

Nas vilas litorâneas do sul da Capitania de São Paulo, quase não foi usada a taipa de pilão, outro método construtivo da época utilizado em construções de maior valor. Assim, podemos supor que as casas de telha deveriam ser construídas em argamassa de cal e aglomerado de pedras, também conhecido por pipoca. Já as construções cobertas de palha eram mais comumente usadas em construções mais baratas, nas quais se utilizava um método construtivo mais barato: a taipa de mão.

Agricultores e comerciantes

Antonina era mais uma vila litorânea do que portuária. Em 1798, segundo dados da historiadora Cecília Westphalen, os profissionais ligados ao mar (beteiros, pescadores, etc.) representavam 1% das ocupações dos moradores.³²⁴ A principal riqueza advinha da terra. No dito ano, segundo os mesmos dados, 41% eram agricultores. O mar tinha como função principal ligar a vila às outras cidades luso-brasileiras da região. Em 1808, como consequência disso, a principal forma de sobrevivência dos chefes de domicílio com habitação urbana na vila era a agricultura, 60% dos moradores de que se conhece o modo de sustento. Às vezes, suplementado por um engenho de socar arroz ou uma engenhoca para produzir aguardente.

Não foi possível distinguir os agricultores entre grandes (fazendeiros) e pequenos (de subsistência). Lavradores e agricultores eram as palavras geralmente utilizadas (dependendo do recenseador) para se referir aos moradores que tinham sustento na terra. Não parece ter havido uma diferenciação de termos que permitisse indicar quem era o que.

Quanto à distribuição, observa-se a concentração de agricultores na Rua Direita, 49%. A escolha desse logradouro por essa categoria não pode ser esclarecida. Não sabemos o porquê, por exemplo, Francisco dos Santos Pinheiro, 41 anos, morava nesta rua. Era um fazendeiro que tinha um engenho de arroz. Apesar de ter sido um pequeno proprietário de escravos (três), tinha grande distinção social. Foi juiz ordinário e vereador (cargo este exercido em 1804). Além disso, ostentou o título de capitão de milícias. Nem o porquê Dona Rita Francisca Ferreira que era outra agricultora residia na Rua Direita³²⁵, em uma valorizada casa cujo preço era 47% superior à média cidadina. Sua elevada condição social sugerida pelo qualificativo “Dona”, também era econômica: tinha quatorze escravos e duas casas (a outra em construção).

Nas Ruas da Matriz e do Campo, o percentual de chefes agricultores ultrapassava os 20%. Havia diferenças entre os chefes da primeira e da segunda rua. O número de escravos era indicativo dessa diferença. Os cabeças de residência da Rua da Matriz tinham, em média, mais cativos do que os chefes na Rua do Campo. Manoel Vieira Espiga, um ilhéu de 76 anos, residia na Rua da Matriz. Sua valorizada casa, 175% acima da média, e seus nove escravos eram indicativos de seu alto status econômico, que se refletia em uma elevada condição social. Foi juiz ordinário em uma das primeiras legislaturas da Vila de Antonina. Na Rua do

³²⁴ WESTPHALEN, C. Duas Vilas paranaenses no final do século XVIII – Paranaguá e Antonina. **Boletim da Universidade do Paraná**, Curitiba, n° 3, 1964, p. 17.

³²⁵ Morava na 3ª Companhia de ordenanças de Antonina, de 1808.

Campo morava outro agricultor, José Neri de Santa Maria, 54, dono de dois escravos. Seu imóvel era desvalorizado, 47% da média citadina. Essa situação econômica pouco privilegiada tinha reflexos na sua condição social que era baixa. Até 1808, não exerceu cargos na Câmara.

O comércio era o segundo meio mais comum de subsistência: 26%. Apesar disso, não foram assinaladas casas comerciais, apesar de vários chefes terem sido descritos como “mercadores de loja” nas Listas Nominativas. Os moradores antoninenses necessitavam comprar alguns produtos que não conseguiam produzir (sal, roupas, farinha de trigo, carnes secas).³²⁶ Adquiriam-nos nas lojas da vila. A discrepância ocorria, muito provavelmente porque os lojistas da vila utilizavam o mesmo imóvel para habitação e comércio.

Diferentemente dos agricultores, os comerciantes foram particularizados. Geralmente foram relacionados como negociante de molhados (que vendia bebidas e alimentos) ou mercadores de loja (que comercializavam produtos não alimentícios). Entretanto, essa distinção não se revelava na ocupação dos lotes urbanos. Com muita frequência eram vizinhos comerciantes de um e outro tipo.

Quanto à localização, os comerciantes faziam maior agrupamento na Rua Direita, 69%, mas o motivo dessa opção não pode ser explicado satisfatoriamente. Não se sabe o porquê, Anselmo da Silva Vale e Manoel Joaquim de Lima, ambos negociantes de molhados sem escravos, optaram por fixar residência naquele logradouro. Outra semelhança era a falta de patentes milicianas, aspecto comum entre os que exerciam atividades comerciais: 60% não tinham qualquer função na milícia. Manoel tinha uma distinção maior do que Anselmo. Em 1799, foi procurador – um cargo da Câmara ocupado por homens de muitas posses – o que sugere sua elevada distinção social.

As demais atividades econômicas alcançavam juntas 15%.³²⁷ Por formarem grupo bastante heterogêneo, qualquer concentração não é significativa. O número de oficiais mecânicos ou de profissionais especializados nas funções portuárias com domicílio urbano era muito reduzido – menor do que 10%. Provavelmente, essas atividades eram exercidas por escravos ou, no caso do porto, por trabalhadores jornaleiros (que trabalhavam por jornada, em geral de um dia).

³²⁶ WESTPHALEN, C. op. cit., p. 19. A historiadora Cecília Westphalen levantou os produtos importados para Antonina (1798). Os artigos mais comprados de outras vilas, estavam os relacionados ao vestuário (49%), e a farinha de trigo (13%), sal (10%) e carnes (8%).

³²⁷ Foram considerados trabalhadores marítimos e da construção civil ou ocupações com alguma especialização, um pescador, dois carpinteiros e uma tecelã. Letrados e religiosos era um padre. Não foi possível diferenciarmos artesãos de artesãs, como feito para Paranaguá, já que eram inexistentes. Mulheres chefes tinham sustento principalmente na agricultura ou no comércio, 53,8%. Para 20,5% dos chefes arrolados no livro de imposto predial não pudemos atribuir o modo de sustento.

Tabela 29 – Distribuição das ocupações dos chefes pelos logradouros em Antonina, 1808

Zona	Logradouros	Agricultores	%	Comerciantes	%
Praia	Rua da Matriz	9	24	1	6
	Rua Direita	18	49	11	69
	Travessa para o mar	0	0	2	13
	Rua da Fonte	1	3	0	0
Campo	Rua do Campo	8	22	2	13
	Travessa para o campo	1	3	0	0
	Total	37	100	16	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

A análise das ocupações no interior de cada logradouro é, ainda, mais relevante. Em todas as ruas era mais elevada a presença de agricultores do que das demais ocupações. Exceção das travessas. Essa preponderância reafirma essa ocupação como a principal atividade de sustento dos moradores urbanos antoninenses. Nas Ruas da Matriz e do Campo eram maioria absoluta, 57% e 64%, respectivamente. No entanto, a condição social dos agricultores dessas duas ruas parecia ser diferente. No Campo, os moradores que se sustentavam da terra habitavam imóveis com preços médios baixos enquanto na Rua da Matriz, moravam nas casas mais caras.

O terceiro maior percentual de agricultores em um logradouro estava na Rua Direita, 45%. Assim como na Matriz e no Campo, era em maior número do que outras ocupações. Essa situação mostra os limites de afirmações apressadas de alguns arquitetos e historiadores sobre a concentração de comerciantes nas Ruas Direita das cidades luso-brasileiras. No entanto, tinham importante presença nessa mesma rua, 28%. Essa diferença é resultado do pequeno número de moradores que exerciam algum comércio em Antonina.

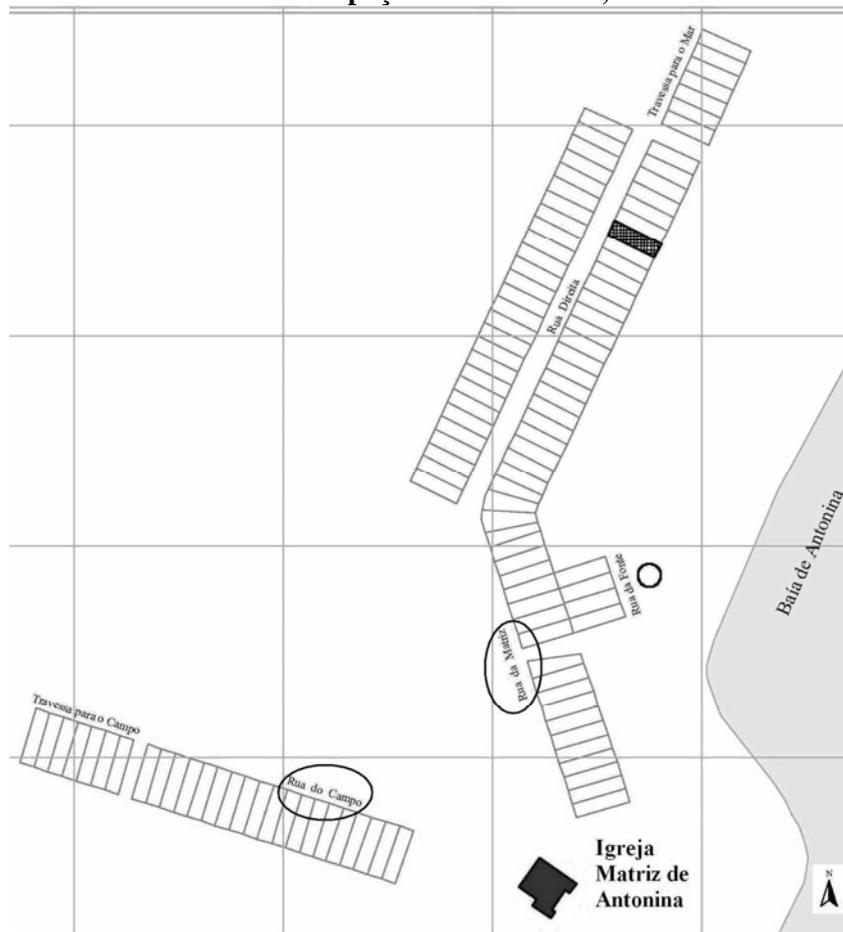
As exceções eram as travessas. Na Travessa para o mar, o maior contingente era de chefes comerciantes. Na Travessa para o Campo, os chefes com profissões manuais eram em percentual superior. Contudo, isso deve ser relativizado já que o número de casas desses logradouros era baixo, e portanto diminuta a base de comparação.

Tabela 30 – Distribuição dos chefes por ocupação nos logradouros de Antonina, 1808.

Zona	Logradouros	Agricultores	%	Comerciantes	%	Outras	%	Sem dados	%	Total	%
Praia	Rua da Matriz	9	64	1	7	1	7	3	21	14	100
	Rua Direita	18	45	11	28	3	8	8	20	40	100
	Tv. para o mar	0	0	2	67	1	33	0	0	3	100
	Rua da Fonte	1	33	0	0	0	0	2	67	3	100
Campo	Rua do Campo	8	57	2	14	1	7	3	21	14	100
	Tv. para o campo	1	25	0	0	3	75	0	0	4	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

Planta (58) – Logradouros onde os agricultores eram mais de 50% das ocupações em Antonina, 1808



Origens

Nas cidades coloniais de matriz portuguesa, a historiografia tem mostrado que a origem reinol era outro fator de distinção social. De certo modo, essa situação também foi constatada em Antonina – assim como foi em Paranaguá. Os metropolitanos chefes com domicílio urbano tinham, em geral, condição socioeconômica mais elevada do que a maioria dos moradores. Os nascidos no Brasil tinham situação social diferente, dependendo de outros fatores que não necessariamente o seu local de nascimento.

Como era de se esperar, a naturalidade mais comum era a da própria vila: 36% dos chefes que conhecemos a naturalidade. Não houve registro da freguesia de origem (Matriz, Morretes ou Porto de Cima). Foram apenas anotados genericamente como naturais da vila de Antonina. Às vezes, nas Listas Nominativas de Curitiba, a freguesia de origem (natural de São

José, vila de Curitiba, por exemplo) era anotada.³²⁸ Os nativos representavam maiores percentuais nas Ruas Direita, do Campo, e da Matriz. Essas concentrações não puderam ser explicadas adequadamente. Porém, é provável que as atividades de sustento tivessem papel importante nessa escolha. Os comerciantes e, principalmente, os agricultores se concentravam nesses três logradouros.

Os naturais de Paranaguá, segunda origem mais comum, eram 24% dos chefes cuja origem se sabe.³²⁹ Ocupavam preferencialmente a área da Praia, notadamente a Rua Direita. Essa preponderância pode ser, também, explicada pelas ocupações exercidas. Eram 79% comerciantes e agricultores. Como vimos na seção anterior, a zona preferencial de tais chefes era a Praia. Localizamos percentuais significativos também nas Ruas do Campo e da Matriz, porém em números absolutos pouco representava, respectivamente três e dois chefes.

Os moradores oriundos do Reino eram em número expressivo: 22%. Fica, por vezes, difícil explicar essa opção por atravessar o Atlântico para se instalar em terras tão distantes. Antonina não fazia parte de qualquer eixo comercial ou agrário que pudesse ser lucrativo, e portanto atrativo para aqueles imigrantes. Na vila, eles estavam localizados, sobretudo, na Rua Direita. Essa concentração pode ser explicada novamente pelas ocupações exercidas, de agricultores e comerciantes, que ali estavam concentradas.

Tabela 31 – Distribuição dos chefes por origem pelos logradouros em Antonina, 1808

Zona	Logradouros	Antonina	%	Paranaguá	%	Reino	%
Praia	Rua da Matriz	3	14	2	14	1	8
	Rua Direita	8	38	9	64	11	85
	Travessa para o mar	2	10	0	0	0	0
	Rua da Fonte	1	5	0	0	0	0
Campo	Rua do Campo	6	29	3	21	1	8
	Travessa para o campo	1	5	0	0	0	0
	Total	21	100	14	100	13	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

Moradores de outras origens – planalto paulista, litoral de SP/SC, ilhéus e hispânicos – representavam percentuais insignificantes individualmente. Os que não pudemos atribuir o local de nascimento eram 24% dos chefes. Pode-se imaginar que boa parte daqueles cuja

³²⁸ Em Paranaguá, no início do século XIX, não existiam outras freguesias urbanas, senão a própria Sé (palavra que não era utilizada à época na vila). O termo da vila já tinha sido reduzido devido aos novos municípios criados a partir de antigas freguesias (Curitiba foi a primeira delas, Antonina a mais recente em relação a Décima).

³²⁹ Essa distinção entre os que nasceram em Paranaguá e os naturais de Antonina é bastante interessante. Até 1797, como já escrevemos, Antonina foi uma freguesia de Paranaguá. Portanto, no ano de execução do imposto, a vila tinha onze anos de fundação. Como todos os chefes tinham mais de doze anos, os que foram registrados como naturais de Antonina, eram, de fato, nascidos em Paranaguá. Optamos por manter essa diferenciação para esmiuçarmos melhor essa distinção registrada nas Listas Nominativas.

origem não se conhece não fosse o Reino. A origem metropolitana devia ser muito relevante para não ser registrada. Mas não necessariamente eram naturais da terra. É importante marcarmos que a naturalidade nativa não era subentendida nas Listas Nominativas da vila.

O exame de cada logradouro como um universo em separado demonstrou outras concentrações. Apesar de maioria, os nativos formavam contingente superior às demais origens somente em um terço dos logradouros.³³⁰ Isso mesmo em ruas onde sua concentração era elevada como na Direita (21%) e na Matriz (20%). Na última rua, por exemplo, os naturais do planalto curitibano e paulista eram 20% das origens enquanto na Rua Direita, tanto oriundos de Paranaguá quanto da Metrópole eram em número mais elevado do que os naturais da terra, 23% e 28%, respectivamente.

Somente na Rua do Campo, sua presença no âmbito geral das origens faz sentir seu peso: 43% das origens dos cabeças de residência eram naturais de Antonina. Já na Travessa para o mar, apesar de não formar número absoluto expressivo, eram a principal origem. Eram 67%, enquanto 33% eram hispânicos (um morador natural da Espanha e dois antoninenses).

Mesmo sendo a terceira origem mais comum, muito próxima da segunda que era Paranaguá, os nascidos em Portugal eram maioria no principal logradouro da vila, a Rua Direita. A origem metropolitana era, portanto, um fator de agregação.

Tabela 32 – Distribuição dos chefes por origem nos logradouros de Antonina, 1808

Logradouros	Vila	%	Paranaguá	%	Reino	%	Outros	%	Sem dados	%	Total	%
Rua da Matriz	3	21	2	14	1	7	5	36	3	21	14	100
Rua Direita	8	20	9	23	11	28	3	8	9	23	40	100
Tv. para o mar	2	67	0	0	0	0	1	33	0	0	3	100
Rua da Fonte	1	33	0	0	0	0	1	33	1	33	3	100
Rua do Campo	6	43	3	21	1	7	1	7	3	21	14	100
Tv. para o campo	1	25	0	0	0	0	0	0	3	75	4	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

Apesar de presença significativa, os naturais de Paranaguá não chegavam a ter contingente maior do que as outras naturalidades em nenhum logradouro. Tinham números percentuais mais elevados nas ruas com maior número de casas.

Cores sociais

Identificamos a cor social de 80% dos chefes com domicílio urbano. Destes chefes, 79% eram brancos e 21%, pardos. Apesar da significativa presença de homens e mulheres de

³³⁰ Mais a Rua da Fonte onde o percentual era igual, um chefe era natural da vila, e o outro das Ilhas Atlânticas.

cor declarada como negra em todo o município (21%³³¹), não conseguimos atribuir tal cor a nenhum dos cabeças de residência urbana. O que pode indicar uma exclusão destes, acredita-se, por meio econômico ou da condição jurídica. Se os brancos pobres e os pardos já tinham dificuldades em morar no setor urbano, os negros que geralmente tinham ocupações menos lucrativas tinham chances ainda menores.

Quanto à distribuição dos moradores brancos constatou-se que estavam em maior número na Rua Direita (55%), mas também nas Ruas da Matriz (18%) e do Campo (16%). Como já vimos, as duas primeiras ruas eram as mais valorizadas quanto ao preço dos imóveis, e logradouros de concentração de alguns dos principais agricultores e comerciantes instalados na vila. Eram, portanto, moradores brancos que tinham algumas posses como os “Manoéis”. Manoel Teixeira de Carvalho residia na Rua Direita. Era um alferes de 38 anos, natural de Braga que sendo um grande agricultor (nas fontes, um lavrador) conseguiu ser dono de sete escravos. O outro habitava a Rua da Matriz: Manoel de Jesus Rendom era um paulista agricultor que tinha sete escravos.

Contudo, a concentração de chefes na Rua do Campo sugere que nem todos os chefes brancos tinham boa condição socioeconômica. As casas da Rua do Campo tinham, em média, preços baixos, dois terços da média cidadina. Soma-se a isso a cobertura de palha presente em quase metade das casas do logradouro. Em um imóvel com essas características morava Quintiliano da Silva Lima, um carpinteiro de 34 anos que executava seu ofício sem o auxílio de escravos. Esse parnanguara era dono da casa em que vivia, porém ela tinha baixo valor, 30% da média urbana.

Já os não-brancos tinham domicílio notadamente nas Ruas Direita (31%) e do Campo (23%). O pardo Anacleto Pereira, 60, residia nesse último logradouro. Era um agricultor, provavelmente de subsistência, que não tinha escravos e sua casa tinha preço abaixo da média, 59% desta.

Tabela 33 – Distribuição dos chefes por cor pelos logradouros em Paranaguá, 1808

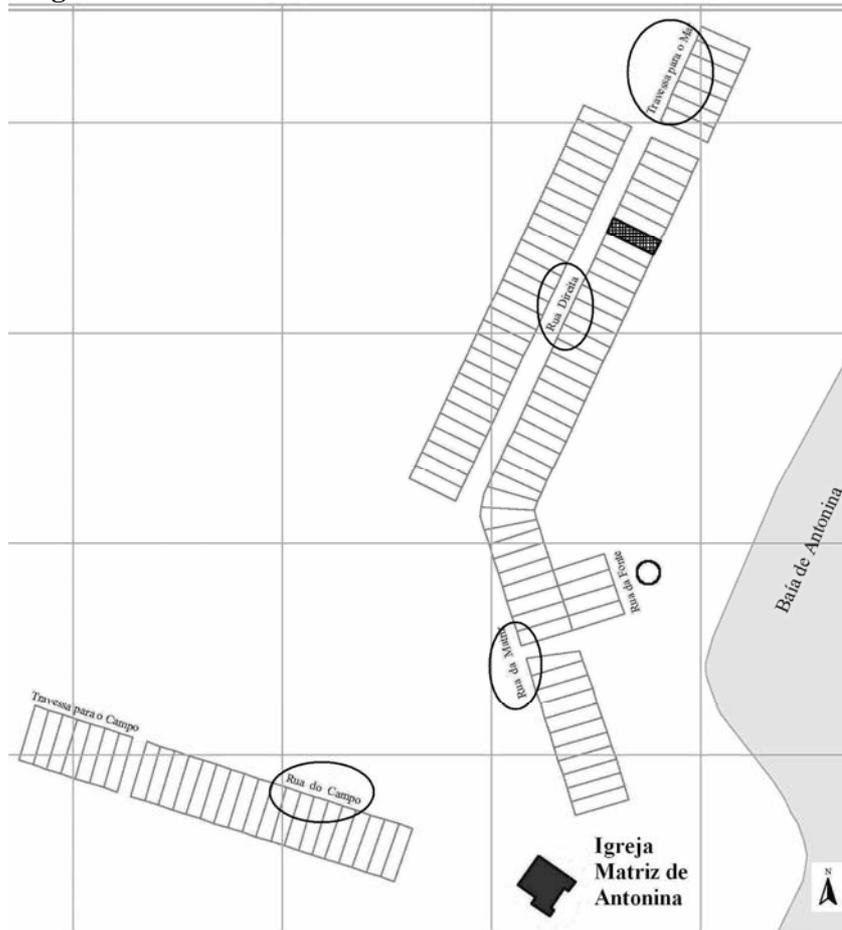
Zona	Logradouros	Branco	%	Pardos	%
Praia	Rua da Matriz	9	18	2	15
	Rua Direita	27	55	4	31
	Travessa para o mar	2	4	1	8
	Rua da Fonte	1	2	1	8
Campo	Rua do Campo	8	16	3	23
	Travessa para o campo	2	4	2	15
	Total	49	100	13	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

³³¹ WESTPHALEN, C. op. cit., p. 25.

Em todos os logradouros, o percentual de moradores brancos eram igual ou superior a dos não-brancos. Nas três ruas com as casas mais caras (Matriz, Direita e Travessa para o mar), os brancos eram entre 64% e 68%. Na Rua do Campo era de 57%. Esses números são explicados pela superioridade numérica dos brancos sobre os de cor parda. Para cada chefe pardo com domicílio urbano havia quatro brancos.

Planta (59) – Logradouros onde os chefes brancos eram maioria absoluta em Antonina, 1808



Já na Travessa para o Campo o percentual era igual, 50%, dois chefes eram pardos e dois eram brancos. O número mais baixo foi encontrado na Rua da Fonte onde atribuímos a cor branca, não-branca e desconhecida (sem informação) a um chefe cada.

Tabela 34 – Distribuição dos chefes por cores nos logradouros de Paranaguá, 1808

Zona	Logradouros	Branco	%	Não-brancos	%	Sem dados	%	Total	%
Praia	Rua da Matriz	9	64	2	14	3	21	14	100
	Rua Direita	27	68	4	10	9	23	40	100
	Travessa para o mar	2	67	1	33	0	0	3	100
	Rua da Fonte	1	33	1	33	1	33	3	100
Campo	Rua do Campo	8	57	3	21	3	21	14	100
	Travessa para o campo	2	50	2	50	0	0	4	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

Ainda que todos os chefes para os quais não dispomos de informação quanto a cor social fossem pardos, ou mesmo negros, a situação geral não se alteraria. Os logradouros mais valorizados quanto aos imóveis (Matriz, Direita e a Travessa para o mar) continuariam com maioria de brancos assim como a Rua do Campo. A situação da Rua da Fonte se modificaria se Maria Alves fosse parda, a única moradora que não se conhece a cor no logradouro. Contudo, as conclusões gerais sobre a espacialização desta variável não seriam perturbadas como esse novo dado. A rua passaria a ter um chefe branco e duas não-brancas.

As ocupações dos chefes não-brancos de certo modo indicam sua posição social desprestigiada. Exerciam prioritariamente atividades relacionadas ao cultivo da terra 64%. O que diferenciava estes dos outros brancos agricultores era a posse de escravos, ou melhor a falta deles, 85% dos chefes pardos não detinham esse tipo de propriedade.

Patentes milicianas

Outro fator de distinção social eram as patentes milicianas, em especial aquelas de mais alta graduação como as de capitão, tenente coronel e sargento-mor. Buscamos identificar se havia um logradouro de concentração destes moradores, e dos que não tinham nenhuma função no corpo miliciano.

Em tese, todos os homens acima de 15 anos integravam a milícia local. Na vila de Antonina, o mais novo morador com domicílio urbano de que conhecemos a idade tinha 24 anos. Portanto, todos deveriam ter, no mínimo, a patente mais baixa, de milicianos. Contudo, essa informação não foi registrada para todos, somente 42% dos chefes homens puderam ser qualificados. Para os demais homens, optamos não presumir essa informação.

Mesmo assim, o número de moradores com patentes elevadas era bastante alto. Dos que possuíam patentes, 48% eram das mais elevadas (tenentes-coronéis, sargentos-mores, capitão-mor, capitães e tenentes). O que pode indicar a residência urbana como um fator de distinção social. Todos tinham domicílio nos logradouros próximo à Praia. Habitavam as Ruas Direita e da Matriz, 69% e 31% desses milicianos, respectivamente. Morava nesse último logradouro o capitão Luis Gomes de Medeiros, 70 anos, um mercador de loja.

Na Rua Direita vivia o capitão Manoel José Alves que, além de uma valorizada casa, era dono de um engenho de arroz. Com esses exemplos procurou-se indicar que, além da elevada condição social sugerida pela patente de capitão de milícias, e pelo cargo de juiz ordinário que exerceram, Luis e Manoel tinham situação econômica bastante privilegiada se observarmos o número de escravos que possuíam 9 e 32, respectivamente.

Os chefes de baixa patentes (alferes, ajudante, cabo e miliciano) eram 52% dos milicianos. Além da concentração na Rua Direita, 64%, tais chefes tinham percentual significativo nos logradouros mais próximos da zona rural, principalmente na Rua do Campo: 21%. O alferes Sezário Antônio Cardoso, 24, que tinha quatro escravos morava na Rua Direita enquanto o miliciano Joaquim da Costa que residia na Rua do Campo era um lavrador pardo de 60 anos, proprietário de dois cativos. O que ambos tinham em comum com outros oficiais de patentes baixas era a dificuldade em ocupar cargos no Concelho.

No entanto, a patente conquistada era diferente nas duas áreas urbanas. No Campo estava o maior percentual de chefes registrados como milicianos (75%). Já na Praia, todos os chefes alferes e ajudantes que eram as maiores patentes do que categorizamos como “baixa milícia”.

Tabela 35 – Distribuição dos chefes por patentes milicianas pelos logradouros em Antonina, 1808

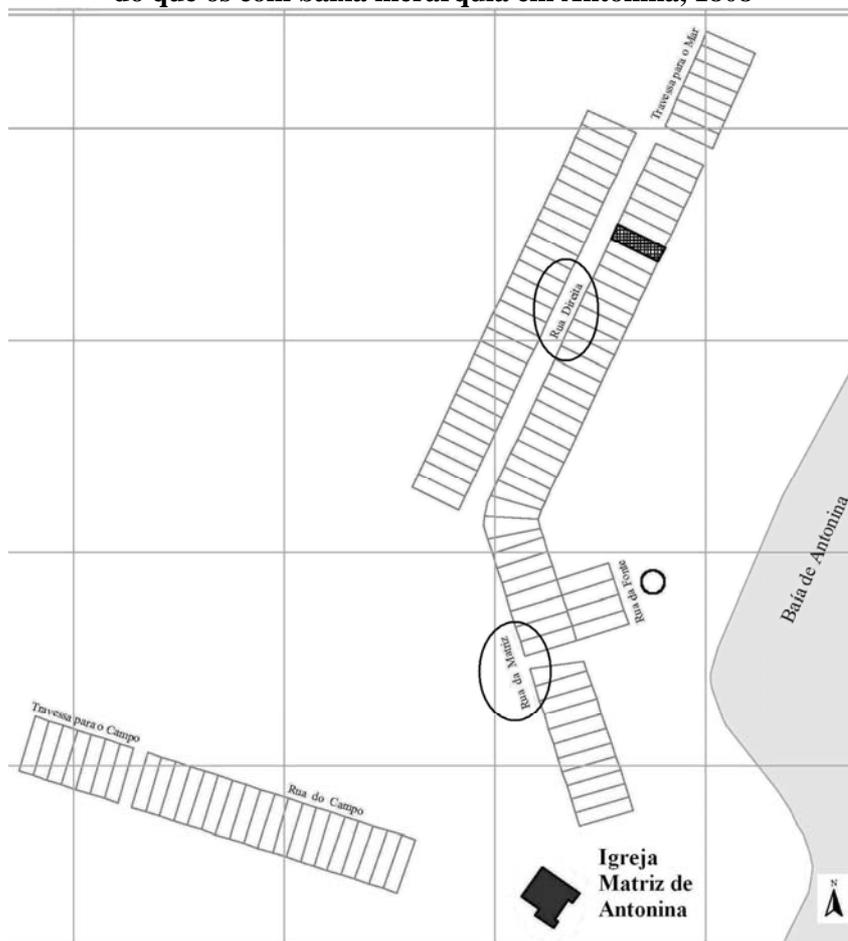
Zona	Logradouros	Alta	%	Baixa	%
Praia	Rua da Matriz	4	31	1	7
	Rua Direita	9	69	9	64
	Travessa para o mar	0	0	0	0
	Rua da Fonte	0	0	0	0
Campo	Rua do Campo	0	0	3	21
	Travessa para o campo	0	0	1	7
	Total	13	100	14	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

Na Travessa para o mar e na Rua da Fonte não conseguimos atribuir nenhuma patente aos chefes homens. Provavelmente eram milicianos, porém como não foram registrados como tal, optamos por não fazer suposições sobre essa informação. Essa situação indica que não era toda a zona da Praia a mais importante quanto à patente dos chefes, mas somente duas de suas ruas – a Direita e a Matriz.

Quanto à distribuição nos logradouros, notamos que a maioria dos chefes não tinha patente miliciano – como era de se esperar já que 58% não tinham essa distinção. Considerando os logradouros em que tinham habitação, era nas Ruas da Matriz e Direita que os chefes de alta graduação eram em número igual ou maior do que os de baixa patentes. Há de se destacar a presença dos capitães – um dos mais elevados na milícia – nesse último logradouro, 86% de todos os que tinham residência citadina. Essa concentração sugere que alguns dos homens-bons, especificamente os capitães, optaram por residir em um mesmo espaço, a Rua Direita.

Planta (60) – Logradouros onde os chefes de altas patentes eram em número igual ou maior do que os com baixa hierarquia em Antonina, 1808



No Campo havia somente moradores com baixas patentes. Na Travessa para o Campo alcançavam um terço dos chefes, enquanto na Rua do Campo, por volta de um quarto. Números pouco significativos se observarmos que se tratavam de um e três chefes, respectivamente.

Tabela 36 – Distribuição dos chefes por patentes milicianas nos logradouros de Antonina, 1808

Zona	Logradouros	Alta	%	Baixa	%	s/d	%	Total	%
Praia	Rua da Matriz	4	36	1	9	6	55	11	100
	Rua Direita	9	25	9	25	18	50	36	100
	Travessa para o mar	0	0	0	0	2	100	2	100
	Rua da Fonte	0	0	0	0	1	100	1	100
Campo	Rua do Campo	0	0	3	27	8	73	11	100
	Travessa para o campo	0	0	1	33	2	67	3	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

Na Travessa para o mar e na Rua da Fonte não pudemos identificar nenhum morador que tivesse alguma patente na milícia. Como vimos, eram logradouros com baixos preços dos imóveis, habitados por moradores sem grande distinção social. Não ocuparam cargos na Câmara tampouco tinham escravos.

Cargos na Câmara

O exercício dos cargos no Concelho é outro excelente indicativo de um status social mais elevado. Entre 1797 (a primeira eleição) e 1808 (execução da Décima), 44% dos chefes com domicílio na vila foram oficiais maiores da Câmara – vereador, juiz ordinário e procurador. Esse número sugere que moradia urbana era reduto de uma parte da elite local. Sua disposição no espaço aponta para uma concentração na zona da Praia, principalmente nas Ruas Direita, 52%, e da Matriz, 26%. Na Rua do Campo moravam outros 19% dos moradores que serviram na Câmara.

Planta (61) – Logradouros de concentração dos chefes camaristas em Antonina, 1808

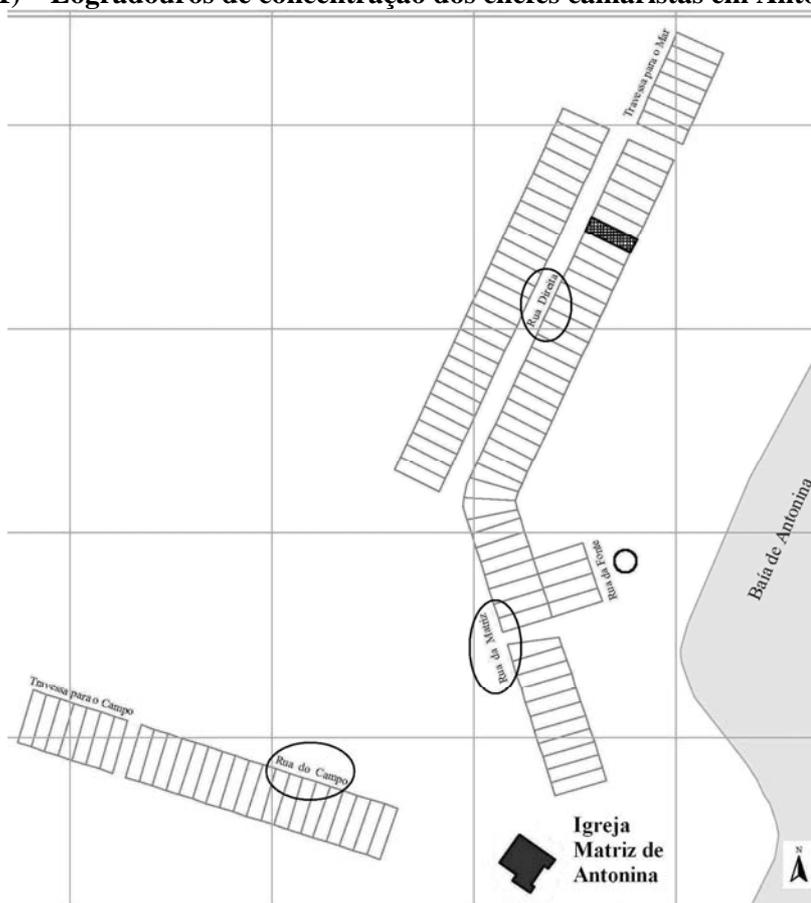


Tabela 37 – Distribuição dos chefes oficiais maiores da Câmara pelos logradouros em Antonina, 1808

Zona	Logradouros	Exerceu	%
Praia	Rua da Matriz	7	26
	Rua Direita	14	52
	Travessa para o mar	1	4
	Rua da Fonte	0	0
Campo	Rua do Campo	5	19
	Travessa para o campo	0	0
	Total	27	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

Contudo, a análise pormenorizada de cada função permitiu observarmos algumas diferenças. Entre os cabeças que foram eleitos para a função de vereador, dois logradouros eram os espaços preferências para a residência – Ruas Direita e do Campo, 36%. Como pudemos perceber nas variáveis já examinadas, os chefes da Rua Direita parecem ter status social mais elevado. Isso os credenciava para exercer o mais importante cargo do Concelho. Era o caso de Joaquim da Silva Pereira, 65, natural de Iguape, no litoral de São Paulo. Foi procurador por duas vezes (1804 e 1808), tinha sete escravos, um engenho de arroz e um imóvel, cujo valor era 47% mais alto do que a média urbana. Certamente, um morador que já gozava (em 1808) de um grande prestígio social e econômico. O cargo de procurador sugere que tinha posses.

Já na Rua do Campo, a situação social dos moradores era diferente. Porém, outros fatores habilitavam certos moradores do logradouro a exercer essa mesma função. No caso de Elias José Vieira, a origem metropolitana (de Lisboa) podia ter papel importante nessa questão. Sua condição econômica também era muito privilegiada. Era dono de sete escravos que utilizava, provavelmente, em suas lavouras. Os outros moradores que foram vereadores na Rua do Campo não tinham a mesma origem, eram naturais da própria vila de Antonina. Em um exercício imaginativo, é possível que suas famílias fossem ligadas aos primeiros povoadores da região. Seus sobrenomes bastante comuns ali sugerem essa situação.

Tabela 38 – Distribuição dos chefes vereadores pelos logradouros em Antonina, 1808

Zona	Logradouros	Vereador	%
Praia	Rua da Matriz	2	18
	Rua Direita	4	36
	Travessa para o mar	1	9
	Rua da Fonte	0	0
Campo	Rua do Campo	4	36
	Travessa para o campo	0	0
	Total	11	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

Os moradores que foram eleitos como juízes ordinários ou procuradores-tesoureiros tinham espaço ainda mais definido. Era na área da Praia que todos os juízes tinham domicílio urbano. Os juízes ordinários eram aqueles que exerciam a primeira instância judicial na vila, além de presidirem as sessões da Câmara. Todos os chefes de domicílio que exerceram a função de juízes tinham um grande plantel de escravos (sete ou mais) – indício do seu poder econômico. O que mostra que prestígio social e poder econômico costumavam andar juntos. O tenente-coronel Francisco Gonçalves Cordeiro foi escolhido para ser juiz ordinário na primeira legislatura da vila. O que já era um indicativo de prestígio, afinal foi votado por seus

pares para exercer essa função. Além disso, era dono de um engenho de arroz e açúcar no qual utilizava, provavelmente, boa parte dos seus 51 cativos. Era um exemplo de posição social e econômica elevadas.

Tabela 39 – Distribuição dos chefes juizes pelos logradouros em Antonina, 1808

Zona	Logradouros	Juiz ordinário	%
Praia	Rua da Matriz	4	44
	Rua Direita	5	56
	Travessa para o mar	0	0
	Rua da Fonte	0	0
Campo	Rua do Campo	0	0
	Travessa para o campo	0	0
	Total	9	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

Na Praia habitavam 86% dos procuradores com domicílio urbano. Já o procurador que acumulava comumente o cargo de tesoureiro geralmente era obrigatoriamente alguém de posses. O número de escravos destes sugere a validade desse primado, pois 86% dos chefes que foram procuradores eram também proprietários de escravos, cujos planteis variavam entre 3 e 19 cativos. Os demais tinham mais de um imóvel urbano ou fazendas. Na Rua Direita morava o ajudante Manoel José Ribeiro Guimarães, 30 anos, que era um negociante dono de três escravos. Suas propriedades incluíam, ainda, duas casas urbanas vizinhas com alguma valorização.

Tabela 40 – Distribuição dos chefes procuradores pelos logradouros em Antonina, 1808

Zona	Logradouros	Procurador	%
Praia	Rua da Matriz	1	14
	Rua Direita	5	71
	Travessa para o mar	0	0
	Rua da Fonte	0	0
Campo	Rua do Campo	1	14
	Travessa para o campo	0	0
	Total	7	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

Quanto ao microcosmo de cada logradouro, percebemos que os vereadores não eram percentualmente mais elevados em nenhum dos logradouros antoninenses. Apenas na Travessa para o mar o número era igual ao dos que não tinham essa distinção. Porém, o número absoluto era pequeno: um chefe teve essa distinção, outro não. Na Rua do Campo eram 36% de todos os cabeças de domicílio do logradouro. Esse local de moradia contraria o que pudéssemos pensar à primeira vista. Sendo um logradouro de moradores mais pobres, não deveria contar com vizinhos com esta qualificação. Não era, no entanto, o que acontecia.

Os chefes que foram juízes ordinários eram um terço dos moradores da Rua da Matriz, e 15% dos da Direita. Não estavam presentes em nenhum outro logradouro. Já os cabeças que foram procuradores representavam percentual baixo nos logradouros em que se encontravam, nas Ruas do Campo e Matriz. Somente na Direita tinham números com certa expressividade.

Tabela 41 – Distribuição dos chefes com cargos maiores na Câmara nos logradouros em Antonina, 1808

Zona	Logradouros	Vereador	%	Juiz ordinário	%	Procurador	%	s/d	%	Total	%
Praia	Rua da Matriz	2	17	4	33	1	8	5	42	12	100
	Rua Direita	4	12	5	15	5	15	19	58	33	100
	Travessa para o mar	1	50	0	0	0	0	1	50	2	100
	Rua da Fonte	0	0	0	0	0	0	1	100	1	100
Campo	Rua do Campo	4	36	0	0	1	9	6	55	11	100
	Travessa para o campo	0	0	0	0	0	0	3	100	3	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

Como informação adicional, porém bastante relevante, detectamos que existia alguma relação entre a patente miliciana e os cargos camarários. Entre os chefes com altas patentes, 69% tinham simultaneamente essas duas distinções. Ser capitão (ou outra qualquer patente elevada) não era, portanto, um pré-requisito para se obter um cargo na administração pública, porém tinha um grande peso. Por sua vez, ser um sargento (ou qualquer outra baixa patente) quase impedia o morador de exercer cargos maiores pois somente, 8% ultrapassaram essa barreira. Por outro lado, não ter nenhuma patente não impedia o acesso a Câmara, porém era indicativo de um menor prestígio social porque 23% dos que exerceram cargos na governança local não tinham qualquer função na milícia.

Escravidão

O número de escravos era outro dado indicativo da distinção social e do patrimônio dos moradores. Identificamos a situação quanto à posse de cativos de 78% dos chefes com domicílio citadino em 1808. Destes, os não proprietários eram 34%. Estavam distribuídos por todos os logradouros, mas com maior número na Rua Direita, 33%. O aspecto em comum entre esses moradores sem escravos era a ausência, entre os homens, de qualquer patente miliciana, 88% não tinham essa distinção. Somente um deles dos dezesseis chefes nesta condição era capitão e outro era miliciano. Apenas eles, exerceram cargos na Câmara.

Os donos de um a três cativos representavam 21% dos que conhecemos o número de escravos. Dentre eles, Cândido Xavier dos Anjos, 39, morador da Rua Direita. Era o escrivão da Câmara e dono de dois escravos. Entre quatro e nove escravos, 25% dos chefes. Dentre os quais, Francisco Lopes Moreno que tinha oito escravos e cinco casas urbanas, duas delas na Rua Direita. Entre os chefes que tinham escravos (1 a 9) era mais comum ter tido cargos na Câmara e patentes milicianas, mesmo que baixas.

Já os cabeças de residência que tinham mais de dez escravos eram 20%. José Fernandes Pancada era um dos maiores escravocratas da vila. Sua condição social era boa, porém havia espaço para um crescimento maior. Não tinha exercido cargo maior na Câmara. Sua atividade de sustento, a agricultura, provavelmente demandava de boa parte dos seus 19 escravos, e de seus oito agregados que eram libertos (não se sabe se foi José quem os alforriou).

Tabela 42 – Distribuição dos chefes escravistas pelos logradouros em Antonina, 1808

Zona	Logradouros	Zero	%	1 a 3	%	4 a 9	%	10 ou mais	%
Praia	Rua da Matriz	2	10	1	8	3	20	5	42
	Rua Direita	7	33	7	54	10	67	6	50
	Travessa para o mar	2	10	0	0	1	7	0	0
	Rua da Fonte	2	10	0	0	0	0	0	0
Campo	Rua do Campo	4	19	5	38	1	7	1	8
	Travessa para o campo	4	19	0	0	0	0	0	0
	Total	21	100	13	100	15	100	12	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

Esses números sugerem que o setor urbano de Antonina era um espaço privilegiado dos moradores proprietários de escravos, dois de cada três chefes o eram. Números que certamente não seriam os encontrados se o município como um todo fosse analisado.

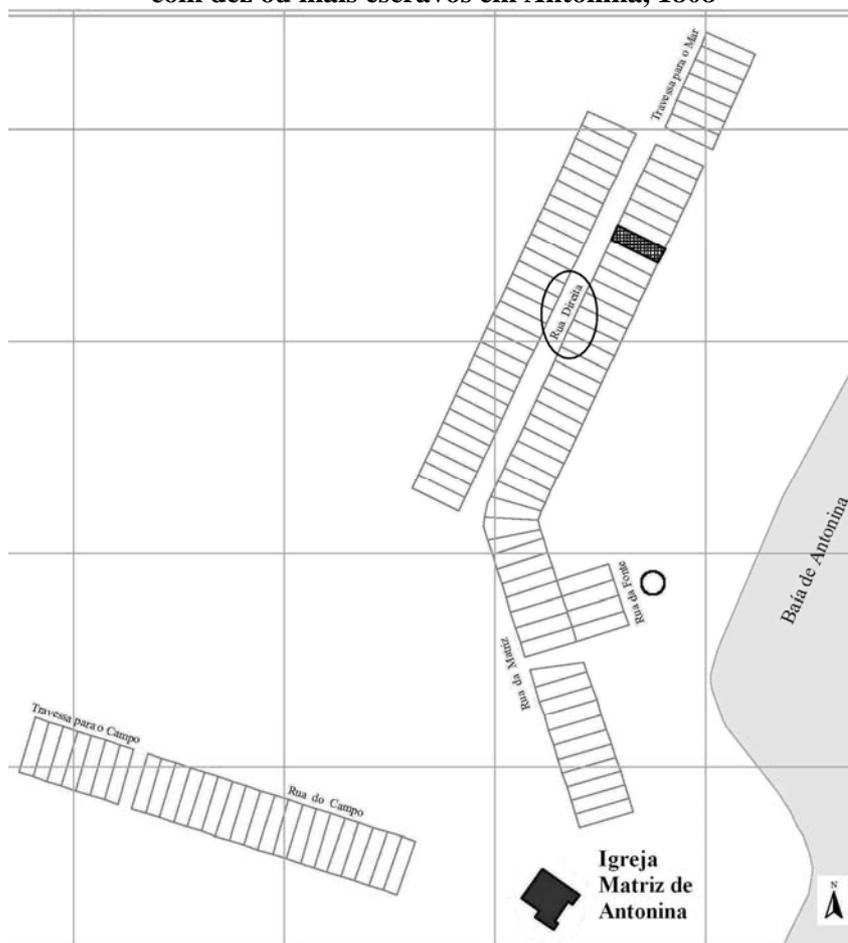
Quanto à análise dos logradouros, em seus microcosmos, pudemos verificar que a distribuição dos escravos entre os chefes era desigual. Em dois logradouros da zona da Praia, Rua da Fonte e Travessa para o mar, os chefes geralmente não tinham escravos assim como na Travessa para o Campo. Parecem ser logradouros menos procurados pelos homens-bons para a residência. É o que indica o preço médio das casas daquelas ruas.

Na Rua do Campo, a quarta em valor médio dos imóveis, os moradores com plantéis acima de quatro eram em número reduzido. O mais comum era ter entre um a três, 36%, ou não tê-los, 29%. A condição econômica parece ter reduzido as possibilidades desses chefes de acumular certa fortuna. O baixo valor dos imóveis do logradouro confirma essa dificuldade.

Nas principais ruas, a situação era diferente. Na Rua da Matriz, a situação se inverte. O mais comum era ter escravos, e em maiores quantidades: dez ou mais, 36%. Na Rua Direita o crescimento do percentual de chefes pelas faixas de escravos alcança limite na linha entre 4 e 9 escravos (25%), decaindo na última faixa (15%). O primeiro logradouro (Matriz) parece concentrar grandes proprietários de cativos com elevada condição social. Os preços das casas, as patentes ostentadas e os cargos do Concelho ocupados apontam para esse melhor status socioeconômico. Já a Rua Direita era o local de residência de diferentes tipos sociais (com diversas quantidades de escravos), por isso as médias decaem.

Na Rua da Matriz 57% dos chefes tinham quatro ou mais cativos. Na Direita, o percentual era menor, porém significativo. 40% dos cabeças de domicílio estavam na mesma situação. A riqueza de tais chefes demonstrada com o preço médio de aluguel arbitrado desses logradouros indica as melhores condições de adquirirem mão-de-obra compulsória. O número de escravos confirma essa situação.

Planta (62) Logradouros de concentração dos chefes com dez ou mais escravos em Antonina, 1808



Não é possível saber se, com a adição dos moradores aos quais não conseguimos atribuir a quantidade de escravos, a situação se alteraria radicalmente. Não termos identificado quantidade de cativos não indica que não tinham, apenas que os chefes não puderam ser encontrados arrolados nas Listas Nominativas da vila. Homônimos e nomes curtos (José da Silva, por exemplo) dificultaram essa procura.

Tabela 43 – Distribuição dos chefes escravistas nos logradouros de Antonina, 1808

Zona	Logradouros	Zero	%	1 a 3	%	4 a 9	%	10 ou mais	%	Sem dados	%	Total	%
Praia	Rua da Matriz	2	14	1	7	3	21	5	36	3	21	14	100
	Rua Direita	7	18	7	18	10	25	6	15	10	25	40	100
	Travessa para o mar	2	67	0	0	1	33	0	0	0	0	3	100
	Rua da Fonte	2	67	0	0	0	0	0	0	1	33	3	100
Campo	Rua do Campo	4	29	5	36	1	7	1	7	3	21	14	100
	Travessa para o campo	4	100	0	0	0	0	0	0	0	0	4	100

Fonte: Cruzamento da Décima Urbana (1808) com as Listas Nominativas (1801-1809), de Antonina.

Outro dado relevante é que a maior parte dos chefes que possuíam cativos eram agricultores ou comerciantes, aproximadamente 60%. Outras ocupações pareciam não proporcionar dividendos suficientes para a constituição de plantéis.

Demais possibilidades

Outras variáveis socioeconômicas foram examinadas na procura de perceber as mesmas tendências de constituição de vizinhanças. Na categoria ocupação, o baixo número moradores (quatro) que se ocupavam de atividades manuais impede qualquer conclusão sobre sua espacialização na área urbana antoninense. Ainda, nessa mesma categoria, buscamos as prostitutas. A vila de Antonina estava a beira-mar, o que não significava uma vocação marítima. Como vimos, os profissionais ligados a essas funções era raros. O porto existia, mas as prostitutas parecem que não. Não identificamos profissionais desse tipo. Era pequena quantidade de homens do mar que desembarcavam ali. Talvez, não fosse suficiente para criar um mercado desse tipo.

Quanto à origem em outras partes do Brasil, outras colônias portuguesas ou fora do Império, os números eram bastante reduzidos. Morava na vila, um espanhol, um ilhéus, e seis naturais da Capitania de São Paulo. Como esses últimos eram de origens diversas (planalto ou litoral), não se pode falar em agrupamento quanto às naturalidades.

Quanto ao sexo, os chefes com domicílio urbano eram predominantemente homens, 83%. Chefes mulheres eram 17%.³³² Quando ocorria, motivo principal era o falecimento do esposo. Era o caso da maioria das mulheres chefes, 61,5%. Quanto à distribuição no interior de cada logradouro pudemos visualizar a preponderância dos homens em todas as ruas e travessas. Eram 67% ou mais o que comprova que a chefia feminina era reduzida. Nas Ruas da Matriz e Direita ultrapassavam 80%. As ocupações das mulheres eram ligadas a terra, em 38,5%. Estas eram as que possuíam os maiores plantéis de escravos, uma possuía 27, a outra, 14. Tratava-se de duas viúvas de grandes proprietários rurais, para o padrão local.

CONCLUSÃO PARCIAL

No ano da Décima, no setor urbano de Antonina parecia haver dois setores distintos espacialmente e socialmente. As Ruas da Matriz e Direita – na região da Praia – eram ocupadas, principalmente, por uma elite branca de comerciantes e agricultores. Enquanto os logradouros da zona do Campo eram habitados principalmente por chefes de baixa condição social, brancos em sua maior parte. Essa foi, também, a conclusão geral do historiador Sandro Gomes. No trabalho de conclusão de curso, este autor demonstrou empiricamente uma oposição socioespacial mais profunda entre os que denominou, “plebeus” e nobres.³³³ Com o acréscimo, de novos dados essa oposição se diluiu ligeiramente, porém continuamos a pensar em espaços mais ou menos diferenciados para os diferentes grupos sociais.

Essa diferença quanto ao local de moradia citadina foi percebida através das variáveis analisadas. O preço das casas era mais elevado, em média, nas Ruas da Matriz e Direita. Era ali também onde se concentravam quase todos os comerciantes e agricultores mais abastados da vila, e esses mesmos moradores tinham as altas patentes milicianas. Todos os moradores de quem identificamos as patentes e eram, no mínimo, tenentes tinham residência nessas duas ruas. Mesmo entre as patentes mais baixas, a concentração era nas duas ruas, 72%. Na parte do Campo, nenhum chefe de domicílio tinha patente mais alta, e somente 28% dos que detinham baixas patentes. Lembrando que quase todos eram somente milicianos – o nível mais baixa da hierarquia.

Quanto aos cargos ocupados na Câmara, 78% moravam nas Ruas da Matriz e Direita. Esse é outro modo de distinção social que revela a importância dos moradores dessas duas

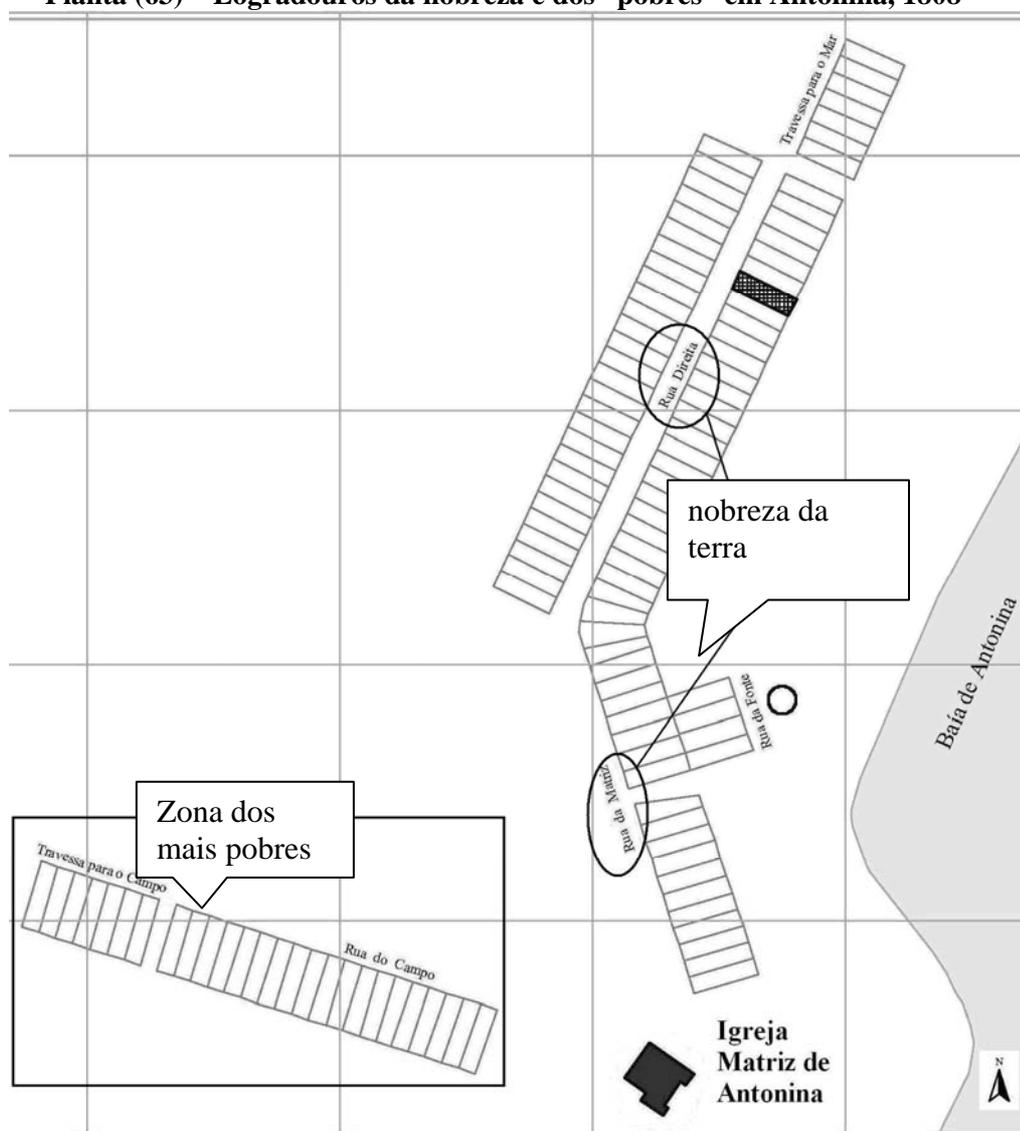
³³² Não puderam ter o sexo determinado 4% dos cabeças de domicílio, já que os imóveis foram relacionados sem o nome do chefe. Eram casas em que viviam órfãos. Como não localizamos o chefe vivo nas Listas Nominativas, e como também, não foi indicado o nome dos órfãos, não foi possível saber quem eram depois do falecimento.

³³³ GOMES, S. V. op. cit., p. 27-39.

ruas já que a elite socioeconômica local parecia dar muita importância a essas funções, juiz ordinário, procurador-tesoureiro e vereador. Na região do Campo residiam 19% dos chefes camaristas. Eram, sobretudo, vereadores ou que tinham origem no Reino ou que eram prováveis membros das primeiras famílias que povoaram a área.

Quanto à escravaria, notou-se que, em geral, quanto maior o número, menor a chance dos chefes residirem no Campo. Com plantel igual ou maior do que quatro escravos, quase todos os moradores residiam na Praia sendo que quanto mais alto, mais a Rua da Matriz se destacava principalmente na faixa dos dez ou mais cativos.

Planta (63) – Logradouros da nobreza e dos “pobres” em Antonina, 1808



Demonstrou-se, então, certa ordem explicada pela preferência. Não a ordem que têm como sinônimo o traçado retilíneo, mas uma ordem construída pelos moradores. Constroem vizinhanças, a partir de suas escolhas. É o que fazia aqueles grupos se aglomerarem.

Essa reunião em determinado logradouro, não parece ser aleatória. Não era produzida, provavelmente, por uma norma escrita. Os legisladores nas Câmaras municipais não costumavam ter essa preocupação. Com os dados apresentados, pudemos perceber que a distinção social se refletia em uma diferenciação espacial de modo mais polarizado. Criando locais preferenciais de habitação urbana o que não excluía a vizinhança de desiguais.

Evidenciou-se, também, a existência de algumas lideranças. Na Rua do Campo morava Inácio José da Costa, 58 anos (em 1808). Era socialmente branco, casado, e tinha um escravo. Como qualquer outro chefe daquele logradouro, não tinha patente miliciano. Seria mais um chefe típico da região, se não fosse por um motivo. Foi eleito várias vezes vereador (1798-1808). Inácio tinha algum prestígio entre os homens-bons da vila. Afinal, eram eles que votavam. Elegeram Inácio vereador em quatro oportunidades. O prestígio social deste chefe pode ser medido, também, pela ocupação que exercia. Era um negociante de molhados. Em outras realidades, essa atividade era de menor expressão.³³⁴ Em Antonina, não. Estes compunham quase metade de todos os chefes que viviam de algum comércio, geralmente possuindo escravos. Além disso, Inácio era um proprietário de duas casas cobertas de telhas. Outra distinção, já que o mais comum era possuir apenas uma. 67,5% dos proprietários tinham apenas um imóvel urbano.

Essa situação nos fez imaginar a existência de uma liderança na vila. Apesar de uma situação socioeconômica relativamente mais privilegiada, havia um chefe que optou em residir próximo aos moradores menos abastados. Escolheu tê-los como vizinhos. Tornou-se, possivelmente, o porta-voz daqueles. Se não fosse pela posição peculiar de sua moradia, Inácio José da Costa passaria despercebido nas pesquisas, sendo agrupado com outros moradores em condições sociais e econômicas semelhantes.

Nos logradouros próximos à Praia, e entre os chefes mais abastados, não foi possível identificar claramente uma liderança tão personalizada. Havia várias pelo que pudemos detectar. O capitão-mor Francisco Rodrigues Ferreira residente na Rua Direita era um dos prováveis líderes. Essa distinção militar era a mais elevada que se poderia atingir no município. Era um claro indicativo do elevado status social. Ele tinha sido eleito por seus pares. O governador da Capitania geralmente referendava essa decisão. Suas posses confirmam que esse status também era econômico. Era proprietário de 13 escravos, e três

³³⁴ BACELLAR, C. A. P. Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência. In: Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12., 2000, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2000. p. 1-26. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_2.pdf. Acesso em 10 de junho de 2010.

casas urbanas (duas em Antonina e uma em Paranaguá) além de ter um engenho de socar arroz, e provavelmente uma fazenda.

Residente na Rua Direita, o sargento-mor Antonio Jose de Carvalho era outro chefe com alto status na vila. Era um fazendeiro proprietário de 35 escravos. Foi eleito cinco vezes juiz ordinário (em onze legislaturas, 1798-1808). É provável que ter nascido na Metrópole (era natural de Braga) o tenha auxiliado na sua escalada social. Assim como o capitão-mor Francisco, também foi eleito por seus pares. Antonio pode ter sido outro líder.

Poderíamos citar outros, mas de menor expressão em cargos sem poder de decisão na Câmara como o de procurador. O que se evidenciou era que os iguais tinham forte atração. Escolhiam o local de sua residência urbana porque, não por acaso, aglutinavam-se em algumas ruas. Os mais abastados provavelmente tinham mais condições de escolha. Seu status econômico os permitia ter acesso as melhores casas. Os chefes de menor condição socioeconômica tinham, possivelmente, chances menores de escolha. Contudo, ainda tinham algum espaço de ação. Escolheram residir no setor urbano antoninense, e neste tinham tendência a se aglutinarem.

CAPÍTULO 5 – CURITIBA

A VILA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

A “vila” de Curitiba estava localizada na parte mais baixa de um planalto. Segundo o naturalista francês Saint-Hilaire, em 1820, esta vila tinha forma quase circular, e se compunha de 220 casas.³³⁵ Dez anos antes, na Décima, foram registradas 244 em doze logradouros.³³⁶ Não obstante a discrepância dos números, os relatos de viagem permitem antever algumas características físicas da pequena vila que não aparecem em outras fontes. As casas eram brancas e asseadas – de acordo com o naturalista Martim Francisco de Andrada – assim como – segundo o francês – pequenas e cobertas de telha, quase todas eram térreas e feitas de pedra.³³⁷ Essas casas distribuíam-se principalmente em uma grande praça bipartida (o Pátio e o Largo da Matriz) e nas ruas adjacentes, outras, um pouco mais afastadas, estavam localizadas nos caminhos de acesso a esse núcleo central.

Além dos imóveis residenciais, a paisagem citadina – como em qualquer outra vila no Brasil do período colonial – era marcada pela Câmara, pelourinho, igrejas e cariocas. Apesar do pequeno número de casas, quatro eram as igrejas ou capelas já construídas na vila.³³⁸ Assim como outros prédios públicos, não foram registradas no livro de imposto predial. Contudo, conhecemos suas localizações. A Igreja Matriz não era muito grande, tinha algum ornamento porém não contava com torres nem sinos, tampouco tinha pinturas no forro.³³⁹ Estava em um dos cantos da praça, o que, segundo Saint-Hilaire prejudicava a harmonia e regularidade da mesma. No final do século XIX, quando de sua reconstrução, a matriz foi deslocada para enquadrar-se na praça. As demais eram mais modestas ainda, e não

³³⁵ SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pela Comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, p. 105-106.

³³⁶ A queda no número de casas (de 244 para 220) nesse intervalo de dez anos pode não ter ocorrido. No primeiro livro de imposto predial da cidade foram registrados os imóveis em uso, ruínas ou construção. Como não temos informação se Saint-Hilaire incluiu na sua contabilidade as casas sem condição de habitação, não se pode afirmar que houve declínio no número de imóveis. Pode ter havido justamente o contrário. O número de imóveis em condições de uso pode ter aumentado de 196 (casas habitáveis em 1810) para 220.

³³⁷ ANDRADA, M. F. R. *Jornal de viagem por diferentes vilas desde Sorocaba até Curitiba principiado a 27 de novembro de 1802*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (RIHGB), Rio de Janeiro, tomo XLV, parte 1, p. 42, 1882. As considerações deste viajante naturalista “brasileiro” acerca do núcleo urbano de Curitiba foram publicadas nesta única página, em um parágrafo curto. SAINT-HILAIRE, A. *op. cit.*, p. 105.

³³⁸ Essa quantidade de igrejas pode ser indício de uma divisão social mais hierarquizada na sociedade curitibana. Havia além da Matriz (onde parte da elite tinham suas irmandades), uma igreja para os negros (Rosário), outra para parte da elite (Ordem Terceira), e ainda uma capela (São Francisco) que não se sabe por quem era utilizada. Por ora é apenas uma hipótese a ser desenvolvida.

³³⁹ SAINT-HILAIRE, A. *op. cit.*, p. 106.

mereceram descrição pormenorizada por nenhum dos viajantes que estiveram na cidade no século XIX. Permanecem estas últimas, aparentemente, em seus sítios originais.

A Casa de Câmara e cadeia era, possivelmente, um dos principais imóveis da vila. Contudo, sua localização não foi registrada na Décima.³⁴⁰ Em 1810, o edifício próprio para essa função não estava em condição de uso. Provavelmente, por isso, o aluguel de dois imóveis – na Rua Fechada e no Pátio da Matriz – para a realização das atividades camarárias. Diferentemente da Casa de Câmara, estes outros dois imóveis foram tributados na Décima porque eram bens privados.

Duas cariocas e o pelourinho completavam o panorama citadino. Saint-Hilaire confirmou a existência, no início do século XIX, das duas fontes de água que, segundo ele, eram simples e não tinham ornamento.³⁴¹ Localizavam-se no largo da Igreja do Terço (hoje Ordem e ainda permanece lá), e a outra na Rua da Carioca de baixo (já destruída, mas representada em plantas antigas). Já o pelourinho não pode ter seu sítio identificado. Como já mencionamos, não existem fontes que possam indicar precisamente a posição de tal acidente da topografia urbana.³⁴² Apesar disso, no século XX, a prefeitura de Curitiba determinou que região anexa ao Pátio da Matriz, na atual Pç. Generoso Marques (antigo Largo da Matriz) era o lugar onde teria sido levantado o pelourinho.

As casas não foram registradas aleatoriamente. O escrivão responsável pelo lançamento do imposto urbano da vila sempre as relacionaram a um logradouro. Onze eram as ruas arroladas na Décima (1810). Algumas delas remetiam diretamente ao nome das igrejas (como a Rua do Rosário). Outras a topônimos já utilizados em outras vilas e cidades, no Brasil e em Portugal (a exemplo da Rua do Jogo da bola). Não importando o nome, as ruas eram largas e bastante regulares, sendo que algumas foram pavimentadas por toda sua extensão.³⁴³ A região no entorno da igreja principal era o décimo segundo logradouro. No livro de imposto predial foi denominado Pátio e Largo da Matriz. A primeira praça – o Pátio – era tendencialmente quadrada, muito grande e coberta por um relvado.³⁴⁴ A segunda – o Largo – era um anexo da primeira que tinha formato irregular.

³⁴⁰ Em 1721, o ouvidor Pardinho ordenou no provimento 43 a construção de um edifício próprio para as funções camarárias. SANTOS, A. C. A (org.). *Provimentos da Vila de Curitiba (1721)*. **Monumenta**, Curitiba, v. 3, n. 10, p.44, 2000. A construção desse prédio parece ter sido finalizada em 1726. LEÃO, E. A. **Contribuições históricas e geográficas para o Dicionário do Paraná**. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, v. 1, 1926, p. 244.

³⁴¹ SAINT-HILAIRE, A. op. cit., p. 106.

³⁴² Para rever essa discussão páginas 45-46 desta dissertação.

³⁴³ Foram assim descritas as ruas de Curitiba em 1820 por um viajante francês. Situação que já devia ser corrente dez anos antes. Dificuldades financeiras da Câmara provavelmente restringiram mudanças profundas no arruamento da vila.

³⁴⁴ SAINT-HILAIRE, A. op. cit., p. 106.

Tabela 44 – Número de casas urbanas por logradouro de Curitiba, em 1810

Logradouros	Nº de casas	%
Rua Fechada	16	7
Rua Nossa Sra. do Terço	8	3
Pátio e Largo da Matriz	68	28
Rua da Carioca de cima	11	4
Rua do Rosário	18	7
Rua do Jogo da Bola	16	7
Rua Nova da Entrada	12	5
Rua do Fogo	38	16
Rua da Carioca de baixo	4	2
Rua Nova das Flores	17	7
Rua São Francisco de Paula	7	3
Rua do Lisboa	29	12
Total	244	100

Fonte: Dados tabulados da Décima Urbana de Curitiba (1810).

ANÁLISE SOCIOESPACIAL

Como já nos referimos anteriormente, o escrivão da Décima de Curitiba não teve o cuidado de registrar em que lado da rua (esquerdo/direito) situava-se o imóvel tributado.³⁴⁵ Essa informação era necessária para a construção da planta hipotética da vila com maior exatidão. No entanto, com o auxílio de fontes diversas, pudemos construir uma hipótese geral para o posicionamento dos moradores. Apesar disto, optamos por não examinar as variáveis socioeconômicas levando em conta os lados dos logradouros.³⁴⁶ Isso porque agindo desta maneira, evita-se maiores distorções. Analisamos, portanto, a rua como um bloco único sem nos atermos as diferenças internas. Não prejudicamos, assim, nosso objetivo que era perceber a formação de vizinhanças. Buscando, em seguida, os fatores socioeconômicos que levavam os moradores a residirem em uma mesma região. Vejamos o primeiro, o preço dos imóveis.

Valor das casas

O preço de um imóvel é um excelente indicativo da condição socioeconômica dos seus proprietários. Dados tabulados da Décima indicaram que 91% dos chefes tinham uma única casa. Portanto, diferentemente do que acontecia em Paranaguá, e semelhante à Antonina, a figura do morador quase se confunde com a do dono. Por isso, nesta vila, optamos, também, por tratar proprietário e chefe como “sinônimos”.³⁴⁷

³⁴⁵ No capítulo 2, p. 89-90.

³⁴⁶ Pensamos no caso, por exemplo, de um lado da rua ser mais valorizado no preço dos imóveis do que o outro.

³⁴⁷ Já falamos sobre a diferença entre o chefe do domicílio e o seu proprietário – página 143 nota de rodapé 320.

Valores mais modestos sugerem residentes mais “pobres”. Casas mais valorizadas tendem a ser ocupadas por moradores mais abastados. Quando setorizados, estes imóveis podem formar bairros de pobres e outros de ricos. Na análise desta variável, buscamos compreender, se havia setores mais valorizados do que outros (já que não existiam bairros), e se possível, quais os elementos que promoviam essas diferenças.

Assim como em Antonina e Paranaguá, o problema foi determinar os preços dos imóveis. O alvará da Décima determinou a cobrança do novo imposto a partir do valor de aluguel das casas. Quanto ao preço dos imóveis, não há qualquer nota, como já observamos.³⁴⁸ No entanto, é mais fácil compreender uma análise feita a partir do preço do imóvel que do seu aluguel. Inclusive para comparações entre as vilas. Isso faz menos sentido ainda, quando os dados tabulados evidenciaram que o número de imóveis locados era baixo, inferior a 10%.

Partimos da seguinte hipótese: o valor do imposto predial seria um percentual fixo do preço do imóvel. Era preciso, então, confrontar o valor de aluguel das casas arroladas no livro de imposto predial com outra fonte em que estivesse registrado o preço dos imóveis. Diferentemente das outras duas vilas analisadas, existe uma fonte para comparar os preços: as escrituras de compra e venda de imóveis da cidade.³⁴⁹ Localizamos, entre 1780-1820, dez imóveis cujos proprietários, provavelmente, estavam relacionados em ambas as fontes.³⁵⁰ O sucesso esperado não se concretizou. A variação entre o aluguel e o preço de venda era muito grande, entre 1% e 19%. Diversas circunstâncias podem ter distorcido esses números: dentre elas, o imposto da siza, a diferença entre as avaliações e o jogo de relações sociais entre o comprador e o vendedor.³⁵¹

³⁴⁸ Para rever essa discussão página 27 desta dissertação.

³⁴⁹ Em Paranaguá e Antonina, essa tentativa de se conhecer o preço dos imóveis não teve êxito. Não dispúnhamos de fontes que pudéssemos compararmos o valor aluguel com o preço do imóvel. Em Curitiba buscamos confrontar com inventários e testamentos. Devido às poucas informações a respeito da localização dos imóveis urbanos (faltam referências a vizinhos, por exemplo), não pudemos relacioná-los com a Décima.

³⁵⁰ Esse intervalo de 20 anos foi escolhido tendo em vista primeiro a distância temporal do ano de execução da Décima na vila (1810) e, por segundo, por nossas primeiras constatações quanto a identificar com relativa certeza o imóvel nas duas fontes. Com um período de tempo maior, os preços poderiam variar muito e distorcer a comparação com os aluguéis, e as dificuldades de se relacionar as casas na Décima com as escrituras. Estes foram dois dos problemas enfrentados nesse exercício.

³⁵¹ Primeiro. Promulgado em junho de 1809, o imposto da siza de 10% incidia sobre a comercialização dos bens de raiz. Isso deve ter contribuído para que o preço registrado fosse reduzido para que o valor do imposto da siza fosse menor. BRASIL. **Collecção das Leis do Brazil de 1809**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 69-70. Segundo. Reflexo da diversidade dos avaliadores (carpinteiros, pedreiros, testamenteiros, etc.), as avaliações podiam ser diferentes dependendo de quem as faziam e o porquê. Terceiro. O historiador G. Levi construiu argumentação a respeito da existência de um mercado imobiliário no Piemonte, do século XVII, que se baseava nas condições daquela comunidade e na manutenção das mesmas. “O preço era, assim, uma equivalência determinada segundo condições da situação concreta e não somente fruto do jogo impessoal da demanda e da oferta de bens escassos”. LEVI, G. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 148.

Essa diferença nos fez voltar ao ponto de partida. Não tivemos condições de determinar qual era a porcentagem do valor do aluguel em relação ao preço da casa. Contudo, mesmo sem essa informação, podemos imaginar que proporcionalmente quanto maior o aluguel mais elevado era o valor do imóvel. Por isso, organizamos esta análise a partir do preço do imóvel comparando-o com a média do núcleo urbano.

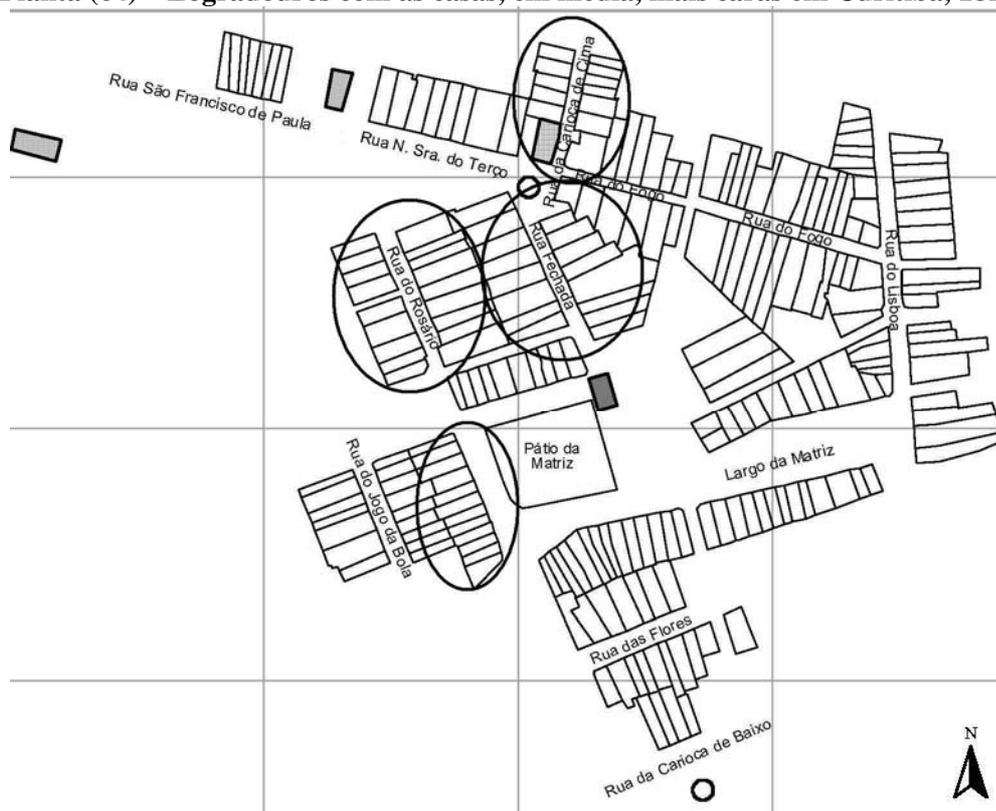
A região das casas mais caras era formada por três ruas próximas, e conectadas pelo largo de uma igreja secundária (antiga Igreja do Terço, atual “da Ordem”). Em média, a Rua Fechada tinha os imóveis mais caros do núcleo urbano: 51% maior do que a média citadina. Neste logradouro localizava-se o imóvel com o mais alto preço, onde residia o reverendo Antonio de Macedo – de quem não dispomos de maiores informações. Esse imóvel tinha preço 365% superior à média citadina.

A segunda rua mais onerosa era a de Nossa Senhora do Terço: 31% mais elevado. Neste logradouro residiam Manoel e o padre José, moradores socialmente diferentes entre si, mas que residiam nos dois imóveis melhor avaliados do logradouro. Manoel Afonso Enes era um taberneiro solteiro, de 40 anos, que era inquilino no imóvel mais caro do logradouro – segundo dados da Décima. Até 1810, Manoel não ocupou cargos na Câmara nem foi eleitor. Já José Joaquim Ribeiro da Silva que morava próximo da Igreja do Terço parecia ter condição social diferente. Era padre o que lhe conferia certo status social. Possuía três casas, na que morava ele adquiriu, em 1799, por 450\$000 réis, sendo 375\$000 pagos em dinheiro.³⁵²

A Rua da Carioca de cima – 25% acima da média – era a terceira. Neste logradouro, os dois imóveis mais caros eram habitados por Francisco Antonio Coimbra, casado, 33, alfaiate com dois cativos, e por Manoel de Andrade Pereira, casado, 50 anos, um negociante proprietário de nove escravos que tinha sido almotacé – um cargo de menor expressão na Câmara – em duas oportunidades (1800 e 1804). Aparentemente, Francisco e o Manoel eram socialmente distintos entre si, mas nem tanto. Ambos não ocuparam os cargos mais relevantes da administração municipal, não foram eleitores tampouco integravam a principal irmandade da vila. A grande diferença era que Manoel era capitão de milícias.

³⁵² Em 1810, o valor de aluguel atribuído a casa de José Joaquim era de 4\$800 réis anuais. Quase dez anos antes comprou-a por 450\$000. Manoel pagava de aluguel 7\$680 réis anuais se a proporção era a mesma, esse imóvel deveria ter preço de 720\$000 réis. Não era um valor absurdo, contudo não localizamos nenhuma casa urbana de Curitiba sendo vendida por preço tão alto. O maior preço encontrado foi essa mesma casa adquirida pelo padre, a qual tinha o seguinte aspecto: “Cinco lanços cobertos de telhas; paredes de pedra por fora; portas e janelas que se acham; quintal paredes de pedra abertos de um lado que ao pé da sacristia da dita capela cujas eles irmãos haviam; executado para um hospício dos comissários da mesma ordem”. CURITIBA. Livro de Notas nº 26, fls. 117 frente e verso.

Planta (64) – Logradouros com as casas, em média, mais caras em Curitiba, 1810



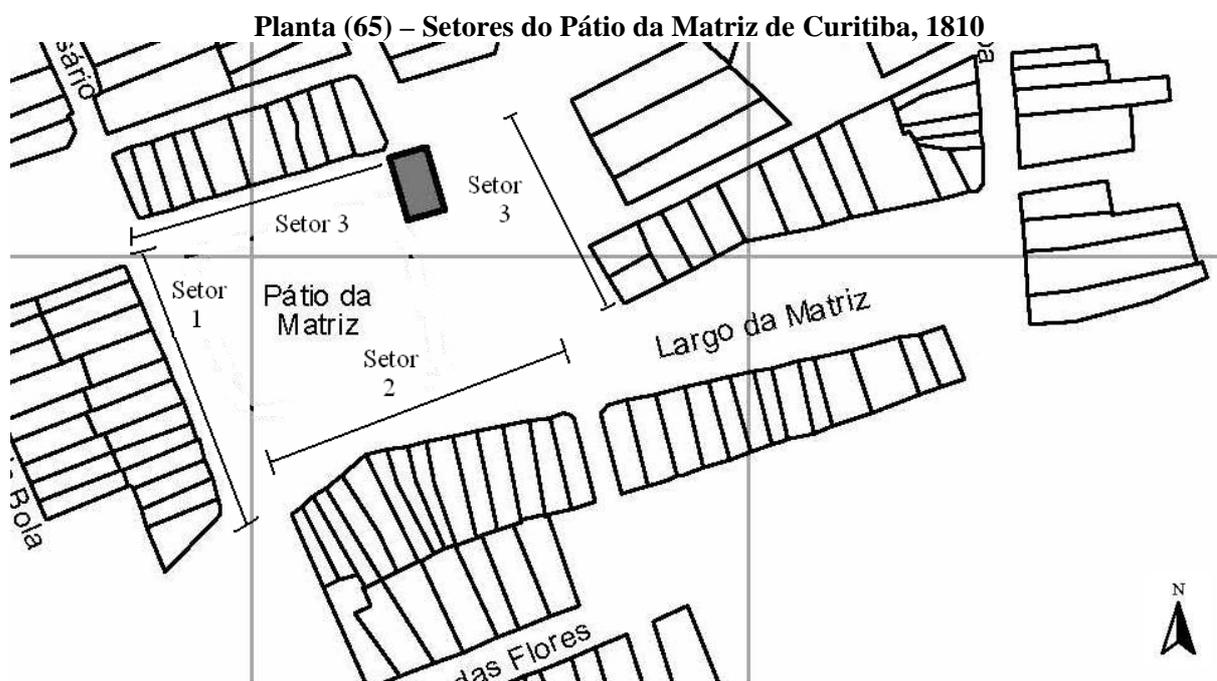
O motivo pelo qual as Ruas Fechada, de Nossa Senhora do Terço e da Carioca de cima eram as mais caras quanto ao valor dos imóveis não pode ser satisfatoriamente explicado. Provavelmente havia uma uniformidade no aspecto das casas. Saint-Hilaire disse, em 1820, que as casas de Curitiba eram “pequenas e cobertas de telha, quase todas eram térreas e feitas de pedra”.³⁵³ Não deve ter sido muito diferente de dez anos antes, no ano de execução do primeiro imposto predial. Sobre os quintais e pomares, portas e fechaduras, cozinhas (estas eram externas) nenhuma informação foi registrada em ambas as fontes.³⁵⁴ Estes outros elementos podem explicar, em parte, a diferença entre as casas.

Outro logradouro bastante valorizado era o Pátio e Largo da Matriz – o 4º mais oneroso. Em média, 20% superior à média cidadina. Porém, como esta área era muito extensa (abrangeia 32% das casas da Décima) dividimo-la em setores. Isso permitiu visualizar certas diferenças. Os setores a leste Pátio 1 e 3 da Igreja Matriz eram mais valorizados do que as demais, Pátio 2 e Largo. Os dois primeiros setores estavam localizados mais próximos da Rua

³⁵³ SAINT-HILAIRE, A. op. cit, p. 105.

³⁵⁴ Nos inventários e testamentos de Curitiba do século XVIII pode-se perceber a importância dada a cada parte do imóvel. Em 1773, no inventário de Antonio Rodrigues de Andrade arrolou-se o número de telhas (300), de portas (10) e de fechaduras (8) de um imóvel na Rua Fechada (atual Rua José Bonifácio). O grande número de portas e fechaduras indica, provavelmente, que se tratava de um imóvel comercial. NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1927, v. 2, p. 99.

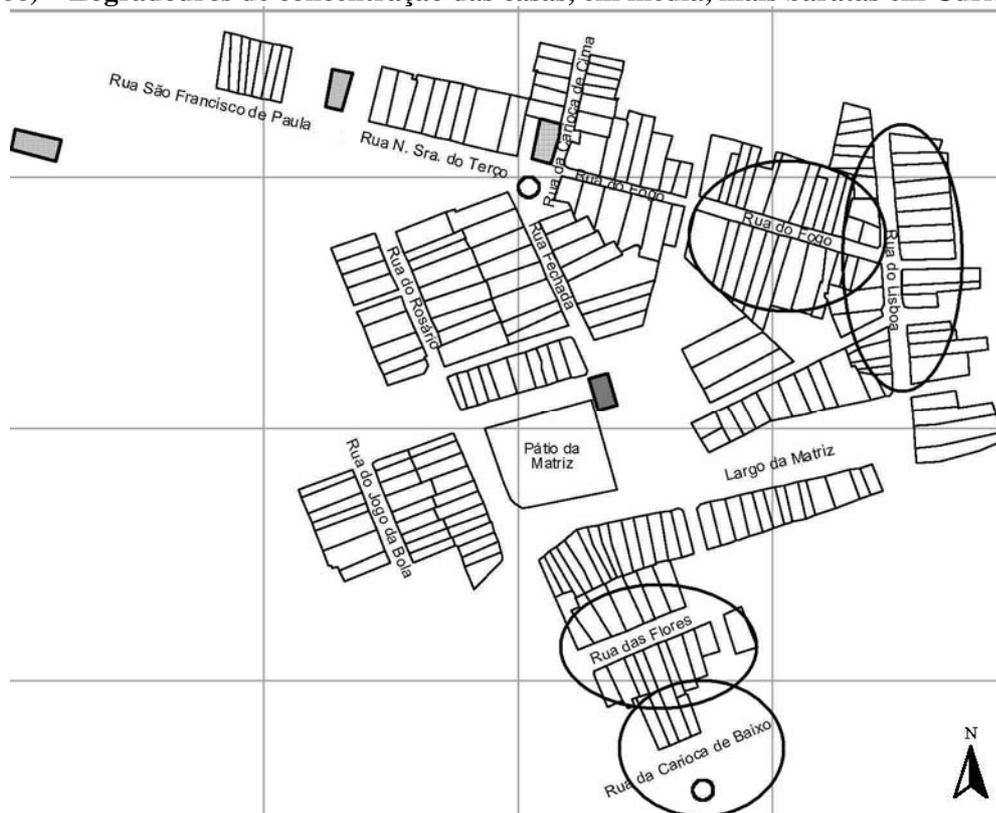
Fechada – o logradouro mais caro. Não foi possível arriscar nenhuma hipótese sobre o porquê dessas diferenças.



O setor 1 do Pátio tinha preço médio 46% superior ao da média da vila. Elevada valorização que o colocaria, se fosse separado, como o segundo logradouro mais caro, muito próximo dos valores da Rua Fechada. Neste setor localizava-se o segundo imóvel citadino mais valioso. Era habitado pelo ajudante Inácio Pereira Bastos, 41, natural de Santos e que vivia de soldo com o qual, provavelmente, pagava o aluguel do imóvel em que residia. As casas do setor 3 do Pátio eram, em média, 23% mais elevadas. Era onde residia Domingos José da Mota, casado, que morava na segunda casa de melhor avaliação do setor 3, 119% acima da média citadina. O que reduzia a média do Pátio e Largo eram as seções 2 e o próprio largo: apenas 11% mais alto que a média de Curitiba. O baixo percentual de imóveis com preços acima da média, 40% e 37%, respectivamente, reduzia drasticamente os valores médios.

Por outro lado, na região sul/leste localizava-se as moradias com os menores preços. Entre 70% e 48% da média de valor dos imóveis. A pequena quantidade de casas bem valorizadas reduzia consideravelmente essas médias. Na Rua Nova das Flores, por exemplo, apenas 12% dos imóveis tinham preço acima da média urbana. Na Rua do Fogo, o percentual se reduzia ainda mais: 8%. Nas Ruas da Carioca de baixo e do Lisboa todas as casas tinham valores mais baixos do que a média. Os alagadiços e a proximidade com o rio Ivo (que transbordava com as chuvas) podem explicar, em parte, esses baixos valores. As inundações e o pântano prejudicariam as construções. Talvez por isso, os 24 imóveis (12% do total) melhor avaliados não foram construídos nessa área.

Planta (66) – Logradouros de concentração das casas, em média, mais baratas em Curitiba, 1810



Alguns dos imóveis do lado oeste da Igreja Matriz tinham preços baixos, mas em média superiores ao lado sul/leste. Nas Ruas do Sogo da bola e nova da Entrada as casas com valor superior a média urbana eram, respectivamente, 29% e 20%. O que as tornavam mais próximas dos logradouros mais caros do que dos mais baratos. Essa região dava acesso ao caminho para o sertão, o que pode ser uma explicação parcial para esses valores. Aqueles logradouros tinham moradores mais ligados a agricultura, porém não os mais abastados.

A tabela a seguir mostra os valores médios de aluguéis por logradouros de Curitiba, segundo dados tabulados da Décima da vila, de 1810. A média que utilizamos para a comparação dos imóveis era de 3\$288 réis. Como mencionamos, este e os outros valores de aluguel, devem ser um percentual fixo do preço dos imóveis.³⁵⁵

³⁵⁵ Alguns números eram mágicos para aquelas sociedades de Antigo Regime, dentre as quais Curitiba, como o nove. Na Décima, o imposto era, como demonstramos (página 27), de nove por cento do valor de aluguel da casa. O dízimo pago a Igreja tinha por base esse mesmo número. Apesar desses nomes (dízimo e décima) remeterem a 10%, 1% era para os honorários de quem executava a cobrança. Se esse percentual fosse de 9%, o preço médio de uma casa citadina em Curitiba seria de 36\$500 réis, e o imóvel mais caro, 171\$000 réis. Números bastante condizentes com a realidade curitibana. Contudo, esse percentual pode ser um número ainda menor. Haja vista que nas escrituras de compra e venda havia alguns poucos imóveis sendo vendidos a 200\$000 réis ou mais, e estes não figuram entre os de melhor avaliação na Décima. Porém, ainda não foi possível determinar qual era essa porcentagem fixa.

Tabela 45 – Preço médio de aluguel por logradouro em Curitiba, 1810

Logradouros	Nº de casas	Valor médio de aluguel
Rua Fechada	15	4\$961
Pátio setor 1	12	4\$815
Rua de Nossa Senhora do Terço	6	4\$318
Rua da Carioca de cima	11	4\$103
Pátio setor 3	12	4\$040
Rua do Rosário	18	3\$841
Pátio setor 2	13	3\$658
Largo da Matriz	25	3\$648
Rua do Jogo da Bola	14	2\$949
Rua Nova da Entrada	5	2\$592
Rua do Fogo	25	2\$304
Rua da Carioca de baixo	3	2\$080
Rua Nova das Flores	16	2\$070
Rua São Francisco de Paula	1	1\$920
Rua do Lisboa	20	1\$584
Número total/ valor médio total	196	3\$290

Fonte: Dados tabulados da Décima Urbana de Curitiba (1810).

* Excluem-se as casas em ruínas ou construindo.

Percebeu-se, portanto, que os preços diferentes estavam em áreas muito próximas. Proximidade pela pequenez da vila. Diferença de preços, também, pelas medidas do imóvel e do que ele continha: cozinha, corredor, pomar, etc. Esses diferentes valores sugerem moradores de condição econômica diversa. Foi isso que percebemos quando relacionamos os nomes destes chefes com ocupações exercidas. É o que veremos a seguir no exame dos comerciantes, e depois dos agricultores.

Comerciantes

O comércio é, sem dúvida, uma das marcas que diferenciavam o núcleo urbano das porções rurais (ou semi-rurais). Os comerciantes eram aqueles que, em tese, residiam na “vila”.³⁵⁶ Talvez por isso, é comumente apontado como fator de agregação por pesquisadores da cidade colonial.³⁵⁷ A historiadora Maffalda Zemella, por exemplo, afirma que as casas de venda no Brasil colonial eram “pontos de atração do povoamento” e do “abastecimento de nossas vilas e arraiais”³⁵⁸, eram equiparáveis às igrejas, no papel de aglutinar moradores nas

³⁵⁶ “Vila” como sinônimo de setor urbano como discutimos no capítulo 1: “Noções de urbano na tradição portuguesa”, entre as páginas 30-36.

³⁵⁷ OMEGNA, N. **A cidade colonial**. Brasília: EBRASA, 1971, p. 25.

³⁵⁸ ZEMELLA, M. P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC / EDUSP, 1990, p. 161.

vilas e cidades na sociedade colonial brasileira.³⁵⁹ Segundo a historiadora Mara Barbosa, “a vila de Nossa Senhora da Luz e do Bom Jesus dos Pinhais de Curitiba, pode ser inserida numa perspectiva até certo ponto semelhante à construída pela autora”.³⁶⁰

Determinados logradouros, como as Ruas Direita, indicariam essa situação. Buscamos verificar se havia um logradouro (ou região) preferencial para os moradores que fossem comerciantes. As profissões comerciais, fossem as de maior (negociantes) ou de menor vulto (taberneiros, por exemplo), eram exercidas por 30% dos moradores.³⁶¹

Na Décima de Paranaguá foram registrados as principais casas comerciais. Para Curitiba não houve tal cuidado, por isso desconhecemos a localização exata dos imóveis utilizados para comércio. Nas licenças concedidas para o funcionamento dos comércios não era indicado o local da atividade o que impediu suas localizações.³⁶² Contudo, é possível imaginar que as vendas, botequins, e armazéns fossem no mesmo lote em que moravam os chefes comerciantes, possivelmente na mesma edificação.³⁶³ À mesma suposição chegou Mara Barbosa, quando estudou o comércio curitibano do século XVIII.³⁶⁴

Dentre os que viviam do comércio, os negociantes eram mais numerosos, 20% do total das ocupações. Suas moradias concentravam-se em três logradouros. No Largo da Matriz eram 19%. A escolha dessa região se deve, provavelmente, por ser um local de grande passagem. Era a intersecção de vários caminhos, ao sul – para a freguesia de São José –, a leste – para a marinha (Paranaguá, Antonina, Guaratuba) – e a sudoeste – para o interior (Castro, Lapa, Guarapuava). O negociante coronel Manoel Gonçalves Guimarães, 64 anos, escolheu o Largo da Matriz para residir. Era dono de duas casas contíguas, uma delas a

³⁵⁹ As cidades coloniais herdaram sua configuração espacial de uma tradição medieval, as quais, “na maioria, foram construídas não em áreas planas (...), mas em lugares altos e de difícil acesso. Morro abaixo serpenteavam ruelas e becos sobre os quais se aglomeravam casas toscas”, e ao alto dos morros erguiam-se as igrejas. DEL PRIORE, M; VENÂNCIO, R. P. **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p. 105.

³⁶⁰ BARBOSA, M. F. **Terra de negócio: o comércio e o artesanato em Curitiba na segunda metade do século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003, p. 35.

³⁶¹ Percentual produzido a partir do total de chefes que conhecemos a ocupação. Excluiu-se, portanto, os que desconhecemos a atividade de sustento.

³⁶² O historiador Carlos Lima observou semelhante situação para o Rio de Janeiro de fins do XVIII e início do XIX. Nas licenças para funcionamento das casas comerciais dos artesãos não houve o registro do local onde seria realizada a atividade. A explicação dada era que isso dava certa liberdade para a escolha onde melhor lhe coubesse. LIMA, C. A. M. **Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. XX..

³⁶³ Esta situação deve ser muito concreta, entretanto agora é somente uma hipótese. Muitos chefes de domicílio foram apresentados nas Listas Nominativas como vendeiros, taberneiros ou que viviam de seu botequim, mas seus pequenos comércios não foram relacionados pela Décima. Eram, em geral, proprietários das casas em que residiam, 77%, e dos que tinha essa condição, 80% eram donos de um só imóvel. Pensando neste caso parece concreto que as atividades de comércio eram realizadas ali mesmo na frente de sua casa, e não em outro lugar. Lembramos que era proibido vender fora do setor urbano. Para essa proibição ver SANTOS, A. C. A. op. cit. p. 47 (Provimento 58). Mas como não é objetivo do trabalho determinar a localização dos comércios, por ora fica a hipótese. Trabalhou-se com os chefes de domicílio, e suas ocupações são importantes, mas o local em que realizavam suas atividades não o é – nesse momento.

³⁶⁴ BARBOSA, M. F. op. cit., p.35.

bastante comum entre esses chefes: geralmente não tinham essa propriedade. Talvez por isso, não tivessem grande distinção social. Assim como alguns negociantes, os pequenos comerciantes podiam ter escolhido o largo por este ser a intersecção de vários caminhos. Isto mostra, também, o porquê no Largo havia uma concentração de botequins.

Outros pequenos comerciantes moravam no Pátio da Matriz, setor 1, e na Rua do Fogo. Na ordem de 17% em cada logradouro. Dentre eles, Joaquim dos Anjos Pereira, morador do Fogo, o comerciante miúdo que parece ter tido o maior prestígio dentre seus pares. Era proprietário da casa em que residia e de três escravos. Foi procurador, juiz ordinário, vereador o que pode indicar sua boa reputação (além de almotacé por diversos mandatos). No entanto, faltava algumas distinções. Joaquim não tinha patente miliciana relevante (não foi registrado nem como miliciano) tampouco era confrade da principal irmandade da vila. Estava, provavelmente, galgando uma melhor posição social já com relativo sucesso evidenciado pelos cargos e propriedades que conquistou.

Contudo, o exemplo mais representativo entre os pequenos comerciantes era Antonio Francisco de Moraes, residente no Pátio da Matriz. Sua condição social não era das mais elevadas, mas devia ter alguma distinção pois era um furriel (uma função menor na milícia) que vivia de ser taberneiro. A escolha pelo Pátio deve ter explicação semelhante da opção pelo Largo da Matriz – a intersecção dos caminhos. Já a preferência pela Rua do Fogo pode ter semelhante explicação. Esta rua era próxima do final da estrada do litoral (que era a Rua do Lisboa). As tabernas ali instaladas atendiam, provavelmente, aos que trilharam aquele caminho. A tabela que segue registra a distribuição pelos logradouros dos demais percentuais dos moradores pequenos comerciantes e negociantes.

Planta (68) – Logradouros de concentração dos pequenos comerciantes em Curitiba, 1810

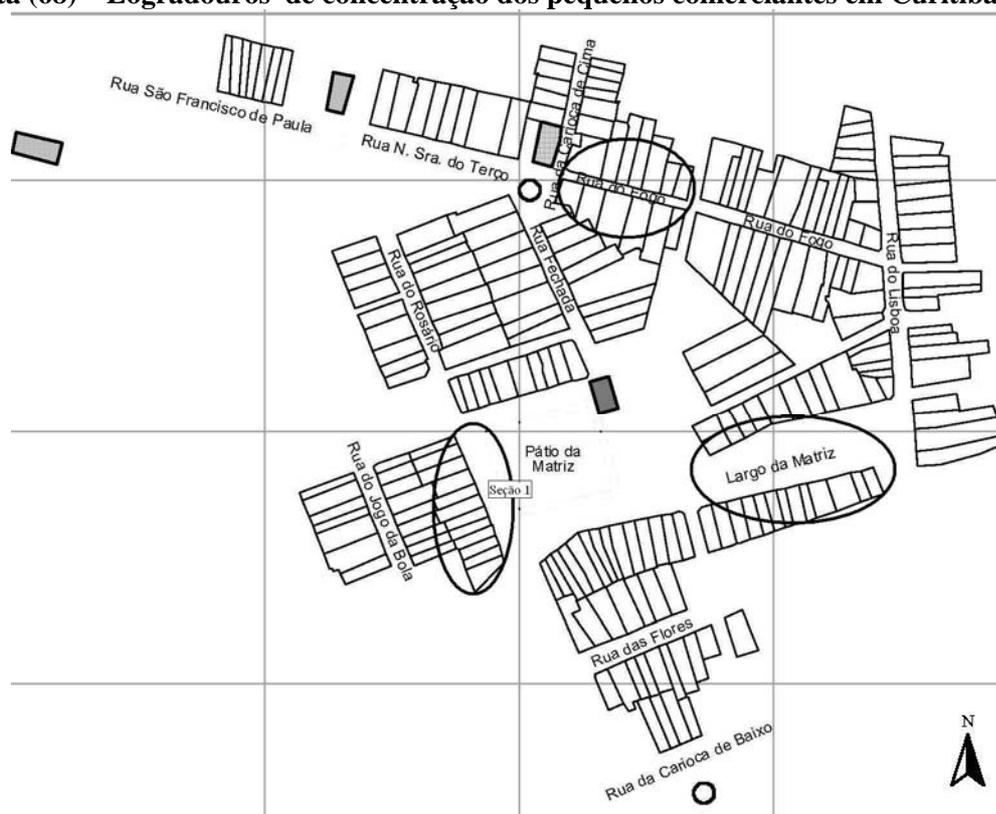


Tabela 46 – Distribuição dos chefes pequenos comerciantes e negociantes pelos logradouros de Curitiba, 1810

Logradouros	Pequenos comerciantes	%	Negociantes	%
Rua Fechada	0	0	4	15
Rua Nossa Sra. do Terço	1	8	1	4
Rua da Carioca de cima	0	0	2	8
Pátio setor 1	0	0	2	8
Pátio setor 2	2	17	1	4
Pátio setor 3	0	0	2	8
Rua do Rosário	0	0	4	15
Largo da Matriz	5	42	5	19
Rua do João da Bola	0	0	1	4
Rua Nova da Entrada	0	0	0	0
Rua do Fogo	2	17	1	4
Rua da Carioca de baixo	0	0	1	4
Rua Nova das Flores	1	8	2	8
Rua São Francisco de Paula	0	0	0	0
Rua Lisboa	1	8	0	0
Total	12	100	26	100

Fonte: Dados cruzados da Décima Urbana de Curitiba (1810) e das Listas Nominativas de Habitantes (1801-1811).

Com esses dados foi possível perceber que os negociantes e os pequenos comerciantes disputavam espaço de moradia na mesma região, o Largo da Matriz. Antonio Álvares de Araújo e José Francisco, distintos socialmente, residiam nesse largo. José não

assumiu cargos na Câmara ou posto na milícia. Não tinha escravos. Antonio era diferente. Dono de duas casas urbanas e seis escravos, não tinha patente na milícia, porém foi almotacé e procurador. O cargo de procurador era indicativo de um bom poder aquisitivo. Geralmente ocupava esta função o morador que tinha alguma riqueza.³⁶⁵

A análise do microcosmo de cada logradouro permitiu outras considerações. Os moradores com ocupações ligadas ao comércio miúdo não formavam contingente superior aos demais profissionais em nenhuma das ruas. O Largo da Matriz era a única exceção, onde 31% dos chefes do setor tinham aquele ofício. Por sua vez, os moradores que exerciam atividade comercial mais vultuosa eram maioria na Rua do Rosário, 33%, e no mesmo largo da igreja principal, 31%. Isso quer dizer que no Largo, a principal atividade de sustento era algum tipo de comércio, 62%. Era o maior índice entre os que tinham ocupações ligadas ao comércio nos logradouros da vila.

Tabela 47 – Distribuição dos chefes comerciantes nos logradouros de Curitiba, 1810

Logradouros	Pequenos comerciantes	%	Negociantes	%	Outros	%	Total	%
Rua Fechada	0	0%	4	36%	7	64%	11	100%
Rua Nossa Sra. do Terço	1	17%	1	17%	4	67%	6	100%
Rua da Carioca de cima	0	0%	2	25%	6	75%	8	100%
Pátio setor 1	0	0%	2	17%	10	83%	12	100%
Pátio setor 2	2	22%	1	11%	6	67%	9	100%
Pátio setor 3	0	0%	2	33%	4	67%	6	100%
Rua do Rosário	0	0%	4	33%	8	67%	12	100%
Largo da Matriz	5	31%	5	31%	6	38%	16	100%
Rua do Jogo da Bola	0	0%	1	10%	9	90%	10	100%
Rua Nova da Entrada	0	0%	0	0%	3	100%	3	100%
Rua do Fogo	2	11%	1	5%	16	84%	19	100%
Rua da Carioca de baixo	0	0%	1	50%	1	50%	2	100%
Rua Nova das Flores	1	10%	2	20%	7	70%	10	100%
Rua São Francisco de Paula	0	0%	0	0%	0	0%	0	-
Rua Lisboa	1	8%	0	0%	11	92%	12	100%

Fonte: Dados cruzados da Décima Urbana de Curitiba (1810) e das Listas Nominativas de Habitantes (1801-1811).

Apesar de índices aparentemente elevados, nas Ruas da Carioca de Cima (50%), e Fechada (36%), e setor 3 do Pátio (33%) os chefes negociantes não eram em maior número do que outras ocupações. Na primeira rua, o número de negociantes era pequeno e a base de dados, também, o que distorce qualquer conclusão. Havia dois chefes, um era negociante, e o outro vivia de esmolas. Na Rua Fechada, os fazendeiros eram número mais elevado do que

³⁶⁵ Em tese, caso fosse encontrada alguma irregularidade no exercício do cargo (nas devassas dos ouvidores), o ocupante pagaria com seus próprios bens.

qualquer outra ocupação. No setor 3 do Pátio, o número de chefes negociantes era o mesmo de fazendeiros. Já na Rua do Rosário, os moradores que tinham comércios mais vultosos eram efetivamente a ocupação mais exercida. Por outro lado, não havia moradores comerciantes nas Ruas Nova da Entrada e São Francisco de Paula. O motivo dessa localização não pode ser explicado satisfatoriamente. Na seqüência outro grupo profissional de grande peso nas realidades luso-brasileiras, os agricultores.

Agricultores

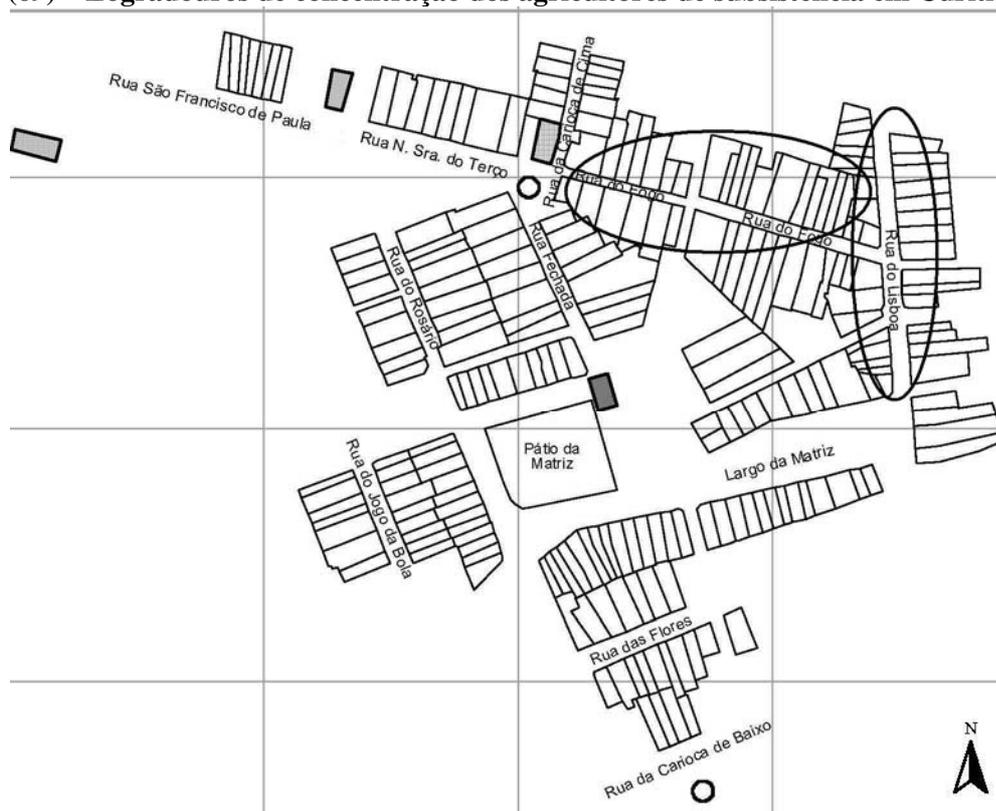
Como em qualquer outra vila no Brasil colonial, o modo de sustento mais comum entre os moradores era a agricultura. A ocupação que com mais freqüência aparece nas Listas Nominativas (como um todo) era a de agricultores de subsistência: “planta para comer” indica a fonte. Havia, ainda, outros que conseguiram mais do que sobreviver: plantavam para vender. O que diferenciava uns dos outros era a posse de escravos, as patentes milicianas e os cargos na Câmara. Os fazendeiros tinham, geralmente, as posições mais elevadas na milícia e na Câmara, os demais agricultores não. Somando um e o outro “grupo”, quase metade dos chefes com domicílio urbano estavam envolvidos diretamente com a terra. A documentação não permite distinguir entre atividades agrícolas e pecuárias.

Moradores agricultores de subsistência eram, por volta, de 25% dos chefes aos quais a documentação permitiu atribuir alguma ocupação. Esse número impressiona porque, em princípio, esse tipo de chefe não teria condições econômicas de habitar a sede da vila, uma vez que tendencialmente pertenciam às camadas mais pobres. Não é o que os registros mostram em relação a Curitiba. Quase todos os moradores que plantavam para sobreviver, e que viviam na vila eram proprietários do imóvel em que habitavam, 98%. Como era de se esperar, 59% moravam em seus sítios.³⁶⁶ A falta de escravos, provavelmente, os obrigava a se manter nas porções rurais juntamente com suas famílias. O imóvel urbano era utilizado quando estavam na vila, provavelmente para ir a Igreja ou para vender o pequeno excedente que produziam.

³⁶⁶ Em teoria, todos os agricultores de subsistência deviam morar em seus sítios porque plantavam para sobreviver. Não foi o que conseguimos arrolar. Alguns dos chefes a que conseguimos atribuir a ocupação de agricultor de subsistência – através das Listas Nominativas – e que viviam no núcleo urbano foram arrolados como “onde mora”, “em que reside”. Não sabemos até que ponto esta era uma informação factível. Esses números podem sugerir duas situações não excludentes entre si. É possível que tenha havido um registro equivocado indicando o morador como urbano somente porque estava na vila no momento de execução do censo nominativo, ou esses agricultores não eram tão pobres assim. Poderiam estar na fronteira entre os que plantavam para comer e os fazendeiros. Isto é tinham reunido algum cabedal. Porém não eram considerados como parte da elite local, e portanto pela atividade rural que exerciam, não tinham a distinção de serem fazendeiros.

Os agricultores de subsistência não tinham logradouro de concentração principal. Estavam espalhados por diversas ruas, mas preferencialmente nas Ruas do Lisboa, 26%, e do Fogo, 24%. Morador desse último logradouro, Simão Rodrigues Machado, 60, era exemplo de chefes com a mesma atividade. Não teve cargo na Câmara, nem mesmo em funções menores. Não integrava a principal Irmandade da vila, e não tinha escravos. Morador na Rua do Lisboa, Sebastião dos Santos Lisboa tinha condição socioeconômica ligeiramente superior.³⁶⁷ Era nascido na própria vila, e apesar da idade, 49 anos, tinha poucas posses, uma casa, dois escravos, e um sítio³⁶⁸ de onde tirava o seu sustento e de sua família. Assim como Simão, Sebastião estava longe das posições mais relevantes da hierarquia local. A escolha das ruas do Lisboa e do Fogo pode ser consequência do baixo poder aquisitivo desses chefes. Era uma ocupação que rendia poucos dividendos, e portanto, menores condições de habitar as áreas mais valorizadas da vila, agrupando-se nos baixios inundáveis.

Planta (69) – Logradouros de concentração dos agricultores de subsistência em Curitiba, 1810



Por outro lado, alguns moradores ultrapassavam a simples produção para a sobrevivência. Tornaram-se fazendeiros (ou eram considerados), 20% dos chefes. Residiam,

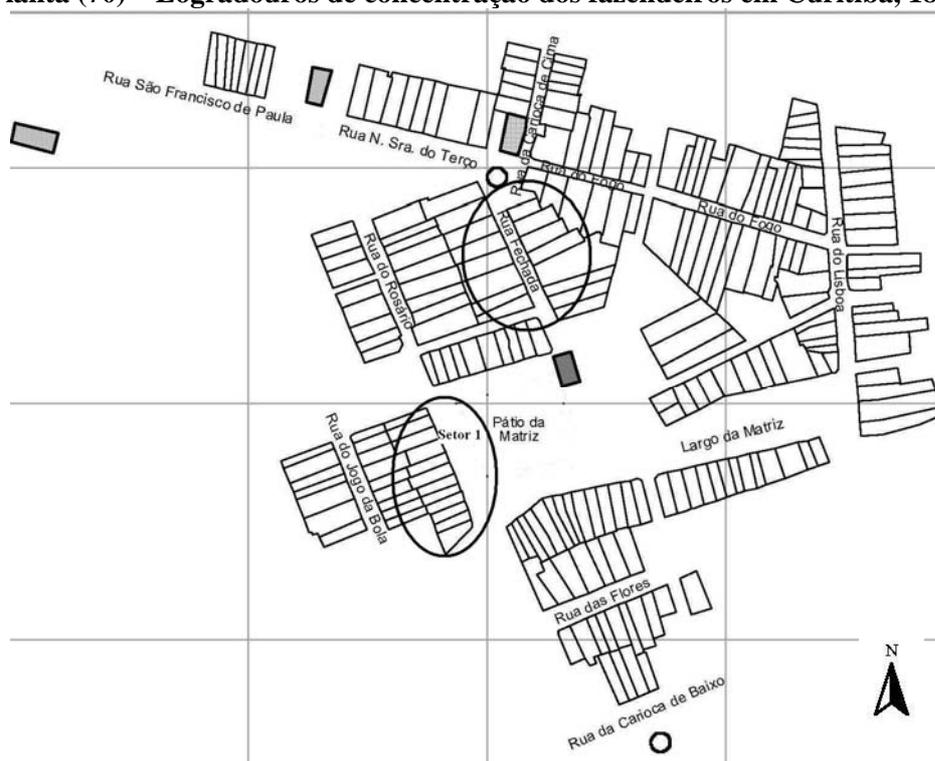
³⁶⁷ Como se pode perceber, Lisboa era o sobrenome de Sebastião. Contudo, não foi possível identificar a razão pela qual a Rua do Lisboa tinha esse nome. Muito provavelmente remetia a algum morador antigo (seria Sebastião ?), e não à capital da Metrópole.

³⁶⁸ Por suposição, todo agricultor de subsistência tinha um sítio onde plantava para comer. Devido ao silêncio das fontes pesquisadas com relação a localização e tamanho dos sítios, não pudemos identificar onde estavam.

principalmente, na Rua Fechada, 23%, e no setor 1 do Pátio da Matriz, 19%.³⁶⁹ No primeiro logradouro tinha domicílio Rita Ferreira de Oliveira Bueno. Com os bens herdados de seu falecido marido, o sargento-mor Diogo Pinto de Azevedo Portugal (talvez, com algum acréscimo posterior), ela mantinha um elevado status social. O título “Dona” de que era merecedora nos registros sugere essa situação. Além disso, era proprietária de 18 escravos, de uma casa urbana, e de uma fazenda³⁷⁰ que lhe rendia bons frutos.

O alferes José da Costa Pinto era outro próspero fazendeiro. Era dono de várias propriedades, dentre elas, onze escravos, uma fazenda, e dois imóveis urbanos no setor 1 do Pátio da Matriz, um deles um sobrado. Era natural de Paranaguá, e apesar da idade (57 anos) ainda galgava posições mais elevadas na hierarquia social. Era alferes, uma posição baixa na milícia, e em 1807, foi almotacé. Até então, não tinha duas distinções: não pertencia a principal irmandade da vila nem tinha sido eleitor. Não era, possivelmente, o dinheiro que o impedia de estar nas posições mais altas. Faltava ser reconhecido como parte da elite.

Planta (70) – Logradouros de concentração dos fazendeiros em Curitiba, 1810



A opção de Rita e José pode ter raiz na mesma situação dos moradores negociantes. Como suas atividades lhes rendiam mais do que a sobrevivência, poderiam gastar parte do

³⁶⁹ Somando-se os três setores do Pátio da Matriz o percentual de chefes fazendeiros era de 31%.

³⁷⁰ Por suposição, assim como os agricultores de subsistência tinham um sítio, os fazendeiros como Dona Rita tinham uma fazenda. Para alguns poucos moradores foi possível identificar a localização e tamanho das propriedades através do Inventário de Bens Rústicos.

excedente habitando as melhores casas que se localizavam, em grande medida, tanto na Rua Fechada quanto no setor 1 do Pátio da igreja principal.

Pode-se concluir que, em 1810, se os pequenos comerciantes e negociantes disputavam espaço e público, os fazendeiros e os agricultores de subsistência moravam em lugares diferentes. Enquanto chefes que plantavam para sobreviver habitavam principalmente dois logradouros do lado leste – Ruas do Fogo e do Lisboa –, os fazendeiros formavam maior vizinhança na Rua Fechada e no setor 1 do Pátio – do lado norte/oeste. Não eram espaços afastados, mas seus moradores se distinguiam, como procuramos demonstrar em muitos aspectos (e nos próximos também).

Tabela 48 – Distribuição dos chefes agricultores pelos logradouros de Curitiba, 1810

Logradouros	Agricultores de subsistência	%	Fazendeiros	%
Rua Fechada	0	0	6	23
Rua Nossa Senhora do Terço	0	0	0	0
Rua da Carioca de cima	3	9	2	8
Pátio setor 1	3	9	5	19
Pátio setor 2	2	6	1	4
Pátio setor 3	1	3	2	8
Rua do Rosário	0	0	4	15
Largo da Matriz	1	3	3	12
Rua do Jogo da Bola	3	9	2	8
Rua Nova da Entrada	1	3	0	0
Rua do Fogo	8	24	1	4
Rua da Carioca de baixo	0	0	0	0
Rua Nova das Flores	3	9	0	0
Rua São Francisco de Paula	0	0	0	0
Rua Lisboa	9	26	0	0
Total	34	100	26	100

Fonte: Dados cruzados da Décima Urbana de Curitiba (1810) e das Listas Nominativas de Habitantes (1801-1811).

A análise de cada logradouro isoladamente permitiu visualizar outras concentrações. Os chefes da Rua do Lisboa eram, majoritariamente, agricultores de subsistência – 75% – a maior concentração entre todos os logradouros da vila. Essa concentração pode ser explicada, em parte, pelo baixo poder aquisitivo dos moradores que plantavam para comer. Por isso, geralmente, habitavam as casas mais modestas. O valor médio mais baixo das casas era na Rua do Lisboa. Com percentual também elevado, na Rua do Fogo 42% dos seus moradores tinham a mesma ocupação. Novamente, o preço das casas era indicativo dessa pior condição socioeconômica – o quarto mais baixo da vila.

Os chefes que “plantavam para comer” eram maioria, também, nas Ruas da Carioca de cima, Jogo da Bola e Nova das Flores. Formavam contingente ligeiramente superior a

outras ocupações. Não se pode explicar o porquê de sua concentração no quarto logradouro mais caro da vila, a Rua da Carioca de cima. Aparentemente, não poderiam habitar aquelas boas casas. Talvez, esses moradores já tivessem ultrapassado a barreira da sobrevivência, mas como não eram reconhecidos socialmente: a ocupação de fazendeiro não lhes foi conferida. As outras duas ruas (Jogo da Bola e Flores) tinham, em média, casas com preços mais baixos, provavelmente, por isso ocupados por moradores “pobres” como esses agricultores de subsistência.

Os fazendeiros eram em maior número na Rua Fechada, 55%. Era – como demonstramos – o logradouro com os imóveis mais valiosos, em média. Por consequência, habitado por moradores abastados, dentre eles os chefes que plantavam para vender. Essa pode ser a mesma explicação para residirem na Rua do Rosário, 33%, que era um dos logradouros das casas de boa avaliação. No Pátio a concentração era no setor 1, quase metade dos fazendeiros (42%) do Pátio ali habitavam. Não por acaso, o setor mais valorizado da área.

Tabela 49 – Distribuição dos chefes agricultores nos logradouros de Curitiba, 1810

Logradouros	Agricultores de subsist.	%	Fazendeiros	%	Outros	%	Total	%
Rua Fechada	0	0	6	55	5	45	11	100
Rua Nossa Senhora do Terço	0	0	0	0	6	100	6	100
Rua da Carioca de cima	3	38	2	25	3	38	8	100
Pátio setor 1	3	25	5	42	4	33	12	100
Pátio setor 2	2	22	1	11	6	67	9	100
Pátio setor 3	1	17	2	33	3	50	6	100
Rua do Rosário	0	0	4	33	8	67	12	100
Largo da Matriz	1	6	3	19	12	75	16	100
Rua do Jogo da Bola	3	30	2	20	5	50	10	100
Rua Nova da Entrada	1	33	0	0	2	67	3	100
Rua do Fogo	8	42	1	5	10	53	19	100
Rua da Carioca de Baixo	0	0	0	0	2	100	2	100
Rua Nova das Flores	3	30	0	0	7	70	10	100
Rua São Francisco de Paula	0	0	0	0	0	0	0	-
Rua Lisboa	9	75	0	0	3	25	12	100

Fonte: Dados cruzados da Décima Urbana de Curitiba (1810) e das Listas Nominativas de Habitantes (1801-1811).

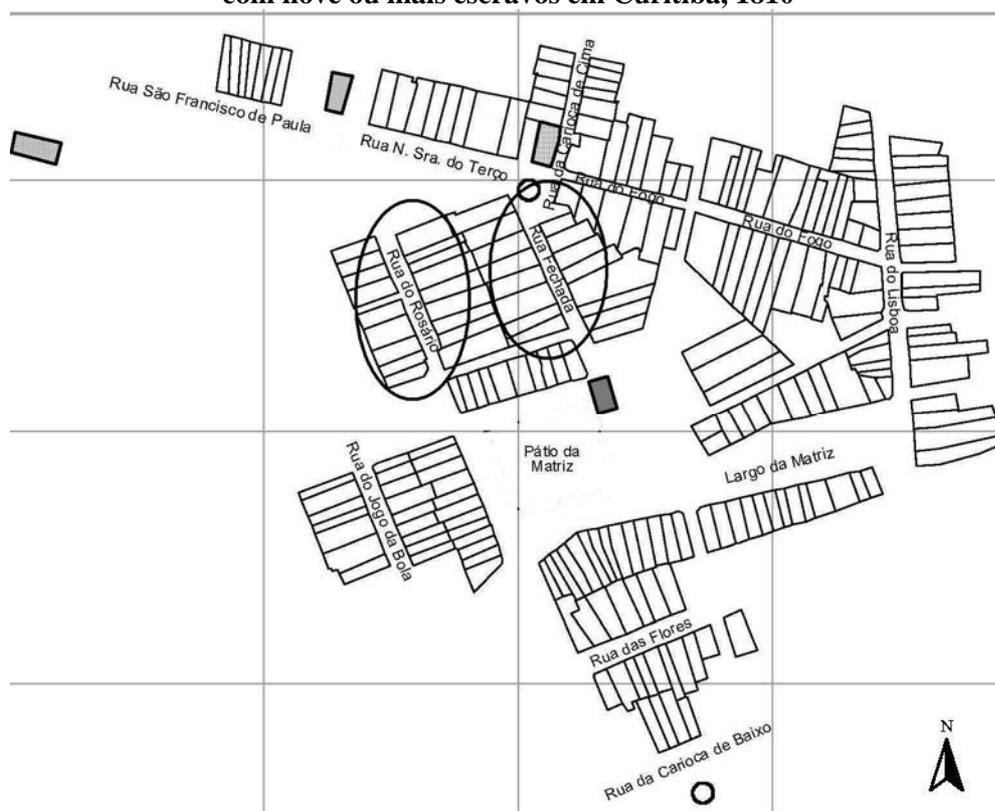
Os demais logradouros tinham percentuais de chefes que trabalhavam com a terra mais baixos do que os de outras ocupações – geralmente, ligados ao comércio. Não importava se fossem comerciantes ou agricultores, uma das propriedades mais almeçadas eram os escravos. Era uma forma de se afastar do trabalho manual (que era executado por poucos chefes), e se aproximar do topo da estrutura social local. Sobre essa posse que nos deteremos na seção seguinte.

Escravidão

A posse de escravos representava, como já mencionamos, status econômico – como proprietário – e social – como senhor de escravos. O elevado número de moradores detentores deste tipo especial de propriedade, 66%, indica que a sede da vila era um local privilegiado pelos chefes de mais posses.

Classificamos como proprietários dos maiores plantéis aqueles moradores que tinham nove cativos ou mais. Um número baixo, se comparado, ao de outras regiões brasileiras, mas localmente expressivo. Eram 10% dos chefes, entre aqueles que descobrimos o tamanho dos respectivos plantéis. Todos eram negociantes ou fazendeiros, o que indica serem estas atividades bastante lucrativas. Suas moradias localizavam-se, em maior grau, nas Ruas Fechada, 32%, e do Rosário, 23%. Como percebemos em outras variáveis, esses logradouros eram espaços de parte da elite socioeconômica local.

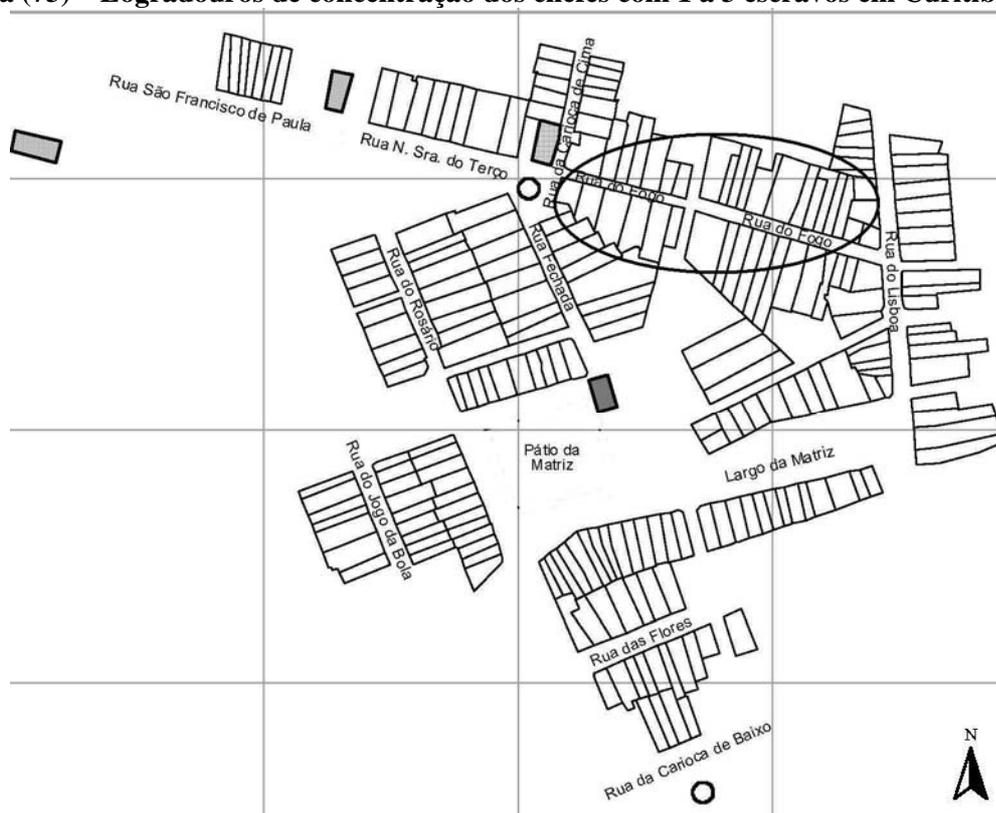
Planta (71) – Logradouros de concentração dos chefes com nove ou mais escravos em Curitiba, 1810



Todavia, havia outros moradores com plantéis ainda maiores. O Capitão Manoel Gonçalves Guimarães, 25, – filho do coronel homônimo – era o maior proprietário de escravos da zona urbana de Curitiba. Morava na Rua Nova das Flores – um logradouro com preços baixos de imóveis inclusive o imóvel desse capitão (58% da média cidadina). Seus

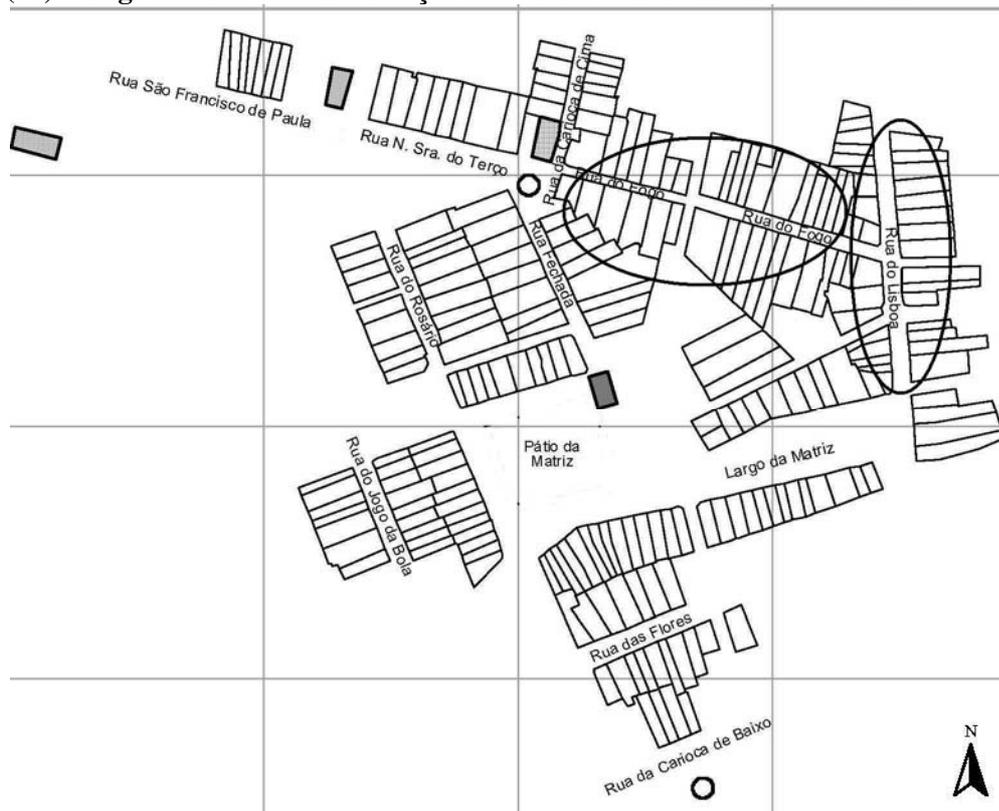
diversificada do que nas categorias anteriores (9 ou mais e 4-8 escravos), e também menos lucrativa. Eram geralmente, agricultores de subsistência ou pequenos comerciantes, 29% e 23%, respectivamente. Provavelmente por isso, com menos condição para adquirir cativos.

Planta (73) – Logradouros de concentração dos chefes com 1 a 3 escravos em Curitiba, 1810



Nem todos os moradores livres estavam na condição de possuir escravos, 34% do total de chefes cujas posses são conhecidas não tinham nenhum escravo. Pedro José Antonio era um desses chefes de família sem escravaria. Era casado, 69 anos, um lavrador que morava na Rua do Lisboa onde 24% dos moradores daquela condição tinham seu maior agrupamento. Outro caso era José Gonçalves, um sapateiro que morava na Rua do Fogo. Este logradouro concentrava 20% dos chefes sem escravaria. Pedro e José tinham mais semelhanças entre si. Não eram proprietários das casas em que habitavam, e não tinham patente miliciana nem assumiram quaisquer cargos na Câmara, isto é, não faziam parte da elite. A escolha por habitar esses dois logradouros (Lisboa e Fogo) pode ser explicada parcialmente pela condição socioeconômica dos seus moradores. Eram casas modestas, avaliadas com alguns dos mais baixos preços. Justamente aquelas mais acessíveis aos padrões daqueles chefes de ocupações pouco rentáveis.

Planta (74) – Logradouros de concentração dos chefes com nenhum escravo em Curitiba, 1810



Enquanto os moradores com mais de quatro cativos formavam vizinhança na Rua Fechada e no Pátio da Matriz, principalmente setor 1, os que não tinham nenhum reuniam-se principalmente nas Ruas do Lisboa e do Fogo. Essas concentrações não eram produzidas, provavelmente, pelo número de escravos. Mas esse agrupamento reafirma, mais uma vez, onde moravam os diferentes grupos. A tabela a seguir detalha todos os percentuais de chefes pela quantidade de escravos.

Tabela 50 – Distribuição dos chefes por faixas de escravos pelos logradouros de Curitiba, 1810

Logradouros	Zero	%	1 a 3	%	4 a 8	%	9 +	%
Rua Fechada	0	0	0	0	3	10	7	32
Rua Nossa Senhora do Terço	0	0	1	3	2	6	1	5
Rua da Carioca de cima	1	2	3	9	3	10	1	5
Pátio setor 1	2	4	3	9	4	13	3	14
Pátio setor 2	4	9	3	9	1	3	0	0
Pátio setor 3	1	2	2	6	3	10	0	0
Rua do Rosário	2	4	3	9	2	6	5	23
Largo da Matriz	5	11	4	11	4	13	3	14
Rua do Jogo da Bola	4	9	3	9	4	13	0	0
Rua Nova da Entrada	1	2	1	3	1	3	0	0
Rua do Fogo	9	20	9	26	1	3	1	5
Rua da Carioca de baixo	1	2	0	0	1	3	0	0
Rua Nova das Flores	4	9	2	6	2	6	1	5
Rua São Francisco de Paula	0	0	0	0	0	0	0	0
Rua do Lisboa	11	24	1	3	0	0	0	0
Total	45	100	35	100	31	100	22	100

Fonte: Dados cruzados da Décima Urbana de Curitiba (1810) e das Listas Nominativas de Habitantes (1801-1811).

O exame mais detido de cada logradouro é mais significativo quanto as concentrações. Na Rua Fechada, todos os moradores que pudemos conhecer a propriedade tinham quatro ou mais escravos. Era, portanto, um logradouro de moradia de alguns dos principais chefes escravocratas da vila. Assim como a Rua do Rosário onde 59% tinham igual quantidade de cativos. Nesse último logradouro era morador o sargento-mor Antonio José Ferreira, 66, um fazendeiro que tinha 28 escravos – um dos maiores plantéis do núcleo urbano. Foi juiz ordinário e juiz de órfãos, além de eleitor por sete vezes (entre 1785-1808) – uma das mais importantes distinções sociais. Antonio não era exceção; era a regra entre os grandes escravocratas. Era comum terem tido cargos na administração pública. Alguns, ainda, pertenciam à principal irmandade da vila. Esse tipo de concentração indica, mais uma vez, a importância atribuída aos moradores desses dois logradouros (Rosário e Fechada).

Em contrapartida, na Rua do Lisboa quase todos os moradores não tinham essa propriedade, cerca de 90%. Na Rua do Fogo e no setor 2 do Pátio o mais comum era ter poucos escravos (até dois), 90% e 88%, respectivamente. Eram logradouros, como demonstramos, habitados por moradores ligados atividades menos rentáveis, e com menor destaque social. Por isso, com condições inferiores de adquirir propriedades como os escravos. Na Rua Nova das Flores a concentração era, também, elevada 66% dos chefes da rua tinham até três escravos, sendo que boa parte não tinha nenhum. Assim como os dois logradouros anteriores, o baixo preço dos imóveis exemplifica a condição econômica inferior desses moradores.

Tabela 51 – Distribuição dos chefes por faixas de escravos nos logradouros de Curitiba, 1810

Logradouros	Zero	%	1 a 3	%	4 a 8	%	9 +	%	Total	%
Rua Fechada	0	0	0	0	3	30	7	70	10	100
Rua Nossa Senhora do Terço	0	0	1	25	2	50	1	25	4	100
Rua da Carioca de cima	1	13	3	38	3	38	1	13	8	100
Pátio setor 1	2	17	3	25	4	33	3	25	12	100
Pátio setor 2	4	50	3	38	1	13	0	0	8	100
Pátio setor 3	1	17	2	33	3	50	0	0	6	100
Rua do Rosário	2	17	3	25	2	17	5	42	12	100
Largo da Matriz	5	31	4	25	4	25	3	19	16	100
Rua do Jogo da Bola	4	36	3	27	4	36	0	0	11	100
Rua Nova da Entrada	1	33	1	33	1	33	0	0	3	100
Rua do Fogo	9	45	9	45	1	5	1	5	20	100
Rua da Carioca de baixo	1	50	0	0	1	50	0	0	2	100
Rua Nova das Flores	4	44	2	22	2	22	1	11	9	100
Rua São Francisco de Paula	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Rua do Lisboa	11	92	1	8	0	0	0	0	12	100

Fonte: Dados cruzados da Décima Urbana de Curitiba (1810) e das Listas Nominativas de Habitantes (1801-1811).

Pode-se, ainda, localizar índices majoritários de chefes com pouca (ou nenhuma) escravaria no setor 2 do Pátio da Matriz, 88%, na Rua Jogo da Bola, 63%, e no Largo da igreja principal, 56%. Eram números (relativo e absoluto) com grande relevância pela significativa base de dados. Como vimos, esses três logradouros eram habitados por moradores não tão pobres. Por isso, não conseguimos responder satisfatoriamente o porquê dessas localizações. Contudo, pelo menos para o Largo e o Pátio, parte desses percentuais deve ter explicação no maior número de casas arroladas.

Patentes milicianas ou das ordenanças

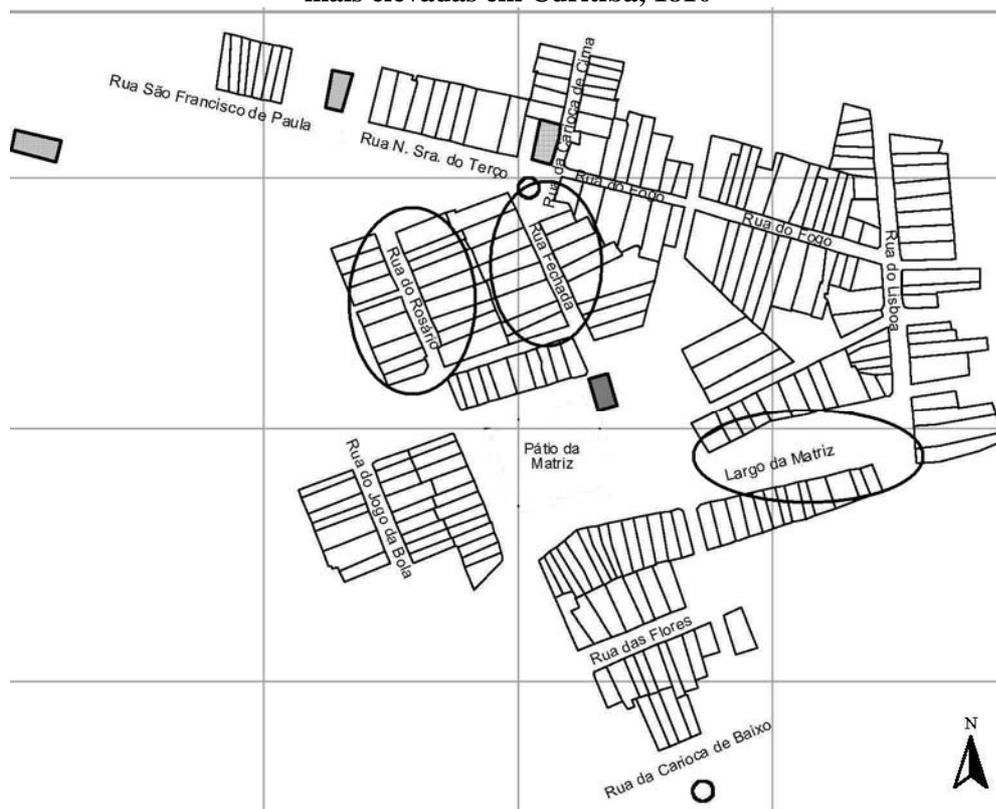
As patentes na milícia era uma das principais distinções sociais da sociedade curitibana do período. Tão relevante para aqueles moradores que quase se associava ao nome dos agraciados e era comumente registrada na documentação. Não importava qual fosse o documento que estava sendo redigido, antes do nome aparecia o posto: capitão Antonio Xavier Ferreira, por exemplo.

As patentes mais elevadas, como as de capitão, eram ostentadas como títulos honoríficos de grande importância. Os de menor importância, como a de sargento, eram degraus mais próximos das posições mais relevantes. Um indício disso é que poucos foram os moradores com habitação urbana que conseguiram tal distinção. Até 1810, 17% dos chefes homens detinham as altas patentes enquanto 12%, as baixas. Em outras palavras, para 71%

não foi registrado qualquer posição na milícia.³⁷¹ Na zona urbana, somente chefes de domicílio reconhecidos como brancos tinham alguma patente.

Incluímos na lista de patentes mais elevadas: capitães, tenentes-coronéis, coronéis, sargentos-mores e tenentes. Os seus titulares localizavam-se preferencialmente em três logradouros: Fechada, Rosário e Largo da Matriz.

Planta (75) – Logradouros de concentração dos chefes de patentes mais elevadas em Curitiba, 1810



O capitão Joaquim Mariano Ribeiro Ribas morava na Rua Fechada, onde localizamos 26% dos chefes com essas patentes. Foi eleitor, vereador, juiz ordinário e almotacé em diversos anos. Indicativos de um elevado status social. Na Rua do Rosário pudemos encontrar 22% dos chefes de mesmas patentes. Era onde residia o capitão Manoel José Taborda Ribas, um próspero negociante que, em 1810, era confrade na principal irmandade da vila. A preferência por essas ruas pode estar relacionada à importância dos moradores ali residentes – confirmada com as variáveis já examinadas.

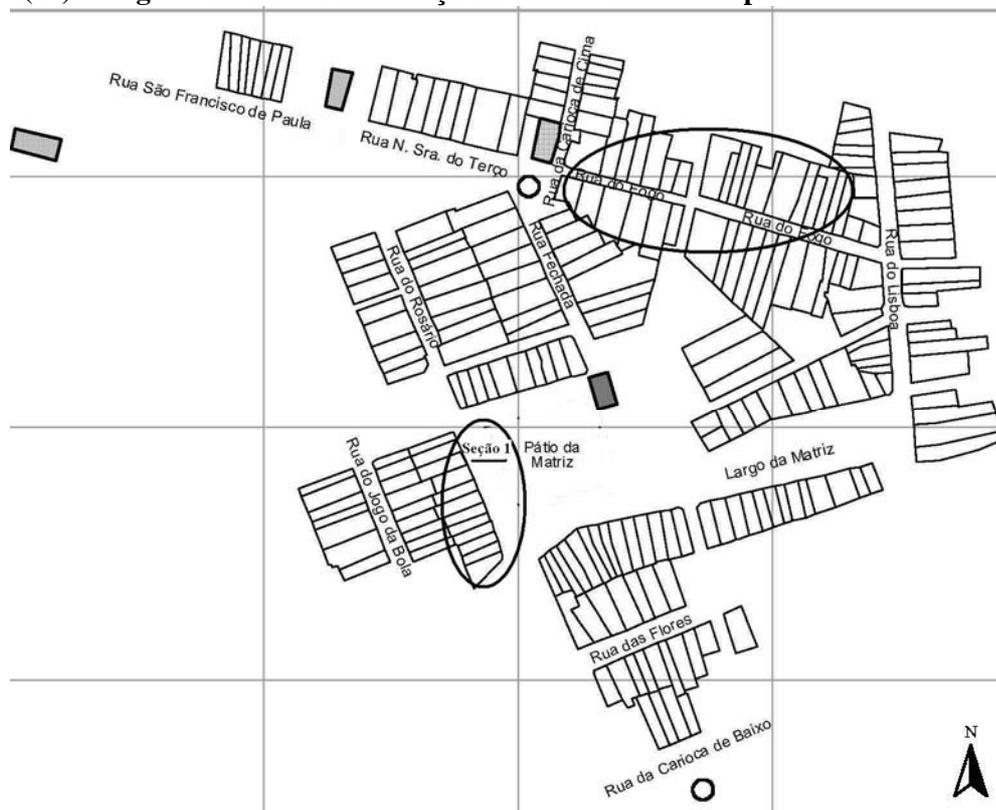
No Largo da Matriz pode-se encontrar mais 19% dos chefes mais graduados. O tenente Manoel Teixeira de Oliveira Cardoso, um reinól, morava nesse largo. Era um

³⁷¹ Em tese todos os meninos acima de 15 anos eram milicianos – a base da hierarquia. Contudo esta não foi a situação que encontramos. Nem todos eram registrados com essa patente. Talvez porque estaria subentendido que todos o fossem. Apesar disso, preferimos não atribuir nenhuma patente se ela não fosse indicada.

negociante de fazenda seca, e dono de um plantel bom (cinco escravos) para sua atividade de sustento.³⁷² A opção pelo Largo pode estar relacionada com a profissão de negociante que era enobrecedora localmente, e que tinha muito espaço naquela região – como vimos anteriormente.³⁷³ Nos demais logradouros, os percentuais são muito baixos e não chegam a formar vizinhanças.

Os chefes com baixa patente miliciana tinham outra localização. Eram milicianos, cabos, sargentos, alferes e ajudantes que moravam, principalmente, na Rua do Fogo e no setor 1 do Pátio da Matriz, 21% ambos.

Planta (76) – Logradouros de concentração dos chefes de baixas patentes em Curitiba, 1810



Apesar da idade, o jovem Manoel Antonio Pereira que morava na Rua do Fogo já era alferes. Sua origem metropolitana pode ter contribuído para essa distinção. Por sua vez, o soldado Domingos Lopes escolheu o Pátio da Matriz, setor 1, para ter sua residência. Tinha um ocupação ligada a gado – não se pode definir o que fazia –, de 34 anos, que tinha cinco escravos. Até 1810 não foi eleitor nem assumiu cargos na Câmara. Uma explicação para a

³⁷² Segundo o historiador Bacellar, na capitania de São Paulo do início do século XIX, a média de escravos dos negociantes de fazenda seca era de 4,3. O tenente Manoel tinha 5. BACELLAR, C. A. P. Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, XII., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2000, p. 13. http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_2.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2010.

³⁷³ Embora a ocupação de fazendeiro fosse a mais importante em terras brasílicas, não se pode negar a importância dos comerciantes

concentração no Fogo era a baixa condição social dos chefes daquele logradouro, já demonstrada com as primeiras variáveis discutidas. O Pátio da Matriz – a segunda escolha – pode ter sido preferido pela crescente importância dos moradores daquele setor.

Tabela 52 – Distribuição dos chefes milicianos pelos logradouros de Curitiba, 1810

Logradouros	Alta	%	Baixa	%
Rua Fechada	7	26%	0	0%
Rua Nossa Senhora do Terço	0	0%	1	5%
Rua da Carioca de cima	1	4%	1	5%
Pátio setor 1	1	4%	4	21%
Pátio setor 2	1	4%	1	5%
Pátio setor 3	0	0%	0	0%
Rua do Rosário	6	22%	1	5%
Largo da Matriz	5	19%	2	11%
Rua do Jogo da Bola	2	7%	0	0%
Rua Nova da Entrada	1	4%	2	11%
Rua do Fogo	1	4%	4	21%
Rua da Carioca de baixo	0	0%	0	0%
Rua Nova das Flores	2	7%	1	5%
Rua São Francisco de Paula	0	0%	0	0%
Rua do Lisboa	0	0%	2	11%
Total	27	100%	19	100%

Fonte: Dados cruzados da Décima Urbana de Curitiba (1810) e das Listas Nominativas de Habitantes (1801-1811).

Pode-se perceber com esses dados que, em geral, os chefes de patentes mais altas tinham residência preferencialmente em dois logradouros a norte/oeste da Igreja Matriz. Eram locais onde os moradores de elevado status social habitavam. Já os moradores de baixas patentes tinham moradia no lado leste/sul da Igreja principal. Logradouros habitados, sobretudo, por pessoas de vida mais modesta.

Já a análise do microcosmo de cada logradouro pode demonstrar de modo mais nítido a concentração dos chefes de patentes mais elevadas. Na Rua Fechada 70% tinham altas graduações. Essa variável demonstra a importância social dos moradores daquele logradouro quase excluindo outros residentes que não tivessem a mesma condição. Na Rua do Rosário 46% tinham a mesma elevada condição. Como já observamos, esta também era uma rua habitada por moradores mais abastados e integrantes da administração camarária local.

Por outro lado, os chefes com patentes baixas não formavam contingente maior em nenhuma rua. Somente no setor 1 do Pátio da Matriz o número de oficiais menores era igual dos que não tinham. Situação inversa dos moradores sem título miliciano atribuído nas fontes. Formavam maior contingente em 75% dos logradouros curitibanos.

Tabela 53 – Distribuição dos chefes milicianos nos logradouros de Curitiba, 1810

Logradouros	Alta	%	Baixa	%	Sem dados	%	Total	%
Rua Fechada	7	70	0	0	3	30	10	100
Rua Nossa Senhora do Terço	0	0	1	50	1	50	2	100
Rua da Carioca de cima	1	13	1	13	6	75	8	100
Pátio setor 1	1	11	4	44	4	44	9	100
Pátio setor 2	1	10	1	10	8	80	10	100
Pátio setor 3	0	0	0	0	10	100	10	100
Rua do Rosário	6	46	1	8	6	46	13	100
Largo da Matriz	5	23	2	9	15	68	22	100
Rua do Jogo da Bola	2	20	0	0	8	80	10	100
Rua Nova da Entrada	1	25	2	50	1	25	4	100
Rua do Fogo	1	5	4	20	15	75	20	100
Rua da Carioca de baixo	0	0	0	0	3	100	3	100
Rua Nova das Flores	2	14	1	7	11	79	14	100
Rua São Francisco de Paula	0	0	0	0	1	100	1	100
Rua do Lisboa	0	0	2	11	16	89	18	100

Fonte: Dados cruzados da Décima Urbana de Curitiba (1810) e das Listas Nominativas de Habitantes (1801-1811).

Outro modo de detectar a condição social de morador homem era verificar quem ocupava os cargos do Concelho (vereador, juiz, procurador, almotacé, etc.). Era uma distinção social muito relevante naquela sociedade – como em outras vilas do Brasil colonial.

Cargos na Câmara e os eleitores

A Câmara era um órgão colegiado responsável pela administração pública da vila colonial. Diferentemente do que é hoje, aquela instituição tinha simultaneamente poderes executivos, legislativos e judiciários. Em tese fazia obras, criava leis, fiscalizava e julgava. Para efeito de análise, dividimos em dois grupos os membros desse corpo. Os cargos maiores eram aqueles que tinham poder decisório: vereador, juiz ordinário e procurador-tesoureiro. Os cargos menores eram ocupados por aqueles que trabalhavam para a Câmara, como os alcaide, porteiro, carcereiros, etc. Almotacé era um caso de função intermediária. Todavia, decidimos agrupá-la com os cargos menores. Com isso evitamos uma profusão de sub-variáveis e, continuamos a esmiuçar as diferenças entre quem ocupava qual posição.

O Concelho era um dos espaços privilegiados da elite local. Os cargos eram limitados, e principalmente não renumerados. O que dificultava o acesso aos moradores pobres. Somente àqueles que já tinham outro modo de sustento, reuniam condições econômicas para se manter no posto. Além disso, o morador era reconhecido entre os “principais da vila”.

Entre 1790-1810, apenas 21% dos chefes homens arrolados na Décima tinha exercido cargos maiores na Câmara. Ocupar um posto na administração local era, portanto confirmado, um sinal de elevado status social. Localizamos uma concentração destes moradores na Rua do Rosário onde 21% dos chefes a quem conseguimos atribuir uma alta posição na Câmara residiam.³⁷⁴ Um deles era o lisboeta capitão Inácio de Sá Sottomaior, 52 anos que casou com uma filha da nobreza da terra. Seus negócios lhe renderam bens consideráveis: uma casa na Rua do Rosário, uma fazenda³⁷⁵ e dez escravos. Sua situação social parecia melhor ainda. Talvez, também, por ser natural do Reino conseguiu tornar-se vereador³⁷⁶, assim como serviu em funções menores na administração. Além disso, foi eleitor e confrade na principal irmandade branca da vila. A preferência por esse logradouro (21% dos vereadores, juízes e procuradores) pode estar relacionada a qualidade dos moradores que ali estavam concentrados, como já se demonstrou com as elevadas patentes milicianas que possuíam.

Na Rua Fechada eram vizinhos 18% dos chefes que exerceram funções na Câmara. O capitão Joaquim Mariano Ribeiro Ribas, casado, 52, exemplifica essa vizinhança de moradores com funções na administração pública. Era um fazendeiro com oito escravos. Alcançou alto prestígio social evidenciado com o cargo de vereador e de juiz ordinário³⁷⁷ (além de sete vezes almotacé). A opção pela Rua Fechada contribui para demonstrar, novamente, a grande importância dos seus moradores.

Outro dado que indica que a Câmara não era para todos era a profissão exercida. Os capitães Inácio e Joaquim eram a regra quanto à ocupação exercida. Todos eram negociantes ou fazendeiros com alguma escravaria. Alguns como o fazendeiro e tenente Joaquim Lopes de Santana que tinha um só escravo; outros como Francisco Rodrigues Seixas que tinha dez. Geralmente, aliavam status social com o financeiro. Uma das poucas exceções era o ilhéus João Pereira, 56, escrivão do judicial que morava na Rua do Rosário. Sua condição social era elevada (foi procurador, vereador e almotacé), porém quanto ao dinheiro não se pode dizer o mesmo. Aparentemente era proprietário de dois escravos e, do modestíssimo imóvel em que

³⁷⁴ Havia, também, uma concentração de 21% dos chefes de patentes mais altas no Pátio da Matriz, mas eles estavam residindo nos três setores o que, ao cabo, dilui esse elevado percentual.

³⁷⁵ Em 1820, de acordo com Saint-Hilaire, Inácio era proprietário do Sítio Ferraria (ou seria uma fazenda). Parece-nos que já o possuía, pelo menos, desde o início do século XIX. SAINT-HILAIRE, A. op. cit., p. 99.

³⁷⁶ O vereador de Curitiba, assim como em outras vilas e cidades no Brasil colonial, tinha a prerrogativa de legislar sobre qualquer questão referente ao município. Poderiam, por exemplo, determinar o preço de algum produto, proibir a circulação de animais na vila, criar normas para a construção de casas, etc.

³⁷⁷ O juiz ordinário era a primeira instância judicial. Tinha a prerrogativa de julgar qualquer caso levado a ele. Poderia mandar prender, executar dívidas e julgar dissídios.

residia cujo valor era quase metade da média cidadina. Parecia ser um dos raros casos onde a condição social não era atrelada a econômica.

Planta (77) – Logradouros de concentração da elite camarária em Curitiba, 1810

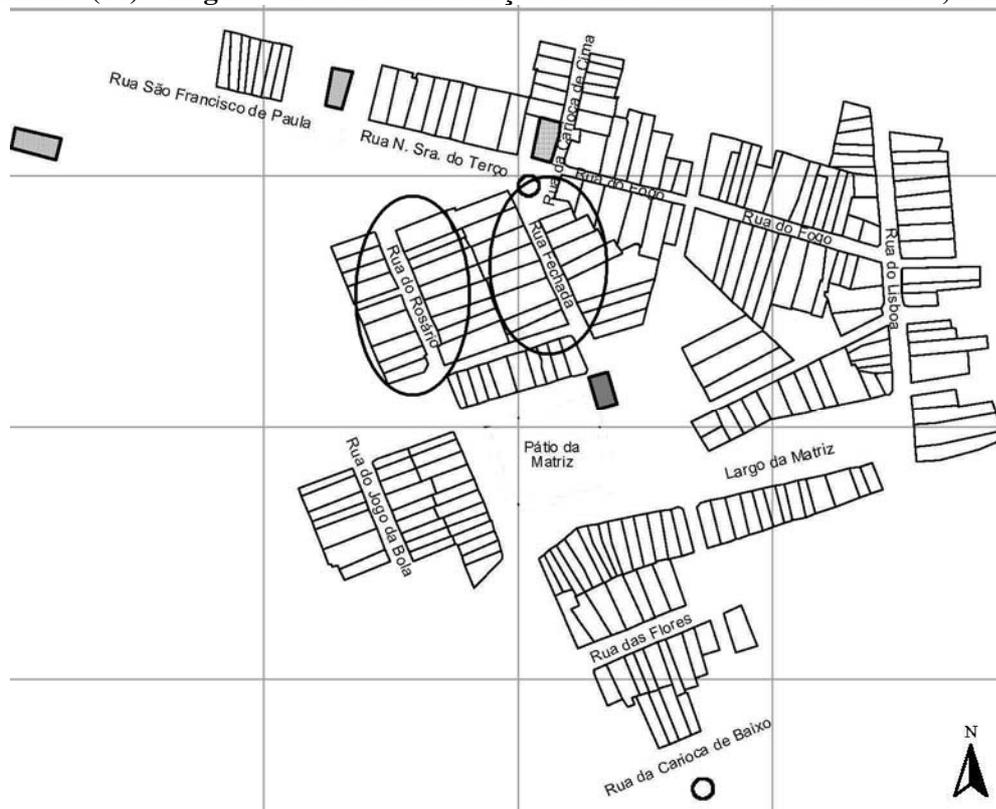


Tabela 54 – Distribuição dos chefes que exerceram cargos maiores pelos logradouros de Curitiba, 1810

Logradouros	Cargos maiores	%
Rua Fechada	6	18%
Rua Nossa Senhora do Terço	1	3%
Rua da Carioca de cima	2	6%
Pátio setor 1	3	9%
Pátio setor 2	2	6%
Pátio setor 3	2	6%
Rua do Rosário	7	21%
Largo da Matriz	5	15%
Rua do Jogo da Bola	1	3%
Rua Nova da Entrada	1	3%
Rua do Fogo	2	6%
Rua da Carioca de baixo	1	3%
Rua Nova das Flores	1	3%
Rua São Francisco de Paula	0	0%
Rua do Lisboa	0	0%
Total	34	100%

Fonte: Dados cruzados da Décima Urbana de Curitiba (1810) e das Listas Nominativas de Habitantes (1801-1811).

Outro grupo de funções camarárias eram àquelas executivas e sem poder de decisão, almotacés, porteiros, alcaides, etc. – a que denominamos cargos menores, 19% dos chefes homens a exerceram. Diferente do que se possa imaginar, em Curitiba, esses cargos não eram exercidos por pessoas de baixa condição social. Pelo contrário, era, também, espaço de uma parte da elite. É o que se pode perceber através das profissões exercidas por esses moradores, e dos títulos milicianos por eles ostentados. Eram em 79% fazendeiros ou negociantes, e 53% dos que tinham patente miliciana eram capitães. Evidências que sugerem a elevada posição social dos chefes que assumiram esses postos menores na administração.

Novamente percebeu-se certa concentração. Nas Ruas Fechada e do Rosário 17% e 19%, respectivamente, dos chefes (em cada logradouro) exerceram cargos menores, notadamente de almotacé e alcaide.³⁷⁸ No Rosário era morador o capitão Antonio Xavier Ferreira, 43, que alcançou elevada posição social e econômica. Era o maior proprietário de imóveis urbanos (quatro), e de um plantel significativo de escravos, 18. Além disso, exerceu o cargo juiz ordinário e foi eleitor. Esse logradouro pode ter sido escolhido pela importância que se constatou, nesse estudo, a partir dos postos milicianos e dos cargos maiores da administração municipal.

Na Rua Fechada morava o capitão Francisco de Paula Xavier Bueno que, também, parecia ter condição socioeconômica bastante privilegiada. Era um dos filhos da nobreza da terra que conseguiu galgar certo espaço na vila. Era um negociante que conseguiu ter duas fazendas extensas³⁷⁹, dez escravos, boa parte deles homens em idade produtiva (acima do 15 anos). Além disso, foi um confrade sepultado pela Irmandade de Nossa Senhora o que sugeria seu alto status social. Com mais essa variável, a Fechada reafirma ter sido um espaço privilegiado de moradia.

³⁷⁸ A função do alcaide era de policiamento. Em Curitiba do século XVIII perseguia os porcos, matando ou leiloando-os. Possivelmente por que não tinha muito o que policiar. Para ver mais sobre essa função tanto na Colônia quanto na Metrópole: PEREIRA, M. R. M. **A forma e o podre**: duas agendas de cidade na época medieval e moderna. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998, p. 26 em diante. O almotacé de Curitiba fiscaliza questões relacionadas ao construtivo, sanitário e de mercado. Para saber mais sobre esse cargo ver: NICOLAZZI Junior, N. O almotacé na Curitiba colonial (1718-1828). In: PEREIRA, M. R. M; NICOLAZZI Junior, N. (orgs). **Audiências e correições dos almotacés** (Curitiba, 1737-1828). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 31.

³⁷⁹ Na fazenda Faxinal criava gado em uma propriedade de 1500 por 3100 braças, e na fazenda Bento Luís plantava em uma área de 750 por 3500 braças. CURITIBA. Inventário de Bens Rústicos (1818). Acervo do Arquivo Público de São Paulo. Acervo digital pertencente ao CEDOPE/DEHIS-UFPR. A informação quanto ao número de fazendas é dessa Lista, e as demais informações das Listas Nominativas de Habitantes.

Planta (78) – Logradouros de concentração dos chefes com cargos menores da Câmara em Curitiba, 1810

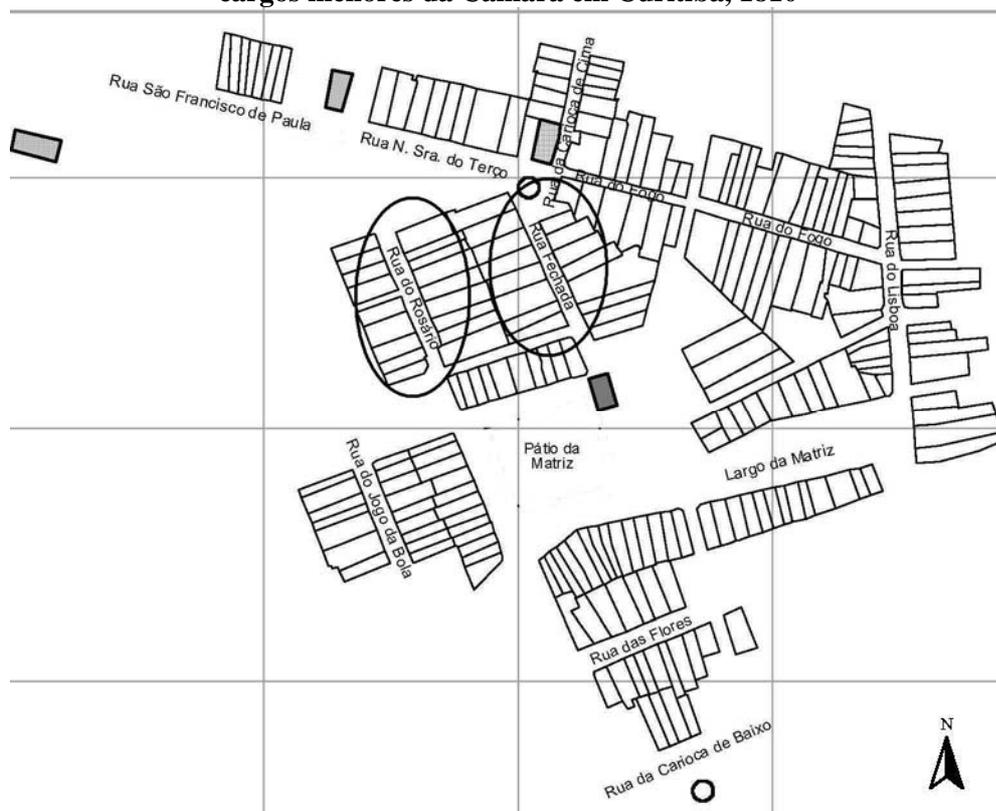


Tabela 55 – Distribuição dos chefes que exerceram cargos menores pelos logradouros de Curitiba, 1810

	Cargos menores	%
Rua Fechada	5	16%
Rua Nossa Senhora do Terço	1	3%
Rua da Carioca de cima	2	6%
Pátio setor 1	3	10%
Pátio setor 2	2	6%
Pátio setor 3	2	6%
Rua do Rosário	6	19%
Largo da Matriz	2	6%
Rua do Jogo da Bola	1	3%
Rua Nova da Entrada	1	3%
Rua do Fogo	1	3%
Rua da Carioca de baixo	1	3%
Rua Nova das Flores	3	10%
Rua São Francisco de Paula	0	0%
Rua do Lisboa	1	3%
Total	31	100%

Fonte: Dados cruzados da Décima Urbana de Curitiba (1810) e das Listas Nominativas de Habitantes (1801-1811).

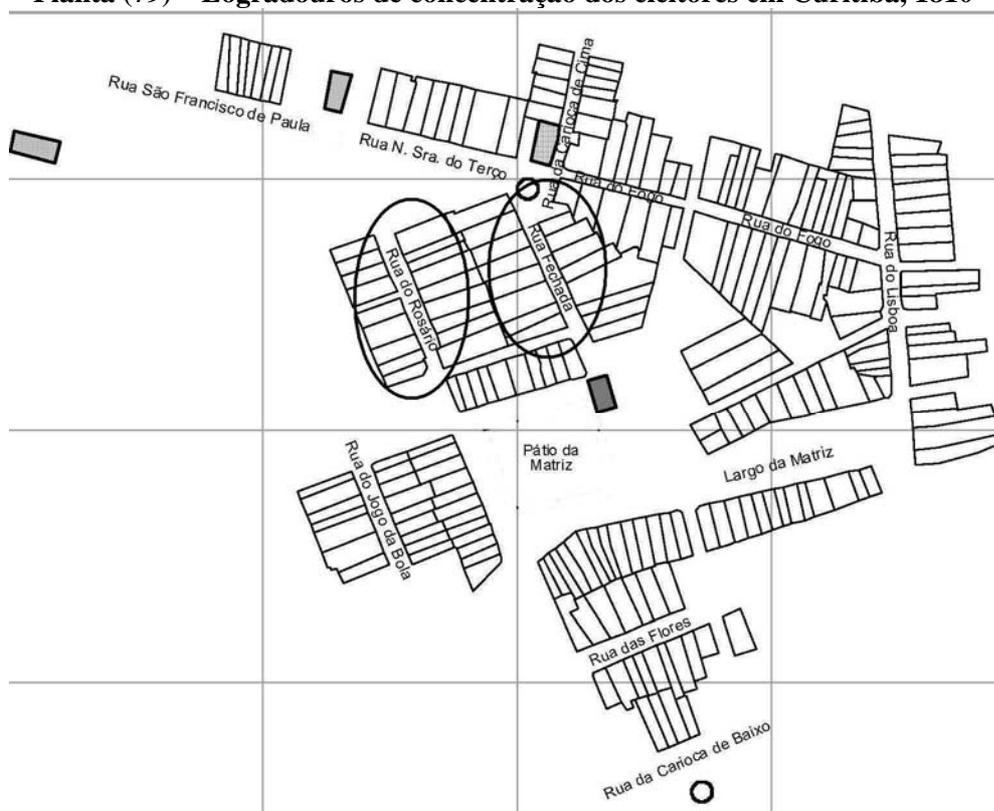
Além dos cargos propriamente ditos, a Câmara tinha outro modo de distinção. Era através das eleições que eram indiretas. Os homens-bons escolhiam entre os seus àqueles que

formariam o “colégio eleitoral”. Estes, por sua vez, elegiam os vereadores, juízes e o procurador. O eleitor era tão importante quanto o agente camarário em si.³⁸⁰

O baixo número de homens eleitores entre 1790-1810, e que tinham domicílio urbano no final desse período é um indicativo do prestígio social que envolve esta função. Em números absolutos, 15 chefes alcançaram essa consideração, ou seja, somente cerca de 9%. Mais de 90% dos chefes homens não conseguiram atingir essa posição. Dois logradouros – Ruas do Rosário e Fechada – concentravam esse tipo de chefe, 66%. Demonstrou-se que essas ruas eram escolhidas para moradia por parte dos homens (e mulheres) mais importantes.

Eram moradores na Rua Fechada um terço dos chefes eleitores que tinham residência cidadina. Dentre eles, o reinól João Antonio Pinto de Faria Meneses, viúvo, 57 anos, proprietário – dentre outros bens – de uma fazenda³⁸¹, cinco escravos e duas casas urbanas. Já na Rua do Rosário eram vizinhos outro terço dos eleitores como Sebastião Cordeiro da Silva, um vereador que foi aceito, em 1799, na principal irmandade branca da vila. Essas concentrações coincidem com os locais preferenciais de moradia dos chefes socialmente mais elevados. Demonstrando, mais uma vez, que a elite da vila era econômica e social.

Planta (79) – Logradouros de concentração dos eleitores em Curitiba, 1810



³⁸⁰ CUNHA, F. **Elites políticas municipais no Brasil-colônia: homens-bons da Curitiba setecentista.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003, p. 67.

³⁸¹ Faltou saber onde ficava essa fazenda. Não foram localizados nem o inventário tampouco o testamento desse morador, se é que foram feitos.

Tabela 56 – Distribuição dos chefes que foram eleitores pelos logradouros de Curitiba, 1810

Logradouros	Cargos menores	%
Rua Fechada	5	33
Rua Nossa Senhora do Terço	0	0
Rua da Carioca de cima	1	7
Pátio setor 1	1	7
Pátio setor 2	0	0
Pátio setor 3	1	7
Rua do Rosário	5	33
Largo da Matriz	0	0
Rua do Jogo da Bola	0	0
Rua Nova da Entrada	1	7
Rua do Fogo	0	0
Rua da Carioca de baixo	1	7
Rua Nova das Flores	0	0
Rua São Francisco de Paula	0	0
Rua do Lisboa	0	0
Total	15	100

Fonte: Dados cruzados da Décima Urbana de Curitiba (1810) e das Listas Nominativas de Habitantes (1801-1811).

Outro modo de perceber a mesma situação foi quando analisamos cada  gradouro por eles mesmo. Apesar de não terem o maior número, a presença de moradores eleitores nas Ruas Fechada e do Rosário atestam, novamente, a importância dos que ali habitavam. Eram nessas ruas que morava parte significativa dos ocupantes dos cargos do Concelho de qualquer posição, 45% e 38%, respectivamente.

Tabela 57 – Distribuição dos chefes que foram eleitores nos logradouros de Curitiba, 1810

Logradouros	Eleitores	%	Sem dados	%	Total	%
Rua Fechada	5	45	6	55	11	100
Rua Nossa Senhora do Terço	0	0	5	100	5	100
Rua da Carioca de cima	1	13	7	88	8	100
Pátio setor 1	1	10	9	90	10	100
Pátio setor 2	0	0	9	100	9	100
Pátio setor 3	1	10	9	90	10	100
Rua do Rosário	5	38	8	62	13	100
Largo da Matriz	0	0	22	100	22	100
Rua do Jogo da Bola	0	0	11	100	11	100
Rua Nova da Entrada	1	25	3	75	4	100
Rua do Fogo	0	0	21	100	21	100
Rua da Carioca de baixo	1	33	2	67	3	100
Rua Nova das Flores	0	0	15	100	15	100
Rua São Francisco de Paula	0	0	1	100	1	100
Rua do Lisboa	0	0	18	100	18	100
Total	15	9	146	91	161	100

Fonte: Dados cruzados da Décima Urbana de Curitiba (1810) e das Listas Nominativas de Habitantes (1801-1811).

Nas Ruas do Lisboa, Nova das Flores e, do Fogo atestamos a baixa condição social dos seus moradores quanto a posição de eleitor. Nenhum chefe homem tinha essa distinção. Compondo, mais uma vez, o desvalorizado morador dessas ruas que estavam na zona leste/sul da igreja principal. A forte concentração de chefes que não foram eleitores no Largo e no Pátio da Matriz sugerem, que apesar de um bom poder econômico, alguns dos moradores dessas áreas ainda buscavam um lugar ao sol.

Irmãos espirituais e os parentes temporais

Outro modo de diagnosticar a posição social dos chefes com domicílio é nos determos nos livros de Irmandades. A principal confraria de Curitiba era a de Nossa Senhora da Luz. Ela se distinguia das demais porque era composta exclusivamente por brancos. Essa barreira social não estava registrada no compromisso da irmandade.³⁸² No entanto, no confronto dos nomes dos moradores arrolados naquele livro com as Listas Nominativas, notamos que apareciam exclusivamente confrades considerados brancos.

Pudemos, ainda, conhecer as ocupações dos confrades que eram chefes de domicílios urbanos. Todos eram fazendeiros, negociantes ou padres. Era, portanto, a irmandade da elite branca da vila. O número baixo de escravos (ou não tê-los) não parece ter sido impedimento para ser aceito assim como não ter tido cargos na Câmara. Não havia impedimento para o acesso de mulheres à instituição.

Mesmo com ambos os sexos sendo aceitos, a confraria tinha acesso bastante restrito. Somente 15% dos chefes com domicílio na “vila” de Curitiba participavam dos quadros da irmandade, mas eles não se concentravam em nenhum logradouro principal, localizando-se por diversas ruas. Na Rua Fechada onde estavam 21% dos confrades, vivia o capitão-mor Antonio Ribeiro de Andrade, casado, 45 anos. Sua condição social elevada pode ser identificada já pelo título que ostentava. Era o “governador” da vila. Além disso, foi juiz ordinário e eleitor em diversos momentos. Elementos que indicam sua posição na vila.

Na Rua do Rosário habitavam outros 17% dos chefes como o capitão Inácio Lustosa de Andrade, um rico negociante proprietário de oito escravos que tinha larga experiência na administração municipal (até 1810 só não foi vereador). O Largo da Matriz foi o logradouro escolhido por outros 14% dos chefes. A diferença com os logradouros acima relatados em que

³⁸² A memorialista Nely de Almeida transcreveu o compromisso e as entradas dessa confraria, e os publicou. ALMEIDA, N. L. V. **Curiosidades Históricas da Irmandade de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba**. Curitiba: Edição da autora, 1975.

viviam os confrades era a distância entre os “irmãos”. Os moradores de maior distinção pareciam preferir morar nesses logradouros, Fechada e o Rosário.

Planta (80) – Logradouros de concentração dos confrades de Nossa Senhora em Curitiba, 1810

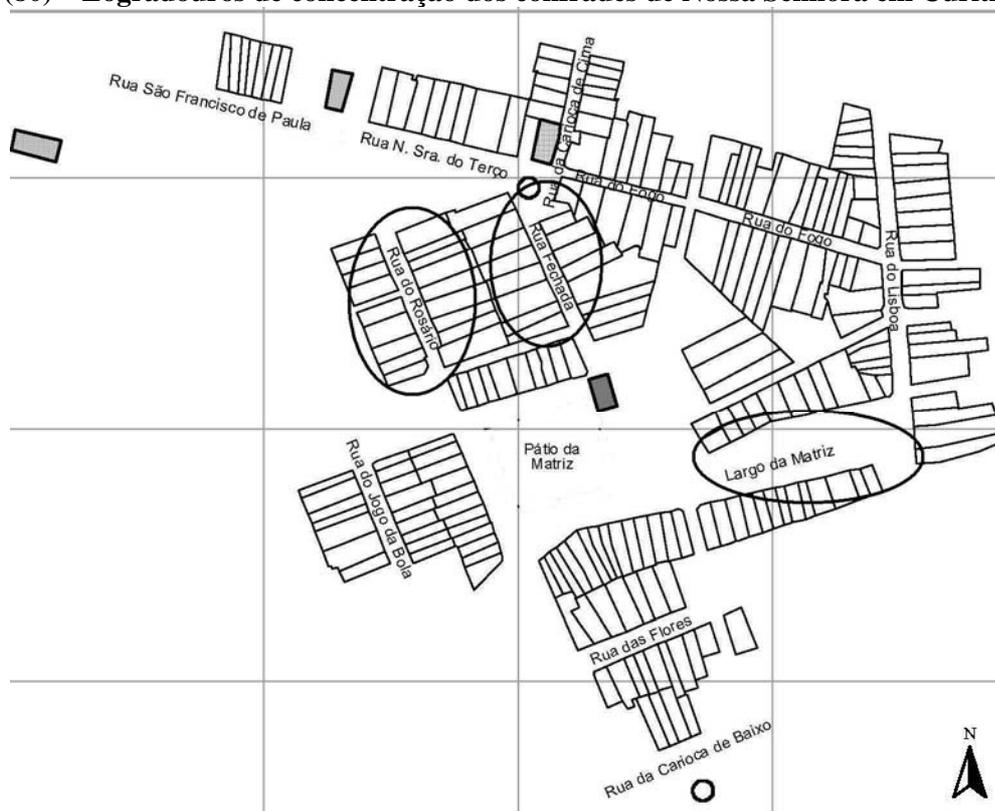


Tabela 58 – Distribuição dos chefes confrades de Nossa Senhora pelos logradouros de Curitiba, 1810

Logradouros	Confrades	%
Rua Fechada	6	21
Rua Nossa Senhora do Terço	0	0
Rua da Carioca de cima	1	3
Pátio setor 1	3	10
Pátio setor 2	1	3
Pátio setor 3	1	3
Rua do Rosário	5	17
Largo da Matriz	4	14
Rua do Jogo da Bola	2	7
Rua Nova da Entrada	1	3
Rua do Fogo	2	7
Rua da Carioca de baixo	0	0
Rua Nova das Flores	1	3
Rua São Francisco de Paula	0	0
Rua do Lisboa	2	7
Total	29	100

Fonte: Dados cruzados da Décima Urbana de Curitiba (1810) e das Listas Nominativas de Habitantes (1801-1811).

Novamente, no exame do microcosmo de cada logradouro pode ser perceber, de outro modo, a distinção dos moradores das Ruas do Rosário e Fechada. Metade dos chefes do último logradouro foram irmãos na principal confraria da vila. Na Rua do Rosário eram confrades 28% dos chefes da rua. Ambas as ruas eram habitadas, como percebemos nas ocupações exercidas, patentes ostentadas, e nos postos ocupados na Câmara, portanto, por moradores com elevada situação socioeconômica. Havia, ainda, outros, 20% dos chefes do setor 1 do Pátio da Matriz que foram confrades. Novamente atestando a boa, e crescente, situação social daqueles moradores.

Tabela 59 – Distribuição dos chefes confrades de Nossa Senhora nos logradouros de Curitiba, 1810

Logradouros	Confrades	%	Sem dados	%	Total	%
Rua Fechada	6	50	6	50	12	100
Rua Nossa Senhora do Terço	0	0	6	100	6	100
Rua da Carioca de cima	1	9	10	91	11	100
Pátio setor 1	3	25	9	75	12	100
Pátio setor 2	1	8	12	92	13	100
Pátio setor 3	1	9	10	91	11	100
Rua do Rosário	5	28	13	72	18	100
Largo da Matriz	4	16	21	84	25	100
Rua do Jogo da Bola	2	14	12	86	14	100
Rua Nova da Entrada	1	20	4	80	5	100
Rua do Fogo	2	8	23	92	25	100
Rua da Carioca de baixo	0	0	3	100	3	100
Rua Nova das Flores	1	6	15	94	16	100
Rua São Francisco de Paula	0	0	1	100	1	100
Rua do Lisboa	2	10	18	90	20	100
Total	29	15	163	85	192	100

Fonte: Dados cruzados da Décima Urbana de Curitiba (1810) e das Listas Nominativas de Habitantes (1801-1811).

Não se pode desconsiderar a hipótese de que os laços de sangue agiam na constituição de agrupamentos urbanos. Era presumível que houvesse em Curitiba um fenômeno de vizinhança por parentesco. Limitamo-nos, no entanto, a pesquisar os laços de parentesco direto, pai, mãe, e filhos. Essa análise permitiu perceber que poucos aparentados tinham residência urbana, e em menor número ainda eram aqueles que viviam em uma mesma região. Ou seja, a vila não comportava grandes grupos familiares.

Contudo foi possível perceber alguns agrupamentos parentais no tecido urbano. As irmãs Ribas, Maria Clara, 43 anos, e Gertrudes, 50, moravam na Rua do Jogo da Bola. Foram registradas nas casas de número, 239 e 240, provavelmente vizinhas de parede. Até 1802, estas irmãs tinham como vizinho outro irmão, Joaquim Mariano Ribeiro Ribas, de 52 anos.

Dona Rita de Oliveira Bueno, 62 anos, e o capitão Francisco de Paula Xavier Bueno, 38, eram mãe e filho, vizinhos na Rua Fechada. Na Décima seus imóveis foram numerados, 11 e 12. Eram provavelmente, vizinhos de cerca.

Em outros casos de laços parentais conhecidos, os parentes não tinham residência uns ao lado do outro.³⁸³ Devido às diferentes formas de transmissão de sobrenomes, não foi possível encontrar outros parentes diretos mesmo em uma região próxima. Será necessário um maior aprofundamento (posterior) para diagnosticar as relações de parentesco, com o objetivo de procurar outras vizinhanças e mais profundas, como entre primos ou de parentesco espiritual (padrinhos e afilhados).

Demais possibilidades

Outras variáveis socioeconômicas foram examinadas. Buscou-se da mesma forma perceber as tendências de constituição de vizinhanças. Na categoria ocupação analisamos os artesãos. A presença destes profissionais era diretamente proporcional à dinâmica econômica e urbana das vilas e cidades da época. Em Curitiba eram pouco presentes, representavam menos de 10% dos moradores. Essa pequena quantidade pode estar relacionada à presença de um número relativamente grande de escravos.³⁸⁴ Provavelmente, alguns destes executavam aquele tipo de serviços. Essa realidade, possivelmente, inibiu a formação de mais artesãos livres. Pode-se perceber que não formavam vizinhanças. Os quatorze artesãos residiam em onze logradouros diferentes, inclusive em algumas das ruas de casas de melhor avaliação como a Rua do Rosário e no setor 1 do Pátio da Matriz.

Outra ocupação “profissional” era ser padre. Seus serviços eram renumerados por àqueles que os procuravam. Viviam de “suas ordens” – diziam nas Listas Nominativas. Por representarem percentual pequeno, inferior a 7%, qualquer afirmação distorce sua real presença naquela vila. Porém, é possível sugerir que preferiam morar próximo das igrejas. Cinco dos oito padres habitavam em logradouros próximos das Igrejas da Matriz e da Ordem. Permitimo-nos imaginar – as fontes consultadas não revelam – que eram em anexos das igrejas onde eram párocos.

³⁸³ Devido às dificuldades de se conhecer o lado da rua em que o morador arrolado na Décima estava, não foi possível identificar com relativa certeza os vizinhos de fundos. Por isso, essa possibilidade bastante plausível não pode ser testada. Resposta ao questionamento da professora Ana Silvia Volpi Scott na defesa.

³⁸⁴ Em 1793, Curitiba na Primeira e Segunda Companhia de Ordenanças concentrava-se mais de 73% dos escravos de toda vila. FORCATO, F. **Relações sociais e suas configurações**: Um estudo de caso. Relatório de Iniciação Científica do projeto “Quem é quem na formação da população paranaense: um estudo de relações sociais no setecentos”, Curitiba, 2005.

A prostituição foi outra variável da categoria ocupação verificada. Assim como nas outras vilas, não foi possível identificar uma área de prostituição em Curitiba. Se quer localizamos as mulheres que viviam da prostituição. É provável que não fosse a primeira ocupação, mas aquela atividade exercida em momentos de dificuldades. Aliás, a “vila” era deserta nos dias de semana como escreveu Saint-Hilaire.³⁸⁵ Não havia um mercado consumidor.

Examinamos, ainda, outras variáveis que não sugerem qualquer setorização de grupos. Parte por que a base de comparação era pequena. Era o caso da origem (naturalidade). Não sabemos o local de nascimento de mais de 60% dos chefes de domicílio de Curitiba. Outras vezes, porque uma das categorias representava quase a totalidade dos casos. Era o caso da cor social ou a do número de andares das edificações. Os chefes brancos e as casas de pavimento único representavam 97% e 98%, respectivamente. O sexo e o estado conjugal também não sugerem qualquer formação de vizinhanças. Contudo, também, não esperávamos encontrar qualquer agrupamento para últimas duas variáveis.

CONCLUSÃO PARCIAL

Como pudemos observar, a ocupação exercida, o número de escravos de posse, os postos na milícia, os cargos na Câmara e o colégio eleitoral, os confrades de Nossa Senhora da Luz sugerem a formação de, pelo menos, duas vizinhanças não exclusivas: a dos “pobres” e a dos nobres.³⁸⁶ Mas quem pode ser considerado pobre ou nobre na sociedade curitibana?

Primeiro é preciso admitir que é difícil a tarefa de atribuir a “categoria” de “homem-bom” ou de “pobre”. Recorrer aos dicionários de época (Bluteau e, Moraes e Silva) não solucionou essa questão. No entanto, é possível imaginarmos quais elementos socioeconômicos ajudam a configurar essas categorias.

Iniciemos pela nobreza da terra. Como hipótese pode-se atribuir á figura dos homens-bons um status social elevado que pode ser evidenciado pela alta patente miliciana, pelos cargos ocupados na governança, pelas profissões exercidas, e por outros traços de distinção como ter sido um eleitor e pertencido às principais irmandades. A posse de planteis de escravos também era um indicativo de fortuna e, portanto, de posição social. Recompuesto socialmente, buscamos localizar a vizinhança da nobreza da terra.

³⁸⁵ SAINT-HILAIRE, A. op. cit., p. 106-107.

³⁸⁶ Isso quer dizer: pobres residiam na área dos ricos assim como o contrário era válido.

Quanto às patentes mais altas, o índice mais elevado de chefes em um logradouro era na Rua Fechada 70% – a menor era de tenente (um posto abaixo do de capitão). Aliás, neste mesmo logradouro, os chefes capitães eram 71% dos que tinham patentes. Os moradores da rua tinham como vizinhos capitães de milícia, ou em outras palavras, algumas das figuras mais proeminentes da vila. Já na Rua do Rosário era o segundo logradouro de taxa mais elevada, 46% dos moradores tinham altas posições na milícia (mais 8% na baixa milícia). Dos que tinham patente, 31% eram capitães, e 15% eram sargentos-mores (ordenanças ou milícia).

Quanto aos postos da administração local percebemos que os índices mais altos em um logradouro eram nas Ruas Fechada e do Rosário. Na primeira rua eram, 54% e 45%, respectivamente os chefes que ocuparam cargos maiores e menores. Era o mais alto índice entre todos os logradouros de Curitiba. Novamente a Rua do Rosário se destacou nessa questão – ocupando o segundo lugar. Seus moradores também ocuparam cargos na municipalidade, 54% em cargos maiores e 38% em postos menores.

Como já anotamos, parte da importância de um morador pode ser medida através do exercício da função de eleitor. Por isso, se 45% dos chefes da Rua Fechada – a taxa mais elevada – tiveram a condição de eleitor, pode-se acreditar que ali se concentravam aqueles moradores que tinham maior distinção social. O segundo logradouro com maior percentual era na Rua do Rosário, onde 38% dos chefes homens do logradouro foram eleitores.

Quanto ao pertencimento a principal irmandade da elite percebemos que o maior índice foi localizado na Rua Fechada, onde metade dos chefes eram confrades. De novo, na Rua do Rosário os dados levantados sugeriram o segundo maior número. Até o ano da Décima, aproximadamente 28% dos moradores do logradouro filiaram-se a esta confraria.

Já demonstramos que quanto ao preço dos imóveis, a Rua Fechada tinha, em média, o preço mais alto entre os logradouros curitibanos. Cerca de 13% maior do que o segundo logradouro mais caro, a Rua Nossa Senhora do Terço. A Rua do Rosário era o quarto logradouro em preço médio dos imóveis. Portanto, na região norte/leste era onde se localizavam as casas, em média, mais onerosas do núcleo citadino.

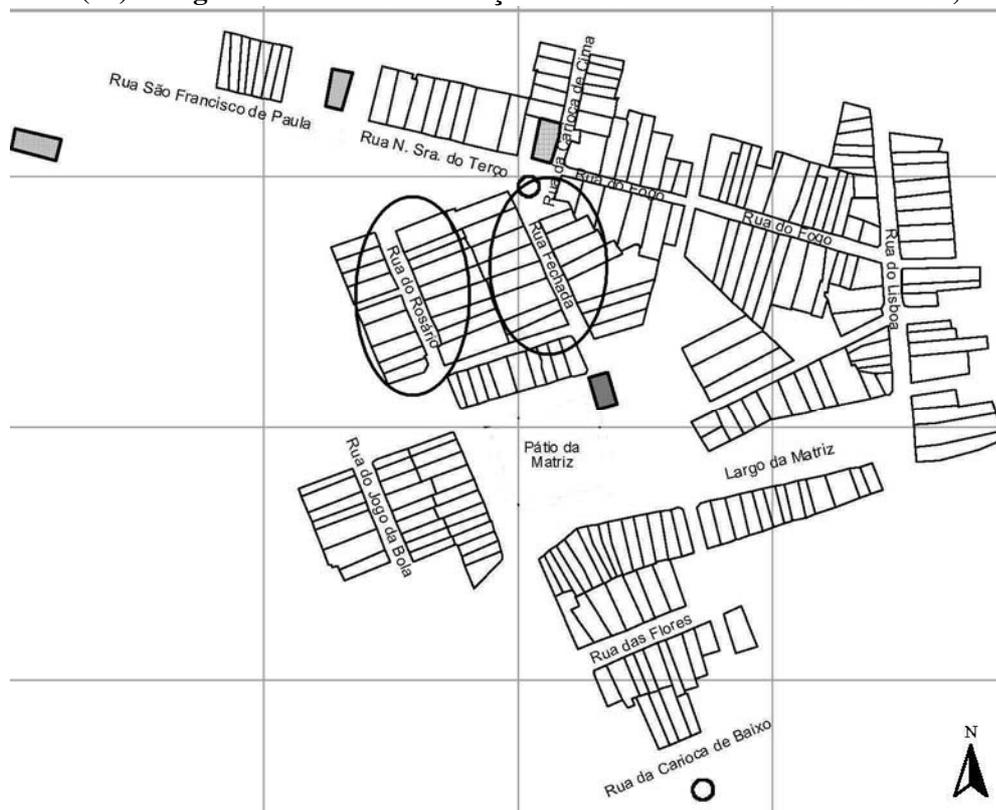
A ocupação econômica dos moradores também indica certa diferenciação social. Parece-nos que ser fazendeiro ou um grande comerciante eram as mais distintas profissões. Não tinham a marca do ofício mecânico (que usava as mãos). Mais uma vez, também neste outro fator, se torna evidente a distinção dos moradores da Rua Fechada. Todos os chefes de domicílio eram fazendeiros, 50%, ou negociantes, 33%. Havia ainda, um chefe padre.³⁸⁷ Outra

³⁸⁷ Mais outro morador sem ocupação registrada em Listas Nominativas.

vez pode-se notar a distinção dos moradores da Rua do Rosário, 44% eram fazendeiros e mesmo percentual de negociantes.

Pelas condições econômicas apresentadas, pode-se inferir o porquê do elevado número de escravos entre os moradores da Rua Fechada – o segundo índice mais elevado. Entre os que tinham escravos, a média era de nove por chefe. Na Rua do Rosário a média de escravos era um pouco maior, quase dez. Porém, o tamanho dos plantéis variava entre nenhum e vinte e oito cativos. Números que demonstram a oscilação, e os diferentes tipos sociais que ali residiam. Na Rua Fechada, a variação era menor entre 5 e 18 escravos.

Planta (81) – Logradouros de concentração da nobreza da terra em Curitiba, 1810



Essa análise permitiu “reconstruir” o homem-bom, e localizá-lo no espaço urbano de Curitiba no início do século XIX. A elite se distinguia social e economicamente dos demais moradores, e estava localizada, principalmente, em dois logradouros: Rua Fechada e Rua do Rosário. Isto é a área norte/oeste do setor citadino. Era a parte mais elevada do espaço urbano que juntamente com a proximidade da igreja principal pode sugerir a importância dada pelos moradores àqueles logradouros. Não faltam exemplos de obras e melhorias sendo feitas nessa área – outro indicativo do prestígio de seus moradores. O que não exclui os casos de residência deste tipo de moradores em outros logradouros. É importante ressaltar que a

Fechada e o Rosário não eram logradouros “exclusivos”. Podia-se deparar com moradores lado a lado de diferentes níveis sociais.

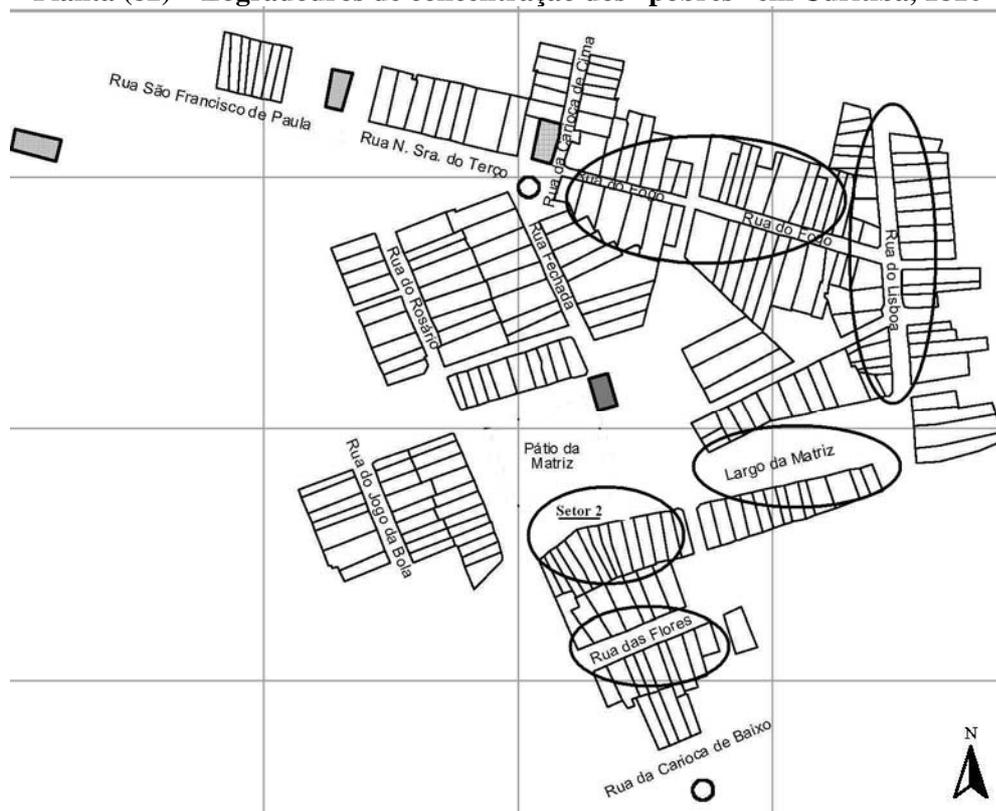
Não foi possível distinguir diferentes elites. Não identificamos, por exemplo, uma elite comercial e outra agrária como demonstramos para Paranaguá, por exemplo. Os moradores não parecem se distinguir através das ocupações. Pode haver outro fator que os diferenciem como a origem. Na primeira metade do XVIII, em Curitiba, os moradores metropolitanos e os filhos das colônias disputavam os cargos da Câmara.³⁸⁸ Devido às dificuldades de se atribuir a naturalidade dos chefes, não foi possível verificar se situação semelhante ocorria no início do XIX. Talvez, uma pesquisa mais aprofundada das relações sociais entre os moradores citadinos possa indicar quais eram os grupos envolvidos, e suas possíveis lideranças.

O “pobre” tinha, também, seu espaço de concentração. Mas o que era ser pobre naquela sociedade. Procuramos nas fontes sobre o que era considerado como tal. As Listas Nominativas ofereceram algumas pistas. Neste documento, na coluna da ocupação alguns moradores foram registrados como pobres. Com o auxílio dos Livros da Câmara (de eleições, da almotaxaria, etc.) pudemos qualificar melhor esses moradores mais modestos. Essa caracterização indicou os sintomas definidores da pobreza. O “pobre” era aquele morador que não tinha patente miliciana importante, cargo na Câmara ou foi eleitor. Bem como não foi confrade na principal irmandade branca.

Tendo os parâmetros acima mencionados como características das pessoas humildes, notamos que outros chefes, apesar de exercerem uma ocupação definida, também poderiam ser considerados como pobres. Eram moradores que tinham ocupações pouco lucrativas (artesãos e agricultores de subsistência), poucos escravos (até três), alguns com patentes baixas e sem cargos camarários. Esses eram outros moradores pobres que, como os nominalmente relacionados nas Listas Nominativas, não tinham boa condição social. Eram, no total (esses dois “tipos de pobres”), 47 moradores, ou 24% dos chefes (com alguma informação levantada). Destes, dois terços moravam nas Ruas do Fogo, do Lisboa, Nova das Flores, no setor 2 do Pátio da Matriz e no Largo homônimo. Isto é, a área mais ao sul e a leste da Igreja Matriz. Não por acaso, a área onde os preços dos imóveis eram mais baixos. Pela baixa condição socioeconômica não dispunham de recursos para morar nas regiões e casas mais valorizadas.

³⁸⁸ Em 1734, segundo Ermelino de Leão, houve uma disputa pelos cargos na Câmara entre os metropolitanos e os houve nascidos nas colônias. Ver nota de rodapé em CURITIBA. op. cit., v. 12, p. 16, 1924.

Planta (82) – Logradouros de concentração dos “pobres” em Curitiba, 1810



Enquanto os nobres residiam na região norte/oeste, os moradores pobres moravam em outra área, na parte leste/sul. As Ruas do Lisboa e do Fogo eram os principais logradouros da região. Era a zona da segunda expansão em direção aos alagados e aos rios. Portanto, bastante suscetível às chuvas e enchentes. Era a região com os preços dos imóveis mais baixos. Pouca condição econômica, devido suas ocupações pouco lucrativas aliado ao um pequeno status social deve ter contribuído para que esses chefes morassem em uma área mais modesta. Outros logradouros também tinham seus moradores pobres, porém naquele setor eram em maior concentração. Diante do quadro construído, também não pudemos identificar lideranças entre esses moradores que pudessem representá-los. Parece que o acesso aos cargos da administração e os altos postos da milícia estavam vedados a eles, ou quase isso.

Por fim, havia os moradores que buscavam um espaço mais privilegiado na sociedade curitibana. Não se tratava, aparentemente, de um “grupo”, mas de moradores que tinham ou almejavam ter as posições mais elevadas da hierarquia local. Habitavam, principalmente, o setor 1 do Pátio da Matriz. Sua melhor condição econômica pode ser verificada através do preço dos imóveis e da propriedade de escravos. Esse setor era, isoladamente, o segundo logradouro em preço médio dos imóveis, e a quantidade de escravos era elevada, 58% tinham quatro ou mais escravos. Apesar disso, a condição social era menos privilegiada, 70% e 60% não ocuparam, respectivamente, cargos maiores e menores na

Câmara. Eleitores também não eram em 90% dos casos. Mas 40% tiveram baixas patentes, até o ano da Décima. Essa situação sugere alguns degraus ainda precisavam ser alcançados, contudo já tinham algum sucesso que pode ser evidenciado, por exemplo, através das ocupações. Eram fazendeiros ou negociantes 60% dos moradores do setor 1. A localização nesse setor pode ter sido pela proximidade das ruas da elite curitibana (Rosário e Fechada). Porém, outros fatores não identificados podem ter maior peso nessa escolha desse local de moradia. Talvez faltasse a eles serem reconhecidos como parte da elite.

Outro logradouro poderia ser incluído nessa mesma “categoria”, a da classe intermediária. Porém, resistimos a essa opção por crermos que os moradores do Largo da igreja principal estavam ainda mais distantes das posições privilegiadas daquela sociedade. Isso apesar de boa condição econômica percebida através da quantidade de escravos e do preço dos imóveis, geralmente um pouco mais elevados do que a média urbana. Contudo, a maior parte dos chefes precisava subir muitos degraus na escala social. Não tinham, na maior parte das vezes, acesso as patentes milicianas (68%), aos cargos da Câmara (77% maiores e 90% menores), a confraria principal (73%), e nenhum morador dali era eleitor. Os pequenos comerciantes ali concentrados precisavam enriquecer para galgarem novos espaços.

CONCLUSÃO GERAL

No início desta dissertação nos perguntamos se havia algum padrão espacial na constituição de vizinhanças nas vilas analisadas. Partimos da hipótese que as pessoas tinham tendência a habitar próximas aos seus iguais. A historiografia tem mostrado que, na Metrópole, existiam segmentações urbanas (ruas, áreas, ou bairros) onde se concentravam comerciantes, artesãos, pobres ou ricos. Essas concentrações pareciam ocorrer, também, no Brasil. Nossa análise identificou que em Paranaguá, Antonina e Curitiba, no início do século XIX, havia uma diferenciação sócio-espacial, porém de contornos menos evidentes.

Na maior parte das vilas e cidades de matriz portuguesa não havia, aparentemente, espaços tão especializados quanto as ruas de profissões de Lisboa ou do Porto. É óbvio que, dadas as suas dimensões, as vilas estudadas não poderiam comportar tal nível de segmentação. No entanto, mesmo assim, foi possível perceber que o espaço ocupado não era homogêneo e indiferenciado. Os moradores pareciam procurar se distinguir, também, através do espaço de habitação, gerando um certo zoneamento. Nas três vilas analisadas, o recorte espacial mais evidente era a existência de regiões onde se concentravam as elites locais. Em contrapartida, existiam as regiões onde se concentravam os pouco abastados.

O estudo de Curitiba, no início do século XIX, permitiu perceber que em parte da região a norte e oeste da Igreja Matriz, principalmente próximo a este prédio, pode ser considerado a área preferencial de moradia da maior parte dos principais da vila. Era a parte mais elevada da área urbana, e a mais cuidada pela Câmara: calçamentos e regos (canais para escoar a água) eram refeitos várias vezes no ano. As ruas Fechada e do Rosário e o setor 1 do Pátio da Matriz eram os logradouros que se tornaram espaços privilegiados de habitação da elite. Concentravam-se nesta região as casas de mais alto valor, dos chefes com os postos elevados na milícia e dos que exerceram os principais cargos da Câmara. O fenômeno, parece ser generalizado. As igrejas, em especial as matrizes, eram pólos de valorização espacial. O que demonstra, por outra via, a importância desse tipo de acidente da topografia urbana no imaginário dos seus moradores.³⁸⁹

³⁸⁹ Em São Paulo, o estudo da arquiteta Beatriz Bueno permite antever também que os imóveis mais valorizados e ocupados por chefes abastados, estavam próximos da matriz. BUENO, B. P. S. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo colonial: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de São Paulo em 1809. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 73-75, 2005.

A elite antoninense tinha, também, seu espaço preferencial nas proximidades da Igreja Matriz. Os moradores de elevada condição social (camarários, patentes mais elevadas, com escravos, etc.) residiam quase que exclusivamente nas Ruas da Matriz e Direita, situadas a leste da igreja. Como em Curitiba, estes logradouros de Antonina situavam-se em uma área mais elevada e próxima a principal igreja da vila. Eram onde localizavam-se as casas mais caras nas quais habitavam os principais comerciantes e agricultores da vila.³⁹⁰

Em Paranaguá, a situação era um pouco diferente. Foi a única vila em que foi possível identificar a presença de duas elites, uma comercial e outra rural que tinham espaços relativamente distintos de moradia urbana. A elite mercantil habitava, sobretudo, nas Ruas do Terço e da Praia. Eram logradouros de concentração da maioria dos negociantes, e de boa parte dos armazéns da vila. Esses chefes tinham posições elevadas na milícia e nas ordenanças como as de capitães. Concentravam-se ali os que exerceram cargos camarários e os confrades das duas principais irmandades brancas. Formavam parte significativa da elite socioeconômica local, com status social já enraizado e elevado.

A elite agrária paranguara optou por morar, principalmente, na Rua Direita. Nome de logradouro que a historiografia brasileira tem ligado a ruas de comércio, em outras cidades luso-brasileiras. Como procuramos mostrar, os fazendeiros de Paranaguá não eram os detentores das posições mais elevadas na estrutura social. Apesar de constituírem grande força, os moradores da Rua Direita tinham posições mais baixas do que os do Terço. Em geral, ocupavam o segundo lugar, quando analisamos as patentes milicianas, cargos na Câmara, pertencimento as irmandades, entre outras variáveis. Quanto ao número de escravos, porém, os moradores da Direita eles eram donos dos maiores plantéis, em média. As atividades ligadas à terra exigiam mais braços. Os negociantes não tinham geralmente essa necessidade, caso se mantivessem restritos aos negócios mercantis.

Enquanto a elite de Antonina morava quase toda nos logradouros mais próximos ao mar, os de Paranaguá tinham opções diferentes que, como vimos, no caso dos comerciantes era por motivo funcional (estavam mais próximos do porto). Nossas demonstrações indicaram que não havia, em Antonina, grande distinção entre agricultores e comerciantes de maior porte. A pequenez da vila possivelmente, não permitia essa distinção espacial por atividade econômica. Também, não fomos capazes de perceber se havia diferenças entre a elite que morava na Rua Direita e os da Matriz.

³⁹⁰ Ver também GOMES, S. V. **Organização espacial numa vila colonial luso-brasileira, Antonina – 1808.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004, p. 28-31.

Talvez por Paranaguá ter sido, no XVIII, a maior vila do sul de São Paulo, em importância econômica e efetivo populacional a diferença entre esses dois grupos profissionais era mais evidente. Essas escolhas puderam ser, na medida do possível, explicadas por fatores econômicos, principalmente, mas também por certas necessidades de ordem prática. Os negociantes estavam voltados para o mar, porque dele dependia a chegada de seus produtos, os fazendeiros estavam voltados para a zona rural, de onde tiravam seu sustento.

Os “pobres” das três vilas pesquisadas também tinham suas áreas de habitação urbana: em geral, áreas mais baixas e alagadiças (portanto, insalubres). Em Curitiba os moradores de baixa condição social habitavam, a grosso modo, a região a sul e leste (da Igreja Matriz) que sofria com os alagamentos e a falta de cuidados da Câmara.³⁹¹ Era uma área que se desenvolveu em oposição àquela ocupada pela nobreza da terra. Talvez essa distância relativa (já que as casas estavam separadas pelo Pátio da Matriz), fosse justamente para criar essa diferença. Não havia um bairro urbano para cada um desses grupos, mas áreas pelo pequeno tamanho do setor urbano. Em geral, os chefes pobres da região sul-leste não tinham patentes na milícia, nem cargos na Câmara – mesmo os menores. Não eram confrades da principal irmandade branca da vila tampouco eram proprietários de escravos. Não eram socialmente desqualificados, eram qualificados como “pobres” nas Listas Nominativas.

Em Antonina a localização das camadas mais despossuídas era semelhante a Curitiba. Oponha-se à da elite. Esse distanciamento era, inclusive, especialmente mais marcado.³⁹² Do modo como imaginamos o setor citadino antoninense no início do século XIX, os logradouros do Campo não eram paralelos aos da Praia. Se a elite local agrária e comercial (detentora dos mais elevados títulos milicianos, cargos da Câmara, escravos, etc.) morava, sobretudo, nos logradouros próximos ao mar, os pobres (que estavam aleijados de qualquer distinção social) estavam, principalmente, nas ruas do Campo. É possível imaginar que essa distância marcava com traços mais fortes essa diferença.

Já em Paranaguá a situação era diferente. Se entre as elites havia uma relativa dispersão (em dois logradouros não paralelos), entre os pobres também se percebeu uma pulverização. Não se pode falar propriamente em uma zona, ou mesmo um logradouro de

³⁹¹ O setor urbano de Curitiba (do início do XIX) localiza-se na parte mais baixa de um planalto. Como era uma região que convivía com as chuvas, principalmente no verão, os alagamentos eram constantes. A abertura de regos e o calçamento eram medidas paliativas recorrentes na área dos nobres, porém na região dos pobres isso não acontecia. É o que se pode supor com o auxílio dos Livros de audiências e correições dos almotacés. PEREIRA, M. R. M; NICOLAZZI Junior, N. F. (orgs.) **Audiências e correições dos almotacés** (Curitiba, 1737 a 1828). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

³⁹² GOMES, S. V. op. cit, p. 32.

concentração dos moradores de baixa condição social. Habitavam, principalmente, os logradouros das bordas da vila: Ruas do Chargo (um charco) e do Fogo e na Travessa do Funil, assim como na Rua da Baixa (que sofria com alagamentos) no centro da vila.³⁹³ A maior distância da Igreja Matriz não ditava os preços das casas, porém os chefes de domicílios mais pobres, que tinham ocupações pouco lucrativas, tinham residência em muitos casos nessas ruas.

Contudo, havia aqueles que não eram nem pobres nem nobres. Eram moradores com algum cabedal porém com pouca, ou baixa, distinção social. Não se pode falar que o taberneiro João da Costa Silva, de Curitiba, com dez escravos fosse alguém financeiramente pobre, mas também não integrava a nobreza da terra. Não tinha, provavelmente, alcançado distinção suficiente para ser considerado um negociante pela elite local, e portanto igual a eles. Era um pequeno comerciante que estava enriquecendo, mas que ainda tinha alguns passos a dar rumo ao topo da estrutura social local. Sua baixa patente milicianiana, não integrar a principal Irmandade da vila, mas já ter sido almotacé – porta de entrada para os principais cargos do Concelho – sugerem essa situação.

Em Curitiba, outros homens com alguma riqueza porém sem grande posição social moravam nas Ruas do Jogo da Bola, à oeste da Matriz, e de Nossa Senhora do Terço, a nordeste do mesmo referencial. Talvez, não por acaso, esses dois logradouros estavam muito próximos da área ocupada pela nobreza da vila. A Rua do Jogo da Bola era paralela ao Pátio setor 1, já a Rua do Terço era conectada por um largo a Rua do Rosário. Com o enobrecimento destes chefes, a mesma região nordeste continuaria a concentrar a elite local.

Em Paranaguá, os intermediários entre pobres e nobres eram um pouco mais ricos (em média, mais escravos e propriedades urbanas). Localizavam-se, principalmente, na Rua da Gamboa (do lado esquerdo da Matriz) e na Travessa da Matriz (ao pé da mesma igreja). Eram moradores de boa condição econômica, porém de mediana posição social já que tinham funções menores na milícia (ou eram padres) e geralmente não tinham exercido cargos na Câmara. Ainda não aliavam status econômico e social. Caso alcançassem graus mais elevados na hierarquia social, a localização geral de nobres e pobres continuaria do mesmo modo: espalhados por todo o setor urbano mas com as referidas concentrações.

³⁹³ No caso parnanguara não parecia haver grandes problemas quanto aos alagamentos, apesar das chuvas constantes. Era uma praia portanto, o solo era arenoso e absorvia boa parte das chuvas. Talvez a Rua da Baixa fosse o logradouro mais afetado pelas chuvas. Esta notícia foi dada pelo ouvidor Pardinho, em 1720, no provimento 85. Não temos notícias se esta situação continuava no início do século XIX (não há fontes), porém até hoje essa rua tem problemas com alagamentos devido o seu nível mais baixo do que as demais. SANTOS, A. C. A. (org.). Provimentos da Vila de Paranaguá (1720). **Monumenta**, Curitiba, v. 3, n. 10, p. 118, 2000.

Já em Antonina, o mesmo não pode ser verificado. As dificuldades de se atribuir diferenças entre os agricultores e os comerciantes (quem era pequeno e quem, grande) foi um obstáculo para esmiuçarmos melhor os diferentes tipos sociais ali residentes. A distância entre o que era ser pobre ou rico devia ser muito pequena, e provavelmente não era isso que determinava as diferenças. Ou, quem sabe, em vilas menores a polarização era mais acentuada. Por isso, falhamos em identificar e localizar um “grupo” médio.

Portanto, nas três cidades analisadas, pode-se perceber espaços diferenciados para moradores distintos socialmente. No período colonial, parte do processo de seleção de vizinhos pode ter tido como instrumento a obrigação legal de construir a casa em até um ano após receber o lote urbano.³⁹⁴ Essa barreira era sutil, porém bastante eficaz. Impedia que a maior parte da população pudesse morar no setor citadino já que não tinham meios para edificar em prazo tão curto. Entre àqueles que podiam de algum modo morar em uma casa urbana (por aluguel, por aquisição, doação, etc.), os logradouros, em geral, como demonstramos, não eram os mesmos. Os pobres viviam em áreas alagadas enquanto os mais abastados tinham suas casas em setores mais elevados, e com boa infra-estrutura. Essa foi um modo indireto de compreender como se distribuían os lotes urbanos já que não dispomos mais das cartas de datas para qualquer uma das vilas examinadas.

Em Curitiba, a partir de 1829, e nas demais cidades “paranaenses” (Castro, Guarapuava, Ponta Grossa, etc.) posteriormente, são mais conhecidas as medidas explícitas adotadas pelas Câmaras na tentativa de expulsar os pobres da área urbana. O historiador Magnus Pereira demonstrou como esse processo ocorreu.³⁹⁵ Em 1829, a Câmara de Curitiba proibiu choupanas de pau-a-pique cobertas de palha nas principais ruas da vila.³⁹⁶ Esse modo de edificar era visto como próprio das áreas mais periféricas, portanto não compatíveis com as ruas e travessas onde moravam os homens-bons. Essa restrição seria estendida, em 1836, para todas as casas citadinas de Curitiba.³⁹⁷

Para os vereadores, nesses logradouros (e depois para toda a vila) deveriam haver somente casas de pedra e cal cobertas de telhas. As casas de taipa de pilão ou de estuque³⁹⁸ que eram modos construtivos mais elaborados do que a palha também eram aceitos nas as moradias das ruas principais. Esse ideal já tinha sido alcançado em Paranaguá. Em 1820,

³⁹⁴ Esse tipo de obrigação foi amplamente difundido nas terras luso-americanas: em Cuiabá (MT), Curitiba e Paranaguá (PR), São Paulo (SP), Salvador (BA) no início do século XVIII.

³⁹⁵ Sobre o processo de expulsão dos pobres através das posturas ver PEREIRA, M. R. M. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996, p. 116-124.

³⁹⁶ PEREIRA, M. R. M. op. cit., p. 117.

³⁹⁷ PEREIRA, M. R. M. op. cit., p. 120-121.

³⁹⁸ Estuque: Pó de mármore amassado com cal, gesso e areia.

Saint-Hilaire noticiou (provavelmente com certo exagero) que todas as casas urbanas parnanguaras eram do material mais nobre, pedra e cal. O que explica, em parte, os mais elevados preços médios dos imóveis (e absolutos, também) das três vilas analisadas que em Paranaguá era 1,8 vezes superior ao de Curitiba, e 3,7 vezes mais alto do que em Antonina.

Com essas proibições, o preço das construções se elevaria o que, por consequência, selecionaria a vizinhança.³⁹⁹ Restringindo ainda mais a possibilidade dos moradores mais pobres residirem no setor urbano, já que legalmente não era permitido negar um lote a quem requisitasse.⁴⁰⁰ Depois vieram outras medidas legais de seleção dos vizinhos como a definição, em 1836, de um limite mínimo na altura das casas, 18 palmos, ou 4 metros (que depois foi alterado para 20 palmos) e, no ano posterior, para o tamanho das janelas e portas. Foram medidas impostas a quem quisesse construir ou reformar o que pode indicar o tipo de morador que se desejava ter no setor citadino, isto é os que tinham dinheiro.

Impor um modo de construção era um dos modos utilizados para excluir os moradores menos abastados dos setores urbanos em Curitiba, ou em qualquer outra cidade luso-brasileira. Porém, havia outros meios de exclusão que não pudemos identificar, contudo foi possível perceber que ela existia, por menor que fosse a vila. O inexpressivo número de chefes não-brancos em Curitiba pode ser apontado como indicativo dessa situação. Parece que o morador pardo ou o negro não podiam morar no setor urbano da vila. O preço das casas, ou mesmo seu aluguel, pode ser apontado como um desses meios de selecionar moradores.

³⁹⁹ PEREIRA, M. R. M. op. cit., p. 118.

⁴⁰⁰ PEREIRA, M. R. M (org). **Posturas Municipais – Paraná, 1829-1895**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 68-69

FONTES

MANUSCRITAS

ANTONINA. Livro de Lançamento de dízimo de Paranaguá (1808-1857). Acervo do Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba.

_____. Maços de população. Listas nominativas de habitantes de Antonina (1801-1809). Acervo do Arquivo Público de São Paulo.

CURITIBA. Inventário de Bens Rústicos (1818). Acervo do Arquivo Público de São Paulo.

_____. Livros de Atas de casamento de Curitiba, livros nº 3 e 4 (1780-1810). Acervo da Catedral Basílica Menor de Curitiba.

_____. Livro de Lançamento de dízimo de Paranaguá (1808-1857). Acervo do Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba.

_____. Livro de Notas do Tabelião nº 2 e 3, 26 ao 33. Acervo do 1º Tabelionato de Notas de Curitiba.

_____. Maços de população. Listas nominativas de habitantes de Curitiba (1801-1811). Acervo do Arquivo Público de São Paulo.

_____. Inventário de Maria Bicuda Camacha (1729). Acervo do Arquivo Público do Paraná.

PARANAGUÁ. Livro de Lançamento de dízimo de Paranaguá (1808-1857). Acervo do Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba.

_____. Maços de população. Listas nominativas de habitantes de Paranaguá (1767). 4º Companhia de ordenanças. Acervo: Arquivo Público de São Paulo.

_____. Maços de população. Lista nominativa de habitantes (1772). Projeto Resgate, Capitania/ Província de São Paulo, Códice 2105.

_____. Maços de população. Listas nominativas de habitantes de Paranaguá (1801-1809). Acervo do Arquivo Público de São Paulo.

PORTO ALEGRE. Rol de desobriga da Paróquia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre (1779, 1781 e 1782). Acervo do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PUBLICADAS

ALMEIDA, N. L. V. **Curiosidades Históricas da Irmandade de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba**. Curitiba: Edição da autora, 1975 [Transcrição do livro de entradas].

ANDRADA, M. F. R. Jornal de viagem por diferentes vilas desde Sorocaba até Curitiba, principiada a 27 de novembro de 1802. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo XLV, parte 1, p. 30-47, 1882.

BLUTEAU, R. **Vocabulário Português e latino**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/> . Acesso em 29 de março de 2010.

BALHANA, A. P; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, v. 1, sem página [entre as páginas 161-162, a maquete de Curitiba em 1876].

BRASIL. **Collecção das Leis do Brazil de 1808**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 69-73 [Alvará da Décima].

_____. **Collecção das Leis do Brazil de 1809**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 69-70 [Alvará do imposto da siza] e 72-73 [Alvará de extensão da Décima].

CASTRO. **Atas da Câmara**. Acesso em 27 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.camaracastro.pr.gov.br/atas/> . Acesso em: 20 de setembro de 2009.

CORTESÃO, J. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750) – Antecedentes do Tratado**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores - Instituto Rio Branco, parte III, tomo II, 1951.

CURITIBA. **Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba**, Curitiba, v. 10-52, 19XX

Dezenove de Dezembro. Curitiba, 9/5/1855, 23/5/1855, 13/6/1855, 27/6/1855, 26/9/1855, 17/10/1856, 2/1/1856, 6/2/1856, 27/2/1856, 4/4/1856.

DUDEQUE, I. J. T. **Cidade sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos**. Curitiba: Champagnat, 1985 [Planta de Curitiba em 1830-1850].

MATHIAS, H. G. **Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais (Vila Rica – 1804)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969 [Transcrição da Lista Nominativa de 1804].

MOSTEIRO DE SÃO BENTO. **Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1945.

PARANÁ. **Boletim do Arquivo do Paraná**, Curitiba, ano 6, n° 9, 1981 [Planta de Curitiba em 1857 e de 1900].

PEREIRA, M. R. M; NICOLAZZI Junior, N. F. (orgs.) **Audiências e correições dos almotacés** (Curitiba, 1737 a 1828). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 105-280. [Transcrição de livros de termos e audiências dos almotacés de Curitiba].

RIO DE JANEIRO. **Tombos das Cartas das Sesmarias do Rio de Janeiro** (1594-1595 e 1602-1605). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1967.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pela Comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

_____. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ EDUSP, 1974.

SALVADOR. Atas da Câmara (1641-1649). **Documentos históricos do Arquivo Municipal**, Salvador (Prefeitura do Município de Salvador), v. 2, 1949.

SANTOS, A. C. A (org.). Provimentos da Vila de Curitiba (1721). **Monumenta**, Curitiba, v. 3, n. 10, p. 29-78, 2000 [Transcrição dos provimentos do ouvidor Pardinho].

_____. (org.). Provimentos da Vila de Paranaguá (1721). **Monumenta**, Curitiba, v. 3, n. 10, p. 83-162, 2000 [Transcrição dos provimentos do ouvidor Pardinho].

SANTOS, A. C. A; SANTOS, R. M. F. **Eleições da Câmara Municipal de Curitiba** (1748 a 1827). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 113-210 [Transcrição das atas de eleições da Câmara].

SÃO PAULO. **Atas da Câmara de São Paulo**. São Paulo: Typographia Piratininga, v. 10 e 13, 1915.

_____. **Cartas de datas de terra**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937, v. 1 e 4.

VIEIRA DOS SANTOS, A. **Memória Histórica de Paranaguá (1850)**. Curitiba: Vicentina, 2001, 2 vols.

VILA RICA. Termos de Accordões da Camara. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 25, v. 2, 1937.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano. **Capítulos de historia colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 1981.

ALMEIDA, N. L. V. **Curiosidades Históricas da Irmandade de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba**. Curitiba: Edição da autora, 1975.

ALVAREZ, A. Os novos aspectos de Paranaguá. A rua thermometer. Maus tempos. Volta ao progresso. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 25 de fevereiro de 1928, nº 2779, ano 10.

ANDRADA, M. F. R. Jornal de viagem por diferentes vilas desde Sorocaba até Curitiba, principiada a 27 de novembro de 1802. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo XLV, parte 1, p. 30-47, 1882.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, v.1.

BANDEIRA, M. S. M. **O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII: a reconstrução da cidade a partir do Mappa das Ruas de Braga e dos Índices dos Prazos das Casas do Cabido**. Porto: Ed. Afrontamento, 2000.

BACELLAR, C. A. P. Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência. In: Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2000. p. 1-26. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_2.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2010.

BARBOSA, M. F. **Terra de negócio: o comércio e o artesanato em Curitiba na segunda metade do século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

BENATTI, A. P.; SUTIL, M. S. Rui Barbosa: a praça na trilha do tempo. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 23, n. 119, p. XXX-XXX, 1996.

BERG, C. L. **Antonina, a vovó do Paraná**. Curitiba: Edição do autor, 2003.

BICALHO, M. F. B. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 24, n.1, p. 31-57, 1998.

BOSCHILIA, R. Cores da cidade: Riachuelo e Generoso Marques. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 23, n. 110, p. 1-87, 1996.

_____. A Rua 15 e o comércio do início do século. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 23, n. 113, p. 3-105, 1996.

BOUTIN, L. **Histórias Paranaenses**. Curitiba: Edição do autor, 2003.

BUENO, B. P. S. O velho tecido urbano de São Paulo: proprietários e mercado imobiliário rentista em 1809. **Varia História**, Belo Horizonte, n° 32, p. 123-143, 2004.

_____. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo colonial: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de São Paulo em 1809. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 59-97, 2005.

BURMESTER, A. M. O. Contribuição metodológica para estimativas de mortalidade: Curitiba, século XVIII. In: COSTA, I. N. (org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

CARDOSO, C. F; ARAUJO, P. H. **Rio de Janeiro**. Madri: Editorial Mapfre, 1992.

CARITA, H; ARAUJO, R (orgs.). **Colectânea de estudos: Universo Urbanístico Português, 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

CAROLLO, C. L. Cemitério municipal São Francisco de Paula: monumento e documento. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 22, n. 104, p. 3-195, 1995.

CARRARA, A. A. Espaços urbanos de uma sociedade rural (Minas Gerais, 1808-1835). **Varia História**, Belo Horizonte, n° 25, p. 144-164, 2001.

_____. **A Real Fazenda de Minas Gerais**: guia de pesquisa da coleção Casa dos Contos de Ouro Preto. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2003, 2 vols.

CAVALCANTI, N. **O Rio de Janeiro Setecentista**: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CHMYZ, I (coord.). **Relatório final do Projeto para a constatação e resgate do patrimônio arqueológico na área das obras de revitalização da Praça Tiradentes, em Curitiba, Paraná**. CURITIBA: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, UFPR, 2010.

CORDEIRO, G. I. Territórios e identidade: sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 125-142, 2001.

CORTESÃO, J. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)** – Antecedentes do Tratado. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/ Instituto Rio Branco, tomo II, 1951.

CUNHA, F. **Elites políticas municipais no Brasil-colônia**: homens-bons da Curitiba setecentista. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

DAVIS, N. Z. **Nas margens**: três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DEL PRIORE, M; VENÂNCIO, R. P. **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DELSON, R. M. **New towns for colonial Brazil**: spatial and social planning of eighteenth century. Ann Arbor: Department of Geography, Syracuse University, 1979.

_____. **Novas vilas para o Brasil-colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

DICK, M. V. P. A. A ciranda dos nomes na toponímia da cidade de São Paulo. **Cadernos de História de São Paulo**, São Paulo, n° 2, p. 61-71, 1993.

DUDEQUE, I. J. T. **Cidade sem véus**: doenças, poder e desenhos urbanos. Curitiba: Champagnat, 1985.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990-1993, 2 vols.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In:____. **Estabelecidos e outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 19-50.

FALCON, F. J. C. A cidade colonial: algumas questões a propósito de sua importância político-administrativa (séculos XVII/XVIII). **Anais do I Colóquio de estudos históricos Brasil –Portugal**. Belo Horizonte: PUC-MG, 1994, p. 89-100.

FARIAS, J. B; GOMES, F. S; SOARES, C. E. L; MOREIRA, C. E. A. **Cidades Negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

FERREIRA, M. C. F. Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520). **Revista de Guimarães**, Guimarães, v. 96, p. 81-150, 1986.

_____. Elementos para um estudo sociotopográfico de Guimarães na baixa Idade Média: um espaço residencial de elite. **Cadernos do Noroeste**, Minho, v. II/2-3, p. 179-216, 1989.

FORCATO, F. **Relações sociais e suas configurações**: Um estudo de caso. Relatório de Iniciação Científica do projeto “Quem é quem na formação da população paranaense: um estudo de relações sociais no setecentos”, Curitiba, 2005.

FREITAS, W. F. **História de Paranaguá**: das origens à atualidade. Paranaguá: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1999.

GLEZER, R. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007.

GOMES, S. V. **Organização espacial numa vila colonial luso-brasileira, Antonina – 1808**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

GUTIERREZ, R. **Arquitectura y urbanismo em Iberoamerica**. Madrid: Cátedra, 1992.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KATO, A. T. T. **Outra Paranaguá Urbana: Implicações sócio-econômicas na configuração espacial de uma vila colonial (1808)**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

_____. Distribuição socioespacial de Paranaguá (1808) – Primeiras linhas de uma pesquisa. **Caderno Caminhos da História** (USS), Vassouras, v.2, p. 1 - 20, 2010. Disponível em: http://www.uss.br/web/hotsites/revistaeletronicaoutubro2010/arquivos/DISTRIBUICAO_SO_CIOESPACIAL_DE_PARANAGUA.pdf . Acesso em: 1 de março de 2011.

_____. O espaço urbano colonial reconstituído: notas de uma metodologia. In: SEBRIAN, R. N. N.; DE SALIS, C. L. G; COSTA, M. P; STANCZYK FILHO, M; PONTAROLO, F; PIRES, A. J. (orgs.). **Perspectivas historiográficas**. Campinas: Pontes Editores, 2010, p. 167-179.

_____. Patentes milicianas dos chefes com domicílio urbano: organização sócio-espacial a partir da Décima Urbana de Paranaguá. In: SALES, J. R.; FREITAG, L; STANCZYK Filho, M. **Região: espaço, linguagem e poder**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 325-336.

_____. Chefes não-brancos na distribuição socioespacial urbana de Paranaguá. **Histórica**, São Paulo, n. 46, ano 7, p. 1 – 10. 2011. Disponível em: <http://www.historica.arquiwoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao46/materia03/> . Acesso em: 15 de maio de 2011.

KOZAN, J. M. **Virtual heritage reconstruction: the old main church of Curitiba, Brazil**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – University of Cincinnati , 2004.

KOZAN, J. M; KOZAN, I. B. Reconstrução virtual da antiga Igreja Matriz de Curitiba: análise de dimensões e implantação. **Arqueologia**, Curitiba, v.10, p. 1-15, 2006.

KUSHNIR, B. Traços da imigração portuguesa no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. **População e Sociedade**, Porto, n.14/15, parte I, p. 89-101, 2007.

LAPA, J. R. A. Ciclo vital de um pólo urbano: Vila Bela (1751-1820). In: Anais do Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 7., 1974, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 1974, v. 1, p. 305-326.

LEÃO, E. A. **Contribuições históricas e geográficas para o Dicionário do Paraná**. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, v.1, 1926.

_____. **Antonina: factos e homens** – da idade archeolítica à elevação a cidade (1918). Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999.

LEVI, G. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

LIMA, C. A. M. **Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

- MACEDO, L. P. **A rua e a horta da Mancebia**. Lisboa: Amigos de Lisboa, 1948.
- MARTINS, R. **Curityba de outr'ora e de hoje**. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1922.
- MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: EDUSP/ Melhoramentos, 1980.
- _____. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MATHIAS, H. G. **Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais** (Vila Rica – 1804). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.
- MATOS, G. S. A Rua da Mancebia. **Revista Municipal**, Lisboa, n° 32, p. 23-34, 1947.
- NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1926-1950, 6 vols.
- _____. Curitiba e o seu evoluir. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, tomo 1, n° 3, p. XXX, 1936.
- NEIVA, S; RIGHI, R. A importância da cultura na construção do espaço urbano no Japão. **Pós** (Revista da Pós-graduação FAU-USP), São Paulo, v. 15, n.24, p. 26-43, 2008.
- OMEGNA, N. **A cidade colonial**. Brasília: EBRASA, 1971.
- PEREIRA, M. R. M. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.
- _____. **A forma e o poder: duas agendas de cidade na época medieval e moderna**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.
- _____. Cortesia, civilidade, urbanidade: conversando com Norbert Elias sobre a conformação do espaço e das sociabilidades na cidade medieval portuguesa. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 30, p. 111-146, 1999.
- PEREIRA, M. R. M; CRUZ, A. L. R. B. Mancebias e judiarias; espaços de segregação na cidade portuguesa (séc. XIV a XVII). **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 5, n. 1, p.133-154, 2004.
- PEREIRA, M. R. M; NICOLAZZI Junior, N. F. (orgs.) **Audiências e correições dos almotacés** (Curitiba, 1737 a 1828). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.
- PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.
- PIÑEIRO, T. L. A construção da autonomia: o Corpo de Comercio do Rio de Janeiro. In: V Congresso Nacional de História Econômica. Caxambu: **Anais...**, 2003. Disponível em: http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_94.pdf. Acesso: 5 de outubro de 2009.

PINHEIRO, J. C. F. A Carioca: memória histórica e documenta. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (IHGB)**, Rio de Janeiro, tomo XXV, p. **71**, 1862.

RAMINELLI, R. Simbolismos do espaço urbano colonial. In: VAINFAS, R. **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1992, p. 163-175.

REIS Filho, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira Editora/ EDUSP, 1968.

_____. **Imagens de vilas e cidades coloniais no Brasil**. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ EDUSP, 1974.

_____. **Viagem pela Comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SAMARA, E. M. Aspectos de uma vila paulista em 1813. (de acordo com os dados fornecidos pelos Maços de População de Itu). In: Anais do Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 7., 1974, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 1974, v. 1, p. 347-370.

SANTA´ANNA, D. B. **Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822 – 1901)**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

SANTOS, A. C. A (org.). Provimentos do Ouvidor Pardinho (1721). **Monumenta**, Curitiba, v. 3, n. 10, p. 1-28, 2000.

SANTOS, A. C. A; SANTOS, R. M. F. (orgs). **Eleições da Câmara Municipal de Curitiba (1748 a 1827)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

SANTOS, P. F. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ IPHAN, 2008.

SERRÃO, J. V. **História de Portugal**. Lisboa: Ed. Verbo, 1979, v. 1.

SILVA, I. M. **Pelouros e barretes: juízes e vereadores da Câmara municipal de Curitiba – século XVIII**. Trabalho de conclusão de curso (História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SILVA, J. T. **São Paulo 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial**. São Paulo: Moderna, 1984.

SIMARD, J. P. Formación, desarrollo y configuración sócio-étnica de una ciudad colonial: Cuenca, siglos XVI-XVIII. **Anuário de Estudos Americanos**, Sevilha, volume LIV-2, p. 413-445, 1997.

SMITH, R. **As Artes na Bahia: arquitetura colonial**. Salvador: Prefeitura de Salvador, 1954.

TREVISAN, E. **O Centro histórico de Curitiba**: sua formação – tentativa de localização dos seus moradores (1668-1853). Curitiba: Edição do autor, 1996.

_____. **Curitiba na província**: ruas, moradores antigos, explosão de cidadania. Curitiba: Vicentina, 2000.

VIEIRA DOS SANTOS, A. **Memória Histórica de Paranaguá (1850)**. Curitiba: Vicentina, 2001, 2 vols.

VIEIRA Junior, A. O. **Entre o futuro e o passado**: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850). Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

WACHOWICZ, R. C. **As moradas da Senhora da Luz**. Curitiba: Vicentina, 1993.

_____. Curitiba: ruas, praças e becos. **Revista da Academia Paranaense de Letras**, Curitiba, v. 38, n° 62, 1998.

WEBER, S. A. **Além do cativo**: a congregação de escravos e senhores na Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. Século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

ZEMELLA, M. P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC / EDUSP, 1990.

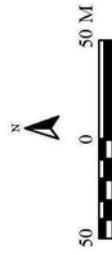
ANEXOS

<u>Planta hipotética de Paranaguá (1808)</u>	221
<u>Planta hipotética de Antonina (1808)</u>	223
<u>Planta hipotética de Curitiba (1810)</u>	224
<u>Planta hipotética de Paranaguá (1808) – Valor do aluguel</u>	225
<u>Planta hipotética de Antonina (1808) – Valor do aluguel</u>	226
<u>Planta hipotética de Curitiba (1810) – Valor do aluguel</u>	227
<u>Planta hipotética de Paranaguá (1808) – Ocupação</u>	228
<u>Planta hipotética de Antonina (1808) – Ocupação</u>	229
<u>Planta hipotética de Curitiba (1810) – Ocupação</u>	230
<u>Planta hipotética de Paranaguá (1808) – Origem</u>	231
<u>Planta hipotética de Antonina (1808) – Origem</u>	232
<u>Planta hipotética de Curitiba (1810) – Origem</u>	233
<u>Planta hipotética de Paranaguá (1808) – Cargo na Câmara</u>	234
<u>Planta hipotética de Antonina (1808) – Cargo na Câmara</u>	235
<u>Planta hipotética de Curitiba (1810) – Cargo na Câmara (Majores)</u>	236
<u>Planta hipotética de Curitiba (1810) – Cargo na Câmara (Menores)</u>	237
<u>Planta hipotética de Paranaguá (1808) – Patente miliciana</u>	238
<u>Planta hipotética de Antonina (1808) – Patente miliciana</u>	239
<u>Planta hipotética de Curitiba (1810) – Patente miliciana</u>	240
<u>Planta hipotética de Paranaguá (1808) – Cor social</u>	241
<u>Planta hipotética de Antonina (1808) – Cor social</u>	242
<u>Planta hipotética de Curitiba (1810) – Cor social</u>	243

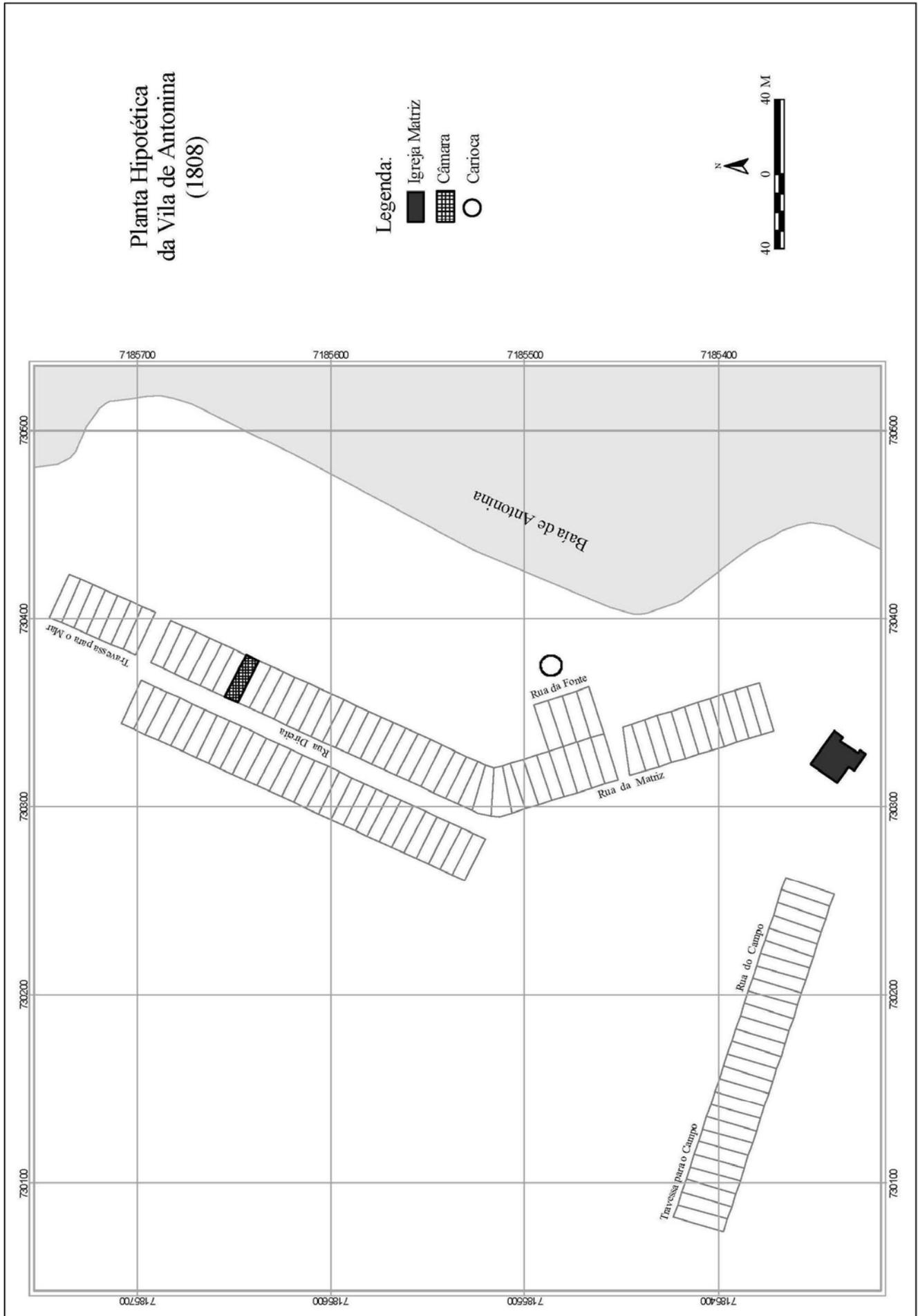
PLANTA HIPOTÉTICA DE PARANAGUÁ (1808)

Planta Hipotética da Vila de Paranaguá (1808)

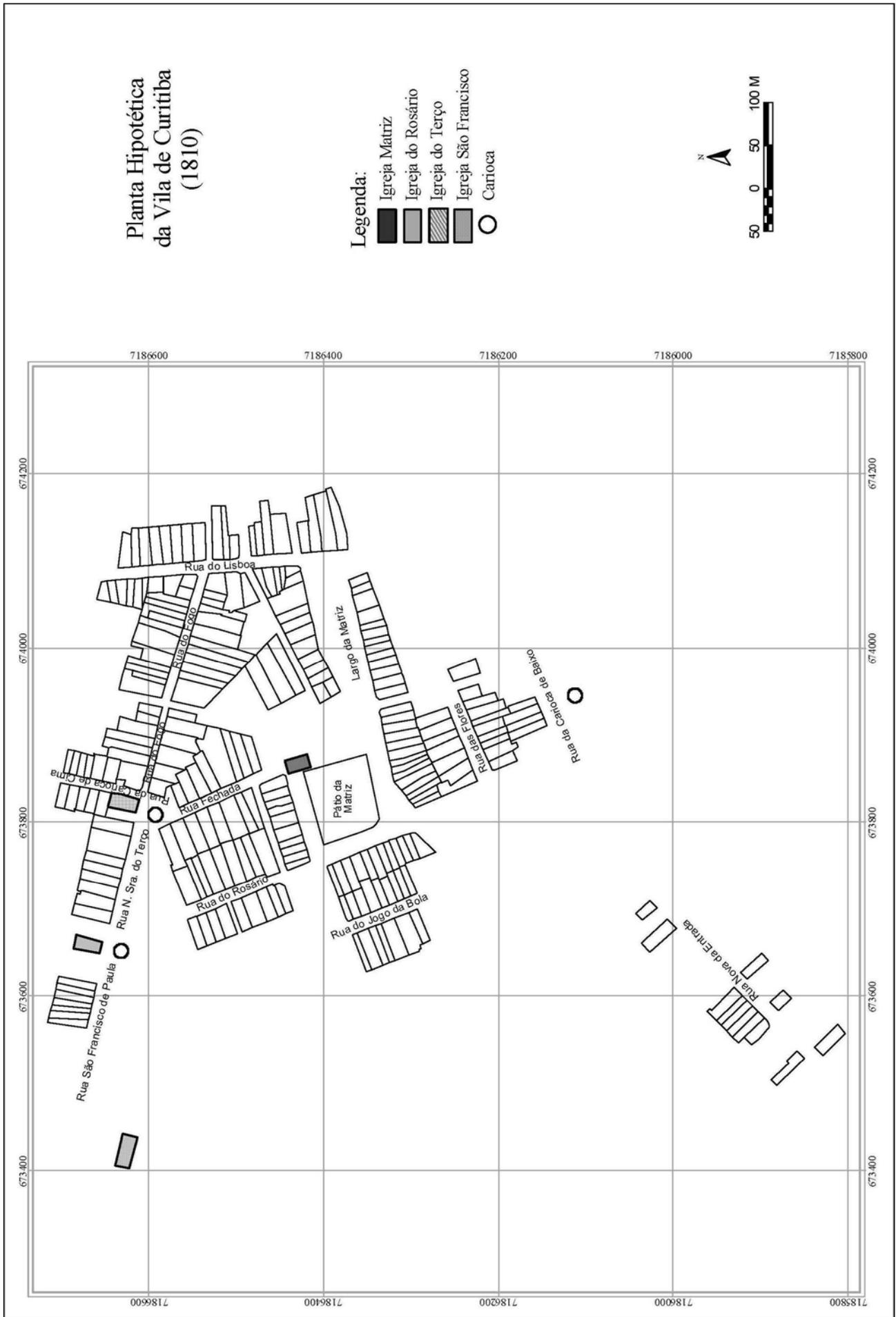
- Legenda:
-  Igreja Matriz
 -  Igreja São Benedito
 -  Igreja da Ordem Terceira
 -  Igreja Bom Jesus
 -  Colégio Jesuíta
 -  Conselho
 -  Carioca



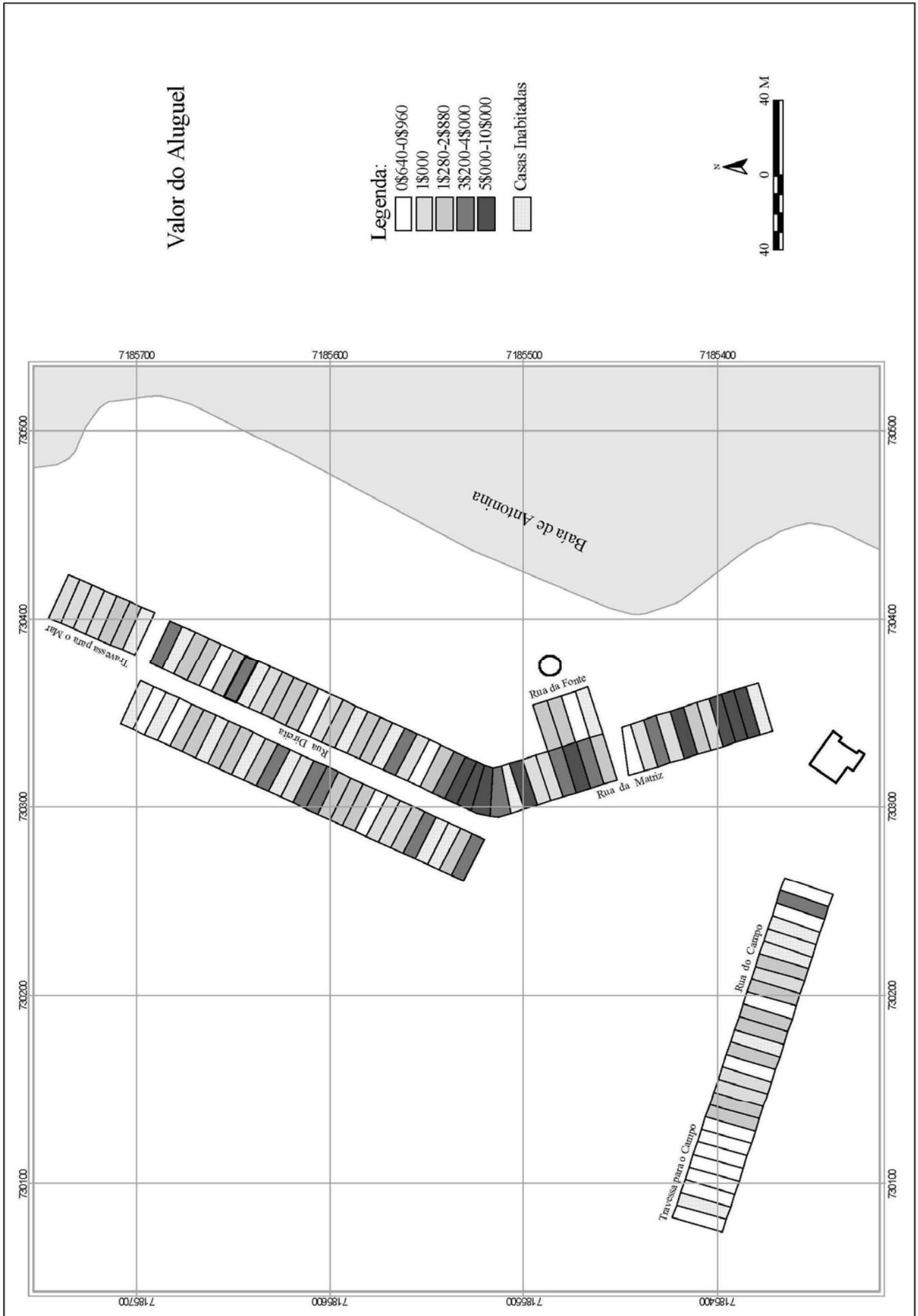
PLANTA HIPOTÉTICA DE ANTONINA (1808)



PLANTA HIPOTÉTICA DE CURITIBA (1810)



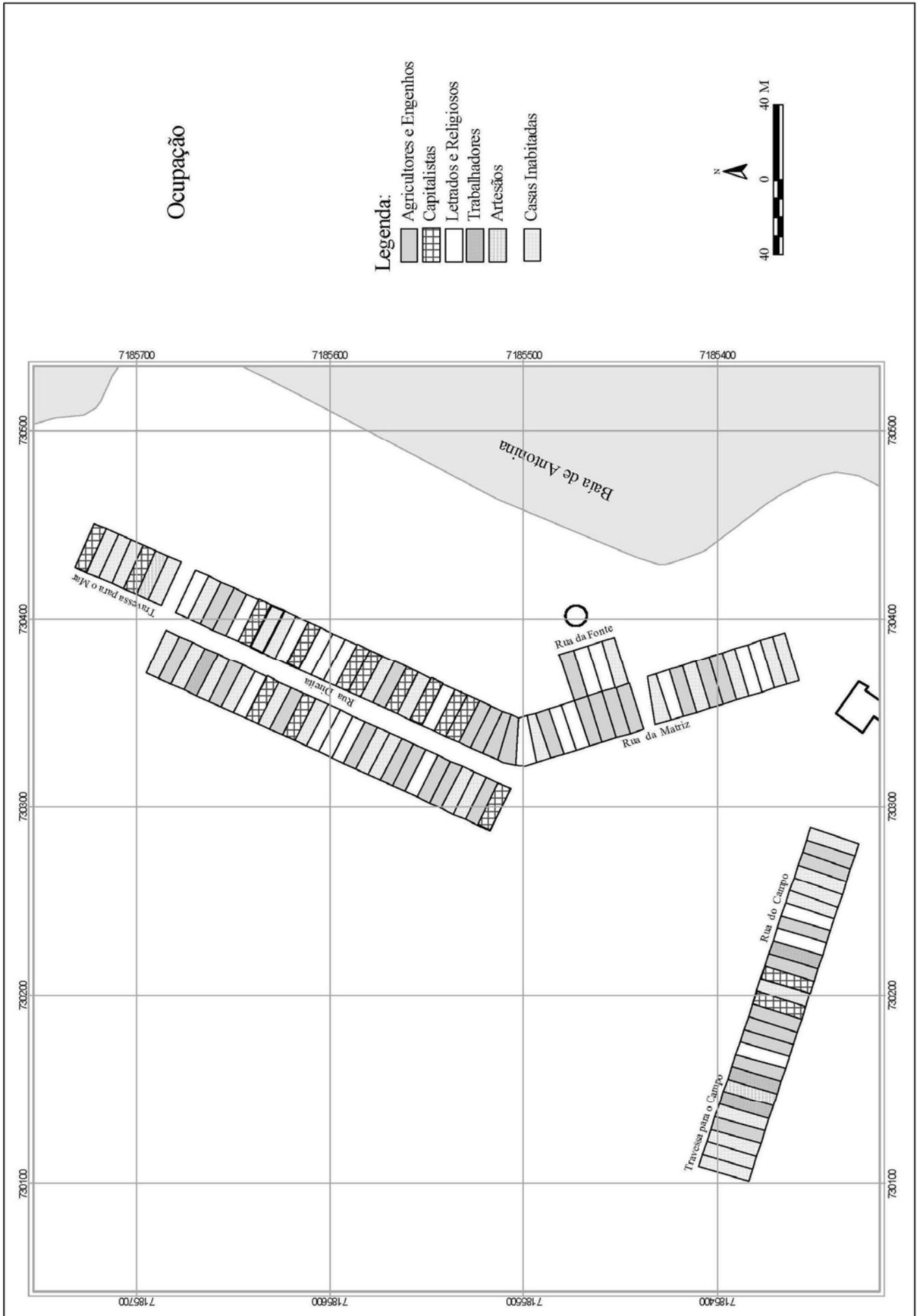
PLANTA HIPOTÉTICA DE ANTONINA (1808) – VALOR DO ALUGUEL



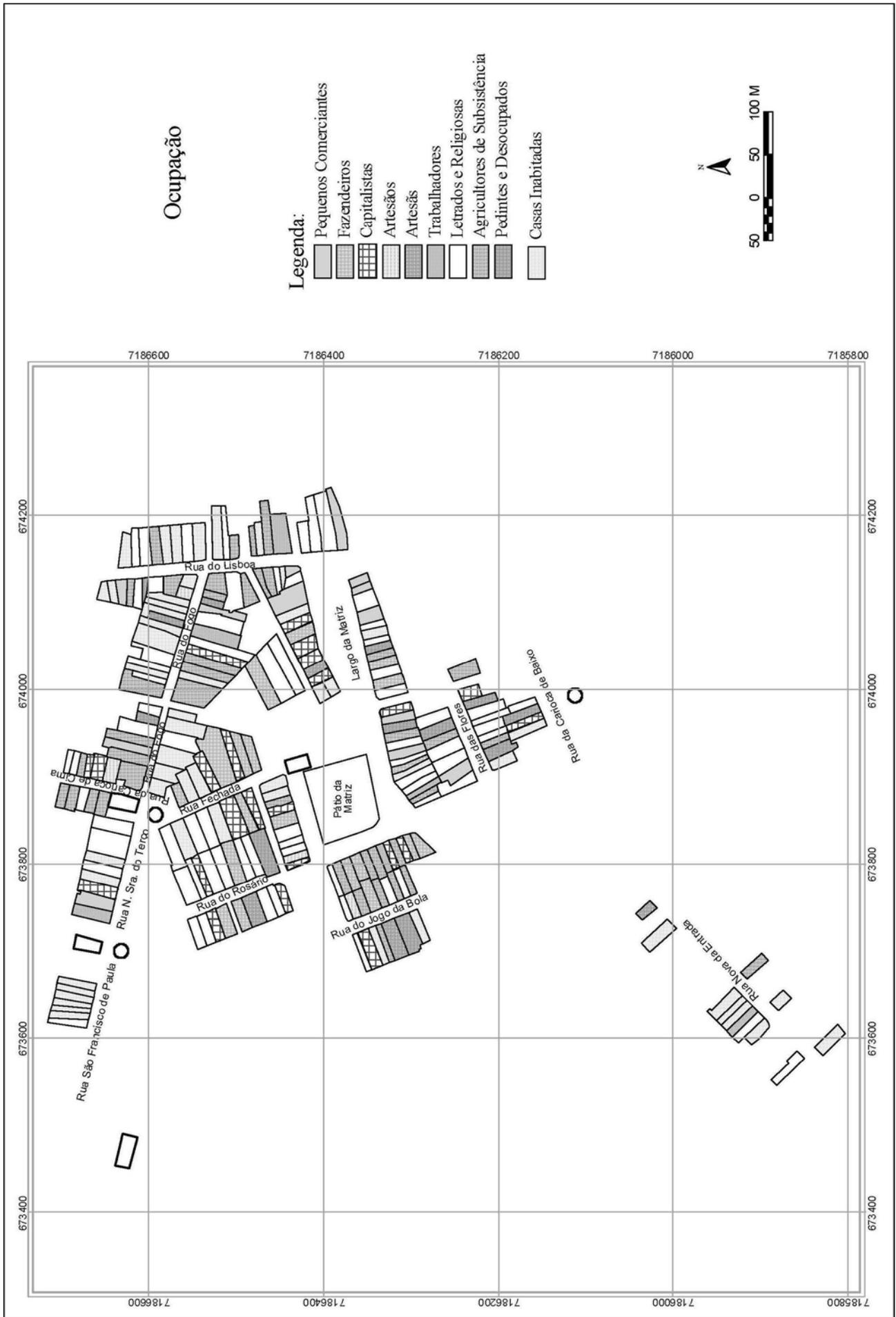
PLANTA HIPOTÉTICA DE CURITIBA (1810) – VALOR DO ALUGUEL



PLANTA HIPOTÉTICA DE ANTONINA (1808) – OCUPAÇÃO



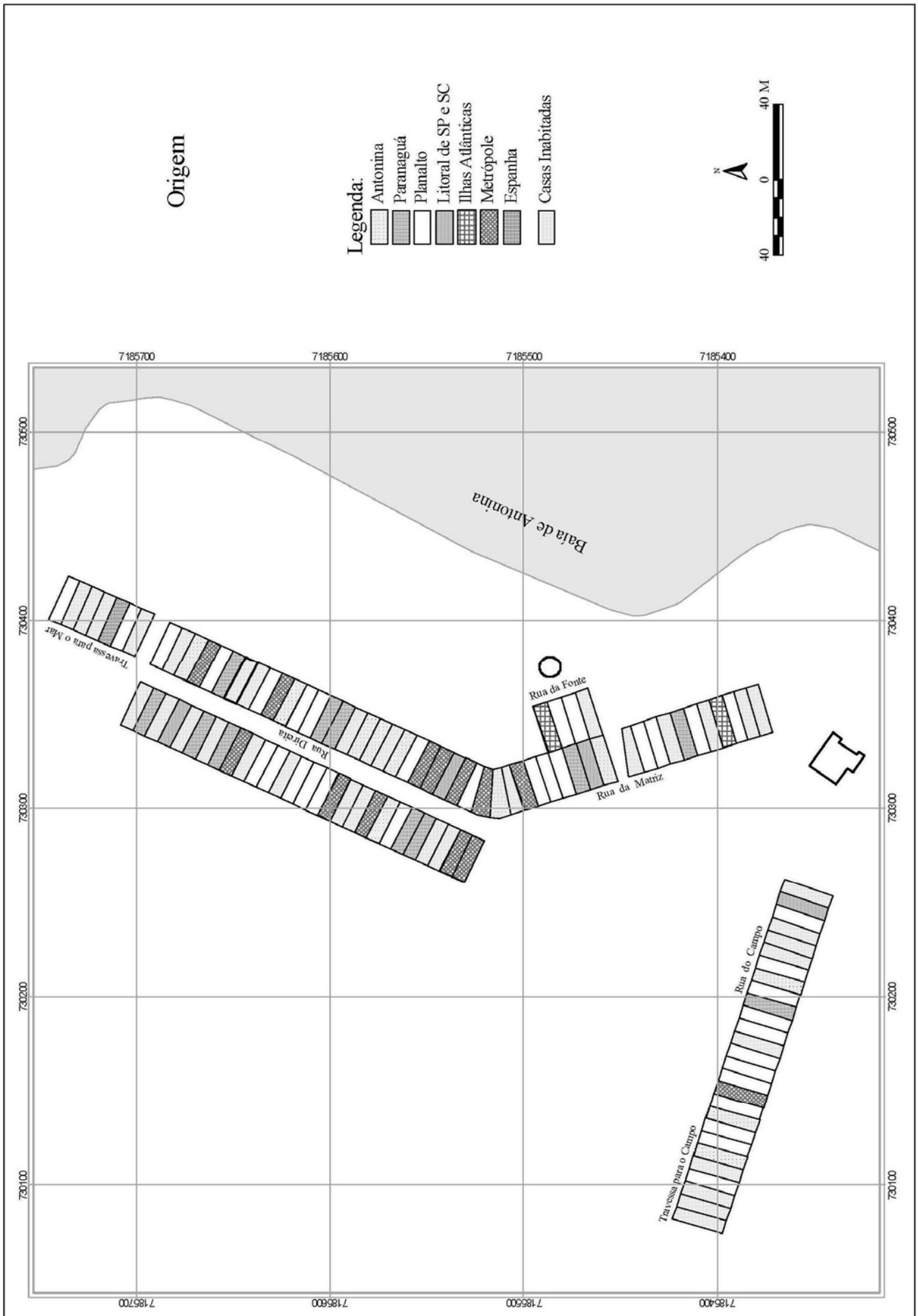
PLANTA HIPOTÉTICA DE CURITIBA (1810) – OCUPAÇÃO



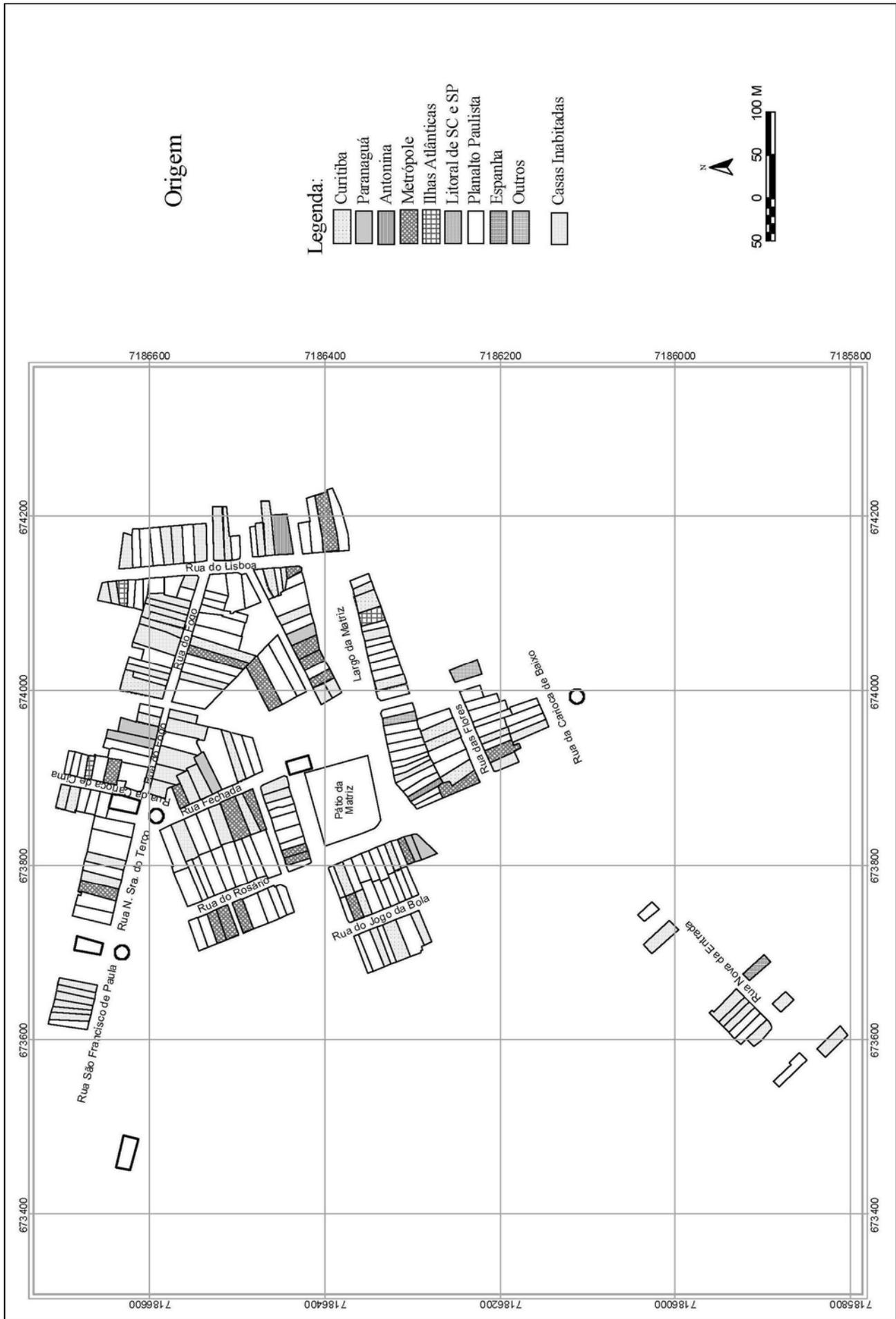
PLANTA HIPOTÉTICA DE PARANAGUÁ (1808) – ORIGEM



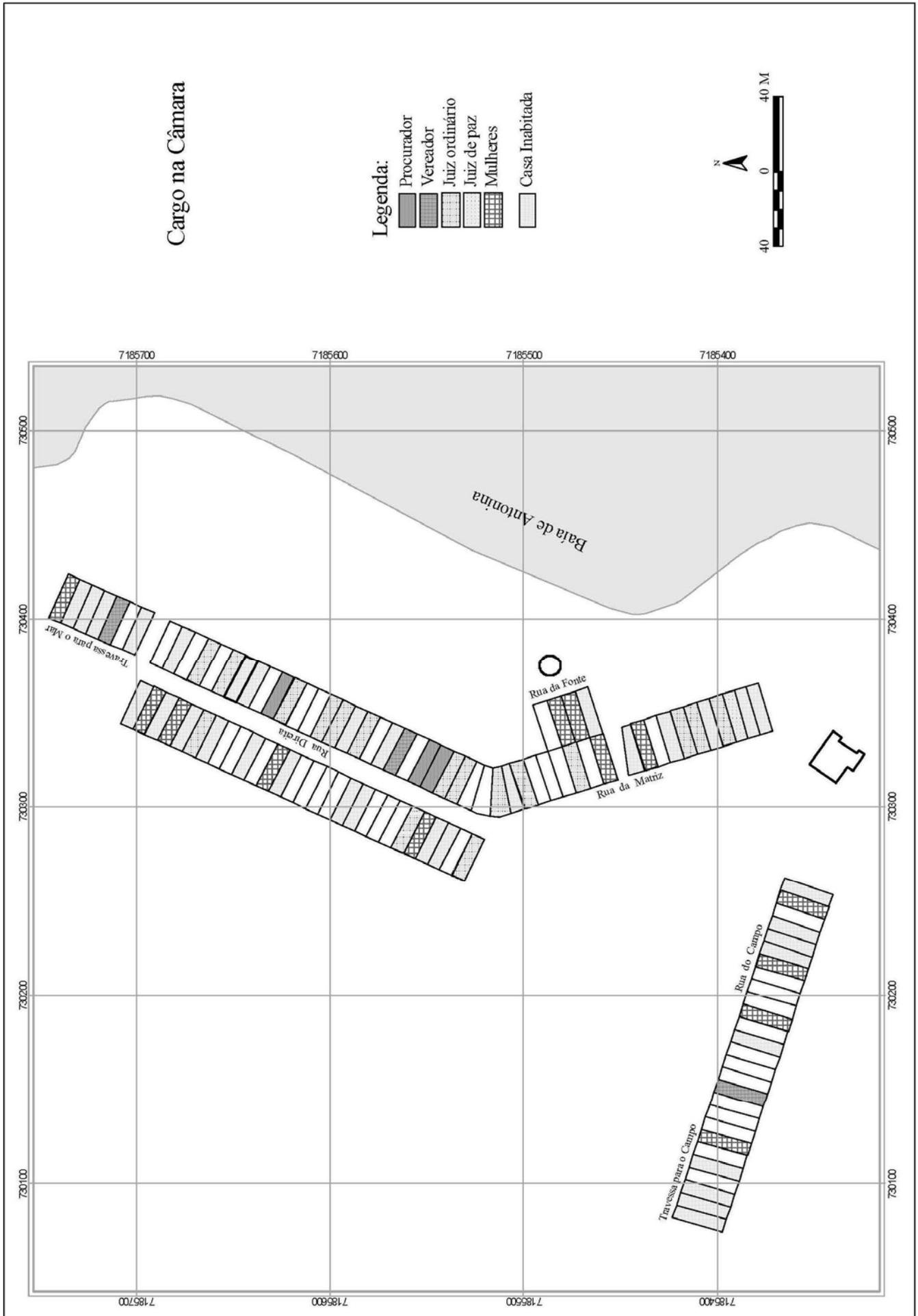
PLANTA HIPOTÉTICA DE ANTONINA (1808) – ORIGEM



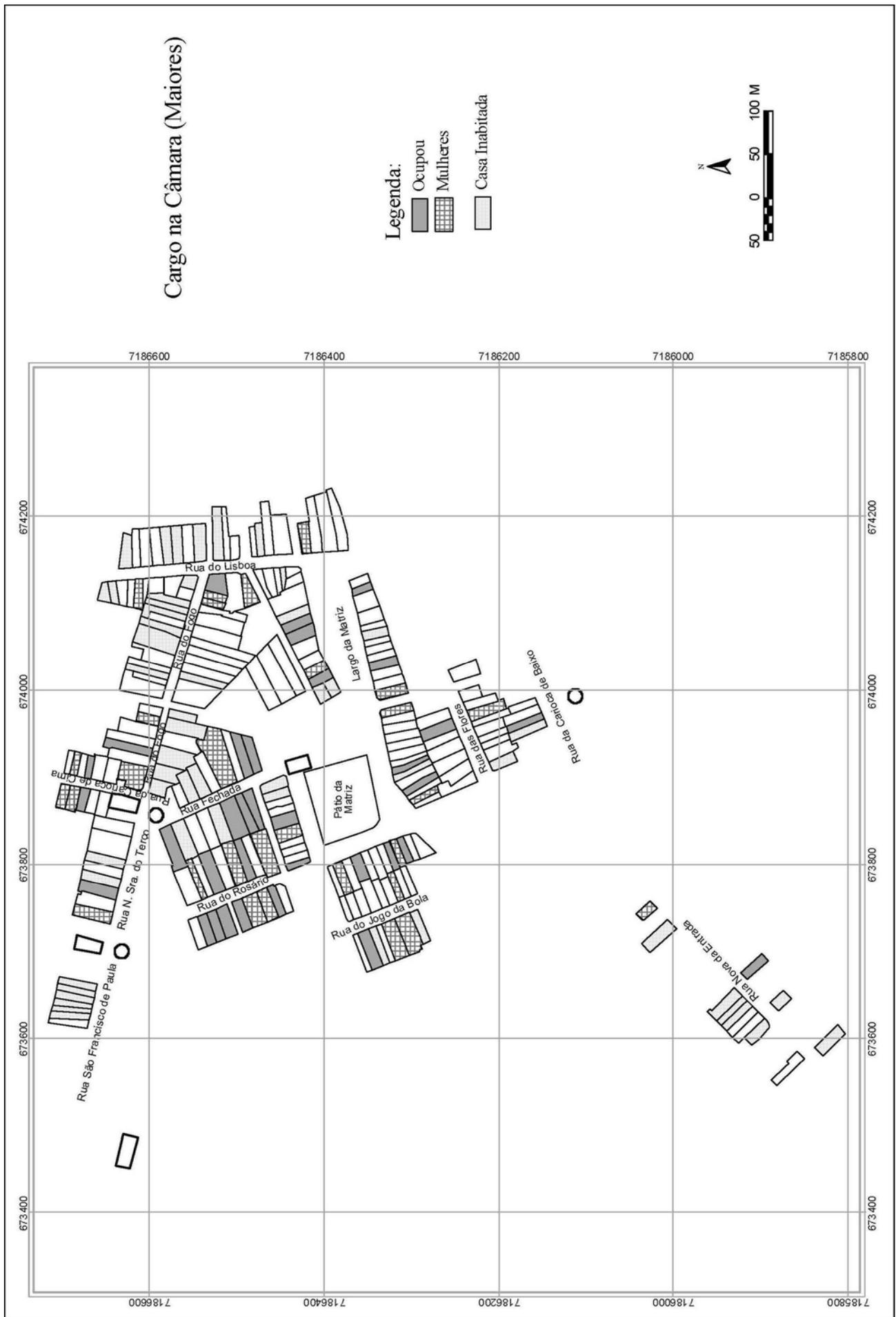
PLANTA HIPOTÉTICA DE CURITIBA (1810) – ORIGEM



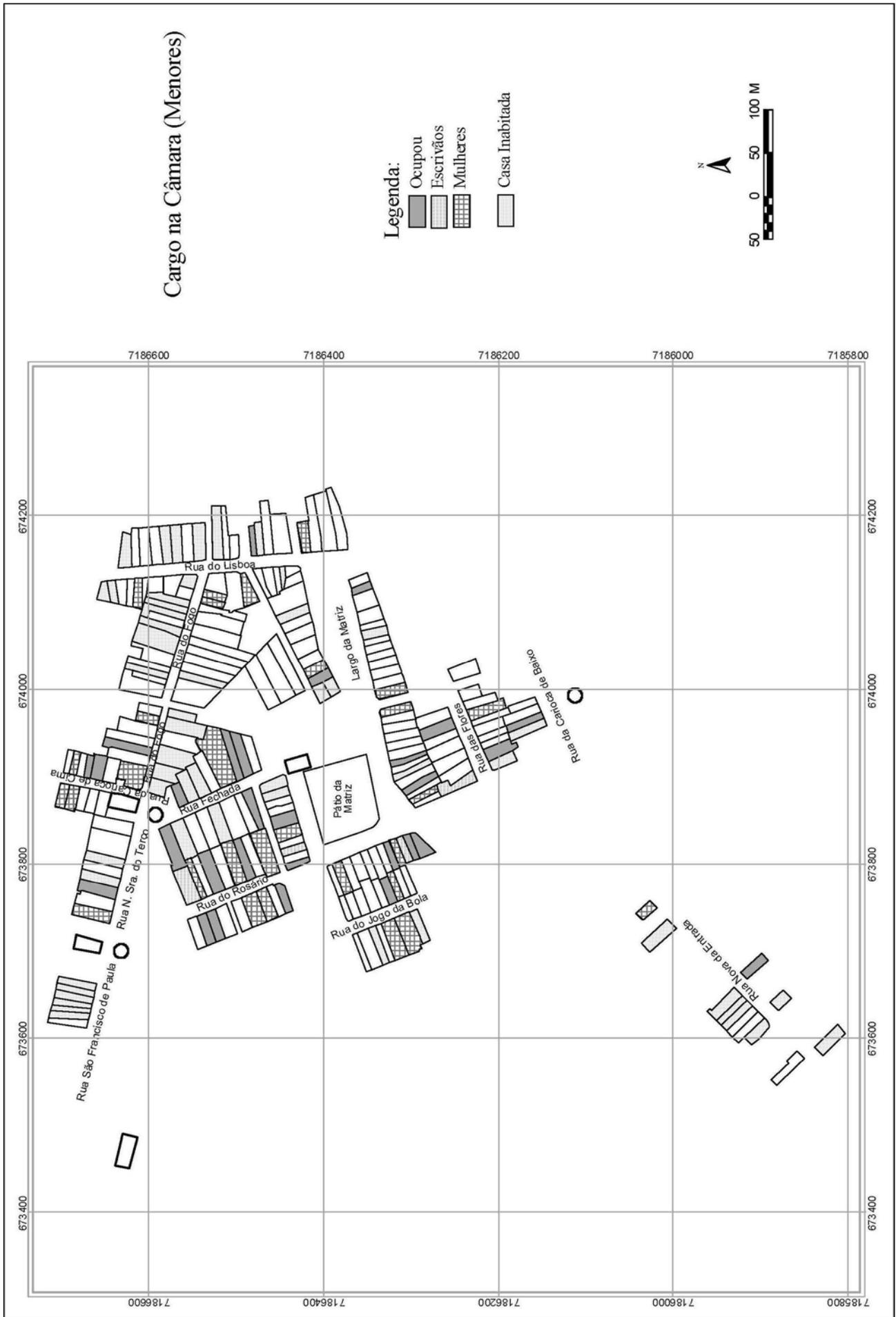
PLANTA HIPOTÉTICA DE ANTONINA (1808) – CARGO NA CÂMARA



PLANTA HIPOTÉTICA DE CURITIBA (1810) – CARGO NA CÂMARA (MAIORES)



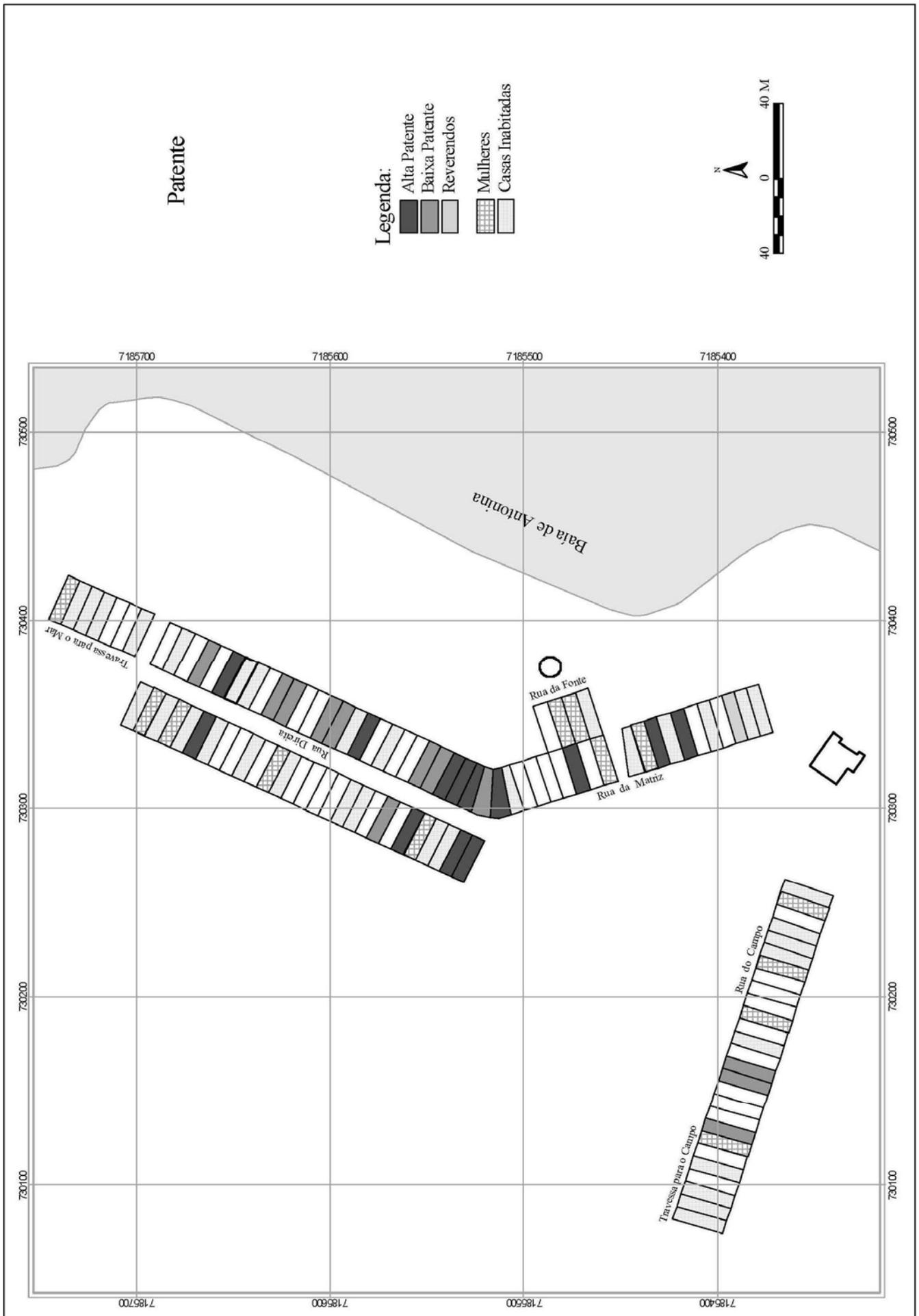
PLANTA HIPOTÉTICA DE CURITIBA (1810) – CARGO NA CÂMARA (MENORES)



PLANTA HIPOTÉTICA DE PARANAGUÁ (1808) – PATENTE MILICIANA



PLANTA HIPOTÉTICA DE ANTONINA (1808) – PATENTE MILICIANA



PLANTA HIPOTÉTICA DE CURITIBA (1810) – PATENTE MILICIANA



PLANTA HIPOTÉTICA DE ANTONINA (1808) – COR SOCIAL

